

# Anais - III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

## IX Semana Nacional de Museus

### Museu e Memória

De 16 a 18 de maio de 2011





III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG  
IX Semana Nacional de Museus

*Museu e Memória*

De 16 a 18 de maio de 2011

## ORGANIZAÇÃO

*Luciana Menezes de Carvalho (Coordenação)*

*Fernanda Magalhães Pinto (Universidade Federal de Santa Maria)*

*Prof. Dr. Maria de Fátima Rodrigues Sarkis*

*Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan*

*Agueda Bueno Almeida Novaes*

*Antônio dos Reis Lopes*

*Edvânia Moreira Antenor*

*Gilmara Aparecida de Carvalho*

*Nalva Aparecida Martins*

*Rosalia Menezes de Carvalho*



III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG  
IX Semana Nacional de Museus

Museu e Memória

De 16 a 18 de maio de 2011

## APRESENTAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM lançou o convite a todas as instituições museológicas a participarem da Semana Nacional de Museus. Este ano esta semana de eventos acontece de 16 a 22 de maio e faz parte das comemorações do dia Internacional de Museus, celebrado em 18 de maio. O tema sugerido pelo ICOM - Conselho Internacional de Museus - para 2011 é *Museu e Memória*, uma reflexão da importância dos museus para a história dos povos e das sociedades.

A **Semana Nacional de Museus** é uma das ações da Política Nacional de Museus do Ibram, construída e proposta de forma articulada, que tem como característica o trabalho integrado e democrático entre as instituições museológicas brasileiras<sup>i</sup>. A 9ª. Semana Nacional de Museus é um sinal claro dessas mudanças e ressignificações e em sua agenda prevê-se a participação de mais de 3.000 eventos distribuídos por todo o território nacional.

A escolha do tema é feita pelo ICOM, conforme mencionado anteriormente, para que suas instituições possam utilizá-lo com o objetivo de valorizar sua posição perante a sociedade. Segundo o ICOM: "Mais do que a comunidade dos museus, o tema da memória afeta a todos os organismos culturais"<sup>ii</sup>. Afirma ainda que

Os museus guardam a memória e contam histórias. Conservam em suas coleções objetos fundamentais para a memória da comunidade nas quais vivemos. Tais objetos são a expressão de nossos patrimônios natural e cultural. Muitos destes são frágeis, vários estão em perigo e todos necessitam de cuidados e de uma conservação especiais. O Dia Internacional dos Museus 2011 será a ocasião de descobrir e redescobrir vossas memórias individuais e coletivas<sup>iii</sup>.

Assim, o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas organiza a III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG / "Museu e Memória", entre os dias 16 e 18 de maio de 2011. Este ano, abrimos espaços para apresentação de Comunicações, no âmbito das seguintes temáticas: *Museus de Memória e Memórias e museus e Patrimônios e sua importância na reconstrução de Memórias.*

O Museu da Memória e Patrimônio conseguiu, junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, o ISSN (Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas - *International Standard Serial Number*) para os Anais da Semana Nacional de Museus na Unifal-MG, a serem publicados todos os anos no referido evento. O primeiro volume dos Anais da Semana Nacional de Museus (Edição Museu e Memória) conta com 13 Documentos de Trabalho, além de trabalhos de convidados.

Elaborado por Luciana Menezes de Carvalho.

Museóloga e Coordenadora da III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG.

---

<sup>i</sup> SEMANA Nacional de Museus. Disponível em: < <http://xemele.cultura.gov.br/museus/wp-content/uploads/2008/07/semanainternacionaldemuseuseamigos11.pdf> >. Acesso em: 06 mar. 2009.

<sup>ii</sup> DIA Internacional de Museus. Disponível em: < <http://icom.museum/que-hacemos/actividades/dia-internacional-de-los-museos/dim-2011/L/1.html> >. Acesso em: 18 fev. 2011.

<sup>iii</sup> DIA Internacional de Museus 2011. Disponível em: < <http://network.icom.museum/imd2011/L/1.html> >. Acesso em: 18 fev. 2011.



III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG  
IX Semana Nacional de Museus

Museu e Memória

De 16 a 18 de maio de 2011

## PROGRAMAÇÃO COMPLETA

### 16 de maio

(Museu da Memória e Patrimônio)

**14h** - Inauguração da exposição do Museu de História Natural (Museu da Memória e Patrimônio)  
Palestra com o Prof. Dr. Reinaldo Bertini (Unesp-RC) - "*Mudanças ambientais globais no tempo geológico. Desdobramentos sobre os processos evolutivos*"

(Auditório Leão de Faria)

**19h** - Abertura Oficial  
Conferência de Abertura - Prof. Dr. Pedro Paulo Funari "*Museus de Memória e Memórias e museus*"

### 17 de maio

(Museu da Memória e Patrimônio)

**8h às 12h** - Mini-curso "*Geodiversidade e Geoconservação: Interfaces do Patrimônio Geológico*", com a museóloga e Doutoranda em Geologia Aline Rocha (UFRJ)

EMENTA:

**O que é natureza?**

Breve histórico e Natureza hoje;

**O conceito de Patrimônio:**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Tombamento;

**Patrimônio Natural:**

Patrimônio Natural no Brasil; Primeiros Parques; Constituição brasileira; Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;

**Patrimônio Geológico:**

Trinômio Geológico (Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo); Tipologias; Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos - SIGEP; Problemas: comércio ilegal, coleções particulares e crescimento demográfico;

**Patrimônio da Humanidade:**

A importância da UNESCO; O conceito de Patrimônio da Humanidade; Patrimônio Cultural, Natural e Misto; Situação do Brasil na lista do Patrimônio da Humanidade;

**Discussão:**

Qual a importância do Patrimônio Geológico? Onde está este Patrimônio? Devemos preservá-lo?

(Auditório Leão de Faria)

**9h** - Conferência - Prof. Dr. Aline Vieira de Carvalho "*Patrimônios e sua importância na reconstrução de Memórias*"

**10h40min** - Intervalo

**11h** - Apresentações/Comunicações coordenadas pela museóloga Luciana Menezes de Carvalho (Unifal-MG)

\* Diogo Jorge de Melo, Silvilene Barros Ribeiro Morais, Marcelle Vieira do Nascimento e Melissa da Costa - *Relato de Atividade Educativa da Exposição Curricular "O que você vê?"* (30 min)

\*\* Debate (10 min)

**12h** - Almoço

**14h** - Apresentações/Comunicações coordenadas pelo Prof. Dr. Cláudio Carlan (Unifal-MG)

\* Cláudio Umpierre Carlan - *Patrimônio e Arqueologia: Os acervos Museológicos e a Memória Nacional* (30 min)

\*\* Vinícius Xavier da Silva - *Importância da Biodiversidade no contexto do Programa Biota Minas: Coleção Herpetológica da Universidade Federal de Alfenas* (30 min)

\*\*\* Fábio Francisco de Almeida Castilho - *A Hemeroteca do Museu Regional do Sul de Minas: Fontes para uma História Regional* (30 min)

\*\*\*\* Debate (10 min)

**15h40min** - Intervalo

**16h** - Apresentações/Comunicações coordenadas pelo Prof. Dr. Cláudio Carlan (Unifal-MG)

\* Geysa Karla Alves Galvão - *Organização da Informação no Museu Virtual: A coleção etnográfica Carlos Estevão de Oliveira* (30 min)

\*\* Silvilene de Barros Ribeiro Morais - *Museus de História, Memória e Cidadania* (30 min)

\*\*\* Gilmara Aparecida de Carvalho e Sandro Adauto Palhão - *Marolo: Patrimônio e Memória de Paraguaçu* (30 min)

\*\*\*\* Debate (10 min)

**18 de maio** (Sala R105, Prédio da Enfermagem)

**09h30min** - Apresentações/Comunicações coordenadas pelo Prof. Thiago Gambi (Unifal-MG)

\* Estela de Melo Faria - *De Alexandre o Grande às Coleções Numismáticas* (30 min)

\*\* Lalaine Rabêlo - *Numismática e Legitimação do Poder: O Museu como mantenedor desse acervo e sua importância* (30 min)

\*\*\* Debate (10 min)

**11h - Intervalo**

**11h15min** - Apresentações/Comunicações coordenadas pelo Prof. Thiago Gambi (Unifal-MG)

\* Clésio Barbosa Lemos Júnior - *Patrimônio Cultural: Conceitos, proteção e direito pela Educação Patrimonial* (30 min)

\*\* Stéphanie de Fátima Pereira, Marcelo Polo e Flávio Nunes Ramos - *Aspectos Museográficos do Herbário da Unifal-MG* (30 min)

\*\*\* Debate (10 min)

**12h30min - Almoço**

**14h30min** - Apresentações/Comunicações coordenadas pela museóloga e Doutoranda em Geologia Aline Rocha (UFRJ)

\* Diogo Jorge de Melo e Sue Anne Ferreira da Costa - *Linha de Pesquisa "Museu, Museologia e Ciência" do Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará: Uma busca pelo Patrimônio Científico nos Museus* (30 min)

\*\* Cláudio Henrique Martins, Daniel do Val Cosentino e Thiago Gambi - *Três experiências de extensão junto ao Museu Municipal de Varginha* (30 min)

\*\*\* Debate (10 min)

**15h45min - Intervalo**

**16h** - Apresentações/Comunicações coordenadas pela museóloga e Doutoranda em Geologia Aline Rocha (UFRJ)

\* Edvânia Moreira Antenor, Evânio Santos Branquinho e Ugo Maia Andrade - *Reconstrução Etnográfica e Arqueológica por meio de uma coleção de artefatos indígenas* (30 min)

\*\* Maria José dos Santos Wisniewski, Tereza Cristina Orlando, Érika dos Santos Silva, Maria Carolina de Almeida Castilho e Thais Viti - *Coleção de Amostras da Comunidade Fitoplanctônica, Zooplanctônica e Bentônica do Laboratório de Limnologia da Unifal-MG* (30 min)

\*\*\* Vanessa Roma Moreno-Cotulio, Tereza Cristina Orlando e Vinícius Xavier da Silva - *Coleções Biológicas e Memória no contexto do Programa Biota Minas: Patrimônio Genético da Herpetofauna do Sul de Minas Gerais* (30 min)

\*\*\*\* Debate (10 min)



III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG  
IX Semana Nacional de Museus

Museu e Memória

De 16 a 18 de maio de 2011

## CONVIDADOS

(em ordem alfabética, por autor)

	P.
Aline Vieira de Carvalho e Pedro Paulo Abreu Funari - <i>Museu e Identidade Nacional: reflexões e propostas</i>	I
Cláudio Henrique Martins, Daniel do Val Cosentino e Thiago Gambi - <i>Três experiências de extensão junto ao Museu Municipal de Varginha</i>	XV
Cláudio Umpierre Carlan - <i>Patrimônio e Arqueologia: Os acervos Museológicos e a Memória Nacional</i>	XXIX
Diogo Jorge de Melo, Silvilene Barros Ribeiro Moraes, Marcelle Vieira do Nascimento e Melissa da Costa - <i>Relato de Atividade Educativa da Exposição Curricular "O que você vê?"</i>	XXXVII

\* O conteúdo dos Documentos de Trabalho é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).



## **Museu e Identidade Nacional: reflexões e propostas**

**Aline Carvalho<sup>1</sup>**

**Pedro Paulo Funari<sup>2</sup>**

### **Introdução: a questão das identidades**

Ao trabalharmos com Museus – seja em seus aspectos práticos, técnicos e cotidianos ou nos debates teóricos – lidamos com questões relativas às identidades. O debate acerca das identidades sempre esteve articulado às questões próprias das ciências humanas. Desde o século XVIII, até boa parte do século XX, se defendia as características inerentes aos povos, às comunidades e às pessoas. A partir de discursos científicos e, inegavelmente, políticos, afirmava-se, por exemplo, a incapacidade intelectual das mulheres e negros; a indisciplina ou certa tropicalidade - marcada pela sexualidade aflorada – própria aos latino-americanos; entre outras construções identitárias.

Inserido neste contexto, os Museus foram constituídos de forma a corroborar discursos que permitiam às pessoas criarem uma consciência à cerca de seus pertencimentos. Os museus articulavam invenções identitárias, atribuindo-lhes materialidades e, portanto, força simbólica. Os discursos, apresentados nos museus, encontravam ecos nas culturas materiais. Criava-se, portanto, uma díade discurso – materialidade que, quando coordenadas, gerava o efeito de realidade. Para o público, tinham-se as idéias e as provas.

Esse mecanismo de poder esteve durante muito tempo à disposição dos Estados Nacionais, que, além das instituições museológicas, trabalhavam com os próprios sentidos de patrimônio. Criado durante a eclosão da Revolução Francesa, o conceito moderno de patrimônio tinha como objetivo gerar novos símbolos nacionais e novos hábitos que pudessem construir o próprio cidadão (Funari e Pellegrini: 2006). Naquele contexto, era importante desvincular a memória da França à da família real dos Bourbon ou de qualquer outra casa real. Como os ideais iluministas criticavam a estrutura social e política das nações absolutistas e, no caso específico da França, essa estrutura havia sido derrubada, era urgente instaurar novos emblemas para o sentimento de identidade nacional (Grespan, 2003).

---

<sup>1</sup> Pesquisadora – Laboratório de Arqueologia Pública – Nepam/Unicamp. Email: alinev81@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de História – IFCH/Unicamp. Email: ppfunari@uol.com.br



A Bastilha tornou-se um patrimônio da revolução e um novo hino nacional foi instaurado; o “*Canto de Guerra para o Exército do Reno*”, composto por Claude Joseph Rouget de Lisle, em 1792, para exaltar os ânimos dos cidadãos comuns no combate às nações estrangeiras tornar-se-ia à Marselhesa. A força dos novos símbolos era tão gritante que o próprio Napoleão Bonaparte, temeroso da memória revolucionária, teria proibido a execução da Marselhesa em seu governo (Vovelle, 2007).

Os museus próprios ao contexto da Revolução Francesa, ou seja, pertencentes a um novo nacionalismo, voltavam-se ao amplo público, substituindo grande parte dos gabinetes de curiosidade que eram usados por grupos restritos de pessoas como elemento gerador de diferenciações sociais. Os gabinetes de curiosidade atribuíam status sociais a famílias nobres e burguesas espalhadas por toda Europa. Com a Revolução Francesa e todos os movimentos nacionalistas que se alastraram pelo continente europeu, no século seguinte, não era mais importante diferenciar a nobreza e a burguesia do “resto social”. Ao contrário, tornava-se crucial para a consolidação do conceito de nação a elaboração de um cidadão ideal.

Inseridos nas propostas nacionalistas, museus foram criados reunindo materialidades que pudessem atribuir sentidos ao “ser francês”, “ser italiano”, “ser alemão”, e ao pertencimento às diversas outras nações nascentes. Assim, o recém criado cidadão francês, por exemplo, poderia encontrar provas materiais da grandiosidade daquela nação no Museu da República (1793) e no Museu dos Monumentos Franceses (1795).

Além do contexto nacionalista, os museus inseriam-se em um contexto iluminista de organização e explicação do mundo. Da mesma forma em que as ciências são elaboradas no século XIX – obedecendo a métodos específicos de investigação – os museus eram estruturados para reproduzir determinados contextos sócio-culturais, mas de forma ordenada, limpa e criteriosa. Ainda que o caos reinasse no contexto externo à instituição, não deveria haver problemas organizacionais no âmbito interno. O museu estaria sempre ordenado em temas, coleções, acervos, entre outras categorizações; trazia uma visão sistemática e científica do mundo.

Para além dos símbolos, encarnados nos patrimônios e nas instituições museológicas, outros espaços tornavam-se instauradores da ordem nacionalista. As próprias escolas públicas, recém criadas na França Revolucionária, difundiam uma língua nacional que, até aquele momento era falada apenas pela elite francesa, e uma origem comum a todos os homens daquela nação: os gauleses (Funari e Pellegrini: 2006). Tinha-



se, desse modo, ações políticas coordenadas que inauguravam novas materialidades e mentalidades que consolidariam um sentimento de pertencimento: o de ser francês.

A constituição das memórias nacionais, a partir da eleição de determinados símbolos, não foi um fenômeno exclusivamente francês. Ao longo dos séculos XIX, inúmeras nações foram construídas fisicamente e ideologicamente não apenas na Europa, mas também na América. No caso específico do Brasil, durante o Império, discutiam-se quem seriam os cidadãos brasileiros e, principalmente, sobre como considerar negros e indígenas em relação a esse projeto de brasilidade (Martins: 2007). Para o recém criado e selecionado brasileiro, novos símbolos; como os romances e músicas protagonizados pelos indígenas idealizados e europeizados. Paralelo a criação da identidade nacional, consolidavam-se memórias regionais, como a do Estado de São Paulo e dos paulistas: representados pelo Museu do Paulista e pela figura do bandeirante. Na nova memória paulista, o bandeirante era consagrado como valente e heróico, figura de inquestionável importância para a construção do Brasil (Funari, 1995). Produzia-se uma imagem para o passado a partir de uma percepção do desejável para o presente.

Apesar de mais de dois séculos entre os primeiros museus e as instituições atuais – tempo marcados por mudanças epistemológicas na Museologia - muito se preservou de uma suposta “essência” dos primeiros museus. Desde a forma de organização, passando pela premissa da criação de grandes heróis até a valorização de identidades homogêneas.

Não é raro encontrarmos exposições que trabalham com a premissa de uma identidade coesa e fixa atribuída a determinados grupos culturais. Todavia, é preciso destacar que a identidade não se configura como um dado estático ou inerente aos indivíduos e suas comunidades. Ao contrário, trata-se de uma invenção que nos permite criar consciências à cerca do pertencimento (Bauman, 2005). E essas invenções, invariavelmente, possuem usos políticos. São essas criações identitárias que dialogam ativamente com a área dos museus e dos patrimônios, que nos permitem afirmar o que é considerado o “eu” e o “outro” e, portanto, o que está inserido ou excluído de determinados padrões sociais ou grupos de convivência.

Nesta conferência, abordaremos os mecanismos de inclusão e exclusão de múltiplas identidades dentro dos constructos das memórias nacionais a partir de um estudo de caso brasileiro: Paulo Duarte e a valorização das memórias plurais. Como encerramento de nossa fala, faremos uma breve exposição de como um trabalho com a Comunidade e com as Memórias de Paulo Duarte podem gerar novos mecanismos de questionamentos das



realidades culturais, sendo, portanto, pontos passíveis para as reflexões museológicas e suas ações eminentemente políticas.

### **I. Paulo Duarte: e a luta por patrimônios plurais**

Paulo Duarte (1899-1984) foi um humanista. Sua trajetória de vida, marcada por lutas políticas em defesa do patrimônio nacional, pela popularização daquilo que ele considerava cultura e pelos constantes exílios parece tê-lo tornado um incansável combatente. Durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), período marcado pelos longos exílios de Duarte, o intelectual tornou-se um participante ativo na fundação da Universidade de São Paulo (1934). Inserido em um contexto de profunda admiração do Brasil pela França, a Universidade recém fundada logo se tornou um modelo pioneiro não apenas na excelência das investigações acadêmicas, como também nos projetos concebidos para se estenderem à sociedade.

A preocupação com as relações entre academia e sociedade era latente nos trabalhos de Duarte. Com seu exílio na França, e, em especial, com sua experiência no *Musée de l'Homme*, localizado em Paris e dirigido por Paul Rivet, o intelectual tornou-se um árduo defensor das instituições museológicas como elo de ligação entre as pesquisas realizadas nas universidades e as sociedade como um todo.

Em 1945, com o final do Governo Vargas, Paulo Duarte conquistou a criação do Instituto de Pré-História (inicialmente dedicado ao estudo dos sambaquis) e do Instituto Paulista de Oceanografia (Mendes 1994). As instituições passaram a ser vinculadas a USP apenas em 1962.

Com a transferência do Instituto de Pré-História (IPH) para USP, Duarte passou a fazer parte do quadro de funcionários daquela Universidade. Formalmente vinculado à instituição, o intelectual se tornou um combatente das relações de poderes marcadas pelos “apadrinhamentos” (e não vinculadas ao mérito pessoal) e do provincianismo cristalizado nas instituições públicas e privadas do país. Sua crítica, sempre ácida, o colocou em inúmeros confrontos com reitores e outros professores da USP.

Em meio a trincheiras políticas, Duarte conseguiu participar da elaboração da Lei de Proteção Patrimonial (lei 3924/61); em voga na atualidade. Seu relacionamento com intelectuais franceses permitiu a vinda ao Brasil de inúmeros professores e arqueólogos daquele país. Ao mesmo tempo, tornou-se possível a ida de arqueólogos brasileiros para a França (como é o caso de Niéde Guidon). Seu engajamento político e social pavimentou



caminhos para a profissionalização da Arqueologia brasileira e para a criação de inúmeras instituições museológicas instaladas no país.

Em 1968, por exemplo, Duarte defendeu, junto a Renata Crespi da Silva Prado, senhora da alta sociedade paulistana, a criação da Fundação Crespi Prado. Um dos maiores símbolos da Fundação foi a doação de uma residência da família Crespi Prado para se tornar o Museu da Casa Brasileira (localizado na cidade de São Paulo). Duarte, em carta pessoal a senhora Renata Crespi Prado, comenta os motivos da dificuldade em garantir que a casa se tornasse um museu:

“Tive informações sobre a causa: uma irmã Conceição com um padre de nome Onofre Duarte Prado (meu parente não é, nem seu...) (...) acha que o acervo do Museu deve ser vendido para a realização de obras de caridade e até a formação de um banco. “Velharias incríveis guardadas inutilmente”, expressões da esclarecida Irmã Conceição”. (Unidade Arquivística: Documentos, notação Det 92, 02 de Março de 1968 – Fundação Crespi Prado<sup>3</sup>)

Em uma seqüência de correspondências, Duarte denuncia o pouco valor que as instituições museológicas detinham diante da sociedade. Apesar de sua clara decepção com casos como o do Museu da Casa Brasileira, o intelectual parecia sempre esperançoso no surgimento de agentes de mudança deste cenário. Como Paraninfo da turma de 1966 da Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente, Duarte proferiu as seguintes palavras:

“CORPO SEM ALMO E ALMA SEM CORPO – Mario de Andrade dizia que somos um país cheio de escritores que não sabem escrever. Podíamos parafraseá-lo, dizendo que somos um país cheio de jornais e professores que não sabem manejar a língua na qual pregam ou ensinam. (...) Já se tornou notório que os tempos de uma total indiferença estão sendo ultrapassados, como provam reiteradas demonstrações e atitudes tomadas pelos espíritos moços do Brasil, refiro-me ainda aos espíritos moços e não apenas aos moços. Estes acabarão por impor a sanção necessária contra aqueles homens públicos que persistem infensos e impermeáveis ao significado dos museus, das bibliotecas, da Universidade. Darão eles nova luz àquela paisagem desolada a que me referi (...)”. (Os caminhos da autenticidade – Unidade Arquivística: Documentos, notação det PI 157 = “Discurso Proferido pelo Paraninfo da turma de 1966 da Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente”).

Acreditando nos “espíritos moços”, Duarte teve sua aposentadoria compulsória decretada no ano de 1969. Mesmo afastado da Universidade, continuou a agir na defesa do patrimônio nacional e, em especial, do patrimônio arqueológico. Alguns exemplos sintomáticos podem ser arrolados:

---

<sup>3</sup> As grafias originais dos documentos citados foram mantidas.



## **II. Os sambaquis de Florianópolis – Santa Catarina**

Atuando ao lado de cientistas como Oswaldo Rodrigues Cabral, do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Duarte se mostrará denunciante de dilapidação do patrimônio arqueológico nacional e atuará como seu defensor. Em carta ao governador de Santa Catarina – Ivo Silveira – informa que em uma reunião científica na Europa foi mencionado que as autoridades desse estado são incapazes de preservar suas jazidas pré-históricas e por isso ele mesmo, em sua estadia em Florianópolis (estava incumbido de ministrar palestras sobre as origens do homem, do homem americano e outros temas na UFSC), foi verificar essa informação, constatando sua veracidade, daí solicitar uma providência ao governador.

“Roube V. Exa. Algumas horas das pesadas tarefas administrativas e vá ver, por exemplo, o chamado “sambaqui da Carniça”, no município de Laguna, e V. Exa. Se convencerá pessoalmente da monstruosidade e da repelência desse crime [ ]. O “Sambaqui da Carniça” é um dos maiores monumentos da Pré-história Americana (Carta de Paulo Duarte a Ivo Silveira, 15/08/1968. Unidade Arquivística: Documentos, notação – 102)”.

Ivo Silveira escreve-lhe garantindo que sabia do problema da exploração ilegal das reservas pré-históricas do estado e que já estava tomando providências, inclusive com a atuação da Secretaria de Segurança Pública.

“Cumpre-me, todavia, informar a Vossa Excelência de que o assunto não mera desconhecido, uma vês que, dentro da competência da administração estadual, determinei tôdas as providências, junto da Secretaria de Segurança Pública, que já está aplicando medidas de repressão aos abusos em relação às reservas prehistóricas existentes neste Estado” (Carta de Ivo Silveira a Paulo Duarte, 29/08/1968. Unidade Arquivística: Documentos, notação – 102).

## **III. Os sambaquis de Cananéia – São Paulo**

Tal como no episódio de Santa Catarina, em relação a problemas similares com os sambaquis em São Paulo Duarte faz um apelo ao Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho para que exerça sua autoridade na repreensão daqueles que exploram indevidamente as jazidas pré-históricas como a SUDELPA – Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista, que embora sendo um organismo oficial do governo do Estado de São Paulo abria uma estrada de rodagem entre Iguape e Jaire destruindo sambaquis.



“A proteção, principalmente oficial, dada por qualquer órgão público aos destruidores e vendilhões desse tesouro cultural e científico constituiria um crime tão monstruoso quanto a sua exploração clandestina contra as leis em vigor, pois significa o arrazamento irremediável de toda a História da América de 20 a 30 mil anos, quando o Brasil teria começado a receber as primeiras levas de emigrantes primevos que aqui chegaram no fim do Paleolítico ou início do Neolítico” (Carta de Paulo Duarte a Jarbas Passarinho, 26/02/1974. Unidade Arquivística: Documentos, notação – 123).

O assessor de imprensa do Ministério de Educação e Cultura João Emílio Falcão informa a Paulo Duarte que foram enviados “Telex” ao Ministro da Justiça e ao governador do Estado sobre a denúncia que fizera sobre a violação dos sambaquis de Cananéia e que a sua carta sobre a SUDELPA foi enviada ao diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC.

“Em nome do Senhor Ministro Jarbas Passarinho, informo-lhe que foram passados dois Telex, ao Senhor Ministro da Justiça e ao Senhor Governador de São Paulo, sobre sua denúncia referente à destruição dos sambaquis em Cananéia” (Carta de João Emílio Falcão a Paulo Duarte, 13/03/1974. Unidade Arquivística: Documentos, notação – 123).

Nestes exemplos, e em outros que poderíamos citar, uma característica define a natureza das intervenções de Duarte – o pleitear para que se ouça, se procure ouvir sempre a voz dos especialistas, arquitetos, historiadores, artistas, entre outros, na defesa da diversidade do patrimônio brasileiro. Para o humanista, a defesa dos sambaquis e dos vestígios arqueológicos de grupos indígenas era uma forma de valorizar o passado e o presente do país. Para ele, a identidade nacional não poderia ser formada apenas por grandes materialidades da elite branca e católica brasileira. Ao contrário, a identidade nacional deveria ser formada a partir da fusão de memórias daqueles que até então estavam silenciados: os indígenas, os sertanejos, os operários, entre outros.

Duarte não descartava o papel das elites e daquilo que ele considerava como cultura erudita para a formação do povo brasileiro. Para o humanista, era imperativo o domínio sobre a erudição e principalmente o divulgar desta erudição para a construção daquilo que ele imaginava ser o grande Brasil. A cultura e o conhecimento, para ele, produziam um grande povo. Apesar de uma postura conservadora sobre o próprio conceito de identidade nacional, Duarte inovava ao defender a inserção de elementos tradicionalmente não considerados eruditos como sendo também parte constituinte do Brasil.



Com a trajetória de Duarte, e os diálogos impostos com as estruturas de poder, podemos analisar como os conceitos de museu, patrimônio histórico e cultural no Brasil foi durante muito tempo reservado apenas para edifícios de igrejas católicas, grandes casas coloniais, palácios, fazendas, engenhos e diversos outros retratos de uma cultura material ligada principalmente às memórias branca, aristocrática e eclesiástica. Tais escolhas, realizadas dentro de contextos políticos específicos, geraram o sufocar das múltiplas possibilidades de associações afetivas entre indivíduos e os patrimônios. Escolhiam-se, neste caminho, as identidades a serem celebradas e, como resultado, excluía-se as subjetividades e a possibilidade de existência das diferenças. Nos lugares da memória (Nora, 1993), cristalizava-se o silenciar das negociações e conflitos existentes na imaginada sociedade brasileira. A efetivação destes mecanismos de inclusão e exclusão cultural dava-se através de políticas patrimoniais que, por durante décadas, estiveram concentradas nas mãos de pequenos grupos articuladores de diferentes esferas de poder (Bourdieu, 1999). Apesar da política cultural hegemônica, vozes dissonantes existiram e foram silenciadas na memória nacional; o humanista Paulo Duarte é um exemplo destas vozes dissonantes.

#### **IV. Trabalhos com as comunidades e pluralismo**

O “*Projeto Acervo Arqueológico do Arquivo Paulo Duarte*” é desenvolvido há quatro anos pelo Laboratório de Arqueologia Pública (LAP), sediado no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam – Unicamp) e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto trabalha com dois principais eixos de atividades:

1. A catalogação e divulgação de documentos referentes à Arqueologia, Patrimônio e Memória produzidos e/ou selecionados pelo intelectual Paulo Duarte.
2. Atividades com alunos do Ensino Médio de escolas públicas da cidade de Campinas e Região com o objetivo de aproximar o exercício de pesquisa (nas questões patrimoniais) ao cotidiano dos estudantes.

Atividades com alunos do Ensino Médio de escolas públicas da cidade de Campinas e Região com o objetivo de aproximar o exercício de pesquisa (nas questões patrimoniais) ao cotidiano dos estudantes. A documentação produzida e reunida por Paulo Duarte apresenta uma vasta riqueza temática e uma importância indiscutível para se compreender a história do patrimônio brasileiro, bem como o surgimento de instituições intimamente ligadas ao tema. Essa documentação – assim como a biblioteca do Paulo Duarte – foi comprada pela Universidade Estadual de Campinas no início dos anos de 1980. As negociações de compra foram feitas diretamente com Duarte. Atualmente, o Arquivo Paulo



Duarte – que compreende mais de sessenta mil unidades de documentos – encontram-se custodiadas no Instituto de Estudos da Linguagem, junto ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE).

A publicação do documento “Pela Dignidade Universitária”, no primeiro volume da revista *Idéias* do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade, em 1994, por Pedro Paulo Funari, foi um marco na recuperação da memória científica da USP e do Brasil, tendo sido tombado o documento pelo arquivo da FFLCH/USP (Funari 1994).

Ressaltando o valor da recuperação desta memória, e que, por falta de verbas, essa documentação não conheceu, ainda, nenhuma forma de sistematização em sua totalidade, o primeiro eixo de trabalho do Projeto aqui apresentado centra-se na catalogação da documentação legada à Unicamp, em especial, a parte concernente à Arqueologia e à Proteção patrimonial. Almeja-se a publicação de um catálogo temático, a sair em forma digital e, eventualmente, em papel, devido à relevância nacional da documentação em questão. Muitos desses documentos, inéditos no cenário historiográfico, patrimonial e arqueológico do país, serão publicados, visando à constituição de objetos de futuras pesquisas a serem realizadas, tanto no Estado de São Paulo como num contexto maior, nacional. Dessa forma, acredita-se propiciar a alunos, pesquisadores e interessados em geral, um guia de fontes primárias sobre temas de capital interesse para a História do Patrimônio, da Arqueologia e, também, da vida acadêmica do país. Paulo Duarte apresenta a possibilidade de se traçar olhares e abordagens diversas sobre temas cruciais para a constituição de uma cidadania ativa.

## **V. Jovens engajados na leitura do patrimônio**

Desde o ano de 2008, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência federal de apoio às pesquisas científicas brasileiras, desenvolve ações com o objetivo de inserir estudantes do Ensino Médio das escolas públicas brasileiras na vida cotidiana das Universidades Públicas do país. O intuito do projeto é gerar nesses alunos, que sofrem com inúmeras exclusões, sejam elas econômico-sociais ou culturais, a paixão pelos estudos, pela pesquisa e pela vida acadêmica. O projeto almeja sedimentar e alimentar nesses estudantes a crença de que é possível romper barreiras estabelecidas, ou seja, criar novas auto-estimas sobre seus próprios potenciais e abrir outras possibilidades de realizações não apenas individuais, mas também coletivas.

O projeto tem como objetivo inserir os alunos escolhidos pelo CNPq no arquivo do Professor Paulo Duarte. Em um primeiro momento, a proposta do projeto Paulo Duarte



CNPq Jr é que os alunos cataloguem os documentos relativos à Memória, Patrimônio e Arqueologia deste arquivo.

Para a realização desta tarefa que parece relativamente simples, os alunos passam por uma rede de discussões relativas aos conceitos de bem público, memórias, patrimônios e as ações da Arqueologia. Os alunos assistem aulas com especialistas no tema, questionam e debatem os conceitos expostos, relacionam os conceitos com suas vidas cotidianas, são levados para conhecer os Arquivos da Unicamp e o próprio laboratório de Arqueologia. São orientados, deste modo, a refletir, de forma autônoma, sobre o mundo que os cercam e sobre as possibilidades de lerem esse mundo de forma crítica, procurando, deste modo, formas de alterá-lo.

Portanto, apesar do primeiro objetivo do projeto constituir a catalogação de documentos relativos à Arqueologia, Patrimônio e memória brasileira, as competências que o projeto desenvolve vão muito além das fichas de catalogação: os alunos sentem-se orgulhosos por estarem na Universidade, destacam-se nas suas escolas por serem capazes de traçarem novas leituras e interpretações de textos e sentem-se competentes para ler o universo material que os cercam.

Por isso, podemos afirmar que o projeto insere-se naquilo que acreditamos ser o propósito da Arqueologia Pública: transcender o universo acadêmico e dialogar com o amplo público, valorizando a diversidade dos pontos de vistas e dos objetos geradores de reflexão. Os diálogos são realizados de forma plural e democrática, respeitando as visões de mundo que cada um traz, mas destacando as aberturas para a reflexão e para as escolhas.

Até o presente momento, duas turmas de quatro alunos passaram pelo Projeto. Cada aluno recebe uma bolsa de Iniciação Científica e uma carteirinha da Universidade que permite o acesso aos refeitórios e bibliotecas do campus. Algumas falas dos alunos sobre o projeto nos permitem compreender a dimensão social do trabalho:

“Eu gosto de participar do Projeto Paulo Duarte porque estou aqui na Unicamp! Isso é incrível. Ao mesmo tempo, com as discussões que fazemos aqui, sinto que passei a prestar atenção no porque as coisas são construídas, o que significa, por exemplo, algo ser “tombado” ou mesmo um patrimônio. Sinto que a gente passa a ir mais atrás das coisas”. Tamara Yoshie S de Andrade (EE Antônio Vilela Jr.)

“Eu estou na Unicamp, isso desperta a curiosidade dos professores e dos outros alunos. Todos me perguntam o que faço aqui! Eu respondo que sou pesquisadora. É chique! Ao mesmo tempo me tornei mais crítica em relação às coisas. Acho que questiono mais tudo”. Daphne Caroline Prado (EE Barão Ataliba Nogueira)



“Eu passei a pensar mais sobre o que significa um patrimônio e, principalmente, a reparar nas coisas da minha cidade. Reparo e começo a pensar: quem fez aquilo? Por quê? Quando? Qual a importância daquilo? Para quem? Além disso, acho muito legal recuperar a memória do Paulo Duarte. Você está em contato com a memória de um “cara” que foi muito importante para a História do Brasil, ajudou a fundar uma das maiores universidades do país e foi esquecido!”. Rafaela de Melo Pereira (EE Prof. Celso Henrique Tozzi)

“Eu me sinto mais importante depois que entrei nesse projeto. Olho tudo com mais interesse. Eu acompanho o professor de História e Filosofia e fora que falar que você fica a tarde na Unicamp é chique! Ser pesquisador é ótimo! Sobre o Patrimônio e Arqueologia, eu descobri muitas coisas! E, com o Paulo Duarte, passei a prestar mais atenção na política! Ele era bem político”. Estela Fernanda Freitas Requel (EE Miguel Vicente Cury).

### **Considerações finais**

O projeto Paulo Duarte parte da premissa de que é possível estimular os “espíritos moços” a participar ativamente da sociedade em que estão inseridos. Para isso, a diversidade deve ser valorizada em seus mais amplos aspectos: tanto na multiplicidade de visões e leituras acerca das realidades que nos cercam, como na possibilidade de representações do indivíduo ou de determinados grupos sociais. Neste contexto, a divulgação dos documentos de Paulo Duarte poderá abrir espaços para inúmeras pesquisas referentes à Arqueologia, a Memória e ao Patrimônio. O trabalho com os jovens das escolas públicas permitirá a consolidação de auto-estimas e, principalmente, da crença na capacidade ação e poder de mudança individual e coletivo.

De acordo com a arqueóloga Solange Schiavetto, alguns trabalhos realizados na Academia podem ser considerados trabalhos de engajamento. Isso acontece quando o fazer científico torna-se intimamente ligado à sociedade, agindo com e para ela” (2005:85). A partir desta definição de engajamento, acreditamos que o Projeto Paulo Duarte procura, constantemente, torna-se engajado.

No caso mais geral dos museus, estas instituições representam o mundo como parte da ordem social, sua taxonomia refletindo, de forma mediada, a estrutura da própria sociedade. Não é casual que uma palavra-chave na organização dos museus seja, precisamente, taxonomia, pois tudo no museu é classificado e ordenado. Os setores, da reserva técnica à exposição, cada um subdividido e classificado. Esta concepção acompanha os museus, desde sua própria fundação, refletindo a própria hierarquia social na qual surgiu. No entanto, mais do que uma única ordenação e taxonomia, o mundo pós-moderno caracteriza-se pelo mais radical pluralismo. Em uma sociedade aberta, há uma



pluralidade de opiniões e deveria, pois, haver diferentes relatos do mundo material exposto no museu. Este pluralismo implica subverter o discurso da autoridade que prevalece na exposição de uma única versão, a verdade dos que controlam o poder.

O pluralismo não se restringe à exposição e à proliferação de narrativas, mas estende-se às próprias divisões do saber no interior do museu. A segmentação dos setores reproduz uma separação artificial entre os profissionais do museu, como se fosse possível dissociar exposição e reserva, programa educativo e pesquisa de campo, reflexão pedagógica e científica, reproduzindo dicotomias estranhas à prática crítica. Assim, no interior da instituição museu, nada justifica a falta de diálogo entre os diversos profissionais, senão a acomodação. A produção de conhecimento implica a disposição a aprender com os outros, sejam os profissionais colegas de instituição, seja o público em geral. Ainda “é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade”, como dizia, há quase duas décadas Waldísia Rússio.

A comunidade não é, por sua parte, uma unidade, um conjunto homogêneo. Este modelo normativo de cultura já tem sido bastante criticado e não se pode idealizar a comunidade composta de heterogêneos interesses. No entanto, pode afirmar-se que, de maneira sistemática, são excluídos dos processos de decisão, na sociedade e, por conseqüência, nos museus, todos os que não estão no poder, de favelados a judeus, de negros a nordestinos. Esses diversos públicos compõem uma comunidade também ela plural e pouco afeita a generalizações que possam dar conta de sua heterogeneidade. Os profissionais de museu não podem ignorar essa diversidade, nem deixar de reconhecer no museu um instrumento a serviço dos que estão fora do poder.

Informação, criação de consciência, ação no mundo, transformação, eis as metas da preservação. Seria, até mesmo, o caso de propor que se deve preservar para transformar a sociedade, pois o conhecimento não é apanágio de classe ou grupo e qualquer museu pode levar à reflexão crítica. A começar por uma exposição que se contraponha à alienação da moda e à descontextualização derivada da mercantilização generalizada dos objetos em nossa sociedade pós-moderna. O passado, conservado no Museu em forma de patrimônio, serve ao presente. Mas não é apenas na exposição, que se busca transformar, nem só na superação das barreiras entre os setores do museu: há que se insurgir contra a separação entre o museu e as ciências, divisão oitocentista artificial e pouco afeita à atual busca de integração das disciplinas.

Concluimos assim a urgência de buscarmos formas mais plurais e democráticas para dialogar junto com a sociedade; as ações de Paulo Duarte, bem como o trabalho que



desenvolvemos, não são os únicos caminhos a serem seguidos, mas podem constituir pontos de reflexão para as atuações engajadas.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos organizadores do evento. Aos colegas Sandra Pelegrini e Solange Schiavetto. As idéias apresentadas no presente capítulo são de responsabilidade dos autores.



## Referências

Bauman, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Bourdieu, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Funari, P. P e Pelegrini, S. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorde Zahar Editor, 2006.

Funari, P. P. “Memória Histórica e Cultura Material”. *Revista de ciências históricas*: Porto, v. 10, p. 327-339, 1995.

Funari, P. P. “Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História”. *Idéias*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 155-179, 1994.

Grespan, J. *A Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

Vovelle, M. *A Revolução Francesa explicada a minha neta*. São Paulo: Unesp, 2007.

Martins, E. “O Diário da assembléia geral de 1823 e os discursos de cidadania”. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.2, 2007.

Mendes, E. G. “Paulo Duarte”. *Estud. av.* [online]. 1994, vol.8, n.22 [cited 2010-10-21], pp. 189-193. Disponível na página:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso)>.

Schiaveto, S. N.O. “A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional?”. Funari, P.P.; Orser, C. E.; Schiavetto, S. N. O. (Org.). *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005.



## **Três experiências de extensão junto ao Museu Municipal de Varginha**

**Cláudio Henrique Martins (Museu Municipal de Varginha)**

**Daniel do Val Cosentino (UNIFAL-MG)**

**Thiago F. R. Gambi (UNIFAL-MG)**

### **RESUMO**

As metodologias educacionais mais contemporâneas tem ressaltado a importância da integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. O trabalho integrado de pesquisa e extensão contribuem de forma fundamental para o ensino e a aprendizagem em nível superior ao colocarem efetivamente em prática atividades e situações discutidas no interior da sala de aula. A expansão da universidade para além dos seus muros, por meio de ações de extensão, é fundamental para aproximá-la da comunidade na qual está inserida. Este texto tem como objetivo apresentar três projetos que foram desenvolvidos no âmbito do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), todos eles em parceria com o Museu Municipal de Varginha.

**Palavras-chave:** Museu. Extensão. Pesquisa. Patrimônio. Preservação.

### **ABSTRACT**

The most contemporary educational methodologies has highlighted the importance of the Education, Research and Extension integration. The integrated research and extension contribute to the fundamental teaching and learning in higher education to put into effective practice activities and situations discussed within the classroom. The expansion of the university beyond its walls, through extension activities, is essential to bring it closer to the community in which it is inserted. This text aims to present three projects that were developed under the Fellowship Program Extension, Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG), all in partnership with the Municipal Museum of Varginha.

**Keywords:** Museum. Extension. Research. Patrimony. Preservation.



## **Introdução**

As metodologias educacionais mais contemporâneas tem ressaltado a importância e o caráter indissociável do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. O trabalho integrado de pesquisa e extensão contribuem de forma fundamental para o ensino e a aprendizagem em nível superior ao colocarem efetivamente em prática atividades e situações discutidas no interior da sala de aula. A ampliação do espaço da universidade para além dos seus muros, por meio de ações de extensão, é fundamental para aproximá-la da comunidade na qual está inserida e da solução de seus problemas. Nos últimos anos, as ações extensionistas têm ganhado destaque no meio acadêmico e têm sido estimuladas por meio da maior oferta de recursos que lhes são destinados. Este texto tem como objetivo apresentar três projetos que foram desenvolvidos no âmbito do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), todos eles em parceria com o Museu Municipal de Varginha.

### **I. Raízes históricas e culturais de nosso povo (catalogação do acervo documental)**

O primeiro projeto foi desenvolvido logo no primeiro ano de funcionamento do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia do campus de Varginha da UNIFAL-MG. O projeto buscava resgatar a história de Varginha, uma das cidades mais importantes do Sul de Minas Gerais. Partindo do pressuposto de que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, propôs-se a realização de um trabalho que recuperasse, tornasse acessível e divulgasse a história da cidade para a sociedade. Concretamente, a atividade inscrita no projeto consistia na organização e catalogação de documentos primários relativos ao município e disponíveis no Museu Municipal. Para tanto, foi preciso estreitar os laços da Universidade com o Museu, o que resultou numa parceria que permaneceu mesmo depois de finda a tarefa e até hoje têm rendido bons frutos para ambas as instituições. Nesse sentido, o projeto contribuiu para consolidar a presença do campus da UNIFAL-MG em Varginha e as ações de extensão promovidas pela universidade.

Para além da extensão, o projeto tinha ligação íntima com a pesquisa. A organização da documentação do museu é um passo importante no caminho da recuperação da história do município e de Minas Gerais. E é nesse contexto que o projeto se justifica do ponto de vista da pesquisa. Resgatar a história de um povo, de uma sociedade é um aspecto fundamental para a compreensão do presente e construção do futuro.

A historiografia nos diz que a descoberta do ouro no Brasil colonial deu origem a uma corrida intensa à mineração. Minas Gerais surge da separação da capitania de São Paulo no século XVIII. A mineração trouxe consigo a urbanização e a criação das cidades. O ouro



trouxe consigo a necessidade da implementação de uma legislação específica e de uma administração mais efetiva da metrópole na colônia. Caio Prado Junior, no fundamental Formação do Brasil Contemporâneo descreve muito bem a estrutura administrativa que se forma na Colônia. Já o historiador mineiro Francisco Iglesias nos mostra, em artigo importante, a relação de Minas, da descoberta do ouro e da implementação do Estado no Brasil. Para o autor, a mineração, a necessidade fiscal de arrecadação, controle e fiscalização, geram a necessidade da metrópole estabelecer um aparato jurídico e tributário que efetivam a participação e a presença do Estado no Brasil. O rápido crescimento populacional e a urbanização fazem aparecer no território diversas manifestações culturais e artísticas que conferem à Minas Gerais grande peculiaridade.

O desenvolvimento de atividades de abastecimento (agropecuária) e das diversas atividades de serviço nas cidades surgem da demanda das atividades relacionadas a mineração e extração do ouro. O barroco, o comércio de tropas, a escravidão são características marcantes da história de Minas Gerais. Tudo isso acaba por dar origem a um território multifacetado, diverso economicamente e culturalmente. São as muitas Minas Gerais de João Guimarães Rosa.

Historicamente, podemos entender o desenvolvimento econômico da região Sul de Minas Gerais como resultado da integração de sua agricultura com o abastecimento da corte no Rio de Janeiro no século XIX. Vários estudos sobre a história econômica de Minas Gerais têm demonstrado, desde os anos de 1980, que, ao contrário do que imaginavam autores como Celso Furtado e Caio Prado Jr., a Economia Mineira durante o século XIX apresentou grande dinamismo. Resultado de atividades internas ligadas aos mais diversos ramos (Martins, 1980; Paiva, 1996; Libby, 1988; Lenharo, 1979).

Alcir Lenharo mostrou a ligação da Economia do Sul de Minas com o abastecimento de centros urbanos, em especial o do Rio de Janeiro, onde se concentrava a corte imperial. Mostrou assim a importância política da região e a relação dos interesses de sua elite política aos interesses da Corte. Seu estudo abre espaço para diversos trabalhos que comprovaram o dinamismo da região ao longo do século XIX, o que de alguma forma nos ajuda a entender o que coloca a região, hoje como uma das mais desenvolvidas do Estado. A organização e catalogação da documentação do museu viabiliza a pesquisa primária. Esta, além de facilitar e dar maior acessibilidade aos documentos relativos à história da cidade, poderá embasar e motivar a produção de artigos, trabalhos e monografias que podem ser apresentados em congressos especializados ou publicados em periódicos da área. É o que já está acontecendo pelo menos a partir de estudos vinculados ao Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política da UNIFAL-MG.



O objetivo geral do projeto, viabilizar e ampliar o acesso à documentação referente à história de Varginha, foi alcançado, assim como seus objetivos específicos, a saber: a organização da documentação histórica do arquivo do museu; a facilitação do acesso ao conhecimento da história do município e região; a promoção de eventos abertos à comunidade sobre a história de Varginha e Minas Gerais; e, finalmente, o estímulo à interação entre a universidade, o museu municipal e a sociedade.

A concretização desses objetivos se deu a partir das atividades que apresentamos sucintamente a seguir: catalogação dos documentos do Museu Municipal de Varginha; palestras; exposição; participação em eventos científicos; e, finalmente reportagens na mídia. Os documentos históricos do Museu Municipal foram catalogados. Tal catálogo foi impresso e colocado a disposição da sociedade no Museu. Isto certamente facilitará o acesso à documentação, o que será extremamente útil a qualquer cidadão que queira conhecer um pouco mais sobre a história do município. Além disso, ajudará na preservação dos mesmos documentos e da memória da cidade.

Ademais, foram realizados eventos que visavam contar um pouco da história da cidade e da Região. Foram realizadas as palestras “Questões interessantes sobre a história de Varginha”, com o historiador José Roberto Sales, e “Uma Conversa sobre a preservação da memória”, com Rossana Ippólito, presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Varginha. Também foi realizada a exposição “Aspectos do Patrimônio Histórico de Varginha”, com fotos, imagens e textos a respeito do Patrimônio Histórico da cidade de Varginha, gentilmente cedidas pela CODEPAC (Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha).

Além disso, o Projeto teve participação ativa nas atividades do PIEPEX<sup>1</sup> durante o primeiro semestre e participou da I Semana do PIEPEX de Varginha em Julho. Durante o evento o projeto foi apresentado, destacando a importância da preservação da memória, da necessidade do conhecimento da história e da importância da integração da extensão, do ensino e da pesquisa para a construção de uma Universidade que realmente forme, informe e liberte. Outra participação importante foi da bolsista de extensão, Daniele, na JICA (Jornada de Iniciação Científica). Nosso projeto parte da convicção de que Extensão e pesquisa podem e devem ser indissociáveis, por isso a participação em eventos como a Jornada Científica, tentando expor, contar e analisar um pouco dos documentos que estavam sendo catalogados no Museu. Em outubro, o Projeto participou também da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, organizada em Varginha pela UNIFAL-MG. O projeto expôs na praça central da cidade uma série de documentos históricos digitalizados.

---

<sup>1</sup> Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.



O objetivo foi mostrar à sociedade como podemos preservar a nossa memória e como fazemos para contar a nossa história. Já em Novembro, participamos na XI Mostra de Extensão, através da apresentação do Projeto através do Pôster e da discussão do mesmo nos espaços disponibilizados pelo Evento. A Mostra foi uma excelente oportunidade para levar e apresentar o Projeto a toda comunidade da UNIFAL, além de possibilitar conhecer, dialogar e interagir com outros projetos que estão sendo desenvolvidos na Universidade.

Por ultimo, seria importante destacar que em novembro, o Jornal Folha de Varginha, o Programa Jornal Cidade, da TV Princesa, publicaram e exibiram reportagens destacando o trabalho realizado no Museu Municipal, reconhecendo e destacando a sua importância. De certa forma, tais reportagens são um reconhecimento do nosso trabalho e serviram como uma forma de prestação de contas à sociedade, uma vez que deram publicidade ampla ao projeto desenvolvido durante o ano.

## **II. Raízes históricas e culturais de nosso povo (catalogação do acervo de jornais)**

Diante do sucesso da parceria com o museu, o projeto foi proposto novamente ao Proboxt para dar continuidade aos trabalhos com a documentação, desta vez, focalizando o acervo de jornais do museu. O objetivo específico mais importante deste projeto era a organização do acervo de jornais de Varginha e da região presentes no Museu. Novamente, um conjunto de atividades realizadas ao longo do ano de 2010 levaram à concretização desse objetivo, dentre elas: a participação em eventos, entrevistas e reportagens concedidas a mídia e a realização de uma exposição no museu.

Assim como o acervo documental, o acervo de jornais do Museu Municipal foi catalogado. O Projeto mais uma vez teve participação ativa nas atividades do PIEPEX. Participamos, através da apresentação de um trabalho sobre a História da Cidade de Varginha, da II Semana do PIEPEX de Varginha. Durante o Evento o projeto foi apresentado, destacando a importância da preservação da memória, da necessidade do conhecimento da história e da importância da integração da extensão, do ensino e da pesquisa para a construção de uma Universidade que realmente forme, informe e liberte. Outra participação importante foi na Jornada de Iniciação Científica da UNIFAL-MG. Nosso projeto parte da convicção de que Extensão e pesquisa podem e devem ser indissociáveis, por isso a participação em Eventos como a Jornada Científica, tentando expor, contar e analisar um pouco dos documentos que estavam sendo catalogados no Museu. Também participamos da XII Mostra de Extensão, através da apresentação do Projeto e da discussão do mesmo nos espaços disponibilizados pelo Evento. A Mostra foi uma excelente oportunidade para levar e apresentar o Projeto a toda comunidade da UNIFAL-MG, além de



possibilitar conhecer, dialogar e interagir com outros projetos que estão sendo desenvolvidos na Universidade. Além disso, apresentamos um trabalho sobre a História de Varginha no Encontro Regional de História da ANPUH-MG, realizado em Julho na cidade de Uberlândia. Foi uma excelente oportunidade para apresentar e discutir o material e os resultados produzidos pelo projeto.

Outro aspecto importante da parceria entre o Museu e a Universidade foi a realização de uma exposição fotográfica, contando a história da cidade através do olhar comparativo de fotografias do passado e do presente das ruas, monumentos e locais mais importantes de Varginha. A exposição “O presente do passado”, foi inaugurada em 1º de Fevereiro de 2011, tendo sido viabilizada e planejada desde 2010 pelos coordenadores do projeto e pela diretoria do Museu e financiada pela Pró-reitoria de Extensão da UNIFAL-MG. Através de 80 fotos da cidade, podemos perceber as transformações de sua paisagem urbana e o seu crescimento e desenvolvimento através dos anos. Certamente, podemos afirmar que este evento sintetiza bem a parceria entre o Museu e a Universidade e sua preocupação em proporcionar à sociedade a oportunidade de conhecer e refletir sobre a sua história.

Por ultimo, seria importante destacar o espaço que ocupamos nos veículos de comunicação. O projeto foi objeto de reportagens no Jornal Folha de Varginha e no Programa Jornal Cidade, da TV Princesa, que destacaram o valor da ação no Museu Municipal e sua importância para a cidade. Além disso, o projeto também mereceu destaque com reportagens na TV Alterosa e na Rede Minas, veículos que transcendem o espaço municipal e, dessa forma, divulgaram e levaram notícia de nosso trabalho para toda Minas Gerais.

### **III. A tecnologia a serviço da história (digitalização das atas da câmara de vereadores de Varginha)**

Ao organizar e catalogar o acervo documental do museu, encontramos um núcleo documental constituído pelas atas da câmara municipal de Varginha desde sua constituição, em 1882, até meados do século XX. Diante disso, propusemos um novo projeto de extensão cujo objetivo era justamente preservar a memória histórica de Varginha divulgá-la à comunidade e demais interessados, a fim de ampliar a compreensão histórica da realidade atual do município e estimular o exercício da cidadania por meio do conhecimento. Os objetivos específicos eram: *digitalizar* o conjunto de documentos relativos à câmara municipal de Varginha; *catalogar* as atas das sessões da câmara municipal e *divulgar* o material por meio digital. Como não pudemos contar com o auxílio de um bolsista que nos



auxiliasse no trabalho de catalogação, apenas a primeira etapa do projeto foi concretizada, ou seja, somente a digitalização da documentação.

O historiador, por dever do ofício, é quem deve promover o resgate da memória em todas as suas dimensões e a matéria-prima fundamental desse trabalho são as fontes. É delas que o historiador retira as informações, muitas vezes pedaços de informações, outras vezes desinformações, que irão lastrear o resgate histórico que pretende fazer. Sem elas, as fontes, o historiador não tem onde saciar a sua sede de informações para basear suas interpretações. Por isso, o historiador sedento está sempre em busca de fontes.

O problema é que, muitas vezes, as fontes estão fragmentadas ou dispersas ou perdidas, às vezes mortas em caixas de papelão esquecidas nos cantos úmidos dos depósitos de quinquilharias consideradas inúteis, velharia, história. Para concatenar fontes fragmentadas, reunir fontes dispersas e, em alguns casos, achar fontes perdidas, surgiram os museus e os arquivos. A concentração e organização das fontes nessas instituições facilitaram muito o trabalho do historiador.

No Brasil, os grandes museus e arquivos estão nas capitais. Neles, geralmente, as fontes encontram-se organizadas, catalogadas e, mais recentemente, com o avanço da tecnologia digital e da internet, disponibilizadas online para qualquer usuário que tenha acesso à rede mundial de computadores. Em poucos cliques, estamos em contato com fontes que antes só eram acessadas por alguns poucos historiadores, os que por isso tiveram o privilégio de nos contar a nossa própria história.

As cidades do interior do país também contam com seus museus e arquivos, geralmente formados a partir da atuação de beneméritos ou do poder público. Contudo, salvo exceções, essas instituições ainda se limitam a concentrar fontes e padecem de organização e catalogação. Estes serviços são fundamentais para o historiador, pois de nada adianta a fonte existir se não puder ser localizada de maneira lógica e prática (PAES, 2005). Sem organização e catalogação, a digitalização do acervo, possibilidade plenamente concretizável hoje em dia, ainda está distante da realidade das cidades interioranas.

O museu de Varginha, como exceção, tem se esforçado para organizar e catalogar seu acervo. Como mencionado, desde 2009 o projeto de extensão “Raízes históricas, culturais e materiais de nosso povo – a história de Minas Gerais e a história de Varginha”, apoiado pela UNIFAL-MG, tem-no ajudado com sucesso nessa tarefa. Ainda há um longo caminho a percorrer, é verdade, mas o projeto “A tecnologia a serviço da história” contribuiu para dar os primeiros passos rumo à digitalização do acervo do museu.

Atualmente, a tecnologia cumpre papel importante na história ao ajudar a preservar as fontes e transmitir as informações contidas nos documentos históricos por meio de sua



digitalização e disponibilização virtual. Diante da degeneração dos documentos originais em papel, museus, arquivos e mesmo bibliotecas tendem a digitalizar seus acervos para preservá-los e, contando com a internet, divulgá-los. Não é difícil encontrar exemplos, basta acessar o sítio do Museu Britânico, do Louvre ou da Biblioteca Nacional para constatar que a digitalização é uma realidade que já ultrapassou a tradicional microfilmagem.

As vantagens da digitalização sobre a microfilmagem são enormes, a maior delas a ampliação do acesso às fontes. Com a microfilmagem, esse acesso fica restrito, em boa medida, a pesquisadores que devem ir até o museu ou ao arquivo para acessar o conteúdo. Com a digitalização e disponibilização online, qualquer pessoa munida de computador e acesso à internet pode acessá-lo. Não foi à toa que o Museu Britânico e o Louvre apareceram como exemplos. Assim, nas palavras do historiador Luciano Figueiredo (1997), os arquivos históricos passam de templos a redes de informação. Ao ampliar extensamente o acesso às fontes, a revolução digital revolucionou e democratizou a pesquisa histórica.

Para Paes (2005), é inquestionável que a tecnologia rompeu os esquemas tradicionais relacionados à informação e ao documento. A digitalização de imagens e a possibilidade de armazená-las em potentes discos rígidos ou em simples pen-drives oferecem não só sua rápida recuperação, como também sua visualização em vídeo e impressão em papel, muitas vezes com qualidade superior aos originais.

Além disso, a tarefa do historiador é bastante facilitada com a possibilidade de se utilizar buscadores para realizar a pesquisa. Com ferramentas desse tipo, a tecnologia ajuda o historiador no uso da documentação e na detecção e eliminação de informações redundantes ou irrelevantes, agilizando sobremaneira sua pesquisa (BELLOTO, 2005).

Finalmente, partindo do pressuposto de que Ensino, Pesquisa e Extensão são indissociáveis, buscamos realizar um trabalho que recupere, torne acessível e divulgue a história de Varginha para a comunidade local e demais interessados. Em suma, mergulhando nas especificidades históricas de Varginha, o projeto propôs o resgate de sua memória política por meio da digitalização das atas das sessões da câmara dos vereadores do município entre 1882 e meados do século XX. Claro que, dada a dimensão do trabalho e a disponibilidade de recursos, optamos por digitalizar o conjunto de documentos proposto por meio de fotografia. Esse processo implicou em três cuidados básicos: 1) o respeito às dimensões do documento e seu correto enquadramento para evitar cortes em suas margens; 2) a busca por uma imagem digitalizada de qualidade, clara e nítida; e 3) identificar as imagens digitalizadas para que possam ser buscadas de maneira rápida e clara (PENA e SILVA, 2008). O principal resultado alcançado até o momento é a digitalização das atas, como se vê nas amostras anexadas ao final do texto.



A continuidade do projeto neste ano de 2011 dará conta da catalogação dos documentos digitalizados para que possamos em breve divulgar o material. Não é fácil estimar em termos quantitativos o público que seria atingido pelo projeto. No entanto, a disponibilização digital dos documentos abre a possibilidade de se atingir vasta audiência, além da envolvida diretamente no trabalho. Com isso, esperamos ter contribuído – e continuar a contribuir - não só para auxiliar historiadores em suas eventuais pesquisas sobre a história política de Varginha e do Sul de Minas, mas também fortalecer a parceria entre a Unifal-MG e o Museu Municipal e consolidar o campus de Varginha junto ao poder público e à comunidade local.

### **Considerações finais**

Preservar o patrimônio histórico é uma grande batalha para quem a trava. Parece ser um exército da salvação de uma dúzia de soldados, mas na realidade é trabalho de uma grande tropa e uma guerra de todos nós: a comunidade, os parceiros e a instituição mantenedora do Museu de Varginha, a Fundação Cultural de Varginha. Por meio do Museu ela vem resgatando diversos períodos da história da cidade e recuperando informações valiosas. Tudo isso em paralelo ao excelente trabalho do Conselho de Patrimônio Histórico na preservação de imóveis, móveis e um trabalho sistemático de educação patrimonial.

Muitas vezes, por meio de um pequeno dado, que muda todo um contexto pré-estabelecido ou reforça aquilo que se supunha ser apenas oralidade, o trabalho de esmiuçar o que um povo deixou como legado documental e a catalogação do material para pesquisas futuras transformam a história em patrimônio vivo e muitas vezes modificador auxiliando a compreensão de fatos ocorridos em nossa cidade e região.

O museu é uma instituição preservacionista que, pela posição cultural e social que ocupa, ou seja, guardião de um patrimônio coletivo, deve estar aberto para a comunicação. Sendo assim, a aproximação dos alunos e professores da UNIFAL-MG por meio de seus projetos de extensão, veio capitanear algumas das ações museais, nas quais o Museu Municipal, desde a sua fundação em 2000, vem trabalhando: a preservação de nossa história seja através de seu acervo tridimensional, documental e contextual, reforçando ações, procurando soluções e estabelecendo parcerias importantes em busca da excelência profissional. A UNIFAL-MG contribuiu e tem contribuído de forma sistemática com o nosso acervo, dando fôlego e sobrevida aos documentos, pesquisando, catalogando e fotografando a história.

Finalmente, toda parceria tem propósitos de chegar a um resultado visando o melhor. É possível observar que toda a fonte de conhecimento de ambos os lados adquiridos com os encontros entre os profissionais do Museu, alunos e professores da UNIFAL-MG,



aperfeiçoaram e têm aperfeiçoado as instituições em vários aspectos e a cada trabalho realizado a população de Varginha ganha em qualidade, reforçando o papel social e educacional que temos frente a todos, seja na área em que estejam atuando ou na que venham atuar, pois tudo tem um começo, meio e fim, e isso também é história.



## Referências

- BELOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FIGUEIREDO, L. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro 1835-1889. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- LENHARO, Alcir Lenharo. *As tropas da Moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil — 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Roberto B. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez”. Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ ABPHE/ Edusp/ Imprensa Oficial, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980a.
- \_\_\_\_\_. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado: Varderbilt University, 1980.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. “Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX”. *História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.
- PAULA, João Antonio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PENA, M. G e SILVA, A. C. A digitalização de documentos históricos e a gestão eletrônica de documentos para disponibilização online. *Saber Digital*, Valença, v.1, n.1, p.85-102, mar/ago. 2008.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, nº 3, 449-495, 1988.



WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.





Figura 3 - Assinaturas de Gabriel Severo da Costa, José Justiniano de Paiva, Targinio Hermogenes Nogueira fechando a ata da sessão extraordinária de 29 de fevereiro de 1892.

Em, Antonio Leutano da Rocha Braga, Secretario  
do Conselho, escrevi a presente ata,  
Gabriel Severo da Costa.  
José Justiniano de Paiva  
Targinio Hermogenes Nogueira

Fonte: Atas da Câmara Municipal de Varginha, 1892.



## **PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA: os acervos museológicos e a memória nacional**

**Cláudio Umpierre Carlan**  
**Unifal – MG / Fapemig**

### **RESUMO**

O artigo começa por discutir o conceito de patrimônio, para, em seguida, voltar-se para o colecionismo, a partir do Renascimento. Essa cultura material, diretamente associada ao Patrimônio Histórico, nos relata não apenas objetos produzidos pela inteligência humana, mas partes importantes do seu cotidiano. Nesse artigo discutiremos esse conflito de interesses entre as duas instituições.

**Palavras-chave:** Museu. Patrimônio. Arqueologia.

### **ABSTRACT**

The paper starts by discussing the concept of heritage, and then it turns to collection from Renaissance times. This material culture, clearly associated with historical heritage, tells us of not only of objects produced by human intelligence, but also of important everyday life. In this article we will discuss the conflict of interest between both institutions.

**Keywords:** Museum. Heritage. Archaeology.



## I. Patrimônio Histórico

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que significava, já lá entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. Os romanos nos deixaram sua língua: quem não reconhece em *pater*, o pai, em *patrimonium*, o patrimônio, e, mais ainda, em *família*, a família? Essa aparente facilidade de identificação, contudo, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *família* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens imóveis e móveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem exceção, portanto, as pessoas (FUNARI, CARLAN: 2010, 16).

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado e do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos-de-vista e interesses aristocráticos. A maioria da população, entre os romanos, não era proprietária, não possuía escravos, nem era possuidora, portanto, de *patrimonium*. O patrimônio, se assim podemos chamar, era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no interior da elite patriarcal romana. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. Com a difusão do Cristianismo e com o predomínio da Igreja, a partir da Antiguidade Tardia (séculos IV-V) e, em especial, na Idade Média (séculos VI-XV), ao caráter aristocrático do patrimônio, acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso. Ainda que o caráter aristocrático do patrimônio se tenha mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, numa pletera de formas materiais e espirituais. O culto aos santos e a valorização das relíquias expandiram para as pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, como veremos, em certo sentido ainda está entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos, como dos rituais coletivos.

## II. Patrimônio e Museus

De uma maneira geral, as primeiras expedições arqueológicas têm início no século XVIII. A palavra *expedição* está ligada às expedições militares que ocorreram tanto no século XVIII, quanto no século XIX. Essas campanhas eram acompanhadas por estudiosos e arqueólogos amadores. O principal exemplo desse momento, a descoberta da *Pedra de Roseta*, próximo a Alexandria pelas tropas napoleônicas em 1799. Sabendo da importância desse artefato, os ingleses incluíram no tratado de capitulação de 1801. Antes disso, em 1753, foi criado o Museu Britânico.

Com a Revolução Francesa, a partir de 1792, o Comitê de Salvação Pública (Terror), instituiu os primeiros decretos e aparatos jurídicos para proteção do Patrimônio Histórico Francês. Os bens da Igreja, realeza e nobreza passam a pertencer ao Estado. Os



revolucionários tentam acabar com uma ideologia imposta pela elite, proprietária desses objetos. Em 1793, Louvre é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais.

No Brasil, o Museu Real (hoje Museu Nacional, antigo palácio de D. Pedro II), foi criado por D. João VI em 1818. O próprio regente doou a primeira coleção de História Natural. O referente museu, durante os primeiros anos da República, foi palco das discussões racistas, consideradas na época científicas e modernas, defendidas pelo médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) que, por sua vez, foi influenciado pelo médico italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909).

A construção das nações desde o século XIX, até o início do XX, baseava-se num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica articulava-se à reestruturação ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados (CHAGAS, GODOY: 1995, 36). Essa simbologia passava, por exemplo, através da criação de bandeiras, hinos, selos e outros. Através da arquitetura, pintura, escultura, música, medalhística e literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente. Segundo Hobsbawn, se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi ao final da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWN: 1990, 159). Exatamente nesse momento, iniciavam-se os preparativos para a comemoração dos 100 anos de independência, e o Brasil necessitava de um museu que indicava a trajetória da nação, no tempo, destacando os traços da História Nacional, aliada à defesa do nosso Patrimônio.

### **III. Museus: os “guardiões” do Patrimônio Histórico**

Originalmente, o museu, do grego *mouseion*, Templo das Musas, filhas de Zeus com Mnemosine, a memória. Local onde abrigava os mais variados ramos das artes e ciências, sempre manteve vivo um caráter interdisciplinar. Segundo Chagas, ele deve atuar em três campos básicos: na investigação, na preservação e na comunicação (CHAGAS: 1996, 47). Apesar da comunicação, através de publicações, exposições, site e congressos, justificar a preservação, deve haver um equilíbrio entre elas. Infelizmente, no Brasil, a pesquisa e investigação ficam estacionadas em um segundo plano. As exposições sem investigação tornam-se uma mera transmissão.

Historicamente, o museu é responsável pela produção do conhecimento e a convergência dos saberes científicos. Não basta guardar o objeto. Sem uma pesquisa permanente, a instituição fica subestimada a um centro de lazer e turismo. Cabe aos pesquisadores inserir os objetos, reclusos em suas reservas técnicas, como fontes



históricas.

A pesquisa em si é uma visão crítica, a relação homem / objeto / espaço forma a memória e o patrimônio cultural. Essa documentação museológica é um conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, conseqüentemente, a representação destes por meio de palavras ou imagens (CÂNDIDO: 2006, 37). Trata-se de um sistema de recuperação de informações, do passado, fundamental para a reconstrução cultural de uma sociedade.

A reserva técnica, como coração do museu, deve, ou pelo menos deveria, exercer um papel primordial dentro da instituição. Ela agrega uma grande leva de objetos pertencente ao seu acervo, que por sua vez são marcas da memória. Para isso, devemos trazê-la para o campo do conhecimento histórico, decodificando suas mensagens simbólicas. Uma série de informações intrínsecas e extrínsecas a serem identificadas.

A memória em si, ligada à aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade. As exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória através da repressão, do enfoque em certas esferas de interesse. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ele qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos. Quanto a isto podemos destacar a memória social, a qual designa o caráter social da construção da memória humana: a associação com as questões do tempo e da história, como um meio de identificar e formar as identidades. Assim, nosso objetivo é o de realizar uma análise tanto da memória social ou coletiva, no sentido da identidade dos grupos, classes, tradição histórica, como também da memória individual, na realização de um fato social. Existindo, desta forma, uma relação entre a memória e o documento.

Essa relação documento / monumento, Le Goff deixa bem clara a importância de cada um deles: “Os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”. Cabe ao historiador identificar e definir as suas fontes, pois o documento não é inócuo é, segundo o próprio Le Goff, “...uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram...esforço para as sociedades históricas para impor ao futuro...determinada imagem de si próprias....É necessário haver uma interdisciplinaridade para ser realizada uma desmontagem da ambivalência documento/monumento, através do próprio ambiente que o produziu, auxiliado pela arqueologia, e não baseado em uma única crítica histórica.

Estes acervos, transformados em documentos, guardiões de uma memória coletiva, devem ser guardados e protegidos, mas não excluídos dos debates acadêmicos.



Os danos ao patrimônio estão regulamentados por leis de proteção. Na Espanha, por exemplo, as multas por danos vão de 60 a 600 mil euros. Além de prisão, sem direito à fiança. No Egito, o contrabando de acervo arqueológico é tão grave quanto o tráfico de drogas.

Em 2006, foi publicado pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o livro *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*, resenhada por Pedro Paulo Funari, com objetivo de tornar públicas as leis que protegem os nossos bens históricos. A obra chega em uma boa hora, principalmente depois do episódio (mal explicado pela imprensa brasileira) da Marina da Glória, Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Pan Americano. Os organizadores dos jogos, os patrocinadores e o próprio Governo Municipal queriam realizar uma série de "reformas", descaracterizando totalmente um bem tombado. Na mesma linha, o roubo de peças do Museu de Arte de São Paulo (MASP) demonstra a importância não apenas da legislação patrimonial, como de práticas de gestão que incluam a sociedade civil. Como mostra a experiência internacional, e as recomendações da própria UNESCO, apenas políticas públicas que contemplem a participação de todos garante não apenas a conservação, como a vivificação da memória. Órgãos como o IPHAN e os conselhos estaduais e municipais de patrimônio só podem obter resultados duradouros e efetivos se incluírem a participação dos segmentos sociais.

Os museus, o patrimônio, como instituições públicas, não podem ficar com as portas fechadas para a população. Devem guardar seus acervos, não escondê-lo. Os objetos arqueológicos encarcerados nas reservas técnicas devem ser analisados, estudados e apresentados ao público, acadêmico ou não. Assim, a cultura material prosseguirá no seu caminho, de construção, ou melhor, de reconstrução do nosso passado histórico

### **Considerações Finais**

Vários governantes em épocas distintas se preocuparam com os bens do Estado, principalmente ligados à sua pessoa. Ramsés II (terceiro faraó da XIX dinastia, reinou entre aproximadamente 1279 a.C. e 1213 a.C) restaurou vários templos construídos por seus antecessores, acrescentando seu nome aos prédios (prática essa abominável para nós, mas aceita no Egito Antigo, pois o faraó reinante é o protetor dos templos). Diocleciano (236 ou 238 – 316, imperador romano e criador do sistema de tetrarquia) restaurou vários monumentos construídos por Augusto (63 a. C. – 14 a. C., primeiro imperador romano), entre eles, o templo de Augusto, no Fórum Romano. Em resumo, as ideias de Preservação, Restauração e Proteção acompanham a sociedade humana, há vários séculos.

De gabinetes de curiosidades, arrumados de qualquer maneira, os museus sofreram uma profunda transformação a partir do século XVIII. Carl Von Linné (1707 – 1778), mais



conhecido como Lineu, escreveu em 1768 seu livro *Systema Naturae*, onde institui a moderna organização da taxonomia (ciência da classificação), descrevendo o que chamou de nomenclatura binomial. Os Museus de História Natural, primeiramente, adotaram esse sistema. Mais tarde o método é adaptado para os outros objetos pertencentes as reservas técnicas.

A ideia de Patrimônio Histórico e Cultural, também sofreu uma série de influências a partir do século XX. De construções seculares e milenares, ampliam sua área de atuação para o Patrimônio Imaterial, como o *Drama de Elche*, na Espanha (1980) ou *Samba de Roda do Recôncavo Baiano* (Bahia) e o *Samba Cariocado Rio de Janeiro*, em 2008.

O homem, durante a sua passagem pelo mundo, desenvolveu diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas pela sua consciência. Essas formas, representadas pelos objetos, mesmo em um museu, continuam a *ter vida*.

Analisando e estudando a cultura material, identificamos as técnicas, os usos e as diversas funções de cada objeto. Associados aos valores estéticos, históricos, simbólicos de uma época. É fundamental manter, preservar e estudar cada um desses objetos culturais. Função essa que, tanto o Departamento de Museus, quanto o IPHAN tem por obrigação proteger para as gerações futuras.

A memória em si, ligada à aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade. As exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória através da repressão, do enfoque em certas esferas de interesse. Leroi-Gourhan nos fala que “memória é entendida,(...) em sentido muito lato. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ele qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos” (LE GOFF: 1884, 101). Quanto a isto podemos destacar a memória social, na qual designa o caráter social da construção da memória humana: a associação com as questões do tempo e da história, como um meio de identificar e formar as identidades. Assim, nosso objetivo é o de realizar uma análise tanto da memória social ou coletiva, no sentido da identidade dos grupos, classes, tradição histórica, como também da memória individual, na realização de um fato social. Existindo desta forma uma relação entre memória e o documento.

Em sua análise acerca do poder, Michel Foucault (1979) identifica não a fonte do poder, mas a sua origem genealógica. Segundo ele, essa origem determinaria os chamados “micro-poderes” presentes nas sociedades modernas. Este poder não se caracterizaria por uma noção de classe, nem se situaria unicamente nos campos da economia ou da política, e sim se estabelece em uma complexa rede de forças, presente em todos os aspectos da vida social. Chartier (1990) situa esta discussão em termos de *signos do poder*, isto é, uma



série de monumentos, emblemas, medalhas, moedas que identificariam o Estado, com o objetivo de representar simbolicamente o seu poder

**Agradecimentos:**

Aos colegas da Universidade Federal de Alfenas – MG e ao Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, em especial a Museóloga Luciana Menezes de Carvalho pela oportunidade de trocarmos ideias; ao IPHAN (Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Pedro Paulo Abreu Funari, Edinéa da Silva Carlan, e Lygia Martins Costa.

A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.



## Referências

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, 320 p.

CÂNDIDO, Maria Inez. *Documentação Museológica*. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, pp.34 – 79.

CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996, 186 p.

CHAGAS, Mario de Souza. GODOY, Solange de Sampaio. *Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995, 158 p.

CHARTIER, Roger. *História Cultural*. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COSTA, Lygia Martins. *De Museologia Arte e Políticas de Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, 388 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007, 168 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2006, 77 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Cláudio Umpierre. *Patrimônio e Coleccionismo: Algumas Considerações*. IN: 17 **Revista Magistro** [www.unigranrio.br](http://www.unigranrio.br) Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO Vol. 1 Num.1 2010

HOBSBAWN, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 270 p.

LE GOFF, Jacques. *Memória-História*. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

CARLAN, Claudio Umpierre. Museums and Historical Heritage: a complex relationship. *História*, v.27, n.2, p. 75-88, 2008.



## RELATO DE ATIVIDADE EDUCATIVA DA EXPOSIÇÃO CURRICULAR “O QUE VOCÊ VÊ?”

Diogo Jorge de Melo<sup>12</sup>

Silvilene Barros Ribeiro Morais<sup>13</sup>

Marcelle Vieira do Nascimento<sup>14</sup>

Melissa da Costa<sup>15</sup>

<sup>1</sup>Graduados em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; <sup>2</sup>Professor da Faculdade de Artes Visuais e Museologia da Universidade Federal do Pará, [diogojmelo@gmail.com](mailto:diogojmelo@gmail.com); <sup>3</sup>Professora da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro [silvilene2@yahoo.com.br](mailto:silvilene2@yahoo.com.br); <sup>4</sup>[marcelle.nascimento@ibest.com.br](mailto:marcelle.nascimento@ibest.com.br); <sup>5</sup> [melhelade@yahoo.com.br](mailto:melhelade@yahoo.com.br)

### RESUMO

O trabalho consiste na descrição do relato da experiência de atividades educativas da exposição curricular, “O que você vê?” realizada em 2007 por estudantes do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Essas atividades dividem-se em três etapas distintas: teatro com fantoches de uma releitura da história de “Chapeuzinho Vermelho”; oficina de construção de texto coletivo com uma nova versão da história de “Chapeuzinho Vermelho”; oficina de confecção de fantoches das personagens da história. Tais atividades buscavam apresentar de maneira simples para um público infantil a proposta da exposição, que era demasiadamente complexa e se voltava a um público adulto/especializado, pois discutia os diversos olhares acerca das narrativas expográficas.

**Palavras-chave:** Educação. Museus. Museologia. Representação.

### ABSTRACT

The work consists in a description report experience of the educational curricular exposure, “What do you see?” conducted in 2007 by Universidade Federal do Rio de Janeiro Museology students. These activities were subdivided into three distinct activities; Puppet Theater with a “Little Red Riding Hood” distorted history; workshop construction of “Little Red Riding Hood” collective text; making puppets workshop of the “characters” in the story. These activities sought to present in a simple way for a young audience of the proposed exhibition, which was too complex and turned to an adult audience/specialized, for discussing the different views about the expographic narratives.

**Keywords:** Education. Museums. Museology. Representation.



## **Introdução**

A partir da década de 1970 o curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) vem oferecendo aos seus alunos a possibilidade de cursarem disciplinas de Museografia, que culminam em uma exposição curricular, sendo a disciplina Museografia III, o desenvolvimento do projeto da exposição e a Museografias IV, a montagem. Estas disciplinas procuram fazer com que os alunos vivenciem experiências de montagem de exposições, a partir de concepções iniciais do projeto até sua implantação em um espaço físico, monitoração e avaliação dos resultados, fazendo os alunos vivenciarem uma realidade do ofício do museólogo.

Este breve desenvolvimento de uma exposições durante a graduação se caracteriza por um processo singular, pois estimular a criatividade e a percepção dos alunos, que possuem uma liberdade de criação para tal proposta. Desta maneira são apresentadas propostas que são discutidas e acabam por normalmente gerar temas polêmicos e interessantes, como exposições sobre preconceitos, como temas sobre homossexualismo, racismo e prostituição, exposições relacionadas à saúde, como “O Amor no Tempo da Aids”, além de temas populares e ambientais, como a exposição “Eu pensava que tudo era lixo”.

Fugindo um pouco das temáticas apresentadas, algumas poucas exposições se destacam, por se voltarem a discussão da própria Museologia, levantando argumentações à própria realidade em que os estudantes vão ou estarão inseridos. Destaca-se a esta temática a exposição pioneira, denominada “Era uma vez... ou a incrível aventura de um objeto que foi parar num museu”, realizada em junho de 1983<sup>1</sup>. Pois justamente nesta temática que a exposição “O que você vê?” está inserida. Exposição da qual descreveremos as atividades educativas que objetivam esse trabalho.

### **I. Exposição Curricular “O que você vê?”**

“O que você vê” foi uma exposição curricular realizada entre 14 e 31 de agosto de 2007 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e possuía uma temática um pouco diferenciada de outras exposições museológicas. Esta se baseou em uma realidade fictícia, pois os fatos apresentados nunca existiram factualmente, eram criados, irreais. Desta forma a exposição contava a vida de uma personalidade política, pois o objetivo da abordagem da exposição era relacionar às possíveis representações existentes em um espaço expográfico. Consequentemente foram feitas escolhas, onde optou-se em representar a vida deste político de quatro maneiras distintas, descritas a

---

<sup>1</sup> <http://www.unirio.br/museologia/cursodemuseologia/exposicoescurriculares.html>



seguir: como em uma exposição tradicional, objetos/legendas, supostamente neutra; apresentando o político como um salvador, uma idealização da imagem da personalidade; o político como corrupto e vilão; e como uma vítima de um sistema social (Figura 1 e 2).

Estas quatro perspectivas museológicas representam uma diversidade de maneiras possíveis de se representar informações em uma exposição. Pois com essa exposição o grupo de alunos do curso de Museologia pretendia evidenciar a existência de manipulações e escolhas nos processos expográficos, o que se reflete diretamente em ideologias circunstanciais. Por exemplo, um determinado museu criar narrativa de heróis e vilões históricos. Este processo expográfico possuía como seu maior objetivo, fazer com que o público visitante da exposição adquira um olhar mais crítico e menos inocente ao visitar exposições, levantando em consideração questões como: “Para quem essa exposição se destina?”; “O que ela esta comunicando?”; e “Por que ela faz esse tipo de comunicação?”.

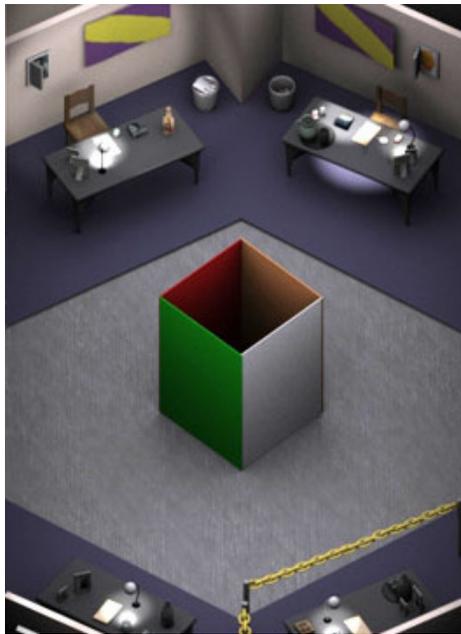


Figura 1 – Maquete virtual da exposição “O que você vê?”. Retirado do blog da exposição, <http://oquevoceve.multiply.com/>.

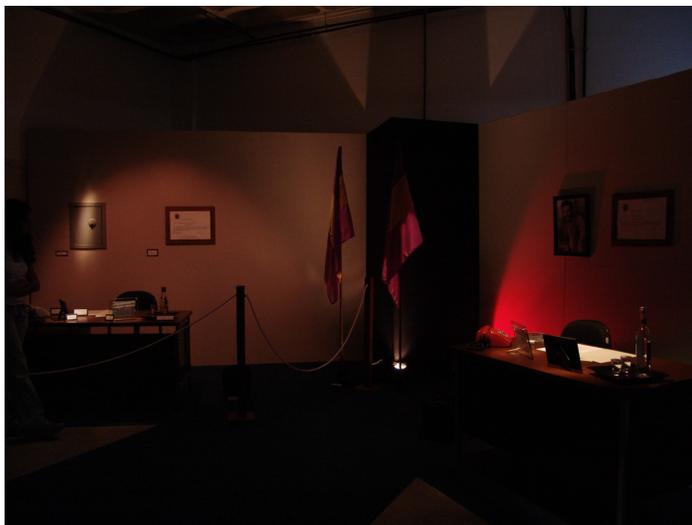


Figura 2 – Fotografia de dois módulos da exposição “O que você vê?”. Módulo referente às exposições tradicional e do político idealizado.

## II. Atividade educativa

Como demonstrado anteriormente “O que você vê?” foi uma exposição com um conteúdo demasiadamente pesado, pois se destinava a um público mais especializado como professores e alunos do ensino superior, principalmente os de Museologia e Ciência da Informação, e profissionais de museus. Desta forma o educativo da exposição lançou uma proposta de trabalhar o tema da exposição com um público bem diferente do proposto, na tentativa de ampliar o universo dos visitantes da exposição. Optou-se dessa maneira em trabalhar com alunos do ensino fundamental e básico da rede pública do entorno da região da exposição, que foi montada no prédio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO na Av. Pasteur, 458, Urca na sala de eventos.

Partindo do público escolhido, adotou-se a questão da diversidade de representações museológicas nos espaço expográficos como o tema gerador da atividade educativa. Partimos da escolha de um conto de fadas difundido socialmente para essa tarefa, pois desta forma alterações, distorções e ruídos nas narrativas do mesmo seriam fortemente percebidas pelas crianças. A priori foram levantados dois contos de fadas: “Mogli o menino lobo” e “Chapeuzinho vermelho”. A segunda história foi escolhida por ser mais conhecida no imaginário das crianças brasileiras e provavelmente teria uma maior afinidade com as crianças. No decorrer da exposição, foram atendidas uma turma da Escola Municipal Estácio de Sá, uma do CIEP Tancredo Neves e uma da Escola Municipal Minas Gerais.



A partir desse ponto, reescreveu-se uma nova história da “Chapeuzinho vermelho”, só que com algumas mudanças, onde alguns personagens ganhariam outras perspectivas (a história encontra-se na íntegra no final do trabalho). Nesta nova história, o Lobo se torna vítima do sistema, a Chapeuzinho se torna mais moderna, uma adolescente ligada à internet e querendo estar na moda e o Caçador se torna um vilão. Além destes novos papéis para os personagens, a nova história da “Chapeuzinho Vermelho” aborda questões ambientais, como a destruição da floresta onde o Lobo vivia, a corrupção e a ganância, observada na figura do caçador.

A nova história foi contada para os alunos durante a atividade com ajuda de fantoches dos personagens da história (Figuras 3 e 4). Após o término da mesma, os alunos que já tinham visitado a exposição, eram questionados sobre o que tinham estranhado na narrativa da história, que tinham acabado de ouvir. Rapidamente todos os alunos como num jogo de certo e errado, apontavam as diferenças entre a história tradicional da “Chapeuzinho Vermelho” e a versão apresentada. Cabe destacar que uma turma tinha o referencial de mais uma versão da história, pois tinham assistido em sala de aula o filme “Deu a louca na Chapeuzinho”, pois a professora tinha trabalhado o filme em sala de aula, fato que enriqueceu bastante a discussão e facilitou a interação com os alunos.

Nesse momento de reflexão e discussão, as ideias da exposição era explicada de maneira simples, para que as crianças compreendessem a proposta da exposição “O que você vê?”, fazendo com que elas percebessem, através de analogias, que todos os seres humanos são capazes de atos criativos, o que implica em manipulações da realidade, como o ato de contar mentiras, falsas verdades e até uma defesa de posicionamento. Atividade semelhante à exercida pelos museólogos ao montar uma exposição.





Figura 3 – Momento da oficina em que a história da “Chapeuzinho Vermelho” estava sendo contada para a turma da Escola Municipal Minas Gerais.



Figura 4 – Fantoches e apetrechos utilizados para encenação da história da “Chapeuzinho Vermelho”.

### III. Atividades complementares

Depois da oficina de contação de história e o debate sobre a exposição, os alunos eram convidados a realizarem outras atividades. A primeira foi um convite para escreverem uma versão coletiva da história. Esta atividade tinha como objetivo colocar em prática o que tinha sido discutido anteriormente, pois os alunos estavam livres para transformar a história da “Chapeuzinho Vermelho” da maneira que quisessem, exercendo seu domínio sobre sua realidade e aprendendo que a mente humanas é capaz de interferir diretamente nos processos comunicacionais, como pode ser vista na versão das histórias criadas pelos alunos, que são descritas abaixo:

O caçador vai andando pela floresta, vai caçar o lobo.  
Ele acha a Chapeuzinho vermelho que estava brincando.  
Ela vê o lobo e foge para a casa da mãe.  
O caçador vê o lobo, atira o tranquilizante e acerta a Chapeuzinho no pé.  
A vovó da Chapeuzinho chega e a socorre, pois é médica.  
O lobo fingiu que estava morto.  
Quando o caçador chega perto o lobo ataca e morde o caçador no braço.  
Fim  
A vovó fez uma armadilha e o lobo acabou caindo no buraco.  
(Escola Municipal Minas Gerais, Turma 1402).

Era uma vez uma vovó que ficou doente porque o ar estava muito poluído, por causa do lixo tóxico que espalharam pelo local.  
Ela foi para o hospital público, mas errou o caminho e entrou no pinel  
A vovó encontrou com o lobo no hospital, ferido com um tiro na cabeça. Ele ficou louco.



O caçador, como não havia mais lobo para caçar, foi trabalhar no pinel. Ele tentou, então, roubar o dinheiro do diretor do hospital. Porém, quem levou a culpa foi a vovó. A Chapeuzinho foi visitar a vovó e achou o diretor do hospital pinel desmaiado. Ela foi falar com a polícia, que achou que era maluca. A vovó dormiu no xilindró e a Chapeuzinho no hospício. No dia seguinte a confusão foi desfeita e a Chapeuzinho ganhou o dinheiro como recompensa. E a Chapeuzinho pagou o tratamento da vovó que estava na menopausa. (Escola Municipal Minas Gerais, Turma 1402)

Era uma vez uma menina chamada Chapeuzinho que estava doente. Sua avó foi levar um cd de funk e de HSM para ela ficar mais alegre. O lobo apareceu e roubou o cd e o skate, pois ele queria dar uma festa para os outros animais da floresta. A vovó começou a lutar karatê com o lobo, pois não foi convidada para a festa. O lobo levou uma surra da vovó e saiu correndo pela floresta. No caminho ele encontrou o caçador que lhe pediu um convite. Ele disse que se ele ganhasse o convite não faria mal nenhum para a floresta. Ele ganhou o convite do lobo. Chapeuzinho estava mentindo, ela queria ir para a festa do lobo. Chapeuzinho ficou de castigo em casa, para aprender a não mentir mais para a mãe e para a avó. (CIEP Tancredo Neves)

Depois das histórias estarem prontas, apresentou-se a última proposta aos alunos, com um propósito diferenciado das atividades anteriores, pois ao invés de uma abordagem mais cognitiva/conceitual, buscou-se uma atividade mais manual/psicomotora e artística. Nesse momento os alunos foram convidados a construir seus próprios fantoches dos personagens da história com saco de papel de pão e outros materiais (Figuras 5 e 6). Dentre as escolhas feitas pelos alunos, a maioria das meninas optaram em fazer a Chapeuzinho e os meninos o Lobo. Algumas exceções como visto na figura (6), optaram pelo caçador e apenas um menino das três turmas fez a Vovó. Essa representação das personagens eram esperadas, pois a Chapeuzinho era a personagem principal da história e o Lobo foi glorificado em nossa versão da história. A única representação não esperada foi o número ilusório de representações de Vovós, questão que deve ser pensada por profissionais de Educação e Psicólogos, pois isso pode estar demonstrando uma visão negativa dos idosos em nossa sociedade.



Figura 5 – Exemplo de fantoches do Lobo realizados durante a oficina.



Figura 6 – Exemplo de fantoche do Caçador realizado na oficina.

### **Considerações Finais**

Apesar das dificuldades de implantação da atividade educativa em decorrência da temática da exposição, do curto tempo de duração da mesma e o orçamento restrito, a atividade alcançou seu objetivo conceitual. Pois as crianças demonstraram grande satisfação no decorrer das atividades e fizeram diversos comentários satisfatório, assim como os professores, que elogiaram a iniciativa, inclusive querendo trazer outras turmas. Contudo o maior objetivo realizado foi ter conseguido fazer com que crianças discutissem Museologia através da questão geradora, que foi abordada de uma maneira lúdica,



agradável e prazerosa. Contudo, as dificuldades financeiras, a falta de disponibilidade de tempo dos integrantes do grupo que estudavam e trabalhavam e o curto tempo da exposição, impediram a presença de um número mais elevado de escolas, o que restringiu drasticamente nosso amostral. Apesar deste fato o grupo que organizou a proposta educativa ficou satisfeito com os resultados, principalmente porque conseguiram mostrar a viabilidade de discussão de assuntos complexos, voltados para um público adulto/intelectualizado, para um público infantil, sendo apresentado de maneira simples, mas sem perder a sua complexidade e profundidade.

### **História de Chapeuzinho Vermelho (História de Silvilene de Barros Ribeiro Moraes)**

**Narrador** – Era uma vez um lobo muito solitário e triste. Ele vivia vagando por uma floresta, isto é, pelo que restava de uma floresta, onde era o seu lar. Às vezes ele deitava em baixo da sombra de uma árvore e começava a lembrar de como era sua vida antigamente. Era uma vida boa, com seus amigos lobos. Eles viviam em bando, caçando, brincando, correndo felizes pela floresta. Mas, agora tudo havia mudado. Os amigos não mais existiam, os caçadores haviam matando um a um. Nem a floresta era mesma. Ela foi diminuindo, diminuindo e já não se encontrava alimentos como antes. Até água limpa não se encontra mais. O desmatamento destruiu as margens dos rios e os córregos foram poluídos pelos esgotos das casas. Agora ele pensa com vai fazer para sobreviver.

**Lobo** – Eu preciso fazer alguma coisa! Não posso ficar aqui esperando que meu alimento apareça servido numa bandeja. Afinal eu sou um lobo corajoso e forte, não vou morrer escondido em minha toca. Antigamente a comida era farta e fácil de encontrar, mais hoje tudo mudou. Sabem como mudou nossa vida? Com a chegada do homem, a floresta foi diminuindo...diminuindo... As casas e as fazendas foram avançando... avançando... e com elas as queimadas que nos obrigam a fugir, deixar nossas tocas . Os animais que eram nosso alimento também não encontraram lugar para viver e se alimentar, também foram morrendo. Sem eles nós lobos não podemos sobreviver. Os filhotes e os animais mais fracos foram morrendo. Logo os caçadores chegaram atrás de nossas peles e o bando foi sendo dizimado.

Hoje estou sozinho, sou o último, um sobrevivente. Estou com muita fome. Há dias que não como, mas tenho certeza que hoje resolverei meu problema de falta de comida. Do dia de hoje não passa.

Tenho um plano: irei para a beira da floresta. Tenho certeza que encontrarei alguma caça. Não importa o quê? Preciso matar a minha fome. Hoje terei um grande jantar.



**Lobo canta a música** – “Pela estrada à fora eu vou bem sozinho...”

**Narrador** – Enquanto isso numa casinha localizada numa vila próxima mãe e filha conversam...

**Mãe** – Chapeuzinho! Chapeuzinho! Venha cá!

**Chapeuzinho** – Não posso mamãe ! Estou jogando vídeo-game, mamãe. Espere um pouquinho!

**Mãe** – Anda logo, Chapeuzinho, tenho que ir trabalhar!

**Chapeuzinho** – Não dá! Estou no meio do jogo. Se eu parar perco ponto. Daqui a uns 20 minutos eu termino.

**Mãe** – Não dá para esperar Chapeuzinho, senão eu chego atrasada. Você quer que eu vá aí desligar o computador?

**Chapeuzinho** – Tá bom, mamãe! Tá bom! Que foi mamãe?

**Mãe** – Acabei de falar com sua avó pelo celular e ela me avisou que está doente. Ela precisa de companhia. Quero que você vá ajudá-la.

**Chapeuzinho** – Ah! Fala sério. Na casa da vovó não tem vídeo game, nem computador e ela só fica ouvindo Roberto Carlos o dia inteiro! Tô fora! Eu não quero ir não. Não vou, não vou, não vou. (fazendo pirraça)

**Mãe** – Chapeuzinho custa você fazer um favor à vovó? Ela gosta tanto de você. Sempre lhe dá as coisas que você pede.

**Chapeuzinho** – Buáaaa...eu não quero ir.

**Mamãe** – Não adianta conversar com você, Chapeuzinho. Se não me obedecer vai ficar de castigo uma semana... uma semana sem ver televisão, sem computador, sem vídeo game e sem brincar na casa das colegas.

**Chapeuzinho** – Pô, lá vem a chantagem....Tá bom! Tá bom! Eu vou. Mas a vovó mora tão longe. Você não pode ir comigo?

**Mãe** – Não posso, Chapeuzinho. Já lhe disse que preciso trabalhar. Não vai dar tempo de levá-la. O trânsito na estrada está cada vez mais difícil. Normalmente eu já pego um engarrafamento na estrada e preciso sair muito cedo para não chegar atrasada no trabalho. Imagine se for levá-la primeiro na casa da sua avó! Pegue o caminho que passa perto da floresta que você chega mais rápido. A noite passarei lá para buscá-la. Preciso que você leve o remédio que ela está precisando, e também umas coisinhas para ela comer.

**Chapeuzinho** – Então paga um táxi para mim mãe! Tô tão cansada!



**Mãe** – E eu tenho dinheiro para pagar táxi, menina ! Deixa de ser preguiçosa e vai logo. A casa da vovó nem é tão longe assim.

**Chapeuzinho** – Tá bom, mamãe. Eu sempre me dou mal. Estou indo, estou indo.

**Mãe** – (se despede da filha com beijos e abraços) Vai com Deus, minha filha. E não converse com ninguém, nem pare pelo caminho. A violência está muito grande. Cuidado com os animais da floresta! Eles têm sido encontrados à beira da estrada à procura de comida. Alguns deles são até atropelados pelos carros à noite. Preste atenção por que eles atacam.

**Chapeuzinho** – Está bem, mamãe! Tá bom, mamãe. Eu já sei, eu já sei! Toda vez você fala a mesma coisa. Pode deixar que eu me viro.

**Narrador** – A menina então sai pelo caminho, levando na mochila o lanche o remédio de sua avó, sem saber que alguém observa a estrada com toda atenção.

**Lobo**– Ah! Acho que aqui na estrada encontrarei o alimento que preciso. Perto da minha toca não encontro mais nada. Mas também cada vez mais arrancam mais árvores ou queimam tudo. Não consigo mais encontrar os pequenos animais que me serviam de alimento. Estou com muita fome e atacarei a primeira coisa que se mexer. Preciso comer agora, se não, não terei forças nem para caçar. E aí será o meu fim.

**Narrador** – o lobo faminto espera escondido entre as árvores uma melhor oportunidade de matar sua fome. Então ele percebe a chegada da menina.

**Chapeuzinho** – (resmungando) Mamãe pensa que eu sou boba. Eu não sou da época dela, que se brincava de “Passa anel” na casa da vizinha. Vê se pode! Eu sou esperta, sou da geração orkut, sou moderna.

**Lobo** – Hum!!! Lá vem uma menina. Ela vem pelo caminho tão distraída. Mas é tão magrinha! Eu não costumo atacar humanos, mas não tenho escolha. Estou desesperado. Tenho que segui-la e esperar o melhor momento de atacar. Ela está com uma bolsa cheia de coisas, derrepente ela está levando para alguém. Quem sabe eu não consigo aumentar o meu almoço? Vou me aproximar... ela parece estar tão distraída, que derrepente nem se assustará com a minha presença.

**Narrador** – O lobo então, se aproxima com cuidado, com um jeito manso, parecendo inofensivo.

**Lobo** – Oi, garota! Tudo bem com você? Quer ajuda? Vejo que você esta levando uma sacola tão pesada.



**Chapeuzinho** – Ih, mano... é verdade. Minha mãe que me arranja essas “furadas”. Tenho que levar essas coisas pra minha avó.

**Lobo** – Sei como é! Mãe às vezes pensa que a gente é empregado dela, não é?

**Chapeuzinho** – Nem fala... e você? Que fantasia “irada”. Você é demais! Você é fashion, como eu!

**Lobo** – Beleza! Onde sua avó mora?

**Chapeuzinho** – Mora do outro lado da floresta. Tenho que contornar pela estrada para chegar lá. É uma casa branquinha, com um jardim na frente. Minha avó tá doente e eu vou lá bancar a enfermeira.

**Lobo** – Que chatô! Ninguém merece! Foi legal bater um papo com você. Te vejo mais tarde.

**Lobo** – É hoje. Dei sorte mesmo. Uma avó e uma menina para o almoço. Agora sim matarei minha fome de vários dias. Mas, tenho que ser esperto, se não perderei as duas. Vou chegar primeiro a casa da vovó e a ataco. Depois cuidarei da Chapeuzinho.

**Narrador** – No outro lado da floresta, porém outras pessoas também fazem seus planos de caça. São os caçadores de peles de animais, acostumados a um lucro fácil.

**Caçador** – Tenho que conseguir uma boa pele de animal ainda hoje. O comprador está com pressa e vou ganhar em dólar. Vou andar um pouco pela floresta. Sei que há um lobo rondando por aí. Quem sabe hoje eu não dou sorte e faço esse lobo virar tapete.

**Narrador** – Enquanto isso o lobo chega à casa da vovó. Ele bate à porta.

**Lobo** – Toc... toc... toc...

**Vovó** – Quem é?

**Lobo** – Sou eu, vovó, sua neta.

**Vovó** – Entre chapeuzinho, já deixei a porta aberta para você poder entrar. Eu estou deitada.

**Narrador** – Quando o lobo entra pula sobre a vovó. (os bonecos simulam a situação) Porém, como o lobo está fraco, não consegue dominar a vovó. Ela foge e se esconde dentro do armário.

**Vovó** – (grita) Socorro ! Socorro!

**Lobo** \_ (rosnando) Que droga, não consegui pegá-la. Mas daqui ela não sai. Só me resta pegar Chapeuzinho; Não posso dar chance de fuga. Tenho uma idéia: vou deitar na cama da vovó e fingir ser ela. Assim ela se aproximará bem perto de mim



**Narrador** – Enquanto o lobo se apronta Chapeuzinho se aproxima da casa.

**Chapeuzinho** – (bate à porta) Vovó sou eu, Chapeuzinho. Posso entrar?

**Lobo** – Claro, entre logo. Chegue bem perto da minha cama para que eu possa vê-la bem.

**Chapeuzinho** – Bom dia, vovó! Trouxe uma comida que mamãe mandou, seu remédio e frutas. Mas, você está tão diferente, vovó. Você deve estar bem mal, hein! Como os seus braços estão grandes e peludos!

**Lobo** – São para lhe abraçar melhor, minha netinha.

**Chapeuzinho** – Nossa, seus olhos estão tão diferentes. Estão tão grandes.

**Lobo** – São para lhe ver melhor, minha netinha.

**Chapeuzinho** – Vovó, a sua boca está enorme.

**Lobo** – É para lhe comer melhor, minha netinha. (o lobo pula em cima de Chapeuzinho, que é mais rápida e corre. A vovó começa a gritar junto com Chapeuzinho. Ocorre uma perseguição, mas o armário se abre e a Chapeuzinho se esconde junto da vovó.

**Narrador**- Enquanto isso o caçador que chegou próximo á casa, ouve os gritos.

**Caçador** – Nossa! Que barulho é esse na casa da vovó. Estou ouvindo gritos de socorro. Vou lá conferir, pode ser o lobo.( O caçador encontra o lobo)

**Caçador** – É o lobo, é o lobo. Finalmente lhe encontrei. Hoje mesmo você vai virar tapete de sala de jantar. (aponta sua arma e atira).

**Lobo** – (grita ao mesmo tempo desesperado) Não me mate, por favor, não me mate.

(após os tiros ele cai inerte)

**Vovó e Chapeuzinho** – (continuam gritando e são tranquilizadas pelo caçador)

**Caçador** – Não se preocupem senhoras, esta fera não perturba mais ninguém. Há muito tempo ando atrás dele. Matei vários do seu bando. Sua pele tem muito valor no mercado de peles de animais. Além de me trazer muito lucro, esses animais não atacam mais ninguém.

**Vovó** – Obrigada, seu caçador.

**Chapeuzinho** – Obrigada, foi um terrível susto.

**Caçador** – Agradecimentos à parte, aqui está a conta pelos meus serviços. Negócio é negócio, e não aceito cheque.

**Narrador** – Assim desapareceu o último dos lobos. Um triste fim para quem apenas queria correr e viver livremente em meio à natureza.



III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG  
IX Semana Nacional de Museus

Museu e Memória

De 16 a 18 de maio de 2011

## DOCUMENTOS DE TRABALHO

(em ordem alfabética, por autor)

	P.
Clésio Barbosa Lemos Júnior - <i>Patrimônio Cultural: Conceitos, proteção e direito pela Educação Patrimonial</i>	1
Diogo Jorge de Melo e Sue Anne Ferreira da Costa - <i>Linha de Pesquisa "Museu, Museologia e Ciência" do Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará: Uma busca pelo Patrimônio Científico nos Museus</i>	14
Edvânia Moreira Antenor, Evânio Santos Branquinho e Ugo Maia Andrade - <i>Reconstrução Etnográfica e Arqueológica por meio de uma coleção de artefatos indígenas</i>	22
Estela de Melo Faria - <i>De Alexandre o Grande às Coleções Numismáticas</i>	34
Fábio Francisco de Almeida Castilho - <i>A Hemeroteca do Museu Regional do Sul de Minas: Fontes para uma História Regional</i>	44
Geysa Karla Alves Galvão - <i>Organização da Informação no Museu Virtual: A coleção etnográfica Carlos Estevão de Oliveira</i>	58
Gilmara Aparecida de Carvalho e Sandro Adauto Palhão - <i>Marolo: Patrimônio e Memória de Paraguaçu</i>	69
Lalaine Rabêlo - <i>Numismática e Legitimação do Poder: O Museu como mantenedor desse acervo e sua importância</i>	81
Maria José dos Santos Wisniewski, Tereza Cristina Orlando, Érika dos Santos Silva, Maria Carolina de Almeida Castilho e Thais Viti - <i>Coleção de Amostras da Comunidade Fitoplanctônica, Zooplanctônica e Bentônica do Laboratório de Limnologia da Unifal-MG</i>	90
Silvilene de Barros Ribeiro Moraes - <i>Museus de História, Memória e Cidadania</i>	99

Stéphanie de Fátima Pereira, Marcelo Polo e Flávio Nunes Ramos - <i>Aspectos Museográficos do Herbário da Unifal-MG</i>	112
Vanessa Roma Moreno-Cotulio, Tereza Cristina Orlando e Vinícius Xavier da Silva - <i>Coleções Biológicas e Memória no contexto do Programa Biota Minas: Patrimônio Genético da Herpetofauna do Sul de Minas Gerais</i>	128
Vinícius Xavier da Silva - <i>Importância da Biodiversidade no contexto do Programa Biota Minas: Coleção Herpetológica da Universidade Federal de Alfenas</i>	138

*\* O conteúdo dos Documentos de Trabalho é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).*



## **PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **Conceitos, proteção e direito pela Educação Patrimonial**

**Clésio Barbosa Lemos Júnior<sup>1</sup>**

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Formiga –  
UNIFOR/MG**

#### **RESUMO**

Este estudo apresenta de maneira sucinta colocações acerca do Patrimônio Cultural apoiado nos conceitos de memória e identidade, apresenta os princípios básicos da proteção e discorre acerca do direito ao Patrimônio Cultural por meio da Educação Patrimonial.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Princípios de Proteção. Educação Patrimonial.

#### **ABSTRACT**

This study presents succinctly postings about Heritage supported the concepts of memory and identity, presents the basic principles of protection and talks about the right to Cultural Heritage through the Heritage Education.

**Keywords:** Cultural Heritage. Principles of Protection. Heritage Education.

---

<sup>1</sup>Arquiteto, urbanista, especialista em patrimônio cultural e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG



## Introdução

O Patrimônio Cultural brasileiro tem recebido nos últimos anos atenção especial derivada das mais variadas esferas sociais. Dos órgãos estatais através da criação e reformulação das leis, haja vista, o Decreto-Lei 25 de 1937, o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, ambos no nível federal, assim como, a Lei 13.803 pertencente ao Estado de Minas Gerais que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, contemplando em um dos seus quesitos o patrimônio cultural e levando, por sua vez, a elaboração de leis de proteção nos municípios. Da sociedade por meio da criação de conselhos e/ou organizações não governamentais que visam à aplicação das leis, a salvaguarda dos bens culturais existentes e, de forma especial, o processo de reconhecimento e valorização da cultura por meio da educação patrimonial.

Parece-nos que passados 74 anos da existência do primeiro decreto e pouco mais de duas décadas da aprovação da “Carta Magna”, a sociedade brasileira e o Poder Público estão atentos ao dever de proteger e transmitir às futuras gerações os bens culturais *“portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”* (Art. 216/1988).

Sem dúvida alguma é bastante relevante, mesmo que aparentemente lenta, verificar a alteração positiva na preservação cultural do cenário brasileiro. Contudo, sabemos da necessidade de preparação e fortalecimento dos atores e instrumentos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural de nosso país, face às crescentes ameaças e desafios advindos, na maioria das vezes, do sistema econômico vigente. Para muitos cidadãos, ainda parece impossível conciliar a preservação com o crescimento econômico e a modernização das nossas cidades, no entanto, vários exemplos nos mostram o contrário. Conhecer e entender a lógica da proteção cultural, pautada nas leis e nos princípios fundamentais que a orientam é ponto fundamental para a efetividade da ação.

Este artigo visa referenciar o Patrimônio Cultural apoiado nos conceitos de memória e identidade, assim como, apresentar os princípios da proteção ao Patrimônio Cultural e ressaltar o direito ao Patrimônio Cultural tendo em vista a Educação Patrimonial. Tudo isso em função de acreditarmos no direito que todos os grupos humanos têm em relação ao legado cultural das gerações passadas, que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro.



## I. Patrimônio Cultural: Conceitos, proteção e direito pela Educação Patrimonial

Apesar do amplo desdobramento trazido pelo subtítulo deste artigo, selecionamos os conceitos de memória e de identidade para balizar nossas ideias. Em seguida traçamos uma breve análise acerca dos “*Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural*”, com base no artigo, de mesmo nome, do Dr. Marcos Paulo de Souza MIRANDA (2009). Finalmente, a Educação Patrimonial aparece em nossas colocações como o instrumento de estruturação da formação do indivíduo e da sociedade, assim como, a maneira de garantir o direito à memória individual e coletiva.

## II. Conceitos

De maneira despretensiosa dizemos que cultura é o conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo, meio pelo qual o ser humano se adapta às condições de existência, transformando a realidade. É um processo em permanente evolução, diversificado e rico. Trata-se do desenvolvimento de uma comunidade, um grupo social, uma nação, fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais.

Conforme nos apresenta CHAÚÍ *apud* RANGEL (2002):

Assim, hoje toma-se a cultura como a transformação pelo homem, das coisas naturais através das invenções coletivas, num tempo determinado, de práticas, valores, símbolos e idéias. Além disso, é uma avaliação pelo homem de seu próprio mundo das obras do pensamento e da arte.

Para SOUZA FILHO *apud* RANGEL (2002):

A cultura no amplo conceito antropológico, é o elemento identificador das sociedades humanas e engloba tanto a linguagem na qual o povo se comunica, conta suas histórias e faz seus poemas, como a forma como prepara seus alimentos, suas crenças, sua religião, o saber e o saber fazer as coisas, seu direito. Os instrumentos de trabalho, as armas e as técnicas agrícolas são resultados da cultura de um povo, tanto quanto suas lendas, adornos e canções.

Ou seja, cultura é o que o homem faz, inventa, imagina. A cultura fortalece e ilustra a nossa memória e nossa identidade.

Da **memória** podemos dizer que são lembranças, reminiscências, vestígios. Aquilo que serve de lembrança. A memória permite a construção da identidade individual e coletiva. Estabelece a relação entre o passado e o presente e permite vislumbrar o futuro. Por ser um elemento vivo, a memória está sujeita a modificações e alterações. Toda memória coletiva se desenvolve em um espaço/lugar (IEPHA/MG, 2008). A memória é entendida como elemento fundamental na formação da identidade cultural individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências significativas.



Filosoficamente memória significa a capacidade de reter um dado da experiência ou conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente, sendo necessária para a constituição das experiências e do conhecimento científico. Toda produção do conhecimento se dá a partir de memórias de um passado que é consolidado no presente. No Dicionário de Filosofia encontramos a seguinte afirmação: “A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996).

A memória é sempre atual, pois a qualquer momento podemos evocá-la. É vivida no tempo presente, e está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, alimenta-se de lembranças vagas, globais e flutuantes e cria sentimento de pertencimento e identidade. Memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa, de um grupo em sua reconstrução (POLLAK, 1992).

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de uma cultura. Reconhecemos pela memória o que nos diferencia/distancia e o que nos aconchega/aproxima. A identidade cultural define o que cada grupo é, assim como nos diferencia uns dos outros. Segundo WEHLING (2003), a memória tem finalidades:

A memória do grupo sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade.

Para SANTOS *apud* RANGEL (2002) a memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado, ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização, ligado à questão da identidade. Sendo assim, memorizada, não cai no esquecimento e vai sendo, constantemente, grafada, narrada, tornando-se fonte histórica, o que segundo LE GOFF (1996) “é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”.

Preservar a memória cultural de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim conservar seus pilares constituintes a fim de não perder conhecimentos e identidades. À medida que avançam a ciência e a tecnologia, e novas ordens sociais se instauram com novos paradigmas, valores e linguagens, a ruptura com o passado torna-se inevitável. Contudo, o esfacelamento da memória cultural, das tradições, desvincula o homem de suas raízes, aliena-o da "realidade objetiva", impossibilita-o de compreender como e porque se dão as transformações econômicas, políticas, sociais e



culturais, uma vez que lhe faltam os elos que dão sentido aos acontecimentos, tornando-o, dessa forma, presa fácil de manipulação e dominação.

Da **identidade** podemos dizer que é tudo aquilo que diferencia e identifica o homem: um grupo social, político, étnico, religioso etc. Trata-se das ações do homem para viver em sociedade ao longo da história e do dia-a-dia. Os marcos do passado constituem parte da memória social e da identidade cultural das comunidades. O passado solidifica a identidade presente e permite o vislumbre do futuro. Não existe identidade sem passado (IEPHA/MG, 2008).

Por identidade entendemos os aspectos peculiares de um determinado povo como suas crenças, ritos e experiências comuns. Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (HALL *apud* RANGEL, 2002).

A identidade é uma categoria extremamente diferenciada dentro das Ciências Humanas e Sociais. Pode ser abordada em relação à questão de gênero, pode ser definida a partir da religião que se professa, pode ser construída com a contribuição da atividade profissional que uma pessoa exerce e está intimamente ligada ao grupo étnico ao qual pertencemos, o que já inclui outras categorias como língua, costumes, etc.

A definição da própria identidade cultural implica em distinguir os princípios, os valores e os traços que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades (SANTOS *apud* RANGEL, 2002). Essa construção da identidade ou identidades vai se moldando quando um determinado grupo se apropria de seus valores e manifestações perpetuando-os na sua história, passando de geração a geração.

As identidades parecem invocar uma origem que residia em um passado histórico com o qual elas continuam a manter certa correspondência. Elas têm ligação, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL *apud* RANGEL, 2002).

### III. Proteção<sup>2</sup>

Em seu artigo intitulado “Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural” o Professor e Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dr.

---

<sup>2</sup> Nesta parte do trabalho fizemos uma breve apresentação dos Princípios da Proteção ao Patrimônio Cultural. Contudo, para um maior aprofundamento na matéria sugerimos a leitura na íntegra do artigo acima mencionado, assim como, da Constituição Federal do Brasil (1988).



Marcos Paulo de Souza Miranda nos alerta para a importância do conhecimento das leis, assim como, dos princípios fundamentais que orientam a preservação dos bens culturais.

Segundo o autor, o Poder Público pode e deve agir na salvaguarda do patrimônio cultural utilizando dos seguintes princípios:

**1. Princípio da proteção:** A proteção ao Patrimônio Cultural é compromisso imposto pela Constituição Federal em seu Artigo 216, parágrafo 10 e no Artigo 23, incisos III e IV. Figura como uma obrigação tanto do Poder Público, do Estado, quanto da Sociedade; "... a ação protetiva em prol do patrimônio cultural não se trata de mera opção ou de faculdade discricionária do Poder Público, mas sim de uma imposição cogente" (MIRANDA, 2009).

**2. Princípio da função sociocultural da propriedade:** A Constituição Federal Brasileira reconhece o direito dos cidadãos à propriedade e estabelece no Artigo 5º, inciso XXIII, que a propriedade atenderá à função social. Da mesma forma, a Carta Magna confere tanto ao Poder Público quanto à comunidade o dever de preservar o patrimônio cultural, conforme citado no item anterior. Sendo assim, MIRANDA (2009) nos alerta:

(...) evidente que os proprietários de bens culturais não podem exercer o seu direito de propriedade de maneira ilimitada, de forma a causar danos a eles, uma vez que estão sujeitos a um regime jurídico próprio, sendo considerados bens de interesse público. Assim, os proprietários de bens culturais devem exercer o direito sobre eles não unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, mas em benefício da coletividade (...).

**3. Princípio da fruição coletiva:** Assegurado pela Constituição Federal, Artigo 215, *caput*, que dispõe: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". Segundo MIRANDA (2009):

O alcance do princípio da fruição coletiva dos bens culturais está bem sintetizado na Conclusão de nº 06 da "Carta de Santos - 2º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural", assim lavrada: O pleno exercício dos direitos de cidadania relacionados à fruição do patrimônio cultural só se torna efetivo se as medidas adotadas para a identificação, pesquisa, registro, proteção, conservação e preservação dos bens e manifestações de valor cultural assegurem a ampla e pública divulgação das medidas adotadas e do valor cultural dos referidos bens e manifestações, bem como o acesso público, às presentes e futuras gerações. Como os bens culturais são a toda evidência, "fontes de cultura", o acesso ao conhecimento sobre eles deve ser assegurado à coletividade, não se podendo lhes dispensar o mesmo tratamento dado aos bens não culturais.

**4. Princípio da prevenção de danos:** Aparece como uma imposição das mais importantes acerca da matéria. O autor do artigo referendado nos lembra que a Constituição Brasileira estatui que meras ameaças (e não necessariamente danos) ao Patrimônio Cultural devam ser punidas na forma da lei (Artigo 216, Parágrafo 4º). Ainda para MIRANDA



(2009), “em termos de patrimônio cultural nosso ordenamento está orientado para uma posição de caráter fundamentalmente preventiva, voltada para o momento anterior à consumação do dano – ou do mero risco”.

**5. Princípio da responsabilização:** Para MIRANDA (2009):

O princípio da responsabilização decorre do que dispõe a Constituição Federal em seu art. 225 § 3º, verbis: As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. A ampla responsabilidade pelos danos causados ao patrimônio cultural está relacionada com a autonomia e independência entre os três sistemas existentes: civil, administrativo e criminal, de forma que um mesmo ato de ofensa a tal bem jurídico pode e deve acarretar responsabilização, de forma simultânea e cumulativa, nas três esferas, nos exatos termos do que determina a nossa Constituição Federal.

**6. Princípio do equilíbrio:** Visa buscar por intermédio de políticas públicas o balanceamento e a conciliação da preservação com o crescimento econômico.

Por força deste princípio, deve-se buscar a criação dos meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento econômico e social e de conservação do patrimônio cultural, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável. Não há dúvida que o desenvolvimento econômico é um valor precioso da sociedade, mas ele deve coexistir com a preservação do meio ambiente cultural, de forma que aquele não implique em anulação deste último. (MIRANDA, 2009).

**7. Princípio da participação popular:** Segundo conceituação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG “a sociedade é a melhor guardiã do patrimônio cultural”. Da mesma forma, “As Normas de Quito” sobre a matéria, editadas em 1967, após reunião da Organização dos Estados Americanos, prenunciavam que:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz. (*apud* MIRANDA, 2009)

**8. Princípio da vinculação dos bens culturais:** De acordo com o autor:

Este princípio tem assento constitucional e decorre do disposto no art. 23, IV, da vigente Carta Magna que dispõe ser competência comum da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios impedir a evasão de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. Ou seja, quis o legislador constituinte que o Poder Público adotasse as medidas cabíveis para assegurar a manutenção de tais bens em suas origens, tendo em vista o seu elevado significado para a memória e identidade de nosso povo. Como decorrência deste princípio, os bens culturais brasileiros devem ser mantidos no país, ressalvada a saída temporária para o exterior com objetivos de intercâmbio científico ou cultural. Neste sentido o Decreto-Lei 25/37 (art. 14), as Leis n° 3.924/61 (art. 20), n° 4845/65 (arts. 1° a 5°) e n° 5.471/68 (arts. 1° a 3°). (MIRANDA, 2009)



**9. Princípio da educação patrimonial:** Decorrente da participação da sociedade na preservação do Patrimônio Cultural, este princípio também figura na Constituição Federal como imposição expressa. Para Maria de Lourdes Parreiras Horta em seu Guia Básico de Educação Patrimonial, trata-se de “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA, 1999). Assim como:

Na “Carta de Goiânia – 1º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural” ficou consignado na conclusão de nº 04: Só por meio da educação é possível mudar valores e incluir a preservação do Patrimônio Cultural na rotina de vida dos cidadãos. É preciso que as instituições de cultura, educação e a sociedade em geral incluam a educação sobre o patrimônio em seus projetos. É necessário criar essa “consciência cultural”, pois a condição primária para a preservação de um bem cultural é o reconhecimento de seu valor pela comunidade onde está inserido. (MIRANDA, 2009)

**10. Princípio da solidariedade intergeracional:** Para MIRANDA (2009):

A nossa Constituição Federal dispõe que é dever do Poder Público e da coletividade a proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput). Sendo certo que os bens que integram o patrimônio cultural estão incluídos entre os bens ambientais, em seu sentido amplo, impõe-se a defesa dos mesmos com vistas às gerações vindouras, já que são de fundamental importância para a sadia qualidade de vida e para a dignidade da pessoa humana. Assim, podemos afirmar que as gerações atuais têm a responsabilidade de cuidar para que as necessidades e os interesses das gerações futuras no que tange ao acesso e a fruição aos bens culturais, de forma sadia e adequada, sejam plenamente salvaguardados.

**11. Princípio da multiplicidade dos meios protetivos:** Dentre os meios de proteção que podem ser usados pela sociedade a favor do Patrimônio Cultural podemos listar: os inventários, os tombamentos, os registros, entre outros. Segundo o autor:

A Constituição cita como exemplo cinco instrumentos de proteção ao patrimônio cultural e deixa espaço para que outras formas de acautelamento e preservação sejam também utilizadas. Assim, conclui-se, por exemplo, que o tombamento – o mais antigo e conhecido instrumento de proteção no Brasil – é apenas uma das muitas formas de preservação de um bem que possui valor cultural. Entretanto, a preservação não possui uma única face, traduzindo-se, em verdade, num conjunto de ações que podem ser tomadas pelo Poder Público ou mesmo por particulares que visem à manutenção da memória dos grupos formadores da nação brasileira. Em cada caso concreto deve ser verificado qual o melhor instrumento para a proteção específica do bem, não havendo uma predeterminação abstrata. (MIRANDA, 2009).

Conhecer a legislação que respalda os princípios de proteção do Patrimônio Cultural configura-se uma atitude de interesse e respeito à sociedade brasileira, bem como,



representa um importante instrumento de luta para aqueles que buscam de maneira ética salvar o legado cultural brasileiro para as gerações futuras.

#### **IV. Direito pela Educação Patrimonial**

As questões referentes ao Patrimônio Cultural Brasileiro ganharam importância política a partir da década de 1920. No entanto, somente na segunda metade da década de 1930, mais precisamente em 1936, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como, com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937<sup>3</sup> é que teremos a institucionalização de uma política pública federal voltada à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Nesse primeiro momento de implementação, a política patrimonial tinha como finalidade impedir que objetos importantes para a história nacional fossem retirados do país, assim como, garantir a preservação do patrimônio arquitetônico que se encontrava ameaçado face à modernização que se expandia pelo país e impunha remodelações urbanas em várias cidades brasileiras. Como exemplo, podemos citar Ouro Preto (MG) que foi tombada como patrimônio em 1934.

Durante esse período, que chamaremos de primeira fase, a definição de Patrimônio Cultural estabelecida no texto da lei era: “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Tal definição privilegiava a salvaguarda do patrimônio arquitetônico de herança lusobrasileira ligado às elites nacionais, conforme nos mostra Ricardo Oriá:

Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado ou arquitetônico – a chamada “pedra e cal”- em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação. (ORÍÁ, 1997)

No entanto, com o processo de redemocratização e abertura política, ocorridos na década de 1980 e materializados com a reformulação da Constituição Brasileira em 1988, o conceito de Patrimônio Cultural ganhou nova dimensão ampliando sobremaneira o âmbito da definição, fazendo “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” Esse alargamento do conceito de patrimônio, por sua vez, decorre também de avanços teóricos e metodológicos advindos das Ciências Humanas

---

<sup>3</sup> Este decreto foi inspirado nas idéias do escritor Mário de Andrade.



e Sociais que formulam, do mesmo modo, uma ampliação do conceito de cultura. Neste sentido, a historiadora Déa Fenelon nos diz que cultura:

(...) é mais do que as belas-artes. É memória, é política, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura. (FENELON, 1992).

Conforme demonstrado, o deslocamento do referencial conceitual que fundamenta as práticas de proteção ao patrimônio foi consolidado com a Constituição de 1988, que além de incorporar em seu texto constitucional a noção de patrimônio cultural, reconheceu a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, bem como estabeleceu o registro e o inventário como instrumentos de preservação desses bens. (IPHAN, 2007).

Outro importante instrumento de avanço em prol da preservação e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro é a Educação Patrimonial. A expressão Educação Patrimonial deriva da tradução de *Heritage Education* (inglês) e foi mencionada pela primeira vez no Brasil na década de 1980 por ocasião do I Seminário de Educação Patrimonial realizado no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Para Maria de Lourdes Parreiras Horta:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA *et alí*, 1999).

Segundo Marília Machado Rangel:

Sob esse ponto de vista, a educação é tratada como um processo (ou método) que visa à continuidade da criação cultural. Destaca-se aqui o papel do patrimônio cultural para o resultado pretendido. Neste caso, o entendimento sobre o que seja e como cuidar do patrimônio cultural é indispensável. A partir de uma pedagogia ativa, que poderá adotar o método da apropriação e valorização de sua herança cultural, espera-se que todo cidadão possa usufruir o patrimônio cultural. (RANGEL, 2002).

A utilização do Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento possibilita aos cidadãos – educandos - perceberem-se enquanto componentes de um processo histórico, assim como, portadores de identidades e culturas plurais. Percepção esta, indispensável quando se busca um reforço da autoestima individual e coletiva. “A Educação Patrimonial é, portanto, todo trabalho educacional que conduza a sociedade a uma mudança



de atitude: ao invés de espectadores da proteção do patrimônio, sejam atores desse processo” (RANGEL, 2002).

Segundo CEROVSTY *apud* RANGEL, "com seu enfoque complexo, a educação - a partir do meio, sobre o meio e para o meio - introduz tendências inovadoras na educação geral, por considerar-se um conceito ideal de integração". Acreditamos que a educação deva atuar na perspectiva da construção do conhecimento refletindo sobre a realidade vivida do aluno, respeitando sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel de cidadão. Desta forma, o direito à memória e ao patrimônio firma-se como um princípio fundamental para o exercício da cidadania.

Ainda segundo RANGEL (2002):

(...) educação patrimonial é todo e qualquer processo de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-se para melhor usufruto desses bens e propiciando a preservação de nossas raízes e bens culturais, bem com a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O resultado final do trabalho de educação patrimonial deve incluir, sempre, a preservação do patrimônio.

Todo esse processo é fundamental para fomentar a ampliação da participação da sociedade brasileira na tarefa de preservar e valorizar o Patrimônio Cultural no país.

### **Considerações finais**

Constatamos ao longo do texto que o conceito de Patrimônio Cultural tem uma estreita relação com as definições de memória e identidade, assim como, há muito já se desvinculou de bens culturais representativos das elites político econômicas. Percebemos também que muito se avançou na concepção e utilização de instrumentos legais de proteção que perpassam pelos inventários, tombamentos, registros até a Educação Patrimonial. Contudo, concretizar ações através de práticas participativas e não elitistas de preservação, ainda nos parece algo muito distante da realidade.

Desta forma, encerramos nossas breves colocações chamando a atenção do leitor para duas reflexões que se desdobram deste artigo. A primeira diz respeito às discussões sobre o Patrimônio Cultural que a nosso ver reclamam, urgentemente, por diálogos mais frequentes entre comunidade, poder público e órgãos responsáveis, acreditando que apenas com a intervenção popular direta nos critérios e práticas de preservação é que poderemos falar na construção de memórias plurais que se expressem na multiplicidade preservada do



Patrimônio Cultural. Memória é conflito e as disputas em torno do passado, do que preservar, de como lembrar, refletem tensões e relações sociais vividas cotidianamente, em constante dinâmica e transformação entre os grupos e indivíduos de uma determinada sociedade.

A segunda diz respeito ao ensino de nossas escolas que ainda permanece carregado por uma “História Tradicional”, advinda da corrente filosófica positivista que, ao evidenciar os grandes acontecimentos políticos e econômicos e os chamados “grandes heróis”, continua provocando desinteresse por parte dos alunos. Nesse tipo de ensino são, geralmente, apresentados uma série de fatos históricos para serem memorizados pelos alunos sem que saibam seu sentido e sem relação com a história vivida por eles. Esta forma de ensino, centrada na memorização mecânica de grandes episódios da vida nacional e da história européia, pouco contribui para a formação de um senso crítico por parte do aluno, uma vez que ele não se reconhece como agente histórico; a história retratada nos livros permanece feita por uma elite dominante das quais ele não faz parte e, portanto, não lhe diz respeito. Essa conjuntura, aliada ao contexto das mudanças globais, massifica e alija o jovem de sua cultura e de suas raízes: somos marcados por um mundo em constante transformação e essa realidade faz com que as pessoas percam seus referenciais históricos e o sentimento de pertencimento e identidade local, regional e nacional.

Corroborando com esta colocação, Hobsbawm afirma que:

A destruição do passado (...) é um dos fenômenos mais lúgubres do final do séc. XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem relação com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN *apud* RANGEL, 2002)

Entendemos que a ação educativa não se restringe apenas à sala de aula, está sendo reconhecida em múltiplos espaços sociais como museus, praças, bairros, lugares de memórias, enfim, o espaço em que se vive. Esse reconhecimento pode ser ampliado se soubermos, a partir do cotidiano do aluno, propor reflexões e ações para a compreensão do mundo e do espaço em seu entorno.



## Referências

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Decreto Lei 25, 1937.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico in: O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia Básico de Educação Patrimonial/ Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IEPHA/MG. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Diretrizes para Proteção do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte. IEPHA/MG, 2008.

IPHAN. Patrimônio Cultural imaterial: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão. 4ª Ed. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1996.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural/ Org. Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In. Estudos Históricos. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.

RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial – Conceitos sobre Patrimônio Cultural. In MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. As estratégias da memória social. In Brasilis: Rio de Janeiro: Editora Atlântida, Ano 1, Nº 1, 2003.



## **LINHA DE PESQUISA “MUSEU, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA” DO CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UMA BUSCA PELO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO NOS MUSEUS**

**Diogo Jorge de Melo<sup>1 2</sup>**

**Sue Anne Ferreira da Costa<sup>1 3</sup>**

**<sup>1</sup>Faculdade de Artes Visuais e Museologia da Universidade Federal do Pará e Museu  
Paraense Emílio Goeldi; <sup>2</sup>diogojmelo@gmail.com; <sup>3</sup>sue.costa@gmail.com**

### **RESUMO**

O trabalho apresenta a proposta da linha de pesquisa “Museu, Museologia e Ciência” do projeto “Para além dos muros do Museu” que integra o Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará. Esta linha entende a Ciência como uma cultura e busca através do entendimento da história dos museus apresentar as diversas manifestações existentes nesta relação entre Ciência e Museu, assim como a importância da Museologia como um campo consolidador destes dois espaços. Desta maneira se enquadram no projeto de pesquisa todas as relações existentes entre os Museus, a Museologia e a Ciência e conseqüentemente a função do patrimônio científico neste campo, inclusive nos âmbito histórico, prático e teórico, assim com aspectos de difusão e popularização da ciência.

**Palavras-chave** – Museu. Museologia. Ciência

### **ABSTRACT**

This work presents the research line proposal “Museum, Museology and Science” for the project “Beyond the Museum Walls”, which is part of the Pedagogical Project of the Federal University of Pará’s Museology Undergraduation Course. In this research line, we understand Science as a culture and we aim at presenting the existing manifestations in the relation Science and Museum through an understanding of Museum-history. We also aim at studying the importance of Museology as a consolidating field for both spaces. Therefore, all the range of relations among museums, Museology and the function of cultural heritage in this field fit this project, including historical, practical and theoretical spheres, as well as relations dealing with science popularization.

**Key Words:** Museum. Museology. Science.



## **Introdução**

O curso de Museologia da Universidade Federal do Pará, fundado em 2009, o primeiro da região norte do país, se encontra no seu terceiro ano de atuação e consta atualmente com três turmas que somam cerca de 70 alunos. Apesar de muito recente, o curso apresenta em vigor dois currículos distintos, fato conseqüente de profundas modificações que foram sendo realizadas com a consolidação e formação do corpo teórico do curso, que atualmente consta com dez professores, sendo quatro museólogos de formação.

O primeiro currículo foi estabelecido em um regime intervalar, sendo o curso oferecido no período de férias dos cursos normais. Neste currículo existe uma diversidade de disciplinas de ciência como “Ecologia Geral”, “Zoologia”, “Filosofia da Ciência”, “Botânica Geral”, “Geologia, Espeleologia, Paleontologia e Gemologia Geral”, sem incluir as disciplinas ligadas às áreas humanas como arqueologia, antropologia e história.

O novo currículo que está sendo implantado neste ano de 2011, sendo ofertado no regime normal da universidade. Cabe destacar que a primeira turma do curso, a de 2009, optou por se transferir para o novo currículo, restando apenas uma turma no currículo antigo. A origem e a motivação da modificação se deu principalmente pela baixa ocorrência de disciplinas voltadas para Museologia, principalmente as de cunho teórico, fato que gerou uma diminuição de disciplinas ligadas diretamente à Ciência. Sendo identificadas as disciplinas de “Ciências da Terra”, “Biogeografia” e “Ecologia e Patrimônio Natural”<sup>1</sup>.

Em conseqüência das questões anteriores, atualmente o colegiado de professores do curso de Museologia estão estabelecendo as diretrizes de pesquisa do projeto político pedagógico do curso, onde foi estabelecido um grupo de pesquisa intitulado “Para além dos muros do Museu”, que se divide em quatro linhas, sendo “Museu, Museologia e Ciência” uma delas. Conseqüentemente, o objetivo deste trabalho é apresentar as diretrizes desta linha de pesquisa, que é coordenada pelos autores, demonstrando a importância da cultura científica e seu entendimento como um patrimônio relevante às questões museológicas.

### **I. Museu, Museologia e Ciência, reconhecendo a Cultura Científica e o seu Patrimônio**

A consolidação da linha de pesquisa “Museu, Museologia e Ciência” se baseia no entendimento de que a Ciência é mais do que um campo de conhecimento, podendo ser

---

<sup>1</sup> O termo Ciência está sendo apresentado de uma maneira fechada, nas ditas ciências duras, as exatas e da natureza. Contudo os autores não descartam as Ciências Humanas e Sociais deste contexto, pois elas são fundamentais no desenvolvimento dos pensamentos aqui apresentados, assim como a consolidação da linha de pesquisa apresentada.



entendida como uma Cultura, denominada de Cultura Científica. Nesta concepção, adotada principalmente pelos Estudos Sociais da Ciência, campo do conhecimento iniciado na década de 1960 por Robert K. Merton entende-se que nos fazeres da Ciência existem determinadas peculiaridades ligadas a comportamentos e fazeres específicos da área (LOPES, 2006). Tal relevância deste entendimento se dá em decorrência do desdobramento deste campo, como nos trabalhos de Bruno Latour, que se autodenomina um etnólogo que estuda o comportamento de cientista em seus laboratórios (LATOURE, 2000 e 2001).

Outro exemplo, dentro da concepção da Cultura Científica, que nos aproxima do diálogo com o campo museológico é a historiografia da História da Ciência que também dialoga com o campo dos Estudos Sociais da Ciência, principalmente pela consolidação de novos paradigmas. A corrente mais tradicional, positivistas, sempre buscava estudos de caráter eurocêntricos, o que, por exemplo, gerava uma distorção nos aspectos da História da Ciência da América Latina, pois eram desconsiderados aspectos históricos, sociais e políticos locais. Resumindo, as correntes positivistas acreditavam que não existia uma ciência “autêntica” e original na América Latina e países periféricos, pois eram incapazes de fazer ciência ao modo europeu. Hoje, no entanto, as pesquisas focam-se no conhecimento científico, buscando as especificidades locais, o que ampliou consideravelmente o universo de pesquisa da História da Ciência, inclusive se falando em estudos de etnociência, que é a busca dos conhecimentos científicos locais, como dos indígenas (ALVIM, 2007). Cabe destacar que tais perspectivas positivistas por muito das vezes renegavam e nem cogitavam a existência de estudos da História da Ciência em determinados contextos, como o Brasil Colônia e Império. Hoje, contudo são inúmeros estudos que buscam ciência nesses períodos e inclusive assimilando os Museus<sup>2</sup> latinoamericanos como locais onde a Ciência era propagada e difundida. Contudo é muito fácil entender que nesse cenário denominado de Museu abrigue um tipo específico de Cultura Científica, que é compreendida claramente com a história desta instituição.

A relação Museu e Ciência surgiu no século XV e XVI, com os Gabinetes de Curiosidades, que eram grandes salões que guardavam relíquias muitas das vezes com identificações fantásticas, que representavam o mundo em uma vertente realista e mítica (MELO, 2009). Foram esses gabinetes que originaram a concepção atual de Museu, principalmente os Museus de História Natural, que são considerados por McManus (1992 *apud* CAZELLI *et all*, 2003) a primeira geração de museus de ciência. Pois o objetivo destes museus, assim como os Gabinetes de Curiosidade era de representar o mundo, com o

---

<sup>2</sup> O termo Museu, quando apresentado com letra maiúscula se refere aos museus de uma maneira ampla, buscando abranger todas as tipologias de museus existentes, além de entendê-lo como objeto de estudo do campo museológico.



intuito de entendê-lo e interpretá-lo, classificando-o, fato possível em decorrência do desenvolvimento das ideologias iluministas que consolidaram a Cultura Científica, com a solidificação da metodologia científica baseada na observação e experimentação, iniciada pelo pensamento de Descartes.

Tais aspectos, identificam uma Cultura Científica bem peculiar nesta geração de museus, como os aspectos descritos por Cazelli *et all* (2003):

“Os museus de ciência de primeira geração são vistos como santuários de objetos em uma reserva aberta... as peças acumuladas eram mostradas em sua totalidade a partir de uma classificação e de forma repetida.” (CAZELLI *et all*, 2003, p.86)

Esta relação ajuda-nos a entender como se estabeleceu a relação de patrimônio científico nesta geração de museus e conseqüentemente influenciou outras gerações e tipologias de museus. Pois os objetos eram identificados como uma representação do conhecimento científico, legitimando o conhecimento e o método científico. Um exemplo disso são os holótipos, até hoje utilizados nas classificações sistemáticas da Biologia. Pois estes são objetos retirados do mundo natural, como os objetos dos Gabinetes de Curiosidades, contudo possuem um caráter único, pois eles representam um conjunto de seres vivos. São os holótipos os espécimes utilizados pelos cientistas ao descreverem uma espécie, logo eles representam todos os indivíduos de uma espécie, muitas vezes, uma única representação no universo científico.

Contudo, tal realidade da cultura científica, já se modificou com o desenvolvimento da Biologia, principalmente com os conhecimentos da genética. Hoje um holótipo, não é mais capaz de representar uma espécie, pois sabemos que cada indivíduo é único, portador de um código genético específico. Fato que demonstra que a cultura científica é tão dinâmica como outras formas de cultura. Cabe destacar, que a segunda geração de museus de ciência, originados das experiências das Grandes Exposições Internacionais, abrigam outra vertente da Cultura Científica, que hoje esta amplamente difundida e presente em nossas vidas, a tecnológica. Estes museus, que em decorrência da industrialização, passam a servir de vitrines para indústria, introduzindo a vertente tecnológica na instituição, aproximando o universo da Ciência e dos museus ao mundo dos negócios, ao capitalismo.

Contudo não são apenas os objetos de museus e o mercado, os fatores de destaque na cultura científica nos espaços museológicos que trabalham com Ciência, pois os fatores sociais, comunicacionais e educacionais também possuem grande relevância nesta concepção. Apesar de presentes em todos os tipos de Museus, estas idéias são mais claras a partir da terceira geração de museus. Estes são museus que começaram a se voltar para aspectos educacionais, comunicacionais e lúdicos. Primeiramente com o surgimento dos aparatos denominados de *push-button* ou *hand on*, que buscavam uma interação do público



em suas exposições através de alavancas e botões. Posteriormente com os *mind on*, que buscavam aproximar o público da cultura científica por experimentações. Pois são simulados no espaço museológico experimentos de laboratórios, principalmente os de Física e Química, o que possibilita uma simulação da vivência do universo da Ciência, uma imersão na cultura científica, a representação de um fazer ou um *habitus*, um patrimônio imaterial da cultura científica, pois aborda a questão do fazer ciência. E por último, fala-se em um novo aspecto interativo dos museus de ciência os *Hart on*, que são aspectos de interatividade que buscam a afetividade do visitante. Não basta apenas se sentir um cientista, precisa-se incorporar a Cultura Científica, fazendo com que ela faça parte de sua vida a fim de atingir o objetivo que vem sendo falado por muitos teóricos da museologia como Tereza Scheiner (1991). Outro viés consonante, que está sendo colocado um pouco de lado, em decorrência de críticas que o compreende apenas por um aspecto conteudista é o de alfabetização científica. Conceito amplo que não deve ser limitado a um aspecto, por exemplo, ser alfabetizado em uma língua, não é apenas conhecer as letras, as fonéticas, saber ler e escrever e sim utilizar-se destes conhecimentos para uma interação social, que seja capaz de auxiliar o indivíduo nas suas experiências e atuações na sociedade contemporânea. Desta maneira, entende-se como uma pessoa alfabetizada cientificamente, aquela que é capaz de utilizar a ciência em seu benefício, no cotidiano do seu dia, além de ser capaz de reconhecer as limitações da mesma em suas diversas representações. Isso é entender como a ciência funciona e que ela é uma construção social, produto da cultura científica<sup>3</sup>.

Neste ponto, chegamos ao último aspecto que pretendemos enfatizar neste trabalho sobre a cultura científica, que é a divulgação científica. Este reafirma o surgimento de um novo campo do conhecimento, que busca compartilhar e desenvolver técnicas e teorias de compartilhamento da ciência com toda a sociedade. Em decorrência deste fator, é nítida a presença dos conceitos desta área em muitos ambientes, mas com certeza um dos locais de maior incidência deste tipo de cultura são os Museus, que abraçaram as perspectivas da divulgação científica e a tomaram como um processo importante e relevante para seus objetivos institucionais.

Não pretendemos cobrir todos os aspectos da cultura científica e todas as suas manifestações e relações com os Museus e a Museologia neste trabalho, principalmente levando em consideração a riqueza e diversidade de relações existentes neste processo. Contudo, buscamos com o levantamento destas questões identificar as inúmeras possibilidades de pesquisa existente neste universo, que é o estabelecimento de relações

---

<sup>3</sup> Muitas das idéias apresentadas foram baseadas no texto de Durant (2005).



entre Museu, Museologia e Ciência, nome de nossa linha de pesquisa, assim como entender a relevância e o significado dos patrimônios científicos oriundos dessa tríade. Pois definimos como sua principal diretriz o texto abaixo:

“A linha de pesquisa busca entender as diversas relações de dois campos do conhecimento, o da Ciência em sua amplitude, principalmente nas vertentes das Ciências Naturais e Tecnológicas, e o da Museologia. Fazendo com que nessa linha de pesquisa incluam-se estudos temáticos sobre História da Ciência e dos Museus de Ciência e Tecnologia, estudos de análises de acervos científicos, assim como processos comunicacionais, educacionais e de divulgação científica.”

Desta forma, pretende-se justificar a importância da consolidação da linha, com a apresentação de um cenário dos museus de ciência na cidade de Belém. Lembrando que toda cultura é capaz de produzir seu próprio patrimônio, que no caso em questão, abrange uma diversidade, que vai dos objetos preservados nos museus, passando pelo contexto intelectual e culminando em questões de afetividade e até necessidades de sobrevivência. Cabe destacar que existem outros fenômenos museológico que se relacionam nas perspectivas apresentadas e não foram designados no trabalho como os Ecomuseus, Museus Virtuais e até mesmo os museus de História e de Arte, que muitas das vezes conjugam questões do universo científico, um exemplo forte disso são os trabalhos que vêm sendo realizados em Ciência e Arte. Logo o objetivo da linha de pesquisa “Museu, Museologia e Ciência” é ser ampla o suficiente para abranger as pesquisa que vem sendo realizadas pelos dois autores, que dialogam preponderantemente com a História Natural e as Geociências, como a de interesse futuro dos alunos em desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso e a própria assimilação de outros docentes e pesquisadores à linha de pesquisa.

Para finalizar, cabe destacar que no estado do Pará, principalmente na cidade de Belém, existe uma diversidade de Museus que abordam as questões apresentadas pela linha de pesquisa, fato que consolida e justifica a presença da mesma no curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará. Destas instituições podemos citar: o **Museu Paraense Emílio Goeldi**, que foi o primeiro museu do Pará e um dos primeiros do Brasil, criado em **1866** por Domingos Soares Ferreira Penna com objetivo de estudar a fauna, a flora e o homem na região, atualmente uma das maiores referências científicas do estado; **Museu da Imagem e do Som**, moldado com base no modelo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, foi inaugurado em **1971** e possui uma forte relação com o desenvolvimento tecnológicos das mídias; **Museu de Geociências/UFPA**, criado no ano de **1973**, possui um acervo de minerais, rochas e fósseis, que se destinam ao auxílio do ensino na universidade das geociências; **Museu de Anatomia Professor Manoel da Silva Braga/UFPA**, inaugurado em **1982** com o objetivo de auxiliar os estudos de Anatomia dos alunos de graduação; **Museu/Arquivo Histórico da Santa Casa**, fundado em



**1987** no atual prédio do hospital, que data de 1900, possui o objetivo de contar a história da instituição, inclusive possuindo um acervo de instrumentos médicos; **Museu de Zoologia da UFPA**, criado em **1992** com objetivo de auxiliar as aulas práticas da disciplina na universidade; **Museu de Minerais-Minérios do Departamento Nacional da Produção Mineral**, abriu as portas em **1994** e busca apresentar a diversidade mineralógica e os minérios do solo paraense; **Museu de Medicina do Pará**, fundado em **1999** com o objetivo de registrar a história da medicina do Pará; **São José Liberto/Museu de Gemas do Pará** espaço cultural onde se concentra um pólo joalheiro, sendo o prédio um antigo convento, hospital e presídio, foi inaugurado em **2002** e possui muitas peças arqueológicas, minerais e rochas; **Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves**, criado em **2002** é um espaço inspirado em Bois de Bologne de Paris, sendo ele uma área de floresta preservada no século XIX, com diversas interferências paisagísticas da época; **Mangal das Garças/Memorial Amazônico da Navegação**, inaugurado em **2005** consiste em um parque que conjuga paisagismo, apresentações de exemplares da fauna e flora e uma exposição sobre a história dos transportes fluviais; **Museu do Centro Nacional de Primata**, criado em **2005** pelo Centro Nacional de Primatas possui o objetivo de divulgação do mesmo; **Ecomuseu da Amazônia**, fundado em **2007** busca através dos princípios dos ecomuseus, principalmente as ações sociais, musealizar a região onde atua; **Museu Interativo da Física/UFPA**, criado em **2008**, busca por meio de aparatos interativos explicar a Física e suas relações com outras áreas; **Planetário da Universidade Estadual do Pará**; e os próprios parque ambientais, como o de **Utinga** localizado na região metropolitana (JÚNIOR & GUIMARÃES, 2004; ALENCAR, 2010).



## Referências

ALENCAR, A. C. A. **Guia de Museus e Galerias de Arte de Belém**. Belém: Gráfica Alves, 2010, 101p.

ALVIM, M. H. **Dos Céus e da Terra**: astrologia judiciária e descrição da superfície terrestre nos relatos missionários da nova Espanha do século XVI. 2007. 280p. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra) – Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUDART, D. C. Educação e comunicação em Museus de Ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: GOUVÊA, G. *et all* **Educação e Museu**. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 2003, p.83-106.

DURANT, J. O que é alfabetização científica. In: MASSARANI *et all* **Terra incógnita a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Ed. Vieira & Lent, 2005, p.13-26.

BAÍA JÚNIOR, P. C.; GUIMARÃES, D. A. A. Parque Ambiental de Belém: um estudo da conservação da fauna silvestre local e a interação desta atividade com a comunidade do entorno. **Revista Científica da UFPA**, Belém, v.4, 2004. Disponível em <[www.ufpa.br/revistaic](http://www.ufpa.br/revistaic)>.

LATOUR, B. **Ciência em ação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, 438p.

LATOUR, B. **A esperança de pandora**. Bauru: EDUSC, 2001, 370p.

LOPES, M.M. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.27, p.35-61, 2006.

MELO, D.J. O Homem os fósseis e os Museus. In: **Anais Scientiarum Historia II**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p.111-115.

SCHEINER, T. Museus e Exposições: apontamentos para uma teoria do sentir. In: **Seminário do Comitê de Museologia do ICOM (ICOFOM)**, 1991.



## RECONSTRUÇÃO ETNOGRÁFICA E ARQUEOLÓGICA POR MEIO DE UMA COLEÇÃO DE ARTEFATOS INDÍGENAS

**Edvânia Moreira Antenor, estudante do curso de Geografia, Universidade Federal de Alfenas – MG (UNIFAL), [edi\\_direito@yahoo.com.br](mailto:edi_direito@yahoo.com.br);**

**Prof. Dr. Evânio Santos Branquinho (orientador), professor, Universidade Federal de Alfenas – MG (UNIFAL), [esbranquinho@uol.com.br](mailto:esbranquinho@uol.com.br);**

**Prof. Dr. Ugo Maia Andrade (co-autor), professor, Universidade Federal de Sergipe (UFS), [ugomaia@usp.br](mailto:ugomaia@usp.br).**

### RESUMO

O artigo apresenta uma coleção de artefatos indígenas e quilombolas, que representam, na realidade, documentos que se particularizam por serem materiais. Abordamos a necessidade do relato oral, que é também método científico e cultura imaterial. O interlocutor que contribuiu para elaboração deste artigo foi o Sr. Antonio Aduato Leite, depositário fiel do museu etnográfico, localizado na fazenda Panorama a 40 km da cidade de Carmo do Rio Claro-MG. Tratamos do contexto geográfico e histórico do município de Carmo do Rio Claro, lugar que se define por uma extensa região de beleza rara, pelos sítios arqueológicos e a sua redefinição geomorfológica depois da criação do Lago de Furnas, durante os anos de 1960. Evidenciamos a importância das ciências: Arqueológica, Etnográfica, Geográfica Cultural e Histórica como uma rede articulada e multidisciplinar que se complementam, e que possivelmente contribuirão para pesquisas que poderão futuramente ser realizadas em Carmo do Rio Claro. Durante os anos de 1970-1980 pesquisas arqueológicas orientadas pelo IAB-RJ (Instituto de Arqueologia Brasileira – Rio de Janeiro) foram realizadas naquele lugar, por este motivo, enfatizamos sua importância neste artigo.

**Palavras-chave:** Artefatos. Quilombolas. Sítios arqueológicos. Sociedades indígenas.



## **ETHNOGRAFIC AND ARCHAEOLOGICAL RECONSTRUCTION BY MEANS OF A COLLECTION OF INDIAN ARTIFACTS.**

### **ABSTRACT**

The article demonstrates a collection of indian artifacts and quilombolas, which represent, in fact, documents that are material to particularize. We approach the need for oral report, which is also the scientific method and intangible culture. The social agent who helped prepare this article was Mr. Antonio Aduato Leite, faithful depository of ethnographic museum, located in Panorama farm 40 km from the city of Carmo do Rio Claro-MG. We treat the geographical and historical context of the city of Carmo do Rio Claro, a place that defines itself by an extensive area of rare beauty, archaeological sites and their geomorphological reset after the creation of Lake Furnas, during the 1960s. Demonstrated the importance of science: Archaeological, Ethnographic, Cultural and Historical Geographic as an articulated and multidisciplinary network that complement, and possibly contribute to research that may one day be held in Carmo do Rio Claro. During the years 1970-1980 archaeological research directed by the IAB-RJ (Brazilian Institute of Archaeology - Rio de Janeiro) were performed in that place, for this reason, we emphasize its importance in this article.

**Keywords:** Artifacts. Quilombolas. Archaeological sites. Indigenous societies.



## INTRODUÇÃO

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade à ação à memória dos diferentes grupos formadores da Sociedade Brasileira”.

Brasil. Constituição, 1988: art. 216.

Segundo o Historiador Stille (2005), é preciso saber o local em que um determinado objeto foi encontrado e de que forma era usado para poder compreender seu estado atual. Valendo-se dessa consideração, a Arqueologia é a ciência que estudará diretamente a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (Funari, 2006:15). Em auxílio utilizamos a Geografia Cultural em que, para espaço-tempo o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns verificáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam ou ocuparam (Corrêa & Rosendahl, 2003:28).

Assim, a especificidade da Arqueologia consiste em tratar particularmente da cultura material revelada por meio dos artefatos e de tudo que em termos materiais se refere à vida humana no passado e presente. Utilizando-se de métodos próprios poderá, portanto, envolver-se também com objetos históricos e sócioantropológicos (Funari, 2006:18).

Pesquisas relacionadas à Arqueologia, à Pré-História, à Geografia Cultural e à História Regional, devem ser melhor desenvolvidas em Minas Gerais e especificamente no município de Carmo do Rio Claro. Como objeto de estudo e para reforçar a premissa acima mencionada, baseamos o estudo em uma coleção particular constituída de uma variedade de artefatos indígenas: objetos da cultura material de grupos pré-históricos que ocuparam a região durante séculos, precisamente a partir do século VIII (Prous, 2006:84).

A região de Carmo do Rio Claro necessita de um mapeamento dos sítios arqueológicos e de uma rede articulada de pesquisas multidisciplinares, bem como dos registros dos relatos orais para melhor compreensão de um remoto passado, que será fundamental à etnohistória local.

Este artigo tem por objetivo enfatizar a relevância de um trabalho multidisciplinar, em que são citados alguns tipos de ciências afins que se complementam e que poderão oferecer melhor suporte a estudos relacionados à memória do Patrimônio Cultural e às Paisagens Culturais. Fundamentais para refletir sobre o passado e fontes essenciais para compreender o espaço-tempo.



## I. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

É necessário explicitar que por artefatos da pré-história compreendemos objetos da cultura material de povos nativos, que não mais guardam uma ligação simbólica ou funcional direta com a cultura brasileira atual (Castro; Henriques & Lima, 2008:92). E que definição de pré-história tem como referência tradicional ser anterior à chegada dos europeus ao continente em fins do século XV (Funari, 2006:27).

Entendemos também artefatos como traços da atividade humana, objetos que ao serem analisados por meio dos métodos da ciência arqueológica e outras afins, contribuem para que possamos conhecer as histórias os espaços; dados sobre o desenrolar da vida dessas sociedades distantes no espaço-tempo (Castro; Henriques & Lima, 2008:92). Contudo, não é a distância cronológica a causa da ruptura no âmbito da memória entre tais populações pré-históricas e a sociedade moderna. Essa fissura é devida à própria história do processo de conquista e colonização das Américas e suas conseqüências para os povos indígenas.

Queremos demonstrar que a região de Carmo do Rio Claro constitui-se em repositório de material arqueológico, que poderá ser melhor analisado e contribuir para a produção de conhecimento a ser difundido a partir da própria região. A região apresenta grandes ocorrências de sítios arqueológicos a céu aberto, em vertentes suaves a beira de córregos, com centenas de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos fabricados tanto pela técnica de polimento, quanto pela técnica de lascamento (Dias, 1979-80:214-215). É importante ressaltar que a região é um repositório instável por estar sujeito a atividade agrícola, sendo necessário à conscientização para a valorização e preservação do Patrimônio Arqueológico Regional.

Como salienta Prous (2006):

Os sítios arqueológicos não são entidades isoladas, mas elementos dentro da ocupação de um território por uma população. Alguns deles refletem ocupações sazonais, enquanto outros correspondem a habitações de longa duração. Alguns mostram atividades precisas e limitadas (cemitérios, locais de extração de matéria-prima, ateliês de fabricação de instrumentos, locais de preservação de alimentos etc.), enquanto outros guardam vestígios de atividades diversificadas. Uns evidenciam a exploração de zonas baixas (por exemplo, para agricultura ou pesca), enquanto outros correspondem a um uso casual (tal como caça, coleta de determinadas plantas ou realização de rituais). Situação em que, cada sítio deve ser abordado de uma maneira específica, e nenhum deles apresentam uma visão completa da ocupação do território.

Além das culturas materiais, é muito provável que a história destes povos ameríndios tenha se constituído em rica variação de práticas sociais, políticas e econômicas, incluindo a



criação de ricos acervos mitológicos e de uma variada cosmologia, ou seja, visões de mundo (Funari & Noelli, 2006:67).

Nos sítios arqueológicos de Carmo Rio Claro, graças à variedade de culturas materiais que são encontradas, tais como: vasilhas, urnas funerárias com restos mortais, cachimbos, fusos de cerâmica, pontas de flechas, machados semilunares, fragmentos cerâmicos, além de outros artefatos, pode-se verificar por meio destes vestígios arqueológicos a que conjuntos de povos indígenas pertenceram.

Há hipótese de serem os Kaiapó povos GÊ vindos do Brasil Central (Montagu, 1964:103-104), que pela história regional eram conhecidos por Cataguases e, os povos Tupi-guarani que se refugiaram na região, tentando ficar livres da escravização ou preamento impostas pelos europeus durante o século XVI, bandeirantes e capitães-do-mato durante os séculos XVII e XVIII (Resende, 2007:8-22). Povos ameríndios que habitaram os rincões daquela região pródiga de recursos naturais e de aspectos geográficos, até a chegada dos bandeirantes e posseiros durante os séculos XVII e XVIII. Período em que a procura e a cobiça pelo ouro e pedras preciosas, fazia-se necessário e de extrema urgência, e em contrapartida fizeram o extermínio e a escravização do homem ameríndio (Resende, 2007:6-27).

Os sítios pré-históricos do território nacional constituem imenso manancial pouquíssimo explorado como fator turístico-cultural, como é observado em Carmo do Rio Claro, lugar em que poderia ter pesquisas arqueológicas, da geografia cultural e histórica mais aprofundada. Ousaríamos inferir que isto deriva do pouco valor atribuído aos indígenas e negros em nossa sociedade, e pelos milhares de anos da Pré-história relegados (Funari, 2006:116-117). E porque nossas origens remotas são ainda pouco consideradas, herança que é mal conhecida e mesmo rejeitada, por ser considerada parte de uma “cultura inferior”.

## **II. SR. ADAUTO LEITE E A COLEÇÃO DE ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS**

Fonte importante como referência para este artigo é o acervo particular constituído por aproximadamente três mil peças indígenas, que tem por depositário fiel o Sr. Antônio Adauto Leite de 84 anos. Tais artefatos possuem um grande apelo visual e didático, características que justificam suas exposições com mais destaque.

Sr. Leite constituiu toda a coleção arqueológica reconhecida pelo IAB-RJ (Dias 1979-80:214-215), há aproximadamente cinco décadas e graças às doações que foram feitas por agricultores que encontraram artefatos durante o preparo das terras. Assim Sr. Leite se considera um “arqueólogo e historiador amador”, pautando suas pesquisas autodidatas sem



o auxílio de nenhum pesquisador das ciências afins, quer seja da Arqueologia, História , Geografia Cultural ou Etnografia. É possível identificar alguns artefatos, tais como: urnas funerárias, cachimbos, pontas de flecha, tacapes e outros. Sr. Leite descreve cada peça e o lugar em que foram encontradas, quando e quem às doou. Fonte de informações por meio do relato oral, bem como de um sucinto Georreferenciamento dos possíveis sítios arqueológicos, Sr. Leite nos relata com precisão onde foram e podem ser localizados os artefatos líticos e cerâmicos, os cemitérios indígenas e as grutas com pinturas rupestres, imersas nas águas do Lago de Furnas (Vieira, 2002:309-326). Conta-nos sobre a gruta de Itapecerica, que é derivada do *tupi*, *ita* (pedra) e *pecerica* (pedra lisa ou escorregadia), que possuía inúmeras pinturas rupestres (Vieira, 2002:309-326).

Sr. Leite ainda lúcido e exímio em suas descrições, relatou-nos em uma de nossas visitas a sua residência como eram as pinturas rupestres encontradas na gruta de Itapecerica. Segundo ele “(...) eram pinturas de uma beleza exótica”, constituídas de tons avermelhados e alaranjados e bem interessantes! Além da beleza das pinturas rupestres, eram encontradas perto daquele lugar muitas orquídeas (*Catléias valquirianas*), flores de uma beleza rara (...). Há décadas o mesmo cultivava em seu jardim algumas dessas flores, que são provenientes da gruta de Itapecerica e as denomina “flores dos espíritos”.

Foi a partir do relato oral e desta coleção que verificamos a necessidade de se trabalhar incisivamente na reconstrução da Pré-história e História Regional de Carmo do Rio Claro. O acervo é magnífico, o que contribuiu para enriquecer pesquisas realizadas pelos arqueólogos Ondemar Dias Junior do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB-RJ) e André Prous da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e outros arqueólogos ao longo de décadas.

Somente no ano de 2009 o Sr. Leite teve a coleção de artefatos reconhecida por Órgãos Estaduais e Municipais que cogitam a criação de um museu, condições em que a coleção que é fonte de informações de cultura material – e que cronologicamente remontam ao passado longínquo, ou seja, ao período pré-histórico - deverá ser analisada e pesquisada em uma reserva técnica para catalogação.

### **III. CARMO DO RIO CLARO-MG**

Historicamente o Município de Carmo do Rio Claro no Sudoeste de Minas Gerais guarda em sua memória a história dos povos indígenas - povos pré-históricos que ali habitaram – das trilhas bandeirantes, em busca de ouro, dos quilombos rebeldes e das fazendas seculares (Grilo, 1996:15-40).



Em relação às fontes e referências históricas de Carmo do Rio Claro, parecem se reduzir a praticamente duas: o Breve Histórico publicado na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* do ano de 1958 e o que foi publicado em 1977 em comemoração ao centenário da cidade, que é uma compilação do primeiro. O que limita o conhecimento historiográfico da região.

Resumidamente o que consta em tal documento histórico é que Carmo do Rio Claro foi Freguesia durante os anos de 1780, tornou-se Vila no ano de 1875 e foi emancipada como Cidade no ano de 1877. Descreve também, algo sobre a entrada das Bandeiras, relacionadas ao bandeirante Lourenço Castanho, e um conjunto indígena denominado Cataguases. Momento da História Colonial, precisamente fins dos séculos XVII e início do XVIII em que citam os confrontos entre bandeirantes, posseiros e indígenas (Grilo, 1996:18-109).

Sobre a entrada das Bandeiras é bem provável que o Lourenço Castanho citado naquele documento histórico - como sugere o historiador Antônio Grilo (1996) – não tenha sido realmente o desbravador da região em que hoje se situa à cidade de Carmo do Rio Claro. Estes sertanistas estiveram sitiados em áreas para além do Rio Grande e muito dificilmente para cá dele e eram ligados ao Governador das Minas (Romeiro, 2003:45-194) área que pertencia à província de São Paulo. Portanto, estas Bandeiras teriam cruzado a região de Carmo do Rio Claro em épocas mais remotas o que provavelmente contradiz tal documento histórico (Grilo, 1996:19-25), ou seja, outra Bandeira teria entrado nesta região.

Possivelmente o episódio da destruição dos aldeamentos indígenas de Carmo do Rio Claro tenha ocorrido mais tardiamente, pois os primeiros já teriam sido devastados pelas Bandeiras Paulistas (Romeiro, 2003:173) e teriam penetrado cada vez mais rumo aos “sertões” do Mato Grosso e Goiás. Os pequenos grupos indígenas que ainda permaneciam naquela região foram perseguidos por outras milícias de capitães-do-mato, ao fim da primeira metade do século XVIII (Grilo, 1996:18-30).

O documento histórico utilizado como fonte bibliográfica para este artigo – *A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* - faz breve referência ao grupo indígena Cataguases designados também como cataguás ou catáuas. Eram considerados índios bravos, “belicosos senhores do sertão”, como sugere o historiador Diogo de Vasconcelos autor de *Histórias Antigas das Minas Gerais* (Romeiro, 2003:173), quando identifica este grupo indígena que povoava as regiões entre Goiás, Minas Gerais e extensas áreas do Campo das Vertentes até o Rio das Mortes. Há divergências de opiniões em relação a que grupos indígenas seriam, o que nos leva a crer que provavelmente seriam os Kaiapó (Grilo, 1996:21), pois estes povoavam o vale do Rio Grande ao longo de sua maior extensão.



Eram considerados célebres, aliás, pela tenacidade com que resistiram às investidas dos capitães-do-mato ou mestres - de campo (Romeiro, 2003:173).

É interessante ressaltar que no final dos anos de 1960 um Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), orientado por Betty Meggers e Cliford Evans, procurou montar um quadro preliminar da pré-história a partir de sondagens rápidas em todo território brasileiro (Prous, 2006:10-11), método que foi utilizado em Carmo do Rio Claro. A partir deste trabalho nasceram as principais tradições ceramistas até hoje reconhecidas, o que pode contribuir para que possamos aprofundar nossas pesquisas arqueológicas e etnológicas.

Muito desta história que remonta ao passado submergiu quando as águas do imenso Lago de Furnas foram ocupando seus domínios, mudando definitivamente a paisagem e principalmente a vida de cada habitante daquele lugar durante os anos 1960 (Vieira, 2002: 311-326). O projeto da Central Elétrica de Furnas S.A. foi idealizado no dia 28 de fevereiro de 1957, no Estado do Rio de Janeiro pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. Esta seria a maior Usina do Brasil e evitaria o colapso energético da Região Centro-sul do país (Vieira, 2002:11-14). Foram necessários quatro anos de muito trabalho até a conclusão da barragem, construída na garganta do Rio Grande, a jusante da sua confluência com o Rio Sapucaí (Vieira, 2002:11). Quatro anos que modificou totalmente todo um aspecto morfológico de uma extensa região.

Foi então nas décadas de 1970 e 1980 no município de Carmo do Rio Claro, que o arqueólogo Ondemar Dias Junior procurou evidenciar por meio de análises dos restos de cerâmicas pré-históricas encontradas dispersas ao longo dos eixos fluviais, caracterizar o tipo de cultura material a que pertenciam (Dias, 1979-80:214-215). Através da cultura material dos artefatos encontrados, pode-se analisar e evidenciar as fases e tradições que caracterizaram o conjunto de povos que habitaram aquela região que são: Sapucaí, Tupi-guarani e Neo-brasileira (Dias, 1979-80:214-215). Ou seja, em relação à etnologia (Prous, 2006:84-108), além do grupo indígena incluído na família lingüística GÊ, como os Kaiapó ou Cataguases (Tradição Sapucaí), haveria também um grupo indígena pertencente à família lingüística Tupi guarani (Tradição Tupi-guarani). É vale ainda ressaltar que foi constatado a influência quilombola em contato com branco e o indígena (Tradição Neo-brasileira), que habitaram no pretérito Carmo do Rio Claro. Os quilombos foram formados por fugitivos dos cativeiros das Minas em fins do século XVII (Resende, 2007:5-21).

É importante enfatizar neste artigo que as pesquisas relacionadas à etnologia e arqueologia desenvolvidas na região resumem-se apenas às realizadas nas décadas de 1970 e 1980 (Dias, 1979-80:214-215). Descobrimos que as cartas topográficas de Carmo do



Rio Claro não sugerem nenhum sítio arqueológico, se foram catalogados deveriam sugerilos.

Um fato interessante é que a origem da cidade não se prende propriamente aos povos indígenas que ali habitavam e que foram dizimados durante os séculos XVII e XVIII (Resende, 2007:9) e nem às Bandeiras, mas sim, aos episódios concretos de formação dos quilombos da região e esta sim, às arremetidas das milícias particulares em sua captura e destruição. Provavelmente foram os movimentos dos quilombos e dos brancos pobres que deram origem à região do Rio Claro (Grilo, 1996:52), a partir do século XVIII. O quilombo mais próximo da região de Carmo do Rio Claro foi o Quilombo do Cascalho (Grilo, 1996:20-55) que era um dos núcleos do Quilombo de Campo Grande que se espalhava por Minas Gerais. Os vestígios podem ser identificados, uma vez que, se encontram nas imediações da cidade, bem como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que foi edificada onde existiu o Quilombo do Cascalho (Costa, 2002:36).

Sucintamente é o que encontramos como referências importantes na reconstituição pré-histórica e histórica de Carmo do Rio Claro. O que constatamos é que há necessidade de desenvolver melhores pesquisas historiográficas e arqueológicas na tentativa de reconstituir algo sobre um remoto passado. E é graças aos vestígios de cultura material que existem e que “surgem” ou “afloram” sobre o chão que poderemos iniciar a reconstituição historiográfica do lugar. No entanto, os vestígios que são encontrados sempre são destruídos ou esquecidos por décadas no fundo de um barracão ou algo similar, o que se constituiu em perda para a construção do Patrimônio Cultural da região.

A partir das experiências adquiridas no curso de Geografia pudemos relacionar estas pesquisas de campo à geografia cultural e histórica, que se vincularam à arqueologia e etnografia bem como o relato oral que não deixa de ser importante para a produção científica. O que contribuiu para melhor produção deste artigo e melhor compreensão do que foi alterado espacial e culturalmente durante séculos, especificamente a partir do século VIII, em que arqueólogos baseiam-se nas igaçabas ou urnas funerárias que estão em exposição na Fazenda Panorama, como forma de registro (Prous: 2006). Sucintamente abordamos o impacto causado pelo o imenso Lago de Furnas, gerando progresso e também perdas materiais. Foi de fundamental importância à busca por fontes históricas, testemunha da constituição de Carmo do Rio Claro, o que fez com que existisse a necessidade de ir a campo e “vasculhar” todos os lugares em que poderia existir algum documento material sobre tal contexto.

Em três anos de pesquisas foi possível vislumbrar os aspectos geomorfológicos, que se constituem de paisagens belíssimas as margens do Lago de Furnas, com suas serras,



rios, flora e fauna. As fazendas seculares com aspectos históricos, onde foram encontrados vestígios de culturas indígenas e quilombolas. São traços que remontam ao passado, às paisagens criadas e naturais e aos aspectos etnográficos que se complementam no espaço-tempo. Foi, portanto com Sr. Antônio A. Leite e uma descendente (neta) de indígenas que conhecemos um pouco do que seriam os artefatos indígenas, o simbolismo das orquídeas (*Catléias valquirianas*), sobre as histórias e a formação geográfica antes e depois do Lago de Furnas, através de fotografias e documentos.

Foi na Fazenda Panorama, propriedade do Sr. Leite o lugar em que mais pudemos trocar experiências, conhecer historiadores e arqueólogos, pessoas vizinhas que ao visitarem o mesmo fizeram com que entendêssemos o quanto é importante e prazeroso saber ouvir, assimilar e corresponder ao outro com respeito. Lugar onde foi agradável levar os amigos, trabalhar em nossas pesquisas e ouvir o mesmo dissertar sobre os artefatos, com toda boa vontade. Com este contato direto foi possível entendermos a sua preocupação com o patrimônio material e imaterial, ou seja, na perda dos vestígios culturais. A partir destas experiências diretas foi possível compartilhar de fontes históricas, da geografia cultural e de uma sucinta colocação importante de outras ciências afins, para oferecer aos leitores os requisitos essenciais existentes por trás do espaço-tempo, que guarda a memória do passado.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos a necessidade do reconhecimento e do devido lugar que as sociedades indígenas e quilombolas ocuparam na pré-história, na história regional e colonial de Minas Gerais (especificamente enfatizamos a região de Carmo do Rio Claro), uma história em que raramente aparece e, quando muito está a reboque de outros atores sociais como os europeus e bandeirantes. Afinal, índios e quilombolas raramente são sujeitos de discurso; sempre figuram como, no máximo, atores nos discursos produzidos por outros.

Enfatizamos a importância de um acervo arqueológico, rico em quantidade e qualidade constituído de artefatos que nos despertou para a necessidade de demonstrá-lo ao meio acadêmico, e a utilização de relatos orais. O trabalho interessante de preservação realizado por Sr. Leite e a importância da criação de um Museu e de uma rede articulada de pesquisadores das ciências afins que contribuem para remontar a história local. Constatamos a necessidade de utilizar-se da Arqueologia com a finalidade de contribuir para reconstituir e sanar dúvidas vinculadas à Pré-história, à Geografia Cultural e Etnografia.



No entanto, como sugere o Historiador e Arqueólogo Pedro Paulo A. Funari, o que falta é justamente uma política cultural que envolva a população, que faça com que os bens arqueológicos adquiram sentido para as comunidades locais e isso só poderá acontecer com a ativa participação arqueológica e das ciências afins. Há muito a ser estudado, pesquisado e analisado, o que relatamos é apenas uma sucinta exposição do muito que há para ser escrito.

### **AGRADECIMENTOS**

Ao Sr. Antonio Adauto Leite, Prof. Dr. Ugo M. Andrade a Luciana M. de Carvalho (Museóloga), ao meu amigo Mauro, aos Profs.Drs. Samuel Bueno, Cláudio U. Carlan, Evânio S. Branquinho e à UNIFAL-MG.



## REFERÊNCIAS

- Acervo de Antônio Adauto será gerido por Fundação. Expresso Carmelitano. Carmo do Rio Claro-MG, 18 de julho. 2009, p.1.
- Arqueologia riqueza da cidade centenária. Texto publicado em Abril de 1977 – Departamento de Educação e Cultura.
- Arquivos do Museu de História Natural/Volume IV-V – Belo Horizonte - MG, 1979-80.p. 201-215.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Artigo 216.
- Dossiê de Tombamento – Departamento Municipal de Educação e Cultura – Carmo do Rio Claro-MG, 2008.p.11-16.
- E assim surgiu Carmo do Rio Claro – Texto publicado em Abril de 1977 – Compilação da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, ano de 1958 – Departamento de Educação e Cultura.
- CASTRO M. HENRIQUES, G. & LIMA, P. L. de O. (orgs). *Pré-História, Arqueologia e História do século XXI: A curadoria na implantação do Museu Municipal de Pains*. 2008. p .91-103.
- COSTA, M.L.P. *Fontes para história social do sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)* - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.p.36.
- CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z. (orgs). *Geografia Cultural* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.224 p.
- FUNARI, P. P. *Arqueologia* - São Paulo: 2.ed.; Contexto,2006. p.33-116.
- FUNARI, P.P & NOELLI,F.S. *Pré-História do Brasil* – São Paulo:3. ed.:Contexto,2006.p. 11-108.
- GRILO, A. T. *Carmo do Rio Claro* – Carmo do Rio Claro-MG: Prefeitura Municipal e Departamento de Educação e Cultura, 1996.p.11-109.
- LANGFUR, H & RESENDE, M.L.C. (orgs). *Minas Gerais Indígena: Nos Sertões e nas Vilas de “El-Rei”*. 2007.p.5-22.
- Livro cria dimensões literárias ao mito Tupi. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 de julho 2009, p. 9.
- MONTAGU, A. *Introdução a Antropologia* – São Paulo: 2 ed.;Editora Cultrix, 1969.p.103-255.
- O Patrimônio da Indiferença. Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de julho 2009, p. 9.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira* – Brasília-DF: editora Universidade de Brasília, 1992.p.15-220.
- PROUS, A. *O Brasil Antes dos Brasileiros: A pré-história do nosso país* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 10-108.
- ROMEIRO, A & VIANNA, A. A.B. *Dicionário Histórico das Minas Gerais: Período Colonial* – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.45-194.
- STILLE, A. *A Destruição do Passado*; Tradução de Tuca Magalhães – São Paulo: Arx, 2005.p.12-70.
- VASCONCELOS, D. *Histórias Antigas das Minas Gerais (1843- 1927)* – Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 199.p.90-110.
- VIEIRA, I.M. *Mandassaia* – Alfenas - MG. 2002. p.11-326.
- Vozes Indígenas. Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de julho 2009, p.8.



## DE ALEXANDRE O GRANDE ÀS COLEÇÕES NUMISMÁTICAS

Estela de Melo Faria<sup>1</sup> - Unifal MG

### RESUMO

Os museus sofreram transformações desde a época do colecionismo até o século XXI. Desde que Alexandre o Grande cunhou suas moedas e elas se tornaram objetos de desejo na Europa Renascentista, a numismática foi acompanhando os movimentos que ocorriam no mundo e se faziam presente nas diversas coleções dessa natureza, sendo utilizadas em diversos contextos, fato que se reflete no contexto nacional, no Museu Histórico Nacional (MHN), que possui a maior coleção dessa natureza na América Latina.

**Palavras-Chave:** Alexandre o Grande. Museus. Colecionismo.

### ABSTRACT

The museums have undergone transformations since the days of hoarding up to the twenty-first century. Since Alexander the Great, minted their coins and they became objects of desire in Renaissance Europe, the numismatic was tracking the movements occurring in the world and were present in the various collections of this nature, being used in various contexts, a fact reflected in national context, the National Historical Museum (MHN), which has the largest collection of this kind in Latin America.

**Keywords:** Alexander the Great. Museums. Collectors.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História da Universidade Federal de Alfenas. Orientação: Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan.



## **Introdução**

A moeda como documento pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade, muitos chefes estatais utilizaram desse meio para tornar públicas suas conquistas. As imagens nelas contidas representavam vitórias ou monumentos construídos pelos governantes, apenas um viajante conseguiria visualizar o monumento construído já que ele é estático, com a representação em uma moeda esse monumento se torna o viajante, passando por várias pessoas, se tornando conhecido.

Com o passar do tempo essas coleções começaram a ser estudadas para podermos entender melhor o que acontecia nesses impérios. Coletar se associou a uma hierarquia política, econômica e social. O agrupamento de coleções privadas e da compra de obras por governantes começam assim a dar origem aos gabinetes de curiosidades.

De gabinetes de curiosidades, arrumados de qualquer maneira, os museus sofreram uma profunda transformação a partir do século XVIII. Analisando e estudando as técnicas, os usos e as diversas funções de cada objeto, associados aos valores estéticos, históricos e simbólicos de uma época.

### **I. O governo de Alexandre**

Alexandre o grande nascido no ano de 356 a. C. e falecido no ano 323 a.C. filho de Filipe II e Olímpia, segundo Plutarco<sup>2</sup> do lado paterno descendia de Hércules e do Lado materno dos Eaclides<sup>3</sup>.

Desde pequeno ambicionava a fama de um homem eloqüente, assume o reino aos 20 anos quando seu pai é assassinado e se preocupa em castigar severamente os envolvidos no crime. Alexandre foi um grande general e o mais celebre conquistador do mundo antigo, apesar de ter um curto reinado conquistou um império que ia dos Balcãs á Índia, incluindo também o Egito e a Bactria (atual Afeganistão) sendo esta a máxima extensão do império.

É considerado um homem de visão, extremamente inteligente tentou criar uma síntese entre o Ocidente e o Oriente, estimulando o casamento de seus soldados com mulheres persas. Ele mesmo se casa com uma princesa bactriana.

---

<sup>2</sup>Plutarco de Queroneia (46 a 126 d.C) filósofo e prosador grego do período greco-romano.

<sup>3</sup>Hércules (Héracles): herói da mitologia grega, filho de Zeus e da mortal Alcmena.



Respeitava seus inimigos, nunca perdeu uma batalha e era um grande admirador das ciências e das artes, um bom exemplo a ser tomado é a celebre Alexandria, o maior centro cultural científico e econômico da antiguidade, até a ascensão do Império Romano.

Acometido por uma febre e padecendo de uma profunda alteração, morreu aos 30 do mês de desius (maio/junho), sendo que na época não se desconfiou de envenenamento.

Segundo Diana Bowder em *Quem foi Quem na Grécia Antiga* o reinado de Alexandre pode ser dividido em quatro períodos:

- I. Primeiro período de 334 a 330 a.C. abrange desde a conquista da Pérsia até a morte de Dário III, cuja derrocada foi precedida por três grandes vitórias: no rio Granico (334), em Isso (final de 333) e em Gaugamela (ou seja, Arbela; final de 331)... Outros acontecimentos notáveis desse período foram o corte do nó górdio (333 a.C.), a visita ao oráculo de Amon, em Siwah (331 a.C.), a fundação de Alexandria no mesmo ano...
- II. Em 330- 327 a.C., Alexandre enfrentou a resistência de Besso (capturado em 329 a.C.) e a oposição nacionalista liderada inicialmente por Espítâmes (329-328 a.C.) que só terminou com a captura dos penhascos de Sogdiana e de Cariene. Esse foi o período da introdução dos primeiros costumes orientais no protocolo da corte, do casamento com Roxane, da fundação de oito Alexandrias...
- III. Em 327 a.C., Alexandre entrou na Índia... O avanço inexorável para leste foi finalmente interrompido perto do rio Hífase (Beas), quando o exército reusou-se a continuar a marcha até o Ganges. Ao invés de voltar ao Afeganistão, Alexandre desceu o rio Indo para subjugar os povos do sudoeste da Índia, o que só logrou após sangrentas batalhas...
- IV. Os dezoito últimos meses do reinado de Alexandre foram marcados por: (a) novos arranjos no exército, incluindo o aumento do uso de tropas iranianas e a dispersão dos veteranos macedônios, que reagiram com um motim (Opis, 324 a.C.); (b) o decreto dos Exilados, que infringiu a autonomia grega e provocou grandes problemas locais ao ordenar a repatriação de quase todos os gregos exilados; (c) a exigência de receber honras divinas, se este é mesmo um fato histórico; (d) a morte de Hefestion; e (e) as preparações para uma campanha contra a Arábia... (BOWDER 1982, p 39-40)

## II. As cunhagens

O homem durante a sua passagem pelo planeta desenvolveu diversas formas simbólicas, artísticas e lingüísticas para se expressar. A impressão iconográfica das moedas, deixando-se de lado as inscrições revela figuras diversas: animais, vegetais,



brasões, objetos, edifícios e emblemas mais ou menos estilizados. Geralmente, estas figuras referem-se ao local de cunhagem e a respectiva autoridade, designada de um modo claro para que os seus contemporâneos identificassem, por uma figura, uma atitude, ou atributos cujos significados hoje muitas vezes nos escapam.

Alexandre lançou mão de uma grande quantidade de metais preciosos

... O rei fez cunhar moedas, destinadas especialmente a retribuir seus mercenários e pagar o provimento de seu exército. Houve assim, durante os anos que se seguiram à conquista, um considerável crescimento da massa monetária em circulação, cujo efeito teria sido o de diminuir o valor do ouro e da prata. Os reis persas cunhavam sobretudo moedas de ouro, ocasionalmente de prata. Muito depressa, no entanto, o bimetalismo conservado por Alexandre cedeu ao monometalismo prata que era tradicional no mundo grego. O fato importante é que não somente o uso dessas moedas se espalhou as regiões que até então haviam praticamente o ignorado, mas que, além disso, seguindo o modelo de Alexandre, seus sucessores adotaram o padrão ático que se generalizou por quase toda parte, salvo em Rodes, fiel ao seu particularismo, e no Egito, onde os Lágidas escolheram depressa um padrão mais leve talvez em razão de maiores dificuldades de conseguir o metal bruto... (MOSSÉ 2001, p 152)

As cunhagens de Alexandre Magno se inserem no contexto do desconhecido, pouco ou quase nada foram estudadas no cenário nacional, elas são dracmas (moedas gregas utilizadas na época) de prata, e estão representadas no Museu Histórico Nacional (MHN)<sup>4</sup> no Rio de Janeiro, o acervo brasileiro contém aproximadamente 35 peças do imperador, o MHN contém o maior acervo numismático da América Latina.

As moedas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Um exemplo de descrição de moeda que se tem é "... as moedas que ele mandou cunhar no ateliê de Alexandria, todas, as insígnias dessa 'divinização': os chifres de Amon, a égide e o diadema, com a efígie de Alexandre substituindo a de Hércules..." (MOSSÉ, 2001, p 177-178). Dessa descrição podemos tirar três elementos: os chifres de Amon, a égide, e o diadema (tiara). O simbolismo dos chifres de Amon está "ligado a Apolo Carneios, a Dionísio. Foi usado por Alexandre o Grande, que se apropriou do emblema de Amon, o carneiro, a que o Livro dos Mortos egípcio chama de Senhor dos Chifres" (CHEVALIER, GHEERBRANT 2009, p 234). A égide primeiramente "representa um símbolo de poder do soberano, e, depois, da proteção ou do patrocínio de um personagem importante... É uma arma psicológica, dissuasiva cujo objetivo é o de inspirar o temor, e o de incitar os mortais a não depositarem sua confiança senão naquele que a merece: o Deus todo poderoso..."

---

<sup>4</sup> Anexo um



(CHEVALIER, GHEERBRANT 2009, p 357). O porte do diadema ou tiara tinha sido privilégio dos grandes reis persas: a tríplice coroa fechada simbolizava o número de seus reinos e a totalidade de seus poderes... (CHEVALIER, GHEERBRANT 2009, p 883) <sup>5</sup>

Além de serem fascinantes de estudar, colecionar moedas também exerce atração nas pessoas, na nossa sociedade o colecionismo, como é chamado, trata-se muitas vezes de um *hobby*, que consiste em organizar e agrupar objetos de determinada categoria.

### III. Do colecionismo aos Museus

A partir do Renascimento Artístico, mais precisamente no século XV, tudo que lembrava Roma, a cidade modelo precisa ser imitada, começa aí um movimento por parte dos mecenas em agrupar objetos relacionados a esse tema. Ao mesmo tempo que os pintores mesclam ideologia e mensagem política em seus quadros, as esculturas, mosaicos, moedas, objetos arqueológicos de uma maneira geral, também estão presentes.

Durante esse período o colecionismo se desenvolveu, em sua origem as dinastias e a nobreza eram as únicas com condições financeiras, e bagagem cultural, para manter uma coleção, no século XVIII elas são amplamente formadas, e ampliadas no decorrer do século XIX. Muitos desses colecionadores, ou seus familiares, doaram suas coleções para museus estatais.

Para um colecionador, a numismática não é apenas um investimento financeiro, mas também cultural. A numismática não trabalha intensamente apenas nos museus, ela parte de um interesse mais amplo, em diversas disciplinas e em variadas pesquisas tanto arqueológicas, quanto relacionadas com Antiguidade Clássica.

O museu é responsável pela produção do conhecimento e a convergência dos saberes, não basta guardar o objeto, sem uma pesquisa permanente a instituição fica subestimada a um centro de lazer e turismo.

A reserva técnica, como coração do museu, deve, ou pelo menos deveria exercer um papel primordial dentro da instituição. Ela agrega uma grande leva de objetos pertencentes ao seu acervo, que por sua vez são marcas da memória.

Durante as comemorações do centenário da Independência, em 1922, é criado no então Distrito Federal, Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional (MHN) <sup>6</sup>. A instituição foi

---

<sup>5</sup> Anexo dois

<sup>6</sup> Anexo três



criada pelo decreto numero 155596, de 02 de agosto de 1922 por Epiácio Pessoa (1919-1922) voltado para História do Brasil.

Atualmente o MHN ocupa todo o conjunto arquitetônico da antiga ponta do calabouço, constituindo-se como um dos mais importantes museus históricos do Brasil e em expressivo centro gerador de conhecimento, o museu possui a maior coleção numismática e filatélica da America Latina, com cerca de 130.000 pecas entre moedas, cédulas, selos, carimbos, sinetes, medalhas e ordens honorificas. A origem de seu acervo primeiramente é composta por doações e posteriormente também por compras.

### **Considerações Finais**

Desde a época do inicio do colecionismo até hoje os museus sofreram um aprofunda transformação. A idéia de Patrimônio Histórico e Cultural, também sofreu uma serie de influencias a partir do século XX. A memória em si, ligada à aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade.

A numismática não trabalha intensamente apenas nos museus, apesar de durante décadas ficar “presa” a catálogos,e acervos guardados a sete chaves. Ela parte de um interesse mais amplo, colaborando com diversas disciplinas, auxiliando nas mais variadas pesquisas, tanto arqueológicas, quanto relacionadas com a antiguidade clássica.

As exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória através da repressão, do enfoque em certas esferas de interesse. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ele qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos.

As moedas cunhadas por Alexandre o Grande também estão presentes no acervo do Museu Histórico Nacional (MHN) apesar de pouco usadas por estudos. Mesmo com a união de coleções particulares aos museus o colecionismo continua presente nos costumes, pois moedas antigas e atuais ainda exercem fascínio nas pessoas.

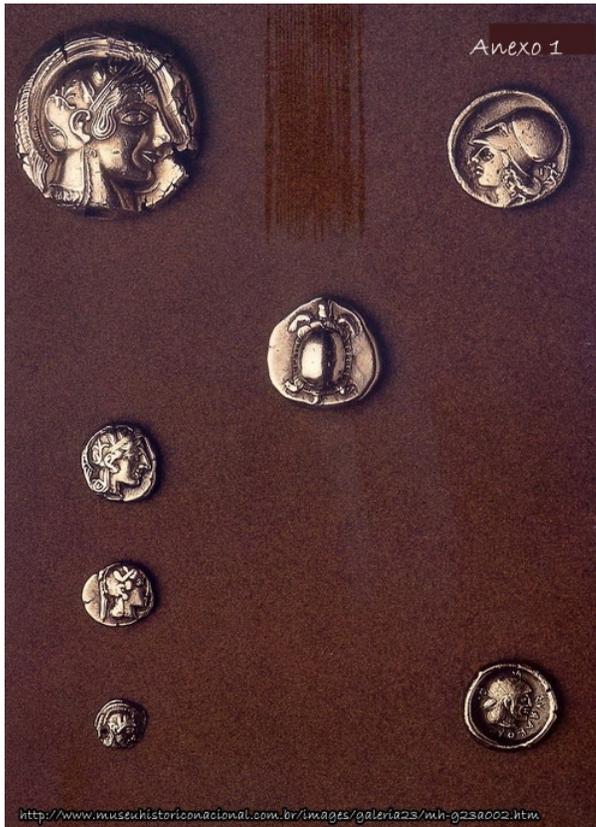


## Referências

- Plutarco. Alexandre e Cesar vidas comparadas. Tradução de Helio Vega. São Paulo: Editora Escala
- BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Grécia Antiga*. Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes. São Paulo: Art Editora S.A. Phaidon Press Limited, 1982.
- CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 23<sup>a</sup> Ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melin, Lucia Melin. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Textos didáticos n° 62. Campinas: UNICAMP/ IFHC, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- LESSA, Fábio de Souza, *Mulheres de Atenas. Méliissa- do Gineceu à Ágora*, 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- MOSSÉ, Claude. *Alexandre o Grande*. Tradução: Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- RICE, E. E. *Alexandre o Grande*. Tradução: Marcelo Mendes. 1<sup>a</sup> edição. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.
- TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo Historia de uma civilização*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1963.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Íris Borges B. da Fonseca. 11<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ZAMA, Cesar. *Os três grandes capitães da antiguidade. Alexandre*. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987.



**ANEXOS:**





Moeda de prata com Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, usando chifres de carneiro semelhantes aos do seu pai divino (Zeus/Amon), datada de cerca de 330 a.C. (Hulton Archive / Getty Images)



Anexo 2



O Museu 1983  
Vista parcial do conjunto do Museu, destacando-se a Casa do Trem.  
A restauração da década de 70 procurou devolver os traços originais  
das edificações, eliminando os elementos neo-coloniais e voltando  
à cor branca.

<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-h-440.htm>



## **A HEMEROTECA DO MUSEU REGIONAL DO SUL DE MINAS: fontes para uma história regional**

**Fábio Francisco de Almeida Castilho**

**Doutorando – Unesp Franca / Bolsista Fapesp**

### **RESUMO**

O Museu Regional do Sul de Minas, localizado a praça Dom Ferrão, em Campanha, Minas Gerais, possui um extenso e importante acervo de documentos que podem ser perscrutados pelos pesquisadores que se interessam em conhecer melhor a história da região e do estado. Neste artigo nos deteremos na coleção de periódicos guardados pela instituição e disponíveis para pesquisa. Estas folhas eram editadas no Sul de Minas e circularam por toda região e, em alguns casos, tiveram circulação nacional. Os responsáveis pela edição dos periódicos eram membros da elite política e econômica local e abordavam temas que iam das disputas regionais ao posicionamento diante das questões nacionais. Embora o acervo disponível cubra o período que vai do início do século XIX à segunda metade do XX (1832 a 1967) nos deteremos na apresentação de alguns periódicos que circularam entre 1880 e 1910, destacando episódios como a Abolição dos escravos, a Proclamação da República e a Campanha Civilista, de acordo com um prisma regional, temas que abordamos em nossas pesquisas mais recentes.

**Palavras-chave:** Museu. Minas. Periódicos. República.

### **ABSTRACT**

The Regional Museum of the Sul de Minas, located the square Dom Ferrão, in Campanha, Minas Gerais, the museum possessed an extensive and important collection of documents that they can be searched by the researchers that are interested in knowing the history of the area better and of the state. In this article we will stop in the collection of newspapers kept by the institution and available for research. These leaves were edited in the Sul de Minas and they circulated for every area and, in some cases, had national circulation. The responsible for the edition of the newspapers were members of the political elite and economical place and they approached themes that went from the regional disputes to the positioning before the national subjects. Although the available collection covers the period that is going from



the beginning of the century XIX to the second half of the XX (1832 to 1967) we will stop in the presentation of some newspapers that circulated between 1880 and 1910, detaching episodes as the slaves' Abolition, the Proclamation of the Republic and the Campanha Civilista, in agreement with a regional prism, themes that we approached in our more recent researches.

**Keywords:** Museum. Minas. Newspapers. Republic.



## Introdução

O Museu Regional do Sul de Minas, localizado à praça Dom Ferrão, em Campanha, Minas Gerais, possui um extenso e importante acervo de documentos que podem ser perscrutados pelos pesquisadores que se interessam em conhecer melhor a história da região e do estado. Neste artigo nos deteremos na coleção de periódicos guardados pela instituição e disponíveis para pesquisa. Estas folhas eram editadas no Sul de Minas e circularam por toda região e, em alguns casos, tiveram circulação nacional. Os responsáveis pela edição dos periódicos eram membros da elite política e econômica local e abordavam temas que iam das disputas regionais ao posicionamento diante das questões nacionais. Embora o acervo disponível cubra o período que vai do início do século XIX à segunda metade do XX (1832 a 1968) nos deteremos na apresentação de alguns periódicos que circularam entre 1880 e 1910, destacando episódios como a Abolição dos escravos, a Proclamação da República e a Campanha Civilista, de acordo com o prisma regional, assuntos de nossas pesquisas mais recentes.

Primeiramente, destacamos o uso dos periódicos enquanto fonte histórica, pois os mesmos constituem um elemento essencial do desenvolvimento da maior parte das sociedades contemporâneas, tendo sua ação voltada aos mais amplos setores que caracterizaram e caracterizam estas mesmas sociedades. A imprensa ganhou de forma crescente – e hoje já totalmente consolidada – status de “fonte histórica”, estando, portanto, à disposição dos pesquisadores para, a partir dos jornais, perceber vários dos elementos constitutivos que marcam a existência humana, sejam eles o social, o político, o econômico, o ideológico, o cultural, entre outros (MELO, 2003, p. 25).

Em nosso caso, a crise do regime monárquico veio acompanhada do surgimento e da expansão do movimento republicano no final do século XIX. No período, a imprensa não somente se colocou como palco dos debates institucionais, como também teve papel de poder informal. Neste artigo recuperaremos os modelos e disputas que circularam nos periódicos sul-mineiros em torno do tema. Tivemos como escopo a compreensão dos variados posicionamentos políticos que influenciaram o republicanismo local que, em sua vertente dominante, esteve intimamente vinculado ao projeto de “modernização conservadora” da elite, detentora de capital econômico e político, que lhes permitiu manter-se no controle do estado após a Proclamação da República.



Destacaremos nos tópicos a seguir algumas perspectivas e interpretações a partir de periódicos sul-mineiros disponibilizados pela hemeroteca do Museu Regional do Sul de Minas com os quais já trabalhamos na nossa dissertação de mestrado (CASTILHO, 2009) e ainda utilizamos em nossa tese de doutoramento pela Unesp – Franca. A instituição disponibiliza extenso acervo, cuja listagem de periódicos e demais informações, como estado de conservação, seguem em anexo.

### **I. Pesquisa em periódicos do Sul de Minas: facções e posicionamentos de grupos locais**

Primeiramente, destacamos que a pesquisa nos periódicos locais revela uma ampla gama de opiniões dentro da elite local, ao abordarmos a imprensa como fonte de pesquisa desvelamos o comportamento político da elite mineira através do conhecimento das trajetórias de cada grupo envolvido na produção da folha analisada. Dessa forma, o pesquisador identifica os projetos coletivos, as estratégias, as filiações ideológicas e as afinidades personalísticas (VISCARDI, 2001). Os periódicos permitem que se perscrute as características, ações e idéias de uma fração da elite política nacional, considerando sua origem regional e a sua atuação estadual na dinâmica da construção de um projeto oligárquico de domínio, no caso da República Velha. A pesquisa na imprensa também esclarece as origens dos membros da elite estadual, permitindo a compreensão das suas motivações e a amplitude de suas ações, além de decifrar o sentido e a eficácia mobilizadora de suas concepções ideológicas (SILVA, 2009).

Durante o contexto da República Velha, os periódicos locais defenderam os mais variados posicionamentos diante dos temas que reclamavam a atenção da elite mineira. As tentativas de adaptar-se ao republicanismo federativo em Minas Gerais derivaram numa hegemonia com a liderança de políticos provenientes do Sul do estado (VISCARDI, 1999). No entanto, afirmar a existência de uma hegemonia não é afirmar que a bancada mineira transformara-se numa dócil “carneirada”, ou mesmo num partido monolítico (RESENDE, 1982). Ao contrário, o conceito de hegemonia permite compreender a conquista da dominação por uma determinada facção através da imposição negociada, com a absorção ou exclusão de rivais, com uso da coerção ou da formação de alianças. Este contexto de disputa regional tem como centro irradiador de idéias os periódicos locais. Apresentaremos algumas folhas editadas no Sul de Minas que identificam a formação de grupos e diferentes opiniões na região na passagem do Império para a República



## II. Águas Virtuosas do Lambari: Periodismo e História Regional

No início da década de 1880 a estância balneária de Águas Virtuosas era pouco conhecida, quando se mudou para a localidade o médico campanhense recém formado, Eustáquio Garção Stocler. Interessado na cura através das águas o médico decidiu propagar o poder terapêutico das mesmas e construir no lugarejo condições adequadas para receber um grande número de pessoas que ali encontrariam tratamento e descanso.

Para melhor divulgar suas idéias, Garção Stocler financiou a edição de um periódico quinzenal, o *Águas Virtuosas*, editado por ele mesmo e pelo seu colega Dr. Bandeira de Mello. O periódico tinha a única finalidade de dar notoriedade às águas de Lambari e circulou durante os anos de 1884 e 1885, fazendo grande alarde do clima acolhedor da cidade e da riqueza hidroterápica de suas águas.

Por trás do discurso filantrópico do periódico também existia o interesse político-econômico e a visão empreendedora de se criar ali uma estância balneária e explorá-la para auferir lucros. Recentemente Stocler se tornara o administrador e responsável pela exploração das águas, pela Lei estadual número 3.561, de 07 de outubro de 1882, que concedia ao médico e editor a exploração das mesmas por 50 anos (CARROZZO, 1977). Stocler estava disposto a transformar Águas Virtuosas em um lugar de renome, faltava-lhe, no entanto, maior capital político para atrair investimentos. Para realizar seus objetivos Stocler empreendeu uma constante propaganda no periódico e construiu poderosas alianças com os principais políticos sul-mineiros da época.

Em uma das sessões do periódico nos é relatada a história de Águas Virtuosas, desde o descobrimento das águas até o momento em que a folha era editada na localidade. O relato é feito em três partes distintas, compreendendo três diferentes “eras” pelas quais o lugarejo passou, quais sejam: O do descobrimento e progresso; o do abandono e vandalismo; e a da retomada do progresso. No entanto, a história é narrada sem a menção de qualquer data ou nome, os fatos são contados como se fizessem parte de um tempo imemorial e fabuloso, oscilando entre o passado idílico com filantrópicos cidadãos empenhados na construção de melhorias para o local, e períodos obscuros com a presença de vândalos que contribuíram para a ruína do mesmo. Cabe ao historiador identificar cada uma das épocas relatadas e os motivos do redator para conferir benesses a uma geração e total aversão à outra. No terceiro momento pode-se evidenciar o jogo político e a tentativa de construir para seu próprio grupo uma roupagem de liderança desinteressada, progressista e ilustrada.



Este grupo, encabeçado por Garção Stocler, seu sócio, Bandeira de Mello e o deputado estadual João Braúlio Moinhos de Vilhena Júnior receberia o importante reforço de Américo Weneck, quando o mesmo comprou uma fazenda na localidade e também passou a defender os interesses da estância balneária. Definitivamente integrado ao grupo de Garção Stocler, Weneck desempenharia participação decisiva no desenvolvimento de Águas Virtuosas, ao longo das primeiras décadas do século XX.

### **III. A Verdade: um caso nada singular**

Neste tópico analisaremos as representações da transição da mão-de-obra no Sul de Minas pelo ponto de vista de um periódico liberal e abolicionista, *A Verdade*. O periódico teve seu escritório sede localizado na cidade de Itajubá e ao longo de sua duração, 04 de março de 1886 a 09 de maio de 1896 (apesar de nos concentrarmos no período escravista), desenvolveu intensa campanha pelo fim da escravidão no município, independentemente de qualquer decisão imperial ou provincial sobre o assunto, e obteve sucesso nesta empreitada.

*A Verdade* se proclamava um semanário imparcial e popular, e contava com um grande número de envolvidos na sua publicação. Além do proprietário da folha, Capitão Antônio José Leite e do diretor José Pinto da Silva, participavam das edições o gerente, José Ramos de Lima e diversos editores (Cel. Francisco Pereira Júnior, Christiano Pereira Brasil, Frutuoso Ramos de Lima e João Ramos de Lima). Todos os envolvidos eram proprietários de terras e escravos, com exceção dos membros da família Ramos de Lima, que era uma conhecida estirpe de negociantes do município. É importante notar que quando foi constituída a *Comissão Libertadora*, quase todos os participantes da produção de *A Verdade* também compartilharam dos trabalhos da citada comissão.

Neste periódico encontramos um episódio ocorrido na cidade de Itajubá, onde uma comissão, formada por membros da elite local, antecipou a libertação dos escravos no município e freguesias. A análise deste episódio, nada singular na história do país, nos permite compreender o discurso e as estratégias da elite para impetrar a transição da mão-de-obra sem grandes abalos sociais e, principalmente, não prejudicando a colheita em suas lavouras. Por outro lado, também fizemos o esforço de identificar a ação dos cativos que participaram do processo, enfatizando o quão complexo era o mundo do trabalho neste momento de transição da mão-de-obra cativa para a livre.



Desta maneira, colocamos a questão ocorrida em Itajubá sob dois prismas, quais sejam: o viés da elite envolvida no processo de concessão de alforrias antecipadas e os motivos que justificavam este ato; e o ponto de vista dos ex-cativos, que viveram este momento no município e foram beneficiados com a libertação antecipada. Acreditamos que ao nos atermos nestes dois pontos de vista revelamos as variações entre o discurso que a elite vinculava em seu periódico e a realidade vivida nas lavouras, averiguamos ainda como a situação era complexa e que, embora os proprietários e fazendeiros pudessem crer, o controle das transformações no mundo do trabalho não estava apenas em suas mãos.

Aqui nos reportamos à proposta de Carlo Ginzburg, que sugere a adoção de um método interpretativo centrado sobre resíduos e dados marginais, que pode levar o pesquisador a informações reveladoras. “Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano” (GINZBURG, 1989). Pois, se nos extensos artigos publicados quase semanalmente nas primeiras páginas do periódico, os editores conferiam aos escravos a condição de pacientes e pacíficos, nos pequenos artigos publicados esporadicamente e localizados sem nenhum destaque nos mesmo periódicos, podemos perceber que os cativos não eram tão pacientes assim, e desempenhavam, na medida do possível, seu papel de agente histórico.

Alguns artigos publicados na própria folha, diferentemente do que acreditavam seus editores, demonstram a intensa participação dos cativos no processo de conquista da liberdade, ou, ao menos, desvendam aspectos do cotidiano de constante negociação que os mesmos estabeleceram com seus senhores. São atos de revolta, fugas, assassinatos, mas também de negociação, casamentos e de busca de vantagens econômicas, indo de encontro com uma historiografia já consolidada que demonstra a clara participação dos cativos nos ganhos auferidos com a liberdade e a sua condição de agente históricos, negociadores e jamais simples “coisas”.

#### **IV. O Baependiano: emancipacionismo e indenização**

O periódico *O Baependiano* circulou pela região do Sul de Minas de 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889. Nos seus oito primeiros anos a sede do jornal esteve localizada na cidade de Baependi, mas em 31 de abril de 1884, mudou seu escritório para Caxambu. Embora em seu edital afirmasse não “desposar a causa de nenhum partido” seu proprietário e editor, Amaro Carlos Nogueira, era membro do partido Liberal e fora eleito deputado provincial mais de uma vez pelo partido, juntamente com outros colaboradores da folha. Amaro Carlos Nogueira era



proprietário de terras e escravos, além de possuir uma escola e, por vezes, afirmou em seu jornal fazer parte da “nobre classe” – os proprietários e lavradores.

Quando na Assembléia Legislativa, Amaro Nogueira defendeu projetos de promoção da imigração estrangeira. O principal deles foi a formulação da Lei nº 2.819, de 24 de outubro de 1881, que concedia favores pecuniários aos proprietários de fazendas que importassem trabalhadores para suas fazendas. Amaro seria citado por seus correligionários, ao longo de toda década de 1880, por suas intercessões a favor da imigração. Seu nome fora lembrado inclusive na promulgação da Lei de 1887, principal regra de fomento da imigração em Minas, tida pelos imigrantistas como grande vitória. Tanto o reconhecimento pessoal a Amaro Nogueira, como a causa da imigração são temas constantes na folha de Baependi.

Os artigos analisados foram aqueles que de alguma forma discutiram a transição da mão-de-obra no Sul de Minas, evidenciando a posição do grupo liberal emancipacionista. Portanto, foram assinaladas questões referentes ao regime escravocrata, aproveitamento dos nacionais, introdução de imigrantes, abolição e indenização aos proprietários. Todas estas questões *O Baependiano* abordou e discutiu ao longo dos seus treze anos de existência, permitindo um acompanhamento claro da posição deste grupo quanto à passagem para o trabalho livre na região.

No período em análise este periódico enfrentou duas grandes “batalhas” no campo do trabalho. A primeira se arrastou por toda década de 1880, em defesa de um brando emancipacionismo contra a campanha abolicionista. No entanto, vencido em 1888 iniciou nova contenda, desta vez exigindo do governo o pagamento de indenização aos proprietários atingidos pela Lei Áurea, conhecendo nova derrota.

Os liberais de *O Baependiano* defendiam uma emancipação gradual da escravatura, uma solução suave que se encaminharia naturalmente, sem qualquer urgência. Este grupo era extremamente contrário à campanha abolicionista e conforme o movimento aumentava durante a década de 1880 por todo o país, também majoravam as críticas e o combate ao abolicionismo em suas folhas.

Terminada a questão da Abolição iniciou-se nova contenda. O novo obstáculo passou a ser a necessidade de indenização aos antigos proprietários. A folha entrou em renhida disputa pelo direito dos proprietários de escravos serem ressarcidos pelo governo, resultando na publicação de vários artigos publicados ao longo dos meses de maio e junho de 1888. O teor destes artigos partia do reconhecimento da necessidade do fim do escravismo, passando pelos riscos econômicos e sociais que uma abolição



imediate e intransigente acarretava para o país, e da necessidade de indenizar os proprietários, classe injustamente espoliada com a promulgação da Lei Áurea.

Portanto, o periódico considerou a abolição um atentado contra a propriedade privada pelo próprio governo. A promulgação da lei feria algumas províncias e prejudicava os proprietários. *O Baependiano* refutava o argumento contra indenização que dizia que a sociedade (incluindo não proprietários) não deveria pagar por usufruto de poucos. Portanto, segundo Amaro Nogueira, escravocratas não eram apenas os ex-senhores, mas toda a nação, que se beneficiou com o trabalho cativo durante muito tempo, e com a abolição os proprietários mereceriam uma justa indenização.

## **V. A Gazeta Sul-Mineira: Republicanos Evolucionistas**

A *Gazeta Sul-Mineira*, periódico republicano e abolicionista, tinha por hábito dirigir-se diretamente a seus interlocutores, e assim percebemos a quem a folha pretendia atingir, seu único alvo eram os fazendeiros do Sul de Minas. Seus redatores, Thomaz Delfino e Américo Werneck, e seu proprietário e gerente, Francisco Bressane, eram fazendeiros que tiveram relativa ascensão política com a queda do Império e tentaram constantemente assumir posição de liderança diante dos seus leitores proprietários.

O escritório sede da *Gazeta Sul-Mineira* estava localizado em São Gonçalo do Sapucaí, importante centro republicano da região. A circulação da folha perdurou de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1894, embora não contemple um período tão longo quanto o *Baependiano*, compreende o auge da crise no mundo do trabalho e a conseqüente abolição da escravatura.

A *Gazeta Sul-Mineira* fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados.

Nas folhas de *A Gazeta Sul-Mineira*, sob o lema: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara” (*Gazeta Sul-Mineira*, 16 de maio de 1886. p.1.), as idéias republicanas e abolicionistas eram apresentadas com evidente associação. Para os republicanos evolucionistas os problemas da transição da mão-de-obra e da abolição seriam rapidamente resolvidos se o governo central conferisse plenos poderes às províncias para que cada uma decidisse o que lhe fosse melhor. No caso mineiro a *Gazeta* assinalava que deveria se dar a Abolição Imediata.



A *Gazeta* desenvolveu verdadeira campanha pela imigração, empenhando-se em uma propaganda para convencer os fazendeiros das vantagens da utilização da mão-de-obra estrangeira, em detrimento da nacional. Anunciava ser possível conseguir o pagamento de passagens pelo governo, portanto, bastava o proprietário atrair da Europa o trabalhador “habilitadíssimo”, conforme seu tipo de cultura.

## **VI. O Minas do Sul: A separação do quinhão sul-mineiro**

Em 1892, um movimento separatista abalou o sossego e a modorra vividos nas cidadezinhas do Sul de Minas. O movimento foi liderado por Martiniano da Fonseca Reis Brandão, republicano histórico insatisfeito com o alijamento político advindo com o novo regime. O movimento eclodiu na cidade de Campanha da Princesa e possuía um caráter radical e pretendia desmembrar parte do território mineiro e constituir-se em um novo estado, as *Minas do Sul*. Esse movimento surgiu, em grande parte, com a não concordância por membros da elite regional com o governo de Cesário Alvim, político da Zona da Mata, eleito pelo Congresso Legislativo Mineiro primeiro presidente constitucional do estado para o período de 1891-1894.

A publicação do periódico *Minas do Sul* aconteceu em duas fases distintas, a primeira, com apenas duas edições, em 19 e 27 de fevereiro de 1892, ocorreu durante a proclamação do movimento e a curta duração da separação sul-mineira. Neste período o periódico foi redatoriado por Júlio Bueno e gerenciado por J. B. de Mello, além de receber contribuições de Martiniano da Fonseca Reis Brandão e José Luis Pompeu da Silva, responsáveis pela eclosão do movimento e membros da Junta Governativa que se formaria em Campanha. Ao mesmo tempo em que se proclamava órgão oficial do novo estado também fazia propaganda do movimento, buscava e publicava o apoio recebido de outras cidades do Sul de Minas e combatia os rivais da idéia separatista.

No entanto, com o fracasso do movimento, a folha deixou de circular por alguns meses, mas retornou a 04 de agosto de 1892 e continuou sua publicação por mais um ano. Nesta nova fase, sob a redação de José Luis Pompeu da Silva e com a colaboração de José Braz Cesarino e Tenente Jonas Olinto, o *Minas do Sul* tornara-se mais crítico e questionou constantemente a nova organização republicana, a compra de votos, o sistema representativo, dentre outros vícios políticos do período. Tornara-se irônico e mordaz em relação à República e denunciava seu continuísmo em relação às políticas do Império.

Para os manifestantes da Campanha o momento vivido no âmbito nacional, de conturbada adaptação ao novo regime republicano, constituía-se num momento ideal



para o Sul de Minas finalmente separar-se do restante do estado. No entanto, o verdadeiro motivo que levou a tentativa de separação é difícil de precisar, mais correto seria falar em motivos, cabendo a cada um deles menor ou maior relevância no episódio. Sendo assim, os editores de *O Minas do Sul* justificaram o movimento separatista sul-mineiro, dentre outras razões: com a decepção dos republicanos históricos com o governo geral, a difícil relação que a região mantinha com a distante capital Ouro Preto, as finanças do estado que faziam a região sentir-se tremendamente prejudicada com a falta de investimentos na sua infra-estrutura, as lideranças políticas que ocupavam altos cargos no governo estadual desagradavam as lideranças locais, as modificações na legislatura do poder e ação das municipalidades não foram bem aceitas, o andamento das eleições municipais que ocorriam durante o exato momento da eclosão do movimento separatista também era denunciada como corrupta e, por último, o sonho de criar um estado mais organizado, mais justo, rico e mais fácil de governar acalentava as esperanças separatistas. Ainda pesava na opinião e argumentação da folha o histórico separatista. Sua grande vitória foi a renúncia de Cesário Alvim, depois de intensa pressão da imprensa.

## **VII. Gazeta de Ouro Fino: Como nasce um republicano**

A *Gazeta de Ouro Fino* também acompanhou com grande interesse as questões referentes à divisão de Minas, no entanto, seus redatores tinham opinião diversa aos separatistas da Campanha, e a Gazeta constituiu-se no principal órgão contrário a separação da região. A *Gazeta de Ouro Fino* era editada por João Moreira Meireles Leite e contava com a colaboração de Rufino Antônio de Oliveira e Alfredo Pinto Viera de Melo, grupo político fortemente ligado a Silviano Brandão, senador e principal chefe político sul-mineiro do período em análise.

O grupo responsável pela edição de *A Gazeta de Ouro Fino* era proveniente do partido liberal, e só aderiu ao regime republicano depois de feita a Proclamação de 15 de Novembro. Portanto, podem ser considerados como “adesistas” (ALONSO, 2002). A opinião do periódico quanto à organização da política nacional pode ser percebida no trecho publicado em 11 de setembro de 1894, que celebrava o aniversário de Júlio Bueno Brandão, líder político local que teve longa carreira política durante a República, o trecho narra a transformação do liberal acirrado em republicano convicto:

Alvo da mais justa admiração de seus conterrâneos, a 31 de Janeiro de 1892 foi elevado ao cargo de Agente Executivo Municipal, pelo sufrágio popular, tomando posse a 7 de Março do mesmo ano.

Favorecido então pela organização científica do estado que, por assim dizer, estatuiu a autonomia absoluta do Município, ele tratou de



prover as suas necessidades imperiosas, confeccionando leis próprias, atestado vivo do seu espírito observador. Posto militasse nas fileiras do partido liberal nos tempos do império, a sua transição para o partido republicano era consequência matemática do estudo incessante que fazia de publicistas como D. Lastarria e Leon Donat. Derribadas todas aquelas ficções inerentes ao trono, Júlio Bueno Brandão, como todos os espíritos cívicos e patriotas, submeteu-se a ação da lei universal da instabilidade humana para o progresso que no dizer de Comte é o desenvolvimento da ordem, e foi republicano. (Gazeta de Ouro Fino, 11 set.1894. p.1).

Por último, e mais importante, a argumentação contrária ao separatismo enfatizava a necessidade de Minas Gerais permanecer unida para que continuasse seguindo nos trilhos do progresso e da ordem pública e acima de tudo permanecer um estado forte, com condições de direção política na disputa com os demais estados da federação. Na república federal, o estado de Minas, “grande, rico e populoso”, exerceria imensa “preponderância senão a hegemonia nos Estados Unidos do Brasil”, ao passo que o estado de Minas do Sul, pequeno e fraco, teria a sorte dos “pedintes importunos” (Gazeta de Ouro Fino, 06 mar. 1892. p.2).

Destacamos este último argumento reproduzido em *A Gazeta de Ouro Fino* que demonstra sua consciência precoce do momento histórico vivido, aparentemente seus editores sabiam da necessidade de manter Minas grande e unida, portanto, conservando o estado como a maior representatividade política do país, para organizá-lo e obter ganhos políticos com o possível domínio numérico no âmbito nacional. Portanto, os editores demonstram possuir um profundo conhecimento político e vislumbram a possibilidade de construir uma aliança estadual, que com a coesão de votos de todos seus 37 deputados possibilitaria encaminhar a política nacional.

### **VIII. O Arrebenta**

Outro evento que demonstrou a existência de acirradas disputas intra-elitistas no seio da política mineira, com igual influência na atuação do estado no âmbito nacional, foi a disputa eleitoral entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, entre 1909 e 1910. Este momento, bastante destacado pela historiografia nacional e por estudiosos da divisão interna da elite mineira, foi marcado pela colocação de duas candidaturas presidenciais relativamente competitivas, sobretudo se comparada às anteriores.

Embora o civilismo tenha encontrado eco em algumas facções mineiras, principalmente naquelas que estavam fora da esfera de poder, a presença de heremitas foi muito mais significativa em todo estado.



A principal sede hermista esteve localizada no Sul de Minas, em Campanha. Neste município era editada por Carlos de Mello a folha *O Arrebenta*, que circulou entre 1909 e 1910, trata-se de um periódico hermista, que se opunha ferozmente ao grupo civilista sediado na zona da Mata. Nas folhas do *Arrebenta* a figura de Rui é criticada, sendo que na maioria dos artigos prevalece o tom de zombaria. O candidato civilista aparece como falastrão e dono de uma retórica e literatura exageradas, por vezes comparadas a de um pavão, sua intelectualidade é menosprezada e até transformada em algo desnecessário e desabonador. Em oposição a Hermes, que se destacava pela sobriedade nos seus discursos e propostas objetivas.

A análise desse periódico demonstra dois aspectos importantes na representação política da República Velha. Se por um lado o discurso político deveria ser mudado, não suportando mais a intelectualidade vazia dos políticos do período imperial. Por outro, a mudança da forma de fazer política e a ameaça de uma eleição de fato disputada amedrontava a elite dirigente, que temia perder seu controle político, e por esse motivo atacava de maneira descabida a campanha de Rui Barbosa. Neste periódico podemos encontrar trechos que denotam o medo da elite oligárquica de perder comando da política e o país sofrer profundas transformações.

Dessa forma, a campanha civilista é muito representativa, pois está viva dentro dela o desejo de abandono do ranço imperial. Por outro lado, também pulsa o receio de transformações por demais profundas, que colocavam em risco o domínio político da elite dirigente e obrigava a rápida construção de uma nova roupagem mais adequada ao período republicano, porém, sem abalar o *status quo*.



## Referências

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

CARROZZO, João. **Lambari: outrora Cidade de Águas Virtuosas da Campanha**. Bragança Paulista: Faculdades Franciscanas, 1977.

CASTILHO, Fábio F. A. **Disputas inter-regionais em Minas**: cultura política e estratégias de dominação (1870-1918). Tese de doutorado. No prelo.

\_\_\_\_\_. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas. Dissertação de Mestrado, UFJF.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 1989. PP. 149-150.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo**: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Editora Hucitec. 2009.

VISCARDI, C. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

\_\_\_\_\_. Federalismo Oligárquico com Sotaque Mineiro. In.: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. pp. 100-110. 2001.



## **ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO MUSEU VIRTUAL: A Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira**

**Geysa Karla Alves Galvão**

**Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de  
Pernambuco (UFPE)**

### **RESUMO**

O presente trabalho se propõe a avaliar a memória social que se apresenta no meio virtual, no Museu Virtual da Coleção Carlos Estevão de Oliveira, levantando a discussão sobre o tema da preservação do patrimônio digital, defendendo a reprodução dos objetos de instituições que preservam os registros e vestígios da humanidade, disponibilizando estes no ambiente virtual, promovendo o livre acesso por meio da internet, pensando como os usuários se apropriam e se relacionam com essas coleções.

**Palavras-chave:** Memória. Museu. Museologia. Internet. Museu Virtual.

### **ABSTRACT**

This study aims to assess the social memory that appears in the virtual environment, in the Virtual Museum Collection Carlos Estevão de Oliveira, raising the discussion on the topic of preserving digital heritage, defending the reproduction of objects of institutions that preserves records and traces of humanity, providing them in the virtual environment, promoting free access through the Internet, thinking how the users take ownership and relate to these collections.

**Keywords:** Memory. Museum. Museology. Internet. Virtual Museum.



## **Introdução**

O ser humano vive entre campos semiológicos e tem necessidade de estabelecer taxonomias para que possa promover uma ordenação ao real. O homem tem necessidade de estabelecer uma ordem, uma vez que não pode viver em meio ao caos, então, começa a fazer divisões. Isso também se aplica aos museus, pregando toda uma pragmática nas exposições e no tratamento de seu acervo. Se pensarmos na quantidade de informações que os objetos museais têm a nos oferecer, devemos pensar também na forma como os usuários podem e devem se apropriar desse conhecimento.

Nesse trabalho, pretende-se avaliar a organização da Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira na web. Para iniciar a discussão, coloca-se algumas indagações que surgiram a respeito do tema, como: qual seria a função e o poder comunicacional que o museu virtual exerce sobre os indivíduos? O que o diferencia efetivamente dos demais meios de comunicação?

O museu e seu acervo têm um papel político ao representar a sociedade através de suas coleções, operando nele a capacidade de atribuir uma significação aos objetos, correspondendo as aspirações da sociedade, colocando o objeto etnográfico em sua qualidade de documento, de patrimônio de arte, como um objeto vivo, ou seja, exposto a sofrer e a provocar mudanças culturais e sociais.

Sabemos que o fato de o usuário procurar informações na rede faz com que a web seja um dos principais fornecedores de informações atualmente, ou seja, é no emissor e no receptor que existe o verdadeiro conteúdo comunicacional. Quando discutimos a representação de um museu em um website, podemos observar que este varia entre um simples material publicitário (catálogos, propagandas) até os ambientes sensoriais (que se comparam com as instalações físicas da instituição), as duas tem o mesmo objetivo, atrair o público.

## **I. Organização da Informação**

A organização da informação se dedica a investigação dos fundamentos científicos e ao desenvolvimento de técnicas de criação, uso e avaliação de ferramentas aplicadas nos sistemas de informação, onde estas armazenam, recuperam e tratam documentos para que estes posteriormente sejam capazes de transmitir informação que gere conhecimento. Por isso a indexação e a classificação nos tesouros e listas de cabeçalhos por assunto precisam evitar ser tendenciosas, uma vez que são criadas por pessoas que tem visão cultural própria e que podem ignorar outras culturas, estes sistemas devem ter representações precisas que possam atender a todas as demandas de informação da sociedade.



Sabemos que os sistemas de organização da informação não têm representado os conteúdos dos saberes acumulados pela sociedade ao longo de sua história multicultural. Estes sistemas acabam transformando todo conhecimento produzido por culturas populares em saberes que sem qualidade, por não terem rigor científico, ou seja, essas culturas não têm uma representação fiel.

Devemos analisar a possibilidade de viabilizar novas formas de representar a culturas minoritárias, fomentando o debate sobre essa temática, onde o processo de construção de sistemas de organização do conhecimento favoreça o entendimento de como se constroem os conhecimentos pelos indivíduos de diversas etnias, que são formadores da cultura brasileira.

A linguagem é um código simbólico, as palavras (símbolos) são usadas para transmitir um determinado significado, servindo de interação entre os homens, a fim de que seus símbolos guardem um mesmo sentido para todos que a recebam, a linguagem é a representação do pensamento.

Assim, aquilo que o signo substitui está representado no signo, ou seja, seu objeto. Essa substituição ou reapresentação se faz mediante as linguagens e, claro, as tecnologias da informação e comunicação. (CARELLI, MONTEIRO e PICKLER, 2006, p. 118)

Tanto o autor como o mediador estão carregados de subjetividade (a palavra atua sem que tenhamos consciência do seu papel), por isso devem-se evitar desvios na tradução de conteúdos, no contexto em que os sujeitos trazem em sua construção e interpretação uma carga de cultura e valores. Toda linguagem, independente da cultura tem sua legitimidade posta no valor da comunicação. Uma mesma linguagem pressupõe linguagens, pois quando damos signo a um objeto estamos dando valor a este.

Segundo Kristeva (1969), todas as práticas humanas são tipos de linguagem, sendo assim, a informação cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade, pois ela pré-existe ao conhecimento, uma vez que todo conhecimento se inicia por algum tipo de informação e se constitui em informação. A informação e conhecimento podem ser distinguidos entre, por exemplo, a informação ser fluxo de mensagens e o conhecimento o estoque. As palavras podem fazer a diferença dentro e fora dos processos individuais de conhecimento.

## **II. Discussão Teórica: Ciência da Informação e Museologia**

A Museologia, assim com a Ciência da Informação, passou por importantes modificações conceituais que possibilitaram a aproximação entre essas áreas, passando estas a preocupar-se com o caráter social enquanto identificação de problemas e soluções, pensando o museu como espaço de formação ao invés de contemplação, demonstrando



seu caráter interdisciplinar, uma vez que pela perspectiva da Ciência da Informação, os museus são compreendidos como produtores de informação.

Na visão de Mário Chagas “Selecionar, reunir, guardar e expor coisas num determinado espaço, projetando-as de um tempo a outro, com o objetivo de evocar lembranças, exemplificar e inspirar comportamentos, realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas parecem constituir as ações que, num primeiro momento, estariam nas raízes dessas práticas sociais chamadas, convencionalmente, de museus. As coisas assim selecionadas, reunidas e expostas ao olhar (no sentido metafórico do termo) adquiririam novos significados e funções, anteriormente não previstos. (2009, p. 22)

Na museologia, o virtual é comumente associado a coisas imateriais ou que sejam criadas por computador. Os museus virtuais se apresentam, por exemplo, tanto como páginas eletrônicas de museus existentes em ‘meio físico’, quanto como museus criados exclusivamente na Internet. Esta ambigüidade mostra-nos a ausência de bases conceituais na construção desses espaços, tanto no que diz respeito ao entendimento do que seja museu, quanto do que venha a ser virtual. (MAGALDI e SCHEINER, 2010)

Alguns autores consideram que os websites de museus são uma categoria classificada como catálogo *on-line*, podemos visualizar isso quando Pierre Lévy nos diz que os profissionais é que não estão explorando o suficiente todo o potencial que a hipermídia tem para auxiliar no aperfeiçoamento da área museológica, sugerindo que ao invés de apenas reproduzir exposições no meio virtual, que o ideal seria criar caminhos “personalizados” de acordo com as navegações, onde o público poderia dar um *feedback* à instituição, uma vez que estes espaços se desvinculariam das coleções materiais.

Muitas vezes nada mais são do que catálogos ruins na internet, enquanto é a própria noção de museu como ‘fundo’ a ser ‘conservado’ que é colocada em questão pelo desenvolvimento de um ciberespaço onde tudo circula com uma fluidez crescente e onde as distinções entre original e cópia evidentemente não tem mais valor (LÉVY, 1994)

Os ambientes virtuais transcendem os limites associados a personificação, por isso devemos ser críticos em relação a remoção do essencial socioemocional que acabam por empobrecer os resultados, diminuindo a relação de confiança entre o público e a instituição.

Hoje alguns museus virtuais utilizam sistemas de classificação direcionados à usabilidade, a análise de conteúdo e o grau de interatividade, porém, são poucas as instituições que tiram proveito efetivamente do poder da web para desenvolver atividades educacionais, onde a comunicação e o acesso a essas coleções poderiam criar novos relacionamentos com o público que se pretende atingir. A maioria dos websites se limitam a fazer o marketing da instituição, se detendo só as informações básicas para a promoção



desta, como apresentação, objetivos, fotos e horário de atendimento, ou também alguns fazem a mera representação do museu físico no ambiente virtual, com maiores informações sobre as coleções e seus serviços, dispondo de uma base de dados que podem ser classificadas como folhetos eletrônicos, onde o usuário faria uma visita as instalações da instituição (ambiente real) por meio virtual. Isso nos leva a constatar que estes museus limitam-se a fazer com que o ambiente virtual seja simplesmente um espelho (na tela do computador), onde o ambiente real é refletido, não se preocupando em explorar os recursos de hipermídia, no qual poderiam proporcionar um trabalho mais elaborado, podendo oferecer uma interatividade com o usuário que poderia ser comparada, por exemplo, a um leitor de um livro, provocando nele a vontade de descobrir e se envolver mais profundamente com esses acervos.

As TICs estão irremediavelmente vinculadas às práticas sociais. Nenhuma tecnologia existe de forma autônoma. C&T emergem da sociedade e refletem a sua realidade. C&T advêm de demandas sociais e suprem essas demandas, assimilando o dinamismo próprio dos processos sociais, que são *per se* mutáveis e ininterruptos. Nada é mais dinâmico do que sociedade e cultura. Nada é mais instável do que as tendências sociais e culturais (CARELLI e KAIMEN, 2007, p. 128).

Olhando para o que já foi discutido no passado sobre preservação da memória, encontramos Vannevar Bush (1945), que nos apresenta o problema da armazenagem e recuperação dos documentos, quando no decorrer da segunda guerra os cientistas desenvolveram uma quantidade enorme de conhecimento, tanto na área da saúde, como nas questões ambientais, vindo a tona a preocupação em defender a armazenagem destas informações para o progresso da raça humana, ele indaga sobre a forma mais apropriada de uso das informações geradas, lembrando das tentativas que já haviam sido feitas em se automatizar o processamento, a armazenagem e a recuperação e que não obtiveram êxito e vislumbra novos horizontes na criação de um sistema automatizado funcional com os avanços tecnológicos de sua época.

Em se tratando de memória, não podemos esquecer Santo Agostinho, em seu livro *X Confissões*, ele traz profundas contribuições sobre a densidade da memória, do tempo e da linguagem, quando ele diz: “Chegarei assim diante dos campos, dos vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inúmeras imagens trazidas por percepções de toda espécie. Lá também estão armazenados todos os nossos pensamentos, quer aumentando, quer diminuindo, ou até alterando de algum modo o que nossos sentidos apanharam, e tudo o que aí depositamos, se ainda não foi sepultado ou absorvido no esquecimento”.

GOMES e VIEIRA NETO (2009), trazem a discussão sobre esquecimento dos povos indígenas, fazendo reflexões sobre como os índios são representados nos espaços museais:



Este esquecimento dos povos indígenas do Nordeste, no espaço museal, está intimamente relacionado com sua negação política e com o silêncio que vai predominar durante a maior parte do século XX (2009, p. 367).

O ato de esquecer é uma qualidade da memória, que preserva e a mantém saudável. Nossa memória só funciona bem por termos a capacidade de esquecer. Em uma das obras de Le Goff, “História e memória: escrita e literatura”, o autor descreve:

Memória como capacidade de conservar certas informações, recorre, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas.

MONTEIRO, CARELLI, PICKLER (2008), introduzem a discussão sobre o tema “esquecimento” na ciência da informação:

Desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da memória da humanidade, pelo qual, a perspectiva da memória é vista como preservação. Ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país e, com isso, a Ciência da Informação desconsiderou um importante aspecto da memória: o esquecimento.

Diversos autores definiram a informação considerando seu contexto e universo. Segundo Le Coadic (2004, p. 25) seria a informação o objeto, cujas propriedades gerais da informação (efeitos, natureza e gênese), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso, seriam estudados pela Ciência da Informação.

Buckland (1995) faz uma avaliação do valor das atividades de coleção de informações. Embora utilizando o termo coleção e trabalhando seu contexto, uma vez que realiza sua análise na perspectiva que “informações como objetos são as únicas formas que um sistema de informações pode lidar diretamente”, comparando as tarefas de preservação, disponibilidade e identificação dos acervos informacionais.

As instituições de memória, que são domicílio dos estoques de informação, tentam operacionalizar o esquecimento através de mecanismos de museificação, onde almejam diminuir o volume dos excedentes, que fariam nossa memória quebrar pelo peso do seu excesso.

### **III. O que seria uma coleção etnográfica?**

Coleções etnográficas constituem-se documentos de feição plural que pretendem representar a diferentes universos sociais por intermédio da vida material. As premissas que



subsidiar as práticas de informação e/ou documentação acerca desses documentos têm priorizado as análises tradicionais da ciência moderna. A Ciência da Informação enseja – a partir de sua natureza interdisciplinar – a análise da possibilidade de incorporação de novos horizontes da informação nas leituras da cultura material. (LOUREIRO, SOUZA e SILVA, 2010)

A etnografia é o caminho no qual informação e dados são transformados em formas textuais ou visuais, combinando desenhos de pesquisa, trabalho de campo e métodos de investigação para produzir descrições, interpretações e representações de vidas humanas, a etnografia é um processo e um produto.

As coleções etnográficas, formadas por objetos que testemunham estágios e particularidades da cultura humana, são compreendidas enquanto documentos que traduzem a realidade material de uma cultura. Os objetos etnográficos possuem uma relação de continuidade com as culturas de origem e os museus etnográficos possuem capacidade de atribuir uma significação aos objetos que fazem parte de suas coleções, tendo papel de estabelecer um diálogo intercultural, não se limitando a preservação material, mas também desenvolvendo em seu espaço as dimensões sócio-políticas do seu acervo.

O museu além de um espaço de cultura, no sentido de guardião do registro de uma cultura material, é também um espaço de memória que pode possibilitar a recriação de uma narrativa dessa mesma cultura lá encontrada. Dentro dessa ideia, a coleção é em si um material rico de memória, de descrição etnográfica, um inventário de vida de um povo, um canal de comunicação entre espaços e tempos diferentes. Vale salientar que os objetos constantes neste acervo assumem determinadas cargas valorativas pertinentes ao discurso ideológico que a instituição museal vai estabelecer e delimitar, segundo os seus próprios critérios e as suas tipologias. Entendendo as coleções etnográficas como um testemunho de uma dada realidade, percebemos a sua importância enquanto elemento de registro e documentalidade do espaço e tempo histórico no qual foram produzidos.

#### **IV. A Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira**

No Nordeste, destacamos a coleção sob guarda do Museu do Estado de Pernambuco, formada pelo folclorista Carlos Estevão de Oliveira, entre 1908 e 1946, composta de mais de 3.000 peças provenientes de povos indígenas da Amazônia e do Nordeste (ATHIAS, 2003, p. 284).

O Museu do Estado de Pernambuco dispõe de artefatos indígenas, peças arqueológicas, etnográficas e documentos que em sua maioria pertencem a “Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira”, a mesma constitui-se em um valioso acervo de mais de 3000 peças, adquiridas entre os anos de 1908 e 1946, quando o pernambucano,



advogado, poeta e folclorista Carlos Estevão trabalhou na região Amazônica, ocupando cargos no Estado do Pará como promotor público em Alenquer, funcionário público em Belém, e por fim, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, cargo que exerceu até sua morte em junho de 1946.

Entre as peças dos 54 povos indígenas do acervo desta coleção podemos destacar mais de 546 variedades de objetos relacionados ao vestuário e adornos corporais, fabricados com os mais diferentes tipos de material biológico. Esses objetos apresentam grande encanto e poder de comunicação, revelando a memória dos povos, sua cultura tangível e intangível, sendo um verdadeiro inventário da cultura, importante para a compreensão do cotidiano dos povos indígenas.

## **V. O Museu Virtual Carlos Estevão de Oliveira**

Para adentrarmos na discussão, traremos um exemplo de museu virtual, o da Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira, do Museu do Estado de Pernambuco. Este museu virtual faz parte do projeto, criado em 2009, intitulado “Coleção Etnográfica Carlos Estevão: Memória, Documentação e Pesquisa”, este projeto está localizado institucionalmente no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE), registrado oficialmente no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, e no Museu do Estado de Pernambuco, sob a coordenação do Prof. Dr. Renato Athias. O projeto, que tem apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), e terá, ao longo de sua duração três eixos de ação: catalogação, capacitação e restauração. A primeira etapa consistiu em realizar o diagnóstico das peças que precisam de revitalização. A intenção é preparar funcionários de museus e estudantes do curso de Museologia da UFPE para trabalhar, posteriormente, na restauração das peças da coleção etnográfica.

Na tentativa de disseminar e dar acesso à Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira, o projeto prevê a digitalização e informatização de todas as peças, que serão disponibilizadas no museu virtual, aos moldes do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. Grande parte da coleção já se encontra disponível para consulta, porém as fotografias, cartas e outros documentos ainda estão em processo de restauração e devem ser incluídas no acervo virtual até a finalização do projeto.

O meio virtual rompe com a linearidade, evocando diversas mídias ao mesmo tempo para representar o pensamento. O museu virtual da Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira cumpre seu papel na difusão das informações contidas nos artefatos coletados por Carlos Estevão, que são o registro material dos povos indígenas, reforçando que a



preservação da memória amplia os vínculos culturais, econômicos e sociais.

## **VI. Procedimentos metodológicos**

Tendo a observação como base dos métodos de pesquisa em ciências sociais, vemos esta como um contexto para a interação, invocando valores para justificar e explicar os caminhos aqui utilizados.

Utilizamos como critério para análise as questões de navegabilidade, recursos multimídia, exaustividade do acervo e formas de acesso. Em relação à navegabilidade observou-se que a página do museu dispõe de campos indicativos, onde são expostos dados sobre o museu, o projeto, eventos e o museu virtual. Em se tratando de recursos multimídia, o museu virtual é composto de fotografias e descrição dos artefatos. O acervo não está completo, pois como foi exposto anteriormente, todos os documentos estarão disponíveis no término do projeto, em 2011.

Realizamos um estudo de caso exploratório, onde a coleta de dados se deu mediante visitas ao Museu do Estado, conversas com os responsáveis pelo acervo e pesquisas na página do museu virtual, onde podemos tecer conexões entre a coleção e seu público, visualizamos que a democratização da representação da cultura daqueles povos acontece de forma a proporcionar um diálogo sobre as diferenças, levando os indivíduos a respeitar e entender melhor o mundo onde vivem, ou seja, a busca por entender o outro.

## **Considerações finais**

As questões aqui colocadas nos levam a ter uma relação de engajamento em preservar o que foi perdido, deixado para trás, assim sendo, os museus são agentes de mudança social e desenvolvimento e devem cumprir sua missão didática e transformadora, envolvendo emocional e educacionalmente os indivíduos, caso não contrário o mesmo não tem motivos para existir. Essas instituições têm que desconstruir a imagem negativa do passado e oferecer atrativos para o público, fazendo com que este se aproprie dos objetos expostos nesses espaços (reais e virtuais), pois como sabemos uma imagem vale mais que palavras, pois fica na memória das pessoas.

O museu virtual, como coleção de objetos digitais, nos mostra como as limitações colocadas pelo método tradicional de organizar e apresentar a informação podem ser superadas em relação às visitas ao museu, proporcionando diversas perspectivas e dimensões da informação contida nesses ambientes, sendo o diferencial do museu virtual a capacidade de estabelecer conexões entre os objetos e o visitante, criando um diálogo interativo, potencializando a interação social e a construção de significados, o que implica na



mudança de paradigma do enfoque da coleção com o usuário, transcendendo os métodos tradicionais de comunicação.

A Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira tem a missão de (re)construir as memórias indígenas, pois as coleções etnográficas são a afirmação de uma memória e de uma história que não estão nos livros. O museu virtual é fundamental para a difusão e preservação dessa memória, uma vez que os objetos ganham novos sentidos e representações nesses espaços, sendo percebidos e apropriados pelo público no processo de construção de sua etnicidade



## Referências

ATHIAS, Renato. *A diversidade cultural dos índios no olhar de Carlos Estevão*. IN: **O Museu do Estado de Pernambuco**. São Paulo: Banco Safra, 2003.

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/as-we-may-think/3881/>>. Tradução disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/as-we-may-think/3881/>

BUCKLAND, M. *Information and Information Systems*. New York: Ed. Praeger, 1995.

CARELLI, Ana Esmeralda; KAIMEN, Maria Julia Giannasi. **Recursos informacionais para compartilhamento da informação: redesenhando acesso, disponibilidade e uso**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/ IBRAM, 2009. 258 p.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed, São Paulo: Polis, 2002, 96 p.

Coleção Etnográfica Carlos Estevão – Memória, Documentação e Pesquisa. Disponível

em: <<http://www.ufpe.br/carlosestevao/>>

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. *Museus e memória indígena no Ceará: a emergência étnica entre lembranças e esquecimentos*. IN: PALITOT, Estevão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará**. Fortaleza, Imopec, 2009, p. 367-391.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004, 124 p.

LE GOFF, J. **História e memória: escrita e literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

Loureiro, José Mauro Matheus; Loureiro, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; Souza, Daniel Maurício Viana de; Silva, Sabrina Damasceno. Coleção Etnográfica, Discurso e Formação Discursiva: Uma Abordagem Interdisciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

Magaldi, Monique Batista; Scheiner, Tereza Cristina. Reflexões sobre o museu virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER. Representação e memória no ciberespaço. 2006. *Rev. CI Brasília*. V. 35. n3, p 115-123.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. *Datagramazero*. v,6, n.8,

2008. [http://www.dgz.org.br/dez08/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm)



## **MAROLO: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE PARAGUAÇU**

**Gilmara Aparecida de Carvalho – Graduada em História**

[gilcarvalhohistoria@yahoo.com.br](mailto:gilcarvalhohistoria@yahoo.com.br)

**Sandro Aduino Palhão – Graduado em Administração – Pós - Graduado em**

**Hotelaria – Especializado em Língua Inglesa**

[sandromarolo@hotmail.com](mailto:sandromarolo@hotmail.com)

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é recuperar na memória dos paraguaçuenses a importância do fruto Marolo, considerado um dos principais símbolos do município de Paraguaçu, que desde tempos imemoriais, através da história de sua ocupação territorial esteve intimamente ligado à sua economia. Após a realização de várias atividades ocorridas a partir do Projeto – “Marolo: um fruto, várias ideias!”, o fruto e seus derivados conseguiram dar maior visibilidade e relevância aos habitantes do município agora orgulhosos em serem reconhecidos pela alcunha de “maroleiros”. Fonte de renda extra para significativa parcela da população, os produtos elaborados com a polpa do marolo exercem papel disseminador do nome de nossa urbe, como os doces e o licor, fabricado desde 1912 pela família Andrade, receitas estas que, desde 2009, são registradas como patrimônio imaterial municipal. A preocupação com a educação ambiental e cultural faz com que atualmente vários de nossos cidadãos estejam empenhados em salvaguardar e preservar esta riqueza que, por sua grande influência em nossa cultura, o faz reconhecido como a “Terra do Marolo”!

**Palavras-chave:** Marolo. Memória. Patrimônio. Educação ambiental e cultural.

### **ABSTRACT**

The goal of this paper is to retrieve in the memory of paraguaçuenses about the importance of the fruit Marolo, considered one of the main symbols of the municipality, which since immemorial times, throughout the history of the town's occupation had this fruit closely connected to its economy. After the accomplishment of multiple activities occurring from the Project – “Marolo: a fruit, various ideas!” the fruit and its products could give greater visibility and relevance to the inhabitants of the municipality whom is now proud to be recognized as “maroleiros”. Source of extra income for significant portion of the population, the goods produced from its pulp pursue a shedding role to identify our city name, such as sweets and the liqueur, manufactured by the Andrade family since 1912, being these recipes since 2009,



recorded as municipal intangible heritage. The concern for environmental and cultural education causes that currently several of our citizens are committed to safeguarding and preserving this wealth that, for its great influence on our culture, is recognized as the “Land of Marolo!”.

**Keywords:** Marolo. Memory. Heritage. Environmental and cultural education.



“Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, fazeres e falares.

Tudo enfim que produzimos com as mãos, as idéias e a fantasia”.

Cecília Londres<sup>1</sup>

## Introdução

Patrimônio cultural imaterial (ou patrimônio cultural intangível) é uma concepção de patrimônio cultural que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras. São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições.<sup>2</sup>

O DECRETO N° 3551 de 4 de Agosto de 2000, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.<sup>3</sup>

O registro do que for identificado como Patrimônio Imaterial Nacional ocorrerá nos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.<sup>4</sup>

Registrados como patrimônio imaterial brasileiro, os seguintes bens:

- Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (dez./2002)
- Samba de Roda no Recôncavo Baiano (out./2004)

<sup>1</sup> BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. Catálogo. p.5.

<sup>2</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio\\_cultural\\_imaterial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio_cultural_imaterial)

<sup>3</sup> **Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006. p. 29.

<sup>4</sup> DECRETO n° 3551, op. Cit.



- Modo de Fazer da Viola-de-cocho (jan./2005)
- Feira de Caruaru (dez./2006)
- Samba do Rio de Janeiro (out./2007)
- Modo artesanal de fazer queijo "Minas" (maio/2008)
- O modo de fazer Renda Irlandesa de Divina Pastora (jan./2009)<sup>5</sup>

O Registro, como forma de reconhecimento das expressões de natureza imaterial que devem ser parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, busca a valorização desses bens. E mais: estabelece o compromisso do Estado em documentar, produzir conhecimentos, e apoiar a continuidade dessas práticas sócio-culturais.<sup>6</sup>

O ser humano distingue-se uns dos outros através de um documento que os identifica mostrando suas diversas diferenças em nomes, filiações, datas de nascimento e características físicas únicas em cada pessoa.

Assim também acontece com os lugares. Cada município apresenta através de sua história carregada de simbologia um diferencial que os torna atrativos para seus próprios cidadãos e para aqueles que o conhecem e o visitam.

Paraguaçu, cidade localizada ao Sul de Minas Gerais, que teve sua ocupação territorial colonizada por desbravadores portugueses, também conta em sua história diversos símbolos que a diferenciam de outras localidades.

Em um pleito realizado no ano de 1998, nove escolas do município trabalharam defendendo algo que se destacasse na comunidade e que fossem de relevância dentro de seu histórico.

Desta maneira tivemos escolas que representaram símbolos como igrejas, um local onde antigas lavadeiras exerciam seu labor – chamado Biquinha –, o Avião Monumento, que remete aos áureos tempos da aviação em aquela urbe, e que por sinal foi o vencedor na escolha dos símbolos.

E uma escola rural – FUNDAMAR –, defendeu um símbolo que era de pleno conhecimento de seus alunos e que fazia parte do dia-a-dia também de seu corpo docente, privilegiando assim o Marolo e apresentando um trabalho que a colocava entre os preferidos da população local.

---

<sup>5</sup>FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (orgs.). In: **A Salvaguarda e a Sustentabilidade do Patrimônio Imaterial Brasileiro: Impasses e Jurisprudência. Patrimônio Cultural e Ambiental.** Questões legais e conceituais. São Paulo: Unicamp/Nepam, 2009. p. 104 -105.

<sup>6</sup>**Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois – A trajetória do patrimônio cultural imaterial no Brasil.** Catálogo. IPHAN. Brasília/DF. 2006. Catálogo. P. 22



Dez anos mais tarde surgiu a idéia de recuperar a importância desta fruta para seus habitantes, principalmente aos da zona rural do município. Nasce assim o Projeto: “Marolo: um fruto, várias ideias!” com o intuito de valorizar o fruto que identifica até seus habitantes, através da alcunha de “maroleiros”.

O plano obteve êxito e assim, com o envolvimento de diversas pessoas empenhadas em salvaguardar e preservar este verdadeiro tesouro que coloca nosso município no cenário nacional como a “Terra do Marolo” a pequena semente germinou, e seu crescimento, mesmo que ainda precoce, já dá frutos àqueles que direta ou indiretamente vivem de seu cultivo e defendem a preservação das árvores nativas do ambiente Cerrado.

### I. Sobre o Marolo...



COSTA, Denis Delano - Licor e doce de marolo patrimônios imateriais de Paraguaçu/MG - Fevereiro/2008  
(primeira garrafa de licor possui por volta de 80 anos)

O marolo (fruto nativo do cerrado brasileiro, cientificamente denominado *Annona crassiflora* Mart.), pertencente a família das anonáceas, à qual pertencem também a graviola, a fruta-do-conde, a atemoia e outras frutas, possui uma identidade com as manifestações culturais, históricas, econômicas, culinárias, artísticas e esportivas da sociedade paraguaçuense, que identifica registros da compra do fruto datada de 1912 e o desenvolvimento de experimentos ligados a fabricação do tradicional licor.



Na evolução histórica da cidade de Paraguaçu, observamos uma intrínseca relação desta população com o marolo, fruto típico e abundante na região. Trata-se de um fruto que ao longo dos anos passou a ser tratado como um verdadeiro símbolo para os moradores e seus cidadãos que extra-oficialmente o elegeram como verdadeiro estandarte.

O marolo é para Paraguaçu muito mais que um fruto, é algo que da materialidade saltou para a abstração do símbolo, ratificado por sua presença no brasão do município, o qual é ladeado de uma haste do café e outra do marolo. E na alcunha dos paraguaçuenses reconhecidos como “maroleiros” na região sul mineira.

## **II. Influências do Marolo na sociedade paraguaçuense**

Desde os primórdios do século passado já se tem notícias de seu comércio no município, os marolos coletados nos campos eram colocados em balaies e animais cargueiros, transportados até a sede da comarca e cidades vizinhas, eram então vendidos para o consumo *in natura*, ou para a confecção de inúmeros doces e licores do qual Paraguaçu sempre foi referência. Com seu odor forte e acentuado é quase impossível manusear ou consumir o fruto sem que os vizinhos percebam. Em razão deste comércio os habitantes do município eram conhecidos como maroleiros, codinome muitas vezes considerado pejorativo pelos moradores, hoje soa como um orgulho para os paraguaçuenses que conseguiram por todos estes anos manter uma tradição de quase um século.

Hoje os animais cargueiros e balaies deram lugar a veículos e caminhonetes, mas ainda permanece a tradição, de fevereiro até meados de março, quando o fruto começa a amadurecer e cair dos pés, inicia-se a atividade dos “catadores de marolo”, que adentram o cerrado à procura do fruto. Esta atividade que algumas vezes não é aceita por muitos proprietários que veem com desconfiança a entrada de estranhos, normalmente sem permissão, em suas propriedades surrupiando os frutos muitas vezes ainda verdes dos pés. Mas, ano após ano, a “tradição” continua com o movimento nas rodovias que cortam o município, com a venda do fruto nos trevos de acesso a cidade, nas ruas e feiras.

Para os paraguaçuenses ou “maroleiros”, fica o desafio: muitos ainda não se deram conta do grande potencial cultural, turístico e econômico que o marolo pode representar para o município. Para mantermos viva esta tradição temos que preservar as áreas remanescentes do cerrado, plantar novas áreas, controlar a qualidade e a venda dos frutos, e porque não? Cultivar um pé de marolo em cada quintal da cidade.



Cabe a nós também incentivar os produtores e organizar o trabalho dos catadores, afinal o mais difícil nós já conseguimos: Paraguaçu é a terra do marolo!<sup>7 7</sup>

Exemplos das influências do marolo no município:

- Escola de Samba “Marolo Atômico” - 1980 a 1990
- Brasão Municipal – 1987
- Enduro do Marolo - 1995
- Título de livro “Humor na Marolândia” de Marcos Vinicius Ribeiro Dias - 1996
- Escolha do Símbolo / FUNDAMAR – 1998
- Paródia: “Samba Safado” – Sebastião Castilho Silvério - 1998
- Cruzeiro Marítimo – Navio “Splendour of the Seas” - “Maroleiros de 1ª viagem” - 2008
- 1º Trilhão do Marolo - 2008
- 1ª Copa Marolo de futebol de Campo Categoria Veterano – 2008
- Desfile de 7 de Setembro de 2008 – Escola Municipal M<sup>a</sup>. Antonieta Alvarenga
- Marolada (caminhada, corrida e ciclismo) - 2009
- 1ª Cãominhada do Marolo – 2010

### III. Projeto: “Marolo: um fruto, várias idéias!”



ARAÚJO, Maria Aparecida - Gamela com marolos - década de 1990

Em novembro de 2007, demos início ao projeto: “Marolo, um fruto, várias idéias!”, com objetivo de resgatar e preservar a história e as memórias do fruto no município, onde é aliado no sustento de várias famílias, tanto na agricultura, quanto na fabricação dos mais

<sup>7</sup> MESQUITA, Carlos Magno – Texto: Paraguaçu “Terra do Marolo” (Engenheiro Agrônomo da EMATER-MG). Novembro/2010.



diversos produtos, é também fonte de inspiração para os mais variados movimentos culturais e esportivos.

O projeto englobou em 2008: exposição, palestra e feira gastronômica.

A exposição é composta por fotos, textos, objetos representativos e os mais diversos trabalhos produzidos por alunos da rede de ensino do município.

O sucesso alcançado pela exposição, fez com que seus curadores e idealizadores Gilmara Aparecida de Carvalho e Sandro Aduino Palhão, fossem convidados para apresentá-la em diversos e variados eventos no município e região:

Destacamos entre eles:

- Março/2008 - Apresentação do projeto pelos membros do Conselho do Patrimônio Cultural no Curso de Educação Patrimonial, na Universidade Federal de Alfenas/MG.
- Abril/2008 – Exposição no Museu Municipal Alferes Belisário de Paraguaçu/MG, palestra e feira gastronômica.
- Junho/2008 – Exposição na Universidade Federal de Alfenas/MG
- Junho/2008 – Exposição na 1ª Feira de Tecnologias de Formiga/MG.
- Março/2009 – Exposição no 1º Simpósio Sulmimero do Marolo e frutos do Cerrado, na Universidade Federal de Alfenas/MG.
- Maio/2009 – Exposição no 1º Curso de Processamento e uso culinário do marolo, promovido pelo Escritório local da EMATER-MG em Paraguaçu/MG.
- Novembro/2009 – Exposição II Encontro da Agricultura Familiar em Machado, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado/MG.
- Abril/2010 – Exposição no 1º Seminário do Marolo de Paraguaçu/MG.
- Novembro/2010 – Exposição no XVIII Encontro Anual de Etologia e II Simpósio Latino-americano de Etologia da Universidade Federal de Alfenas/MG.
- Março/2011 – Exposição no 2º Seminário do Marolo de Paraguaçu/MG.

Em abril de 2010 uma das metas do Projeto se concretizou, a 1ª Festa do Marolo de Paraguaçu com uma vasta programação:



- Seminário (com variados temas)
- Festival de música (Etapas local e nacional)
- Apresentações culturais no coreto da praça (Corais adulto e infantil, folias de Reis, grupos de danças e números artísticos)
- Elaboração de desenhos, poesias e paródias pelos estudantes do município
- Feira gastronômica e de artesanato locais.

#### **IV. Registro do modo de fazer do licor e do doce de marolo**

O modo de fazer do licor e dos doces de marolo no município de Paraguaçu, por seu valor histórico e cultural, está registrado pelo decreto n° 94, de 11 de dezembro de 2009. Ficando, portanto inscrito no livro de Registro de Saberes, segundo o número 001 e sujeito à proteção especial de acordo com a Lei Municipal, de 16 de outubro de 2009. Tornando assim as receitas do licor e do doce de marolo patrimônio imaterial do município de Paraguaçu/MG.

A receita do licor remonta ao ano de 1912, Nestor Eustáquio de Andrade, registrava a compra de marolo em seu livro-caixa, para os experimentos de Alzira Andrade (sua esposa) e o Álvaro Costa (Vavico), que resultaram na fabricação do licor.

A partir do ano de 1913 eles passaram a negociar a venda do licor engarrafado, sendo que um de seus primeiros compradores foi o comerciante, por todos conhecido, como Sr. Chico Tindim.

Desde então a bebida passou a ser fabricada por Dona Alzira e vendida a alguns municípios mineiros como Caxambu, Machado, Varginha, chegando a ser negociado até em outros estados.

Algum tempo depois, o farmacêutico João Eustáquio de Andrade (filho de Alzira e Nestor), deu continuidade à produção do licor até por volta de 1970.

Em 1981, Mabel Andrade Lima e Silva, neta de Nestor Eustáquio de Andrade e sobrinha de João Eustáquio, deu sequência à tradição da família Andrade na produção do licor, que é um aperitivo apreciado não só por paraguaçuenses, mas também admirado e comercializado para outras cidades e regiões.

O Doce de Marolo é elemento típico da produção artesanal de Paraguaçu. São receitas transmitidas de geração em geração dentre as famílias.

#### **Considerações finais**

Passados quase quatro anos desde o início do Projeto – “Marolo: um fruto, várias ideias!” podemos concluir que os resultados superaram as expectativas, pois conforme



exposto anteriormente somente a exposição sobre o projeto já foi exibida inúmeras vezes, nas mais diversas ocasiões, como feiras técnicas, congressos e seminários..

Ainda sobre a exposição, os organizadores sentem uma enorme necessidade de transformá-la em uma exibição com painéis e com o acréscimo de novas informações colhidas durante o período de sua existência.

Outra relevante conquista obtida através do projeto e com o apoio irrestrito do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural foi o registro no IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio História e Artístico –, tornando assim as receitas dos doces e do licor de marolo, patrimônios imateriais de Paraguaçu/MG

Um acontecimento que também trouxe importantes resultados foi a instituição da Festa do Marolo, que com o apoio da Prefeitura Municipal de Paraguaçu, da Câmara Municipal, das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo, Esportes e Lazer, com as parcerias entre a UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas, EMATER-MG Escritório Local de Paraguaçu e o Projeto – “Marolo: um fruto, várias ideias!” acontece há dois anos, obtendo uma movimentação econômica para o município que só tende a crescer e evoluir, haja visto que a cada ano novas ideias vem surgindo, como neste ano de 2011, quando ocorreu o 1º Concurso de Culinária com Marolo que com o patrocínio da ACIAP – Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Paraguaçu – , CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Paraguaçu e COOMAP – Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu alcançou grande êxito e teve divulgação em mídia nacional. Foram vários eventos envolvendo toda a comunidade, como seminário, feira gastronômica e de artesanato englobando também apresentações culturais, culminando com o Festival de Música “MAROLO DE OURO” que traz para Paraguaçu grandes nomes do cenário musical que movimentam os setores de hospedagem e de restauração, desencadeando uma movimentação econômica para o município em um período sem grandes atrativos para a cidade e região.

O sucesso do projeto continua com a próxima formação da Associação de Maroleiros de Paraguaçu que conta com a imprescindível colaboração da UNIFAL – MG – Campus de Varginha que tem oferecido através de seus mestres os conhecimentos necessários para sua criação, e outro destaque deste projeto será o lançamento para ainda este ano de um livro relatando sua trajetória intitulado “Marolo: um fruto, várias ideias!”- em parceria com a Facepe (Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas), e a Unifal/MG (Universidade Federal de Alfenas).

Com certeza a tendência é de crescimento não só para a comunidade paraguaçuense, mas também para a região, pois outro plano de grande vulto será a instituição do Marolo como um atrativo de Identidade Geográfica que englobaria os



municípios circunvizinhos, mas tendo como centro a cidade de Paraguaçu, conhecida como a “Terra do Marolo”.



## Referências

- BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Catálogo. Brasília, DF: IPHAN, 2007.p.5.
- CARVALHO, Gilmara Aparecida e PALHÃO, Sandro Adauto. **“Marolo: um fruto, várias idéias!”**- Influências sócio-econômicas da marolo no município de Paraguaçu/MG, 2008. (projeto).
- DECRETO n.º 3551, op. cit.
- Dossiê de Registro de Bem Imaterial – Modo de fazer do licor e dos doces de marolo** (Saberes). Janeiro/2010, Paraguaçu/MG./ Memória Arquitetura Ltda.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (orgs.). In: **A Salvaguarda e a Sustentabilidade do Patrimônio Imaterial Brasileiro: Impasses e Jurisprudência. Patrimônio Cultural e Ambiental**. Questões legais e conceituais. São Paulo: Unicamp/Nepam, 2009. p. 104 - 105.
- MESQUITA, Carlos Magno – Texto: **Paraguaçu “Terra do Marolo”** (Engenheiro Agrônomo da EMATER-MG).
- Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois – A trajetória do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Catálogo. IPHAN. Brasília/DF. 2006. Catálogo. P. 22
- Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 29p. 2006.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio\\_cultural\\_imaterial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio_cultural_imaterial)



## **NUMISMÁTICA E LEGITIMAÇÃO DO PODER: o museu como mantenedor desse acervo e sua importância**

**Lalaine Rabêlo<sup>1</sup>**

**Universidade Federal de Alfenas / FAPEMIG**

### **RESUMO**

O artigo inicia-se com uma breve introdução sobre o colecionismo, a moeda como documento histórico além de uma breve biografia de Valentiniano e a apresentação da situação em que se encontrava o Império antes da ascensão do mesmo ao poder, sua administração e as conseqüências de seu governo para o Império. Discutiremos ao longo do texto, a importância da numismática como instrumento para os estudos das sociedades e suas estruturas e além de se mostrar como grande aliada quando não temos um volume considerável de documentos escritos, que é o nosso caso.

**Palavras-Chave:** Numismática. Museu. Antiguidade Tardia. Legitimação.

### **ABSTRACT**

The paper aims at studying the Rome History just before Valentin ruled the Empire, considering that Constantine family is considered as a direct heir of his four predecessors. The main sources is the coins Valentin, Valens and family. Both collections stored at the National Historical Museum at Rio de Janeiro, Brazil. Scholars are mostly interested in social and economic aspects, relegating to a secondary role the raw material and even the ideological concerns, so important ideologically.

**Keywords:** Numismatics. Museum. Late Antiquity. Legitimation.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas e bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG.



## **Introdução**

O colecionismo<sup>2</sup> em geral pode atender a diversas necessidades, seja ela expressão de uma hierarquia ou então a legitimação ideológica do poder de determinado governante. Podemos observar então que os diversos tipos de colecionismo expressam a autoridade e os costumes de uma sociedade, além de outros aspectos que serão discutidos ao longo do texto. Nesse projeto em específico, tratamos das coleções de moedas do Imperador Valentiniano I.

A moeda, como documento histórico, pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade, seja ele político, religioso, jurídico, mitológico ou estético, além de ser expressão de uma hierarquia.

As moedas e suas respectivas imagens impressas eram de grande importância na antiguidade, pois era um recurso usado para divulgar as conquistas e vitórias do governo vigente, além de legitimar o poder do imperador. Nesse contexto os museus e as coleções numismáticas funcionam no mesmo sentido. Porém nenhum dos dois trabalha separado uma vez que a ciência histórica associada aos museus e suas coleções nos leva a refletir e interpretar os símbolos – no caso das moedas – e os objetos em geral que se encontram preservados nas instituições museológicas.

Ainda no caso do uso da numismática, as moedas possuem figuras que se referem ao local de cunhagem e à respectiva autoridade de um governante, designada de um modo claro para os seus contemporâneos por uma figura, uma atitude ou atributos.

E é nesse contexto que daremos ênfase no período em que Valentiniano I (fundador da dinastia valentiniana) esteve no poder. Valentiniano I governou o Império Romano do Ocidente do período que vai de 364 a 375 d.C. promovendo algumas mudanças de grande importância para o Império.

## **I. BREVE BIOGRAFIA DE VALENTINIANO I**

No século III o Império passava por um período de anarquia militar e por essa razão, todo aquele que ascendia ao cargo de Imperador não permanecia.

No século III o Império passava por um período de anarquia militar, e até conheceu alguns imperadores enérgicos ou bem intencionados. Porém todos com exceções foram massacrados por seus soldados antes que pudessem fazer algo pelo Império, ficando raramente no poder por muito tempo.

---

<sup>2</sup> Colecionismo é a prática de guardar, organizar, selecionar, trocar e expor diversos itens por categoria.



Lemerle salienta que:

"todos tiveram que dedicar o pouco que a benevolência que as legiões lhe davam a correr de uma fronteira a outra, tapando as maiores brechas por onde a onda de bárbaros inundava o Império".

O autor diz ainda que essa situação só é contida no governo de Diocleciano (285-305 d.C.) e com relação ao governo deste, diz:

"para que se veja uma vontade de ferro conter a decadência do Império e tirar, por uma reforma corajosa, as lições de quase um século de desordens."

Desta forma, percebemos o motivo de Diocleciano ter ficado por um bom tempo no poder e ainda acrescentamos que nesse período o Império estava de certa forma estabilizado, afinal Constantino e Diocleciano já haviam estabelecido a sucessão pela família, e o mais importante, separou os cargos civis dos militares.

Diocleciano ainda trouxe grandes benefícios ao Império, pois instituiu uma reforma profunda. Constantino, por sua vez, continuou, completou e consolidou as obras de seu antecessor e, segundo Lemerle, é até difícil distinguir o que se deve a cada um deles. Foi Diocleciano quem fez do Imperador uma personagem sagrada, uma divindade. Dentre outras mudanças promovidas por ele podemos destacar também a instituição do absolutismo monárquico, a centralização administrativa, além de diminuir a influência do Senado que deixa de ter qualquer papel efetivo.

Depois do período de anarquia militar, o Império entrou em uma fase menos conturbada, porém no século IV o Império ainda passava por alguns problemas, dentre eles, constantes invasões bárbaras, além de crises internas (guerras civis) que colocavam em xeque a estabilidade do Império.

Considerado por muitos como o último grande imperador do Ocidente romano, Valentiniano tornou-se oficial da cavalaria, de 357-365 d.C., foi afastado de seu posto, mas Joviano o chamou de volta para que comandasse um regimento da guarda real. Logo depois da morte de Joviano, em 25 de fevereiro de 364, foi proclamado imperador.

Dividiu o império em duas partes, permanecendo no Ocidente enquanto seu irmão Valente assumiu o Oriente. Sua prioridade era a defesa das fronteiras já que o Império passava por constantes invasões bárbaras. No entanto, devemos destacar que o exército romano possuía contingentes bárbaros desfazendo assim a concepção negativa que temos deles como povos violentos, invasores e totalmente responsáveis pela decadência do Império.



Valentiniano era católico, porém tolerava os pagãos e a maioria dos heréticos e só intervinha na política da Igreja quando necessário para manter a ordem pública. Ainda, segundo Carlan, em consequência das constantes guerras, o Império Romano encontra-se em dificuldades financeiras. Assim, o Imperador começa a exigir o pagamento em ouro das contribuições e taxas devidas ao Estado e a concessão em três prestações, para o imposto da anona, ou seja, imposto direto em espécie, arrecadado nas províncias. Além de restabelecer o controle estatal sobre as minas cuja exploração Constantino tornara livre. E ainda, procede a confiscações em massa dos bens privados e só deixa às cidades, um terço dos seus rendimentos. De acordo com Símaco, chega até a emitir moedas falsas (SÍMACO. 1549 p. 243.).

Em 375 d.C. Valentiniano deixou a Gália para comandar represálias contra invasores na Panônia, sua terra natal. Em 17 de novembro sofreu um ataque apoplético e veio a falecer.

Embora sujeito a ataques de raiva, foi um bom administrador, consciencioso, que suspeitava dos seus agentes e tentava, com sucesso limitado, controlar os abusos e excessos de taxação. As relações com a aristocracia senatorial ficaram tensas e os cargos da corte foram ocupados por burocratas. Os consulados passaram para comandantes-em-chefe e até os generais de fronteira passaram a ter acesso ao nível senatorial.

Com essas afirmações podemos notar que apesar de ter sido um imperador enérgico, muitas vezes duro, era ponderado em suas decisões talvez para manter certo nível de estabilidade, já que o Império do Ocidente passava por transtornos ocasionados pelas invasões bárbaras, e pela crise em geral (política, econômica e social). Durante o tempo em que esteve no poder, o Império do Ocidente viveu um relativo período de tranquilidade, algo que era de certa forma surpreendente pelos fatores já citados anteriormente.

Nas poucas passagens sobre o período em que Valentiniano esteve no poder, encontradas em obras como a do historiador Gibbon, além de Amiano Marcelino, esses autores assinalam o caráter enérgico do Imperador em questão. Porém destacam que a boa administração do mesmo, manteve o império em relativa estabilidade.

## **II. OS MUSEUS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

“Logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares.” (PAES: pg.15 )



Dentro das diversas finalidades da construção de museus, iremos apontar aqui duas em especial; a legitimação do poder - pois tem estreita ligação com a numismática, alvo do nosso projeto e que trataremos ao longo deste texto - e a busca e resguardo da memória de um povo. Assim nos perguntamos qual a finalidade de se buscar e preservar a memória de um povo?

A memória de um povo é a memória de uma nação, sua história, seu passado de lutas, de glórias e de conquistas. Muitas vezes também se busca a memória de um povo para estimular o nacionalismo (no período Moderno e Contemporâneo) e este representa a autonomia de determinado povo. Assim, buscando essa memória, forma-se a situação ideal para que surjam (há o estímulo) lutas como, por exemplo, no século XIX o Movimento das Nacionalidades que agitou os grandes Estados Multinacionais (Turquia, Rússia e Império Austro-Húngaro) e que fez surgir na Europa uma série de países independentes como a Bélgica, a Itália, a Grécia, a Bulgária, a România, a Sérvia e a Albânia entre outros.

Além disso, os museus podem se mostrar um importante instrumento de legitimação de um governo pois eles contam a história de uma nação, sua origem, seus símbolos, guardam seus tesouros, fatos importantes do passado, suas coleções ligadas a história nacional (Louvre era um palácio real, transformado em Museu). No Brasil podemos apontar o MHN (Museu Histórico Nacional) que tinha esse objetivo.

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, pelo então presidente da República Epitácio Pessoa (1919 - 1922), e era voltado para a história do Brasil. O MHN está situado no Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, e é um dos mais importantes museus do Brasil reunindo um acervo de 277.490 itens, entre os quais a maior coleção de numismática da América Latina.

Devemos destacar também que quase sempre os museus preservam a memória de uma elite dominante, conseqüentemente relegando a segundo plano a memória das ditas classes subalternas, o que devemos questionar perante ele que a própria história seja expressão da história nacional.

Além disso, os museus podem se mostrar um importante instrumento de legitimação de um governo pois eles contam a história de uma nação, sua origem, seus símbolos, guardam seus tesouros, fatos importantes do passado, suas coleções ligadas a história nacional (Louvre era um palácio real, transformado em Museu). Devemos destacar também que quase sempre os museus preservam a memória de uma elite dominante, conseqüentemente relegando o segundo plano a memória das ditas classes subalternas, o que devemos questionar perante ele que a própria história seja expressão da história nacional.



Portanto visitar um museu não é apenas apreciar os objetos ali preservados tais como jóias e móveis dentre outros. Visitar um museu significa mais: denota ter uma visão crítica do contexto ali exposto. Qual a história que aqueles objetos contam, por que os objetos de determinadas pessoas e períodos estão ali, qual o objetivo daquela exposição? São questões que devemos colocar para não sermos meros observadores.

Além dos aspectos anteriormente descritos, podemos observar também objetos que tem por objetivo legitimar o poder de determinados governantes; aqui damos o exemplo das coleções de moedas dos imperadores romanos que eram usadas com esse objetivo, além de ser importante objeto de divulgação de seu governo. Essas moedas traziam imagens que se referiam a guerras vencidas, territórios conquistados por determinado imperador, dentre outras mensagens.

Portanto, podemos observar que os museus com suas coleções e objetos em geral são instrumentos de extrema importância da preservação da memória de um povo, de uma sociedade além de ser em muitos casos, de grande valia para a legitimação de um governo, o que devemos questionar quando o uso está ligado a projetos de poder de uma elite.

A preservação da memória nos museus além de importante quando associado a ciência histórica mostra-se como importante objeto para compreender o passado de nossa civilização e conseqüentemente de grande importância para compreender nossa sociedade atual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do presente texto procuramos discutir sobre a importância do museu como fonte para os estudos e pesquisas dos historiadores, sua importância dentre elas como fator constituinte de uma nacionalidade. No Brasil podemos citar o MHN (Museu Histórico Nacional) que desempenhou importante papel nesse sentido, pois sua função inicial era a de ser um museu voltado para a História do Brasil.

Atualmente temos neste museu um acervo bem diversificado não somente constituído de elementos que remete a história nacional, mas também as coleções de moedas antigas sejam elas gregas ou romanas, mostrando assim a preocupação de expor não somente uma história do Brasil, mas também abarcando as diversas culturas e conseqüentemente a História de outros povos.

Podemos entender então a importância dos museus para a constituição da memória de um povo, de uma civilização e a importância de se mesclar elementos dos museus com a ciência histórica resultando assim em uma reflexão e uma visão mais crítica



sobre os acontecimentos do passado, pois estes elementos ainda estão presentes em nossa sociedade seja ele no campo político e estatal, como no campo jurídico e religioso.



## REFERÊNCIAS

### FONTES NUMISMÁTICAS

Moedas do Museu Histórico Nacional, RJ, dupondius e aes de bronze, do Imperador Valentiniano I (total de 180 peças).

### FONTES IMPRESSAS

AMMIANO MARCELLINO. *Historia (Rerum Gestarum Libri)*. Edición de Maria Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

FONTES HISPANIAE ANTIQUAE. *Hispania Antigua según Pomponio Mela, Plínio el Viejo y Cláudio Ptolomeo*. Dirigidas por A.Schulten y J. Maluquer de Motes. División y Ciencias Humanas y Sociales. Universidad de Barcelona, 1987.

JVLIANVS. *Oeuvres Vomplétes*. Paris: Societé d'édition "Lês Belles Lettres", 1924-1932.

Symmachi praefectivri libri II. De Ambrosii Epistolae in Sy mmachum. Epistolarum Magni turci ad uarias gentes líber unus, a Laudino Éqüite Hierosolymitano latine redditus. Basiliae: Froben, 1546.

VEGÉSIO. *A Arte Militar*. Introdução de Paulo Matos Peixoto. Tradução brasileira de Gilson César Cardoso Souza. 1ª ed. São Paulo: Editora PAUMAPE S. A. , 1995.

### CATÁLOGOS E DICIONÁRIOS

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio , 1994.

COSTA, Ney Chrysostomo da. *Dicionário de Numismática*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

GREIMAS, Algirdas J. e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembra, Tieko Y. Miyazaki. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

CARVALHO, Margarida Maria de Carvalho, Dra. *Barbarização do exército romano e renovação historiográfica: novas perspectivas sobre o tema*. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewArticle/15299>>. Acessado em abril de 2011.

### BIBLIOGRAFIA

AYMARD , André e AUBOYER, Jeannine. *História Geral das Civilizações: Roma e seu Império*. Tomo II. 2ª. Ed. 2V. Tradução de Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.

BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clássico*. De Marco Aurélio a Maomé. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 94.

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga*. Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes. Sao Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação*. Tese de Doutorado. Campinas, S.P.[s.n.], 2007.

CARVALHO, Margarida Maria de. *Paidéia e Retórica no século IV d.C. : A construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. Tese de doutorado. São Paulo, S.P. , 2002.

FRÈRE, Hubert. *Numismática. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação*. Tradução e Adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

FIGUEIREDO, Daniel de. *Conflitos Político - Religioso no século IV d.C. Uma análise do discurso do Imperador Juliano contra os Galileus, 2008*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.



- FUENTES, Pablo; LORINE, Maria Isabel e PÉREZ, Dionísio. *La Hispania Tardorromana y Visigoda. Siglos V-VIII*. Madrid; Editorial Síntesis, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo.; Org.; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira, Org. *Política e identidades no mundo antigo*. / Organização de Pedro Paulo A. Funari e Maria Aparecida de Oliveira Silva. - São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- GIBBON, Edward. Declínio e queda do Império Romano / Edward Gibbon; organização e introdução Dero A. Saunders ; prefácio Charles Alexander Robinson, Jr. ; tradução e notas suplementares José Paulo Paes. - Ed. Abreviada – São Paulo : Companhia das Letras, 2005.
- GONÇALVES, Bruna Campos. *Temístio e Amiano Marcelino. Constructors identitários entre suas concepções sobre a realidade em um império romano barbarizado (século IV d.C.). Projeto de Qualificação de Mestrado*. Franca: Unesp., 2010.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MEDINA, Sinval Freitas. *Dicionário da História das Civilizações*. Colaborador; Aldorema Freitas Medina. Organizada sob direção do Professor Alvaro Magalhães. Porto Alegre, Editora Globo, 1967.
- MENDES, Norma Musco. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- OMENA, Luciane Munhoz de. *Pequenos poderes na Roma imperial – os setores subalternos na ótica de Sêneca* / Luciene Munhoz de Omena. – Vitória, Flor & cultura, 2009.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo, teoria e prática*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*/ Maria Guadalupe Pedrero-Sanchez- São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PETIT, Paul. *História Antiga*. Tradução de Pedro Moacyr de Campos. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- ROLDÁN-HERVÁS, J. M. *Introducción a la Historia Antigua*. Madrid: Ediciones Istmo, 1975.



## **COLEÇÃO DE AMOSTRAS DA COMUNIDADE FITOPLANCTÔNICA, ZOOPLANCTÔNICA E BENTÔNICA DO LABORATÓRIO DE LIMNOLOGIA DA UNIFAL-MG.**

**Maria José dos Santos Wisniewski<sup>1</sup>**

**Tereza Cristina Orlando<sup>1</sup>**

**Érika dos Santos Silva<sup>1</sup>**

**Maria Carolina de Almeida Castilho<sup>1</sup>**

**Thais Viti<sup>1</sup>**

**Universidade Federal de Alfenas – MG**

### **RESUMO**

Esta coleção foi criada com o objetivo de ser referência em organismos planctônicos e bentônicos, entre outros, para o estado de Minas Gerais e região, e para estudos limnológicos. Neste texto são descritas as metodologias de amostragem e de preservação. Estão catalogadas 2292 amostras no Laboratório de Limnologia da Unifal-MG: 1788 da comunidade zooplanctônica, 472 da comunidade fitoplanctônica e 32 da comunidade bentônica. Também são apresentadas algumas estatísticas das espécies identificadas e a distribuição entre os principais grupos de espécies, corpos d'água e amostras. Uma coleção de DNA da comunidade zooplanctônica começou a ser estabelecida para análise molecular de espécies crípticas e invasoras através de marcadores táxon-específicos.

**Palavras-chave:** Fitoplâncton. Zooplâncton. Reservatório. Córregos, Marcadores moleculares.

### **ABSTRACT**

This collection was created with the goal of being a organisms reference to planktonic and benthic species, among others, for the Minas Gerais District and region, and to limnological studies. In this manuscript is described the methodologies for sampling and conservation of samples. In the Limnology Laboratory of Unifal-MG collection 2292 samples was registered: 1788 of zooplanktonic community, 472 of phytoplanktonic community and 32 of benthic community. Also, it is showed some statistics for identified species, its distribution among main groups of species, water bodies and samples. A DNA collection of zooplankton community began to be established for molecular analysis of cryptic species and biological invasions by taxon-specific markers.

**Keywords:** Phytoplankton. Zooplankton. Reservoir. Streams. Molecular markers.

### **Agradecimentos**

À FAPEMIG pelos financiamentos de pesquisa (Programa BIOTA MINAS APQ-03549-09 e Universal APQ 01518-09) e bolsas de IC e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Pesquisa e Desenvolvimento ANEEL).



## Introdução

Aproximadamente 20% de todas as espécies do mundo são encontradas no Brasil. O país possui uma grande biodiversidade de espécies, mas que ainda é pouco conhecida (LEWINSOHN & PRADO, 2002). Atualmente a perda de biodiversidade é acelerada devido à ação antrópica e são necessárias algumas ações de preservação e conservação. Segundo Ismael *et al.* (1999), grande parte deste patrimônio está sendo perdida e muitas espécies extintas, sem ao menos serem identificadas e sua distribuição geográfica conhecida.

Os organismos de água doce compreendem um grande número de grupos taxonômicos e pesquisas limnológicas permitem a ampliação do conhecimento da biodiversidade de espécies fitoplanctônicas, zooplanctônicas e bentônicas.

Para a comunidade zooplanctônica, estimativas apontavam a ocorrência de cerca de 600 espécies em todo o mundo (KOROVCHINSKY, 1996) e aproximadamente 150 espécies no Brasil (ROCHA & GÜNTZEL, 2000). Embora o número de ambientes amostrados tenha se elevado, atualmente, algumas bacias ainda continuam pouco exploradas. Santos-Wisniewski *et al.* (no prelo) verificaram que as maiores riquezas de espécies de Cladocera que ocorrem em algumas bacias como a bacia do Rio Doce e a do Rio Grande resultam provavelmente do maior número de estudos nelas realizados.

Eskinazi-Sant'Anna *et al.* (2005) realizaram recentemente um estudo da riqueza de espécies da comunidade zooplanctônica ocorridas em Minas Gerais e levantaram 551 espécies, incluindo os protozoários e dípteros. Em um estudo feito por Maia-Barbosa *et al.* (no prelo), em regiões litorâneas colonizada por macrófitas de um lago do sistema lacustre do médio Rio Doce (Parque Estadual do Vale do rio Doce) foram registradas cerca de 188 espécies, das quais 130 representaram novos registros para a região e 8 para o estado de Minas Gerais. As reservas naturais são um instrumento fundamental para a conservação da biodiversidade e constituem uma grande riqueza de espécies, sendo importante um estudo mais detalhado nessas áreas para o conhecimento da biota aquática. Este estudo demonstra que, se um trabalho mais extensivo e intensivo de levantamento não for feito e se não forem mantidas coleções, provavelmente muitas espécies, presentes no estado de Minas Gerais e no país, não serão conhecidas e tem grande probabilidade de extinção sem o conhecimento da sua biologia e distribuição geográfica.

Existem muitas lacunas no conhecimento da diversidade das comunidades aquáticas no estado de Minas Gerais. Devido a esta necessidade, algumas agências de fomento se mobilizaram e criaram programas, como o *Programa Nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente*, em nível nacional, o *Biota Fapesp* para o Estado de São



Paulo (ISMAEL *et al.* 1999) e o *Biota Minas*, implantado em 2009 (MAIA-BARBOSA *et al.* 2009), entre outros. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, através do Biota Minas, disponibilizou recursos para conhecimento da biodiversidade no Estado, com participação do Laboratório de Limnologia, da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), na região sul mineira. Neste programa foram definidas duas linhas temáticas como prioritárias, a modernização e organização das coleções biológicas e ampliação dos inventários de espécies em áreas prioritárias. Além do projeto Biota, em áreas prioritárias, os pesquisadores do grupo de Limnologia da Unifal-MG, desenvolvem outros estudos no reservatório da UHE de Furnas, desde 2004, que resultaram em uma coleção com mais de 2000 amostras da região e exemplares e amostras, cedidas por outros pesquisadores, de outras localidades do país.

Para alguns grupos de organismos de água doce, como para Esponja de Água Doce, existe apenas uma coleção nacional de referência no museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (VOLKMER-RIBEIRO, 1999). Entre as coleções das comunidades planctônicas do Brasil, destacam-se a coleção do laboratório do Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva da UFSCar, com amostras de várias localidades do Brasil, incluindo uma coleção significativa de amostras de Minas Gerais (OLIVEIRA-NETO & MORENO, 1999), principalmente dos corpos d'água do Vale do Rio Doce e do rio São Francisco, e a coleção particular da Profa. Dra. Lourdes Elmoor-Loureiro (PUC-DF), com exemplares de Cladocera de várias regiões do Brasil, incluindo exemplares de várias localidades de Minas Gerais.

No estado de Minas, não existem grandes coleções de organismos aquáticos, como as existentes em outros estados. Para as coleções de invertebrados aquáticos, Nascimento & Silveira (2009) relatam que numa consulta ampla realizada entre os pesquisadores de instituições mineiras detectaram coleções taxonômicas em seis instituições do estado, entre as quais a Unifal-MG, e uma coleção particular. O maior acervo de invertebrados no estado pertence à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## **I. Metodologia de coleta e preservação das amostras**

Na coleção foram mantidas amostras qualitativas e quantitativas das comunidades fitoplanctônica, zooplanctônica e bentônica.

Para a análise qualitativa da comunidade fitoplanctônica foram realizados arrastos horizontais, próximos a superfície dos corpos d'água, com rede de malha 20 µm, sendo posteriormente fixado com formaldeído 4%. Para a análise quantitativa foi coletado o fitoplâncton total diretamente da coluna d'água e fixado com lugol. Para as análises moleculares, as amostras foram preservadas em etanol 95%.



Para a análise qualitativa da comunidade zooplanctônica, foram feitos arrastos verticais e horizontais com uma rede de plâncton, com abertura de malha de 68  $\mu\text{m}$ . Para a análise quantitativa, um volume conhecido de água foi coletado com uma motobomba (ou com balde) e concentrado com a rede de plâncton com abertura de malha de 68  $\mu\text{m}$ . Os organismos passaram por processo de narcotização, com saturação de  $\text{CO}_2$  (adição de água gaseificada), para impedir a contração dos organismos e, logo após, foi feita a fixação com formol na concentração final de 4%, saturado com açúcar para evitar o desprendimento dos ovos.

Para a análise qualitativa e quantitativa da comunidade bentônica, as amostras de sedimento foram coletadas com draga tipo Petersen modificada e acondicionadas em sacos plásticos devidamente etiquetado e fixado com formol 10%. No laboratório o material foi lavado e separado com peneira (0,21 mm de malha) e os macroinvertebrados encontrados foram acondicionados em frasco, devidamente etiquetado e preservado com álcool 70%. Posteriormente foram triados sob microscópio estereoscópio.

Alguns exemplares de espécies zooplanctônicas e bentônicas foram separados e mantidos em álcool, na coleção.

## II. Coleção do Laboratório de Limnologia da UNIFAL

A coleção do laboratório de Limnologia, até o momento, compreende 2292 amostras, das quais, 1788 são da comunidade zooplanctônica, 472 da comunidade fitoplanctônica e 32 da comunidade bentônica (figura 1). Dentre as amostras da comunidade zooplanctônica, a maioria corresponde a de espécimes de Cladocera.

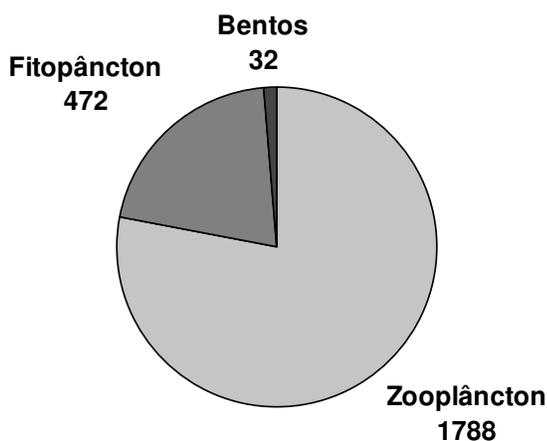


Figura 1. Número de amostras da comunidade zooplanctônica, fitoplanctônica e bentônica da coleção limnológica do laboratório de limnologia da UNIFAL-MG.



Das amostragens coletadas no reservatório da UHE de Furnas, 794 compreendem a comunidade zooplanctônica, 294 a comunidade fitoplanctônica e 32 a comunidade bentônica, totalizando 1120 amostras. No desenvolvimento do Programa Biota Minas foram coletadas 356 amostras, sendo 178 da comunidade zooplanctônica e 178 da comunidade fitoplantônica (figura 2).

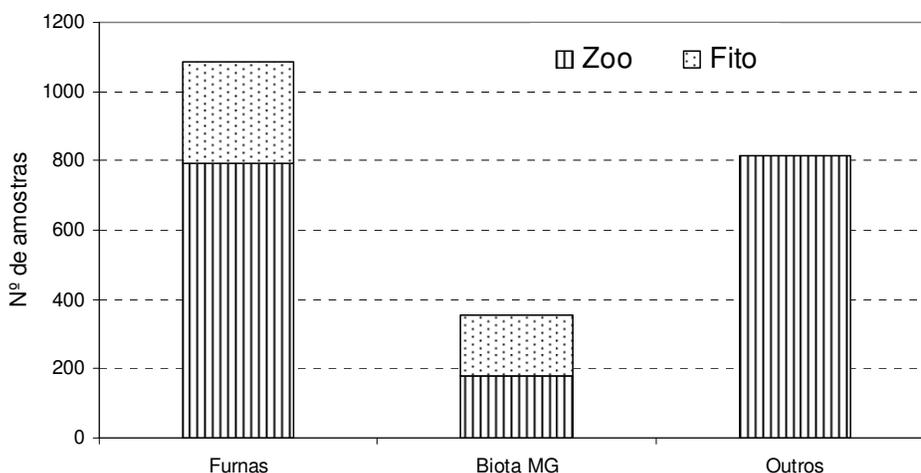


Figura 2. Amostras do reservatório de furnas, do Programa Biota MG e de outras localidades, da coleção limnológica do laboratório de limnologia da UNIFAL-MG.

Muitas amostras foram analisadas, no entanto, a maioria das amostras de fitoplâncton será analisada em trabalhos futuros.

Das amostras analisadas, da comunidade fitoplanctônica, foram identificadas 106 táxons. As classes Cyanophyceae, Chlorophyceae, Euglenophyceae, Bacillariophyceae, Dinophyceae e Chrysophyceae apresentaram 26, 44, 9, 21, 4 e 2 táxons. Entre as cianobactérias foram detectadas várias espécies potencialmente tóxicas (NISHIMURA *et al.*, 2009). As amostras da comunidade fitoplanctônica do Programa Biota Minas ainda estão sendo analisadas.

Das 1788 amostras da comunidade zooplanctônica, 972 são amostras provenientes de corpos d'água de Minas Gerais, incluindo o reservatório de Furnas (794 amostras) e outros pequenos corpos d'água em regiões prioritárias de conservação (178 amostras). Foram identificadas 179 espécies, 64 de Cladocera, 99 de Rotifera e 16 de Copepoda (Figura 3). As espécies mais frequentes nas amostras foram *Bosminopsis deitersi*, *Alona guttata*, *Ilyocryptus spinifer*, do grupo Cladocera, e *Asplanchna sieboldi*, *Lecane bulla* e *Euchlanis dilatata*, do grupo Rotifera.

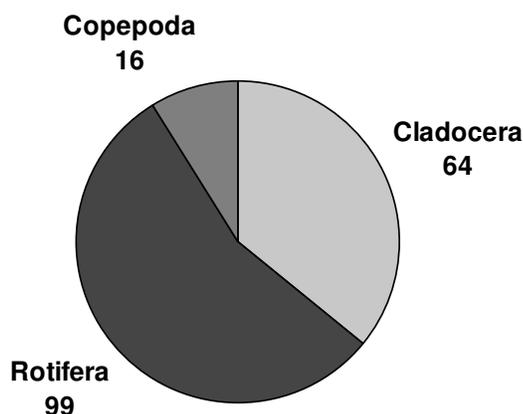


Figura 3. Número de espécies encontradas nas amostras analisadas da coleção limnológica do laboratório de limnologia da UNIFAL-MG.

Das amostras do reservatório de Furnas, catalogadas e analisadas, foram identificadas duas espécies com nova ocorrência para o Brasil e publicadas em periódicos, como o rotífero *Synchaeta jollyae* (NEGREIROS *et al.*, 2011) e o dinoflagelado *Ceratium furcoides* (SANTOS-WISNIEWSKI *et al.*, 2007), esta considerada uma espécie invasora.

As demais amostras da comunidade zooplanctônica, compreendem principalmente espécies de Cladocera pertencentes aos Chydoridae. Entre estas amostras podem ser citadas, exemplares de várias localidades do estado de São Paulo, de Mato Grosso (Pantanal), de Santa Catarina (lagoa do Peri), do Maranhão (Lençóis Maranhenses), do Ceará e amostras da Colômbia.

Das amostras da comunidade bentônica do reservatório de Furnas foram identificados 39 táxons, incluindo protozoários, nemátodos, moluscos, anelídeos e artrópodos (Crustacea, Ephemeroptera, Odonata, Díptera e Coleoptera). A maioria dos gêneros identificados pertencem aos dípteros da família Chironomidae.

### III. Coleção de DNA de organismos zooplanctônicos

A partir das amostras da comunidade zooplanctônica realizadas para análises moleculares, foram isolados um a um os espécimes de organismos de maior abundância em cada coleta, incluindo rotíferos, cladóceros e copépodos, compreendendo um total de 35 amostras de DNA de 28 espécies diferentes. Para rotíferos foi realizada extração de DNA de *Brachionus calyciflorus*, *B. falcatus*, *B. dolabratus*, *Platyonus patulus*, *Lepadella triba*, *Lepadella patella cf oblonga*, *Kellicottia bostoniensis*, *Polyarthra sp*, *Lecane bulla*, *L. proiecta*, *L. lunaris*, *Keratella tropica*, *K. cochlearis*, *Colurella sp*, *Phylodina sp*. Para Cladocera, a coleção possui DNA de *Bosminopsis sp.*, *Scapholeberis armata freyi*, *Oxyurella*



*longicaudis*, *Ceriodaphnia cornuta cornuta*, *Ceriodaphnia cornuta rigaudi*, *Alona iheringula*, *Ceriodaphnia silvestrii* e *Ceriodaphnia dubia*. Para os copépodos, as amostras de DNA foram obtidas para *Notodiatomus iheringi*, *Mesocyclops ogunnus* e *M. longisetus*.

## **VI. Estudos realizados a partir das amostras da coleção e perspectiva.**

A coleção de organismos aquáticos, do laboratório de Limnologia da Unifal-MG, foi criada com o objetivo de ser referência para o estado de Minas Gerais.

Das amostras catalogadas, várias deram apoio aos cursos de graduação em Ciências Biológicas e pós-graduação em Ecologia e Tecnologia Ambiental através da realização de estudos como trabalho de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, estágios curriculares e qualificações e dissertações de mestrado. Entre estes se pode citar o de Negreiros (2010a) e Negreiros *et al.* (2010b), que estudou a variação anual da diversidade e produção secundária de Rotifera do reservatório da UHE de Furnas e de Santos *et al.* (2010), que estudou a produção de Cladocera. Silva (2011) analisou as variações espaciais e temporais da comunidade zooplanctônica em 36 pontos do reservatório de UHE de Furnas, em amostras coletadas em 2007.

Santos-Wisniewski *et al.* (2007) observaram pela primeira vez a ocorrência da espécie exótica *Ceratium furcoides* e Santos *et al.* (2009) estudaram a influência dos tanques-redes sobre a comunidade zooplanctônica. Ferrari (2007), no trabalho de conclusão de curso, analisou a comunidade zooplanctônica em 5 pontos do reservatório de Furnas, em amostras de 2005. Castilho & Santos-Wisniewski (2009) estudaram a diversidade da comunidade zooplanctônica na entrada dos rios Verde e Sapucaí. Trabalhos com ciclo de vida com espécies de Cladocera *Scapholeberis armata*, *Oxyurella longicaudis*, *Alona iheringula* e *Coronatella rectangula* (VITI, 2010; CASTILHO, 2010) foram realizados e os trabalhos estão em preparação para a publicação e, alguns exemplares destas espécies, estão mantidos na coleção fixados em álcool.

As análises moleculares de organismos da comunidade zooplanctônica também foram iniciadas e alguns trabalhos de conclusão e iniciação foram concluídos e apresentados em eventos científicos. Uma comparação molecular entre a espécie nativa *Ceriodaphnia silvestrii* e a espécie exótica *Ceriodaphnia dubia* foi realizada (ABREU *et al.*, 2010). Trabalhos que exploram a caracterização de genes de RNA ribossomal com fins taxômicos para rotíferos estão em fase final de preparação para as espécies de *Lepadella Lecane*, *Keratella* e *Brachionus*. Para espécies de Cladocera e Copepoda estão sendo realizados estudos com código de barras (“DNA barcode”) de diferentes espécies isoladas do sul de Minas Gerais para conhecimento da diversidade genética, espécies crípticas e invasoras e isolamento de genes envolvidos em processos de detoxificação da água.



## Referências

- ABREU, M. J.; SANTOS-WISNIEWSKI, M. J.; ROCHA, O.; ORLANDO, T. C. 2010. The use of PCR-RFLP to genetically distinguish the morphologically close species: *Ceriodaphnia dubia* Richard, 1894 and *Ceriodaphnia silvestrii* Daday, 1902 (Crustacea Cladocera). *Braz. J. Biol.* 70 (1): 121-124.
- CASTILHO, M. C. A.; SANTOS-WISNIEWSKI, M. J. Diversidade da comunidade zooplanctônica na entrada dos rios Verde e Sapucaí no reservatório da UHE de Furnas-MG. Resumo expandido apresentado no Congresso de Ecologia do Brasil realizado em São Lourenço – MG em setembro de 2009.
- CASTILHO, M. C. A. Life cycle of *Scapholeberis armata freyi* (Dumont & Pensaert, 1983) Cladocera Daphniidae. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas, 2010.p. 10
- ESKINAZI-SANT'ANNA, E.M., MAIA-BARBOSA, P.M., BRITO, S., RIETZLER, A.C., 2005. Zooplankton biodiversity of Minas Gerais State: preliminary syntesis of present knowledge. *Acta Limnol. Bras.* 17(2):199-218.
- FERRARI, C.R. 2007. Distribuição espacial e temporal da comunidade zooplanctônica no reservatório de Furnas, com uma comparação entre os rios Grande e Sapucaí. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais.
- ISMAEL, D., VALENTE, C.V., MATSUMURA-TUNDISI, T., ROCHA, O. 1999. Invertebrados de Água Doce. In Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil: síntese do conhecimento ao final do século XX (C.A. Joly, C.E.M. Bicudo, orgs.). FAPESP, São Paulo.
- KOROVCHINSKY, N.M. 1996. How many species of Cladocera are there? *Hydrobiologia*, 321: 191-204.
- LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. 2002. Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo, Contexto. 176p.
- MAIA-BARBOSA, P.M., MACHADO, C.F., BARBOSA, F.A.R., FERREIRA, H.L.M., BRITO, S.L., JUNQUEIRA, M.V., CAMPOS, M.C.S., MEYER, S.T., JARDIM,B.F.M., GAMA, F.O., MOTA, H.R., MENENDEZ, R.M. 2009. Diversidade de organismos aquáticos. In: Biota Minas. Diagnóstico do Conhecimento sobre a Biodiversidade no estado de Minas Gerais (G.M. Drummond, C.S. MARTINS, M.B. GRECO, F. VIEIRA). Programa BIOTA MINAS, Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, p.81-121.
- MAIA-BARBOSA, P. M.; PEIXOTO, R. S. & GUIMARÃES, A. S. Z. (No Prelo). Zooplankton in littoral Waters of a tropical lake a revised biodiversity. *Brazilian Journal of Biology*.
- NASCIMENTO, L.B. & SILVEIRA, F.A. 2009. Coleções zoológicas. In: DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C.S.; GRECO, M.B.; VIEIRA, F. Biota Minas. Diagnóstico do conhecimento sobre a Biodiversidade no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. P.470-484
- NEGREIROS, N. F. 2010a. Variação anual da diversidade e produção secundária de Rotífera do Reservatório da UHE de Furnas-MG, Brasil. Dissertação de Mestrado. PPG-ERN/UFSCAR.
- NEGREIROS, N.F.; SANTOS-WISNIEWSKI, M.J.; SANTOS, R.M.; ROCHA, O. 2010b. Influência de fatores ambientais na composição e dinâmica sazonal de Rotífera no compartimento Rio Sapucaí, reservatório da UHE de Furnas, MG, Brasil. *Biota Neotropica*, *Biota Neotrop.* 2010 v.10, no. 4 <http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/pt/abstract?article+bn03510042010> ISSN 1676-0603.
- NEGREIROS, N. F., SANTOS, R. M., SILVA, L. C., ROCHA, O., SANTOS-WISNIEWSKI, M. J. 2011. First record of *Synchaeta jollyae* (Shiel and Koste, 1993) (Rotífera) in the Neotropical region: Furnas Reservoir, MG, Brazil. *Braz. J. Biol.*, 2011, vol. 71, no. 1, p. 1-2.
- NISHIMURA, P. Y., MOSCHINI-CARLOS V., SANTOS-WISNIEWSKI, M. J. A comunidade fitoplanctônica em tributários do reservatório da UHE de Furnas e sua região de influência (Minas Gerais). Congresso Brasileiro de Limnologia Agosto de 2009.
- OLIVEIRA-NETO, A.L.; MORENO, I.H. Rotíferos. In: ISMAEL, D. et al. (Eds). Invertebrados de água doce. BIOTA/FAPESP. Organizado por JOLY, C.A.; BICUDO, C. E. M. BIOTA/FAPESP. São Paulo, 1999. v. 4, p. 39-52.



ROCHA, O.; GÜNTZEL, A. M. Crustacea Branchiopoda. In: ISMAEL, D.; VALENTE, W. C.; MATSUMURA-TUNDISI, T. & ROCHA, O. (Eds). Invertebrados de água doce. BIOTA/FAPESP. Organizado por JOLY, C.A.; BICUDO, C. E. M. BIOTA/FAPESP. São Paulo, 2000. v. 4, p. 109-120.

SANTOS, R. M., ROCHA, G., ROCHA, O. & SANTOS-WISNIEWSKI, M.J. 2009. Influence of net cage fish cultures on the diversity of the zooplankton community in the Furnas hydroelectric reservoir, Areado, MG, Brazil. Aquac. Res. 40:753-761.

SANTOS, R. M.; NEGREIROS, N. F.; SILVA, L. C.; ROCHA, O.; SANTOS-WISNIEWSKI, M. J. 2010. Biomass and production of Cladocera in Furnas Reservoir, Minas Gerais, Brazil. Braz. J. Biol. vol.70 no.3 supl.0 São Carlos Oct. 2010

SANTOS-WISNIEWSKI, M. J., LAUDARES-SILVA, R., SILVA, L.C, LEONI, I. C., ROCHA, O. First Record of the Occurrence of *Ceratium furcoides* (Levander) Langhans, an invasive species in the Hydroelectricity Power Plant Furnas Reservoir, MG, Brazil. Brazilian Journal of Biology v.67 p. 631-637, 2007. 2007

SANTOS-WISNIEWSKI, M. J.; MATSUMURA-TUNDISI, T.; NEGREIROS, N. F.; SILVA, L.C.; SANTOS, R.M.; ROCHA, O. O estado atual do conhecimento da diversidade dos Cladocera (Crustacea, Branchiopoda) nas águas doces do estado de Minas Gerais. Cladocera de águas doces do estado de Minas Gerais. Biota Neotropica (no prelo).

SILVA, L. C. 2011. A comunidade zooplancônica do reservatório da UHE de Furnas-MG, Brasil: variações espaciais e temporais da composição, diversidade e biomassa. Dissertação de Mestrado. PPG-ERN/ UFSCar. 306p.

VITI, T. Ciclo de Vida de *Coronatella rectangula* (Sars, 1861) Crustacea, Cladocera, Chydoridae. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal de Alfenas, 2010.p.36

VOLKMER-RIBEIRO, C. 1999. Esponjas. In: ISMAEL, D. et al. (Eds). Invertebrados de água doce. BIOTA/FAPESP. Organizado por JOLY, C.A.; BICUDO, C. E. M. BIOTA/FAPESP. São Paulo, 1999. v. 4, p. 3-9.



## MUSEUS DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIDADANIA

**Silvilene de Barros Ribeiro Morais**

**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

### RESUMO

Estudo sobre os museus e sua função educacional, analisando especificamente o atendimento às classes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA). São enfatizadas as contribuições que os Museus de História podem oferecer ao processo de alfabetização de adultos, como também, os aspectos que podem dificultar a sua aprendizagem nas visitas a essas instituições. A partir do reconhecimento do perfil dos alunos, enfatiza a necessidade de uma atuação dos museus e da escola visando promover a inclusão cultural e o exercício pleno da cidadania. Explicita os aspectos fundamentais para que os museus possam contribuir de forma efetiva para a ampliação e aprofundamento do conhecimento dos alunos sobre si mesmos e sobre a realidade onde estão inseridos, estimulando através dos seus acervos, a formação de uma consciência crítica e conseqüentemente de um indivíduo mais atuante na sociedade.

**Palavras-chave:** Museu. Educação. Escola. Inclusão Cultural. Cidadania.

### ABSTRACT

Study about museums and its educational function, analyzing, specifically, the attendance to Youth and Adults education program (PEJA) class. The approach is about the birth of the first museum institution, including the Brazilian's one and the developing of its relation with the public. Will be emphasizing all the contributions that Art Museums, Natural History museums and Science Museums may offer to the Adults learning process and the aspects that may difficult their learning during the visits to these institutions as well. Presents a brief historic of Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) as its goals and functions. From the recognizing of students profile, emphasize the need of Museum and School action in order to promote the cultural inclusion and the full citizenship exercise. It highlights the aspects that may difficult the development of a partner work between the Museum educational sectors and professionals of education and the necessary aids to obtain a better use in agreement with each institutions characteristics, for the Students learning. Clarifies the fundamental aspects so that the museums may contribute in a effective way to the expansion and deepening of students knowledge about themselves and about the reality where they are inserted, stimulating through its collections, the formation of a critical consciousness and by consequence you will have a citizen more active in the society.

**Keywords:** Museum. Education. School. Cultura. Inclusion. Citizenship.



## **Introdução**

O conteúdo deste texto foi desenvolvido a partir das pesquisas e reflexões realizadas no trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A esse estudo foram agregadas minhas experiências em sala de aula, a partir do ano de 2002, quando passei a trabalhar com os alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA)<sup>1</sup>, que integra a rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

A necessidade de responder ao questionamento sobre a importância ou não da relação escola/instituições culturais na formação do aluno adulto em processo de alfabetização impulsionou-me a desenvolver um estudo de caso, registrando não somente as experiências vivenciadas dentro e fora da sala de aula, como também as minhas reflexões baseadas na leitura de alguns textos produzidos na área de história e divulgação científica, com ênfase em educação em espaços formais e não-formais.

O conteúdo deste trabalho consiste no desenvolvimento de uma análise crítica sobre a atuação dos museus em relação ao público específico do PEJA: até que ponto eles tem sido espaços que propiciem educação, no sentido mais amplo, e cidadania (o direito de cada indivíduo à memória, a cultura, a informação e ao patrimônio) Se os Museus de História têm auxiliado aos estudantes a se tornarem cidadãos mais conscientes, críticos e sensíveis à realidade do mundo que os cerca.

## **I. Museus e Escolas: Uma Relação de Interesses**

As instituições formais de ensino continuamente demonstraram interesse pelas visitas aos Museus de História, por oferecerem através do seu acervo, uma narrativa ilustrada do passado facilmente adaptável ao currículo escolar. Através da organização e da exposição de suas coleções tornavam mais concretos para os alunos o conteúdo teórico de história trabalhado nas escolas. Por meio das visitas aos museus, poderiam conhecer mais sobre um grande vulto da história nacional, admirando a cadeira onde ele se sentou, a caneta que usou para assinar os documentos, a roupa que vestiu nos momentos mais importantes e ser informado sobre a sua atuação valorosa nos momentos cruciais da história da nação; poderiam também conhecer mais sobre um fato histórico relevante do passado nacional.

---

<sup>1</sup> O Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) teve sua origem no Estado do Rio de Janeiro, através do projeto elaborado pelo então vice-governador Darcy Ribeiro (1983) que visava atender os alunos da faixa etária entre 14 e 25 anos, sendo então denominado Projeto de Educação Juvenil (PEJ). Em 1985, o PEJ se tornou responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) que deu continuidade à alfabetização de jovens, passando depois a atender também a adultos. (Chagas,2003)



Os Museus também se utilizavam das instituições de ensino formal para pôr em prática seu caráter didático ou cívico, voltado para a instrução e doutrinação da população. Como situa Cardoso (2003, p.189), essa perspectiva perdurou do final do século XIX ao início do século XX, procurando através da seleção e da disposição cuidadosamente planejada dos objetos “consagrar uma idéia ou uma identidade”. Essa descrição simplificada da relação entre a Escola e Museus de História no passado, objetiva apenas exemplificar como essas instituições sempre mantiveram relações estreitas, apesar de suas naturezas distintas, como especifica Lopes (1988, p.88):

Os museus não pertencem ao domínio da educação regular, seriada, sistemática e intra- escola. Situam-se no campo da educação não-escolar, onde através de uma grande diversidade de experiências, que relacionam práticas educativas e comunicação social, buscam novas alternativas para o seu papel educacional.

Cada uma das instituições se utiliza do conhecimento histórico de forma diversa, elaborando o seu discurso de forma específica, objetivando influir na sociedade. A relação estabelecida entre Museu x História x Escola é destacada por Montalvão (2003, p.122-123):

A história é um conhecimento cientificamente conduzido que produz uma narrativa do passado; o museu, por sua vez, também produz uma narrativa do passado, fazendo uso da exposição de suas coleções. Mas, mesmo desempenhando funções pedagógicas na sociedade moderna, história e museu possuem estratégias diferentes: enquanto a história necessita de uma aprendizagem escolar ampla, o museu apresenta a disciplina de forma material e imediata, sem necessidade de um conhecimento prévio, atingindo, deste modo, um público amplo.

Observamos, porém, que apesar de divergirem na forma de comunicarem o passado, as instituições apresentam limitações semelhantes em relação a sua contextualização, por produzirem, freqüentemente, um relato histórico sob o mesmo enfoque: a tentativa de interpretar o passado pelas lentes do presente.

A história não é uma mera disciplina, objeto de estudo dos historiadores, mas um conhecimento imprescindível para o conjunto da sociedade, perpetuando a autoconsciência coletiva. Entretanto, o relato histórico não recupera a totalidade do passado, porque este foi uma experiência perdida, a história não pode relatar o que aconteceu, mas falar sobre o que aconteceu. O relato do historiador é sempre subjetivo, preconcebido pelo narrador e seu público. A história é uma interpretação do passado, exposto numa narrativa que tece uma trama dos acontecimentos e é sempre transitória. (Montalvão, 2003, p.125).

Igualmente, o relato histórico produzido pelos museus, não consegue recuperar a totalidade dos significados dos fatos passados, pois são observados sob a ótica da atualidade. Da mesma forma, não podem se transformar num “túnel do tempo”, pois as coleções organizadas a partir de uma determinada lógica expressam “a sociedade que a



gerou no presente” e, portanto, jamais poderá representar o passado (Bittencourt, 2005, p.157).

## **II. A Importância do Discurso do Museu de História para a Formação do Aluno Adulto**

A questão mais instigante na relação Museu x História x Educação é saber que idéia o Museu pretende passar quando elabora o seu discurso histórico. Essa questão se torna crucial quando pensamos na apreensão desse discurso pelos alunos, na função da Escola de formar indivíduos críticos e no papel do próprio Museu, instituição identificada com uma imagem de credibilidade e como detentora de um discurso “autêntico”. Cardoso (2003, p.190-191) destaca que o conceito, a perspectiva que o Museu tem dos fatos históricos determina todo o processo de seleção e ordenação de objetos e comunicação de uma exposição e conclui:

No caso de um museu de cunho histórico ou cívico, a exposição permanente corre risco de cristalizar uma determinada versão da história como sendo unívoca, definitiva, normativa – o que está longe de refletir a textura complexa e maleável do material histórico em estado bruto.

A elaboração de um texto para uma exposição de caráter histórico pode pretender transparecer uma imagem democrática e isenta, mas quando seleciona uma vertente, um viés específico em sua abordagem, pode direcionar o entendimento do aluno, limitando a sua compreensão de que o fato histórico não é um acontecimento isolado, mas conseqüências de diversos fatores sejam econômicos, políticos ou sociais, que se interrelacionam permitindo diversas análises. É através da orientação dada à pesquisa, da seleção de informações e de objetos que disponibilizará ao público e da elaboração de seus textos que o Museu mostra o seu caráter democrático ou autoritário, educativo ou apenas informativo. Assim sendo, um texto elaborado para uma exposição aparentemente esclarecedor, é capaz de embotar o olhar do visitante. Orlandi (apud Heyzer, 1994, p.77), declara: “O texto de uma exposição que pretende explicar um sentido, informar, esclarecer, transmitir, não é necessariamente um texto democrático/comunicativo. Ao contrário, pode-se traduzir num discurso pedagógico autoritário: um discurso que absolutiza um sentido”.

Sabemos que alguns museus ainda conservam um discurso unilateral e fechado em si mesmo, baseado no “culto ao objeto”, discorrendo linearmente sobre datas e fatos históricos - como se o visitante fosse apenas um elemento passivo, absorvendo como uma esponja, num breve contato, todo o conteúdo que a instituição fosse capaz de exibir em um trajeto cuidadosamente delimitado - não permitindo ao espectador a elaboração da sua



interpretação pessoal da realidade, produzindo, então, suas próprias conclusões a fim de construir seu próprio conhecimento. O trabalho realizado por Santos (1990, p.41) comparando o fazer museológico e o fazer pedagógico no museu e na escola, destaca algumas ações dos museus que confirmam a permanência de uma ação tradicionalista no âmbito museológico quanto no pedagógico:

- Coleta do acervo privilegiando determinados segmentos da sociedade.
- Padrões de cultura importados.
- Culto à personalidade, exposição de objetos de uso pessoal, sem análise crítica da atuação da sociedade.
- Visitas guiadas sem espaço para o diálogo, o questionamento, para a percepção, análise e conclusão por parte do aluno.

### **III. Aspectos Facilitadores na Comunicação entre os Museus e os Alunos Adultos**

Evidentemente, a percepção que a instituição museológica tem do objeto e das possibilidades infinitas de sua exploração visando à produção de conhecimento, não basta para que a visita seja produtiva para o grupo visitante. Para o aluno é fundamental que ele se sinta à vontade dentro do museu. O estudante adulto muitas vezes já se sente intimidado pela arquitetura imponente do prédio, que provavelmente não visitaria se não fosse acompanhado pelo professor, e pelo perfil das pessoas que freqüentam o local. Ele já não possui a impulsividade da criança que diz o que pensa, mas traz consigo a idéia de que não pode opinar sobre assuntos que efetivamente não fazem parte do seu conhecimento, que estará sujeito ao julgamento de alguém que lhe reprovará. A formalidade que o ambiente muitas vezes impõe é um aspecto ainda mais restritivo a uma aprendizagem. É preciso que ele perceba que o museu fala da vida, da vida de todos nós, seja através da obra do artista, que normalmente expressa seus sentimentos pessoais e da sociedade em que vive, seja através da abordagem sobre um personagem histórico que também era um ser humano cheio de inquietações e dúvidas, seja através dos objetos que surgiram para atender a alguma necessidade do ser humano em um determinado tempo.

O espaço do museu deve ser visto tanto pelos mediadores, funcionários, seguranças, professores e alunos como um espaço de interlocução, de expressar idéias e sentimentos, onde as pessoas podem sentir valorizadas as suas experiências pessoais de vida, onde podem encontrar referências ao seu cotidiano, às suas memórias, à sua origem. O espaço do museu é o lugar propício não para o silêncio, mas para ouvir a voz do outro e aprender com ele, escutar o som das ruas, da vida diária, a melodia da vida.

Importa, também, buscar conhecer as características dos grupos escolares que visitam o museus, identificar no universo de estudantes visitantes as especificidades de



cada grupo, não somente a faixa etária, mas o seu contexto, reconhecendo cada indivíduo como elemento participante, ativo e influente no processo de produção do conhecimento.

Em relação ao aluno adulto em processo de alfabetização, os serviços educativos de museus devem se despir, se desfazer de pré-conceitos. Ele não é um recipiente vazio que deve receber e absorver o conteúdo trabalhado pelo Museu, de forma passiva, sem que seja capaz de elaborar questionamentos sobre o tema. Ele traz consigo uma bagagem de vivências que pode servir de ponte para o desenvolvimento de uma aprendizagem rica e produtiva.

Para que a experiência da visita a um Museu seja marcante e produza no aluno o momento, aquele instante quase mágico em que ele consiga perceber um sentido entre a sua vida e o fato ou objeto exposto, estabelecendo num instante uma relação entre a fala do museu e seu próprio cotidiano e que permita que esse efeito perdure dos portões do prédio aos espaços de vivência do estudante, é necessário que o museu se expresse claramente, elaborando uma interlocução de caráter provocativo e inquietante que toque o ser humano em seus sentimentos mais simples, naquilo que nos une a todos como natureza humana, independente de cor, raça, credo ou condição social. Para que esse processo se concretize, é indispensável que o Museu perceba a sua própria natureza, reconheça a sua própria essência, a razão de “estar” e atuar dentro da sociedade como essencialmente educativa e não “acumulativa”, no sentido em que não se presta somente a “guardar” patrimônio material da sociedade, mas através do acervo, estimular e ampliar a reflexão e o conhecimento que a sociedade tem de si mesma. Portanto, uma concepção educativa de uma instituição não se restringe apenas ao Setor Educativo especificamente, mas se relaciona com todas as demais funções do museu seja na conservação, na pesquisa, na catalogação dos objetos, no planejamento das exposições, na organização de seus espaços de circulação, no treinamento do pessoal que trabalha em todos os setores do museu, seja terceirizado ou não. A importância da função educativa estar relacionada a todas as demais funções do museu é destacada por Sola (apud Nascimento, 1998, p.32), declarando que:

(...) o conceito do papel educativo dos museus deve ser repensado se for para atingir a sua verdadeira dimensão. Mas esta transformação não pode ser atingida somente através do setor educativo. Se ela não é parte integral de uma nova proposta para a instituição na sua totalidade, então nada de substancialmente novo poderá acontecer.

A própria percepção que o museu tem do patrimônio sob sua guarda, como elemento representativo da complexidade das interações estabelecidas entre o homem seu meio natural e social num período histórico determinado, além de todos os significados adquiridos na sua transição entre o passado e o presente, encerrados em sua natureza física, é essencial para a relação que estabelecerá com o público, principalmente o



estudantil. Pode proporcionar, através do seu posicionamento, que num determinado espaço/trajeto e num espaço/tempo vivenciado pelo aluno seja elaborada alguma reflexão ou construído algum conhecimento; ou, se pelo contrário, que o estudante se restrinja à observação superficial de objetos interessantes e curiosos, sem que a mensagem do museu provoque questionamentos ou sequer inquietações no seu modo de pensar.

A concepção que a instituição tem do seu acervo, não apenas como resquícios de um passado, mas como ferramenta de produção de conhecimento capaz de despertar no visitante a elaboração de um pensar mais atento e crítico, é determinante para que o museu exerça plenamente a sua dimensão pedagógica.

Para atender a essas demandas, o oferecimento de atividades educativas tornou-se fundamental em qualquer exposição desenvolvida atualmente, como política de formação de novo público e como reconhecimento da função social do museu. Embora sejam vistos como quase uma obrigação dos museus, os serviços educativos ainda não têm sido foco de investimentos ou o reconhecimento da sua relevância pelas instituições, mantendo-se de forma geral alijados dos planejamentos das exposições e recebendo apenas os recursos mínimos para o seu funcionamento. Além disso, não basta que investimentos sejam feitos, há a necessidade de mudança de atitude de seus profissionais ainda identificados com modelos tradicionais e reformulação nas matrizes curriculares de sua ação pedagógica. Ainda não têm sido compreendido que são os serviços educativos que tornam claros a sociedade a necessidade da manutenção dos museus e dos seus acervos, que estabelecem de maneira mais direta, democrática, agradável e dinâmica o contato com os visitantes, promovendo a formação de um público constante que garantirá a vida dos museus nos anos futuros.

Embora reconheçamos que as mudanças ocorridas nas últimas décadas nos museus, em relação ao acesso ao público representaram um grande progresso, existe um vasto caminho a ser trilhado, tanto por existirem ainda instituições por todo o Brasil que não se aperceberam delas, nem da urgência de sua implementação, como por encontramos alguns museus que ao tentarem estabelecer uma maior presença dentro da sociedade, demonstram não possuir uma atuação ampla e democrática, nem mesmo na formulação de seus próprios planejamentos internos, deixando transparecer uma modernidade apenas superficial, o que tem permitido o surgimento de deficiências ao longo do processo de atendimento ao público.

Outro aspecto relevante a ser destacado e que deve permear toda a concepção do trabalho educativo seja nas instituições de ensino-formal e não-formal, é saber claramente o que desejo alcançar e para que. Por que desejo estimular a conscientização do indivíduo? Que uso o aluno adulto fará do reconhecimento da sua realidade?



#### **IV. A Comunicação Entre Museus de História e os Alunos: A Reconstrução da Memória como Instrumento de Ampliação da Cidadania**

Tanto a Escola quanto o Museu, devem refletir sobre qual conceito de Educação está servindo de base para a elaboração de seus objetivos, para o planejamento de suas atividades, para construção sua comunicação com o público ou mesmo definindo seu discurso histórico. Ao apresentar sua concepção inicial de Educação, Adorno (1995, p.141) enfatiza como a percepção que se tem de Educação determinará a influência, a repercussão e o alcance da aprendizagem no indivíduo:

Evidentemente não assim chamada modelagem de pessoa, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de consciência verdadeira.

Esse tipo de procedimento que encontramos ainda hoje nos museus tem como consequência direta a limitação da aprendizagem do aluno, impedindo que desenvolva uma atitude de reflexão que possa repercutir como ação em seu cotidiano. Cristaliza a sua postura de aceitar os fatos sem discussão, passivamente, sem promover uma mudança de atitude que renove a sua atuação diante da vida. A elaboração de um texto que deixe transparecer a complexidade de fatores que integram e interagem em um fato histórico e as diversas perspectivas que podem ser enfocadas em sua análise, são indispensáveis para que o aluno desenvolva um pensamento crítico e amplie a sua visão sobre a sua própria realidade. O entendimento que os fatos não são puramente produtos isolados, mas integrados a uma teia de fenômenos de caracteres diversos que se interrelacionam, são essenciais para que o aluno possa entender melhor a condição de sua própria existência e possa encontrar novos caminhos para transformá-la. A percepção que a história não é fato “pronto e acabado”, mas um processo dinâmico e aberto que se constrói a cada dia, permitirá que ele perceba com mais clareza o seu papel na sociedade, abandonando uma postura passiva diante de sua própria realidade.

Paulo Freire (1998, p.128-129) revelou a sua inquietude ao identificar a presença de ‘uma certa apatia’ na relação indivíduo x história que ele denominou ‘burocratização da mente’, estimulada na sociedade globalizada. Explica como a percepção que se constrói do passado determina o presente e conseqüentemente o futuro do indivíduo.

Um estado refinado de estranheza, de auto demissão da mente, do corpo consciente, de conformismo do indivíduo, de acomodação diante de situações consideradas fatalistas como imutáveis. É a posição de que encara os fatos como algo consumado, como algo que se deu porque tinha que se dar da forma como se deu, é a posição, por isso mesmo, de quem entende e vive a história como determinismo e não como possibilidade. É a



posição de quem se assume como fragilidade total diante do todo-poderosismo dos fatos que não apenas se deram porque tinham que se dar mas que não podem ser 'reorientados' ou alterados (grifo do autor). Não há nesta maneira mecanicista de compreender a História, lugar para a decisão humana. Na medida mesma em que a desproblematização do tempo, de que resulta que o amanhã ora é a perpetuação do hoje, ora é algo que será porque está dito que será, não há lugar para a escolha, mas para a acomodação bem comportada ao que está aí ou ao que virá.

Se desejarmos estimular o desenvolvimento de uma consciência verdadeira pelo aluno adulto, a sua aquisição só poderá ser comprovada, quando o indivíduo, ao transpor os portões do museu e, instrumentalizado pelo conhecimento adquirido, tornar-se capaz de refletir, avaliar, comparar e elaborar conclusões sobre a sua realidade, modificando a sua percepção do mundo que o cerca, capacitando-o para a transformação do seu futuro.

Isso implica em um posicionamento claro do Museu, redirecionando todos os campos de sua atuação e assumindo efetivamente diante da sociedade o seu compromisso com uma educação para a conscientização do indivíduo. Ramos (2004, p.20-21), destaca a importância da atuação do museu estar vinculada e comprometida com um caráter educativo:

Para assumir seu caráter educativo, o museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um argumento crítico. Mas só isso não basta. (...) Antes de tudo, objetiva-se o incremento de uma educação mais profunda, envolvida com a percepção mais crítica sobre o mundo do qual fazemos parte e sobre o qual devemos atuar de modo mais reflexivo.

O letramento não se limita ao processo de decodificação de símbolos gráficos, mas de desenvolvimento de uma percepção mais ampla e profunda do indivíduo sobre si mesmo e de sua vivência dentro de uma sociedade. Significa letrar o indivíduo através da reflexão sobre as práticas sociais que envolvem o contexto social, político, econômico e cultural. Museus e escolas podem auxiliar o indivíduo a distanciar o olhar do mundo, para que, ampliando a visão que tem dele, tomando consciência da sua realidade, do modo como estão inseridos nele, possam enfim, tentar transformá-la. Paulo Freire (1982, p.20-21), especifica mais claramente como se dá essa tomada de consciência e destaca os diversos saberes envolvidos na existência do indivíduo. São saberes que estão relacionados a áreas de atuação dos museus e, portanto, os tornam capazes de se transformarem em espaços propícios para a reflexão e conscientização.

A alfabetização se faz, então, um quefazer global, que envolve os alfabetizando em suas relações com o mundo e com os outros. (...) Vale dizer, como seres que, transformando o mundo com seu trabalho, criam o seu mundo. Este mundo, criado pela transformação do mundo que não



criaram e que constitui seu domínio, é o mundo da cultura que se alonga no mundo da história.

Freire (1982, p. 65-66), aprofunda ainda mais a relação entre a conscientização, a expressividade e a atuação efetiva do indivíduo na sociedade, ações essas que podem ser estimuladas pelos museus, como instituições de cultura:

Somente homens e mulheres, como seres ‘abertos’, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. (...) Existir é, assim, um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se. (...) O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade.

A concepção de que o aluno deverá se utilizar do conhecimento apenas para melhor adaptar-se e orientar-se no mundo é uma maneira limitada de perceber a educação. Adorno (1995, p.154), questiona o processo educativo com o objetivo único de produzir pessoas bem ajustadas, no sentido do conformismo, visto que vivemos num sistema injusto de exploração e desrespeito as necessidades básicas e direitos do indivíduo. Ele declara: “Eu diria que hoje o indivíduo só sobrevive enquanto núcleo impulsionador da resistência”.

O processo educativo só se torna completo quando produz, além da capacidade de refletir e de tomar consciência do mundo que vive, a de se indignar e posicionar-se como o indivíduo ativo na sociedade. Trata-se de uma conscientização integral que parte do indivíduo e repercute socialmente.

E essa deveria ser uma das funções sociais dos Museus de História: estimular através de suas exposições a reflexão, a análise crítica e despertar em cada visitante a capacidade de se indignar, de retornar ao cotidiano de suas vidas com um “sentir” diferente, capaz de gerar uma consciência de cidadão influente na comunidade em que vive.

### **Considerações finais**

Tanto a Escola, quanto os Museus de história podem continuar a trilhar juntos um mesmo caminho, mantendo seus ritmos diferenciados: o caminho da Educação pela valorização da vida.

As instituições Escola e Museu, junto às Comunidades, devem centrar a sua atuação na formação de um indivíduo integrado ao seu ambiente, crítico, capaz de se mobilizar por mudanças na sociedade. Segall (2001, p. 70), destaca a prática da cidadania como um fim a



ser atingido, e cita os conceitos de identidade, desalienação e a questão da preservação como os meios para alcançá-la. Conclui que questão da preservação se relaciona com a “reconciliação do indivíduo com o seu entorno, seu ambiente e sua cidade” na medida em que esse entorno se revista de significação.

É nesse processo de construção de uma relação de pertencimento, estimulada pelo Museu em parceria com a Escola, que o indivíduo poderá ser capaz de elaborar, recriar, atribuir sentido e propor significados para o patrimônio que é seu. Elaborando nesse espaço sua própria história, não como algo pré-determinado, a que ele está destinado, mas recriando seu caminho visualizando um futuro, no presente, que ele próprio escolheu.

A relevância dessa questão pode ser confirmada através da realização de uma sucinta pesquisa realizada em 2010, a fim de identificar o perfil do aluno do PEJA<sup>2</sup>. Pudemos, então, explicitar as características principais desse grupo abordando vários aspectos de sua vida familiar, profissional, escolar e o acesso as mídias. Identificamos que 60% dos alunos apresentaram idade acima de 40 anos e apontaram como seu local de origem os estados do nordeste. Mais de 60% declararam estar morando no Rio de Janeiro a mais de 20 anos. Somente 20% disseram que viviam sozinhos. Se compararmos esses dados com a informação que especifica quanto tempo o indivíduo mora na cidade, podemos elaborar a hipótese que formaram as suas famílias após a sua chegada. Além disso, 70% dos alunos declararam somente freqüentar os museus com a escola.

A formação de vínculos do indivíduo com a nova cidade pode ser estimulada através do conhecimento do processo de construção desse espaço, dos caminhos onde transita. Descobrir as relações sociais que se desenrolaram nesse cenário, não somente enfocando a história das elites, mas a história dos oprimidos, na vivência dos diversos personagens que circularam pelas ruas e becos da cidade, através da recuperação de histórias recentes e daquelas que ainda estão sendo construídas. Saberes esses que podem tornar o cidadão migrante integrado ao seu meio, a ponto de se sentir responsável pela sua preservação. Reconhecer o espaço de seu bairro e de sua cidade como um cenário onde cenas de vida semelhantes às suas se desenrolaram.

Nesse processo de integração do aluno adulto do PEJA devem se integrar não somente a Escola e o Museu, mas novas parcerias, como: arquivos, bibliotecas e outras entidades de natureza semelhantes, propiciando ricas experiências interdisciplinares no planejamento de projetos que estimulem o envolvimento comunitário que reforce a identidade, o respeito entre os diversos grupos que atuam na comunidade e os capacite para uma reflexão-ação sobre a realidade local e seu meio ambiente.

---

<sup>2</sup> Os Museus de Ciências e o Programa de Educação de Jovens e Adultos(PEJA) – Monografia do Curso de Especialização em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde (Museu da Vida/ FIOCRUZ), concluída em 2010.



Durante muitos anos a imagem dos Museus, juntamente com outras manifestações culturais elaboradas pelo homem, foram identificadas como cultura de elite, tanto por profissionais ligados a essas áreas como por outros segmentos da sociedade. Esse conceito permanece até hoje em alguns setores da sociedade. Essas perspectivas têm se modificado a partir de demandas surgidas nas próprias sociedades, principalmente latino-americanas. As Declarações de Santiago do Chile e de Caracas, elaboradas por profissionais dos Museus enfatizaram a sua função social. O Museu pode construir uma nova história entrelaçando-a à da sociedade, rejeitando o distanciamento tradicional e reformulando a sua trajetória, atento às suas manifestações, à frequência de seus ritmos, ao pulsar de suas veias e vias, à transpiração de seus pólos sociais. Passará a ser reconhecido, então, como espaço onde as pessoas reconhecem-se através da valorização de suas memórias pessoais e reconstrução das memórias coletivas, expressam seu presente e se sentem estimuladas a descobrir novos caminhos para o futuro.

Voltamos a uma questão recorrente nas instituições museológicas: o que preservar e para que preservar? Sugerimos outras respostas, novos caminhos a serem trilhados, novas motivações para atuação dos museus: a preservação da memória e do patrimônio brasileiro como instrumento de inclusão social e da conquista de cidadania de todos os brasileiros.



## Referências

- ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BITTENCOURT, José Neves. Receita Para a Refeição Cotidiana dos Museus. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n.31, p.148-163, 2005.
- CARDOSO, Rafael. Coleção e Construção de Identidades-Museus Brasileiros na Encruzilhada. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (Ed). História representada: o Dilema dos Museus. Rio de Janeiro; Museu Histórico Nacional, 2003.
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural Para a Liberdade – e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – Saberes necessários a Prática Educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1998.
- HEIZER, Alda Lúcia. Uma Casa Exemplar – Pedagogia, Memória e Identidade no Museu Imperial de Petrópolis. Tese de Mestrado Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica. PUC. Rio de Janeiro, 1994.
- LOPES, Maria Margareth. Museu:Uma Perspectiva de Educação em Geologia. Dissertação de Mestrado.Universidade Estadual de Campinas(UNICAMP), 1988.
- MONTALVÃO, Cláudia Soares de Azevedo. Visualizando o passado: Museu e História.In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (Ed). História representada: o Dilema dos Museus. Rio de Janeiro; Museu Histórico Nacional, 2003.
- NASCIMENTO, Rosana. O objeto Museal, sua historicidade: Implicações na Ação Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu. Cadernos de Sociomuseologia, nº11. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (UHTL), 1998.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. A Danação do Objeto. – o Museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus. Universidade Federal da Bahia: 1990.
- SEGALL, Maurício. Controvérsias e Dissonâncias. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP),2001.
- SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2002.



## **ASPECTOS MUSEOGRAFICOS DO HERBÁRIO DA UNIFAL-MG**

**Stéphanie de Fátima Pereira;**

**Marcelo Polo\* Flávio Nunes Ramos**

**Instituto de Ciências da Natureza, UNIFAL-MG, Rua Gabriel Monteiro da Silva,  
700, 37130-000, Alfenas, MG, Brasil. \*marcelo.polo@unifal-mg.edu.br**

### **RESUMO**

O herbário da Unifal-MG é uma coleção científica constituída por partes de plantas secas, herborizadas, classificadas e indexadas, formando um conjunto organizado de uso tanto pela comunidade científica como a leiga. Está abrigado no conjunto de laboratórios do Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas. Desde sua criação, em 1914, a Unifal-MG teve estreita ligação com a botânica, seja pelo uso das plantas no preparo de medicamentos seja no cultivo de espécies, mas foi na década de 1970 que o herbário ganhou características de catalogação científica. Atualmente a coleção compreende o herbário com exsicatas de material coletado na região sul de Minas Gerais. Pretende-se organizar também a xiloteca e a carpoteca que virão complementar o conjunto. Está em desenvolvimento a criação da palinoteca (coleção de pólen) a qual será representada por material recente e fossilizado. Todo o conjunto está em processo de catalogação e, brevemente, estará à disposição da comunidade por meio da internet. O banco de dados está sendo construído usando o programa computacional Brahms (Botanical Research And Herbarium Management System). Atualmente o acervo está composto 980 exsicatas agrupadas em 57 famílias, referentes a materiais coletados em seis municípios.

**Palavras-chave:** Herbário. Coleção científica. história da Unifal-MG, divulgação científica.

### **ABSTRACT**

The herbarium of the Unifal-MG is a scientific collection consisting by parts of dry plants, mounted on a paper sheet, classified and included in data base, forming an organized set of use in such a way for the scientific community as the layperson. It is sheltered in the set of laboratories of the Nature Science Institute of the Federal University of Alfenas. Since its creation, in 1914, the Unifal-MG had narrow linking with the botany, either for the use of the plants in the medicine preparation either in the culture of species, but it was in the decade of 1970 that the herbarium gained characteristics of scientific collection. Currently the collection is composed by the herbarium with the material mounted on a paper sheet



collected in the south region of Minas Gerais state. It is intended to also organize the xiloteca and the carpotheca that will come to complement the set. It is in development the creation of the palinoteca (pollen collection) which will be represented by recent and fossilized material. All the set is in scientific collection process and, briefly, it will be to the disposal of the community by means of the Internet. The data base is being constructed using the computational program Brahms (Botanical Research And Herbarium Management System). Currently the quantity is composed by 980 mounted on a paper sheet, grouped in 57 families, referring the materials collected in six cities.

**Keywords:** Herbarium. Scientific collection. History of the Unifal-MG. Scientific spreading.



## Introdução

A Unifal-MG, desde sua fundação, com o funcionamento do curso de farmácia em 1914, teve estreita ligação com a botânica, seja pelo uso das plantas no preparo de medicamentos seja no cultivo de espécies medicinais. A criação de um herbário foi uma consequência natural da instituição. Não se tem notícia da data exata da criação do primeiro herbário, no entanto, sabe-se que na década de 1970 a coleção ganhou características científicas dada a necessidade de catalogar as plantas com se trabalhava. Ao longo de várias décadas, o trabalho contínuo dos técnicos e professores na coleta, preparação e classificação das mais diversas espécies de plantas, em especial aquelas usadas na farmacoterapia, na preparação de tinturas e extratos de uso farmacológico, resultou na formação de um herbário que foi utilizado por alunos e pesquisadores para a guarda dos exemplares das espécies utilizadas em suas pesquisas.

As condições de guarda e armazenamento desse valioso material não foram compatíveis com as necessidades exigidas para uma boa preservação do mesmo, resultando em sua total perda devido à contaminação por insetos e bolores.

Em 2004, a necessidade de organizar o herbário ampliou-se com a criação dos cursos de Ciências Biológicas e, posteriormente, os de Geografia e Biotecnologia com o desenvolvimento de pesquisas envolvendo vegetais; tornou-se imperativa a (re)criação do herbário, agora em local próprio e segundo as técnicas usuais de preparação, secagem, descontaminação, catalogação, classificação e guarda segundo padrões usados em outros herbários.

Herbário é uma coleção de plantas e outros organismos relacionados como Algas e Fungos, que, após uma preparação conveniente (secagem ou fixação em formol ou álcool) são classificados taxonomicamente de acordo com as regras científicas e então são utilizados para estudos de diversas ordens, em diferentes áreas do conhecimento. A existência de um herbário em uma instituição de ensino e pesquisa é fundamental para a guarda desses materiais que estão à disposição de toda a comunidade científica. O herbário da Unifal-MG veio preencher uma lacuna existente, tendo em vista que todo material botânico de referência científica deve obrigatoriamente ter um depósito e registro em um herbário, o que somente há bem pouco tempo passou a ser feito. Além de plantas, algas e fungos, o herbário da Unifal-MG deverá, no futuro, possuir também uma xiloteca (coleção de madeiras) e carpoteca (coleção de frutos). Na atualidade, com o funcionamento do Programa de Pós-graduação em Ecologia e Tecnologia Ambiental (PPG-ETA) e o desenvolvimento do Projeto Biota-Minas, houve a necessidade de ser criado também a palinoteca, que é uma coleção de lâminas contendo pólen dos exemplares depositados no



herbário. Esta coleção também será indexada e incorporada ao herbário da Unifal-MG. O herbário em atividade propiciará o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas de fitogeografia, botânica, meio ambiente e saúde, entre outras, propiciando melhor conhecimento da flora regional inclusive para a elaboração de planos gestores de monitoramento e preservação da biodiversidade.

O herbário da Unifal-MG desempenha função importante por guardar informações de contextualização das exsicatas<sup>1</sup> (local, data, época, características ambientais e identificação da planta), que poderão propiciar estudos de gestão ambiental e serem usados também na simulação de situações de risco devido às mudanças ambientais, como as climáticas provocadas pela ação antrópica, além da exploração de áreas nativas.

O herbário da Unifal-MG está registrado na Rede Nacional de Herbários da Sociedade Botânica do Brasil (<http://www8.ufrgs.br/taxonomia/>) sob a sigla UALF. Este registro é importante visto que se trata de um reconhecimento pela principal associação de botânicos do Brasil.

## **I. Procedimentos conduzidos na organização e manutenção do Herbário**

### **A- Preparação da planta para o herbário**

As flores devem ser estudadas a fresco, razão porque algumas devem ser colocadas em frascos com álcool a 70% para observação posterior. O mesmo deve acontecer com alguns dos frutos ou outros órgãos interessantes de cada planta coletada.

Cada planta é colocada dentro de papel de jornal dobrado procurando-se estender as folhas e flores, sem, contudo forçar a tendência natural de cada elemento vegetal.

Uma vez todas as plantas preparadas de maneira acima indicada, são empilhadas e levadas à prensa que é fechada com duas correias ou cintas fortes que possuem fivelas ou ainda amarradas com cordas de algodão.

As prensas são então levadas para estufa de secagem com ventilação forçada à temperatura de 60 °C até a completa secagem do material. Esse tempo é variável, dependendo das características do material vegetal. Caso seja necessário muito tempo (acima de 72 horas) o papel deverá ser trocado para evitar o desenvolvimento de fungos.

---

<sup>1</sup> Exsicata é uma amostra de planta seca e prensada numa estufa (herborizada), fixada em uma cartolina de tamanho padrão acompanhadas de uma etiqueta ou rótulo contendo informações sobre o vegetal e o local de coleta, para fins de estudo botânico.



Uma vez seco o material é colocado em saco de polietileno que é fechado com fita adesiva e levado ao freezer à temperatura de  $-10^{\circ}\text{C}$  por, pelo menos 24 horas. Esse tratamento é necessário para a descontaminação de eventuais insetos que estejam no material.

#### B- Herborização

As plantas de pequeno porte (ervas) são arrancadas com a raiz utilizando-se a pá ou colher de pedreiro e sacudidas suavemente a fim de livrarem-se da terra aderida à raiz. Só então é levada à prensa, onde se coloca uma etiqueta indicando as características do lugar de coleta (altura, mata, bosque, campo, restinga, etc., bem como natureza do terreno e outros dados). Quando, por qualquer razão, os frutos, flores ou sementes se desprenderem da planta, estes são guardados em envelope no qual se indica a planta correspondente.

#### C- Organização do herbário

Para formá-lo, montam-se cada planta sobre uma folha cartolina. O material é costurado sobre a cartolina em alguns pontos com agulha e linha ou então a costura pode ser substituída pela aplicação de fita adesiva de papel gomado. Na parte inferior direita da folha de cartolina coloca-se uma etiqueta em que constarão o nome e a família da planta, o lugar e a data de coleta, nome do coletor e outros dados que foram anotados no momento da coleta.

#### D- Manutenção

Todo material depositado no herbário deverá receber tratamento preventivo à contaminação por insetos (notadamente traças e carunchos) com o uso de naftalina e anualmente tratamento de descontaminação que é feito por fumigação ou congelamento em freezer.

#### E- Xiloteca e Carpoteca

A xiloteca compõe-se de fragmentos de madeira representativos de espécies lenhosas. Estes fragmentos são secos, cortados e polidos, sobre os quais é colocada uma etiqueta contendo os nomes vulgar e científico da espécie. Estes são guardados em armários exclusivos.

A carpoteca compõe-se de frutos secos e carnosos. Os frutos secos são desidratados em estufa de circulação forçada a  $60^{\circ}\text{C}$ , identificados, classificados e colocados em caixas, separados por tipo de fruto; os frutos carnosos são fixados em F.A.A. e mantidos em frascos com álcool 70% contendo uma etiqueta com as informações do nome da espécie, local e data da coleta e nome do coletor.



#### F- Palinoteca

A palinoteca do Herbário está em processo de formação. A coleta de pólen tem sido feita a partir do material herborizado e de material coletado exclusivamente para este fim. O pólen é coletado e fixado para não perder suas características morfológicas. A seguir é preparada uma lâmina que recebe uma etiqueta numerada. Em uma ficha são lançados os dados de coleta e identificação.

#### G- Criação do Banco de Dados

As informações de cada material depositado no herbário são transferidas para um banco de dados com o uso do programa computacional Brahms (Botanical Research And Herbarium Management System). Este procedimento permitirá que os dados sejam publicados no futuro pela internet após sua alocação em servidor local.

Os dados constantes nas etiquetas são transferidos para o banco de dados por digitação. Quando é constatada a falta de algum dado exigido para a complementação das informações sobre o material, o responsável pela coleta será contatado para que a informação seja resgatada.

Pretende-se anexar às informações de cada material uma cópia digitalizada da exsicata a fim de melhor fazer a identificação remotamente.

#### H- Divulgação dos resultados

As informações sobre o acervo serão divulgadas de forma contínua. Pretende-se iniciar com mensagens eletrônicas e circulares entre os pesquisadores alertando para a necessidade de fazer o depósito do material botânico utilizado nas pesquisas. Brevemente será criada uma página na internet com o objetivo de divulgar informações sobre o acervo e orientações em relação aos procedimentos necessários à inclusão de material de pesquisa. Quando o banco de dados tiver informações consistentes e completas, seu conteúdo ficará disponível para a comunidade interna da universidade. Lembrando que a curadoria do herbário tem a intenção de disponibilizar as informações a toda comunidade científica por meio da internet. Isso será possível com a instalação de um servidor exclusivo para o herbário.

#### I- Elaboração de Cartilha

Será elaborada uma cartilha para o público acadêmico e leigo com o intuito de orientá-lo como realizar coleta, cuidados, herborização e inclusão no herbário; como realizar consultas às informações do acervo; e informar da importância do herbário na conservação e preservação da natureza. Esta cartilha também será divulgada na página do herbário.



## 1. O Acervo

Ao longo dos últimos 6 anos, o herbário recebeu material oriundo da região sul de Minas Gerais, principalmente por ser esta região alvo de diversas pesquisas desenvolvidas na Unifal-MG.

Estão indexadas 980 exsicatas agrupadas em 57 famílias, referentes a materiais coletados em seis municípios mineiros (Tabela 1).

Tabela 1 - Municípios onde foram coletados os materiais depositados no herbário da Unifal-MG

Municípios	Número de Exsicatas
Alfenas	917
Guaxupé	17
Lambari	26
Monte Belo	7
Poços de Caldas	4
São Gonçalo do Sapucaí	9
Total	980

As tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 mostram as famílias, gêneros e espécies vegetais já identificadas que fazem parte do acervo do herbário da Unifal-MG separadas por município de coleta.

Tabela 2 – Materiais coletados no Município de Alfenas e depositados no herbário da Unifal-MG

Famílias	Gêneros	Espécies	Quantidades
Apocynaceae	Aspidosperma	australe	3
Apocynaceae	Aspidosperma	olivacean	10
Apocynaceae	Aspidosperma	omstraole	2
Apocynaceae	Aspidosperma	porvifoliun	2
Apocynaceae	Aspidosperma	spruceanum	15
Apocynaceae	Aspidosperma	subincanun	1
Anacardiaceae	Astronium	cf corcinuns	1
Anacardiaceae	Astronium	froseinifolium	1
Anacardiaceae	Astronium	cf corcinuns	1
Anacardiaceae	Astronium	froseinifolium	1
Amaranthaceae	Chenopodium	ambrosioides	2
Apiaceae	Foeniculum	vulgare	6
Annonaceae	Guatteria	sp	2
Annonaceae	Guatteria	australis	4



<b>Aquifoliaceae</b>	Ilex	cerasifolia	10
<b>Acanthaceae</b>	Justicia	pectoralis	2
<b>Apiaceae</b>	Pimpinella	anisum	4
<b>Annonaceae</b>	Rollinia	silvatica	3
<b>Annonaceae</b>	Rollinia	dolabrupetalo	2
<b>Anacardiaceae</b>	Tapirira	obtusa	1
<b>Anacardiaceae</b>	Tapirira	guianenses	8
<b>Anacardiaceae</b>	Tapirira	obtusa	1
<b>Annonaceae</b>	Xylopia	omargimorta	2
<b>Araceae</b>	Philodendron	inbeschott	2
<b>Araliaceae</b>	Dendropanax	cuneatus	10
<b>Araliaceae</b>	Dendropanax	cursatas	2
<b>Araliaceae</b>	Dendropanax	capitatus	2
<b>Araliaceae</b>	Schefflera	calva	4
<b>Arecaceae</b>	Dypsis	lutescens	2
<b>Asteraceae</b>	Achillea	millefolium	4
<b>Asteraceae</b>	Achyrocline	Satreloaes	2
<b>Asteraceae</b>	Ageratum	Conyzoids L.	2
<b>Asteraceae</b>	Artemisia	Vulgaris	2
<b>Asteraceae</b>	Artemisia	Absinthium	8
<b>Asteraceae</b>	Artemisia	Canphorata	1
<b>Asteraceae</b>	Artemisia	Vulgaris	2
<b>Asteraceae</b>	Artemisia	Canphorata	1
<b>Asteraceae</b>	Baccharis	Trimera	2
<b>Asteraceae</b>	Baccharis	Dracunculifolia	2
<b>Asteraceae</b>	Chionolaena	Latifolia	4
<b>Asteraceae</b>	Eupatorium	maximiliani	2
<b>Asteraceae</b>	Lourteigia	ballatifolia	2
<b>Asteraceae</b>	Matricaria	chamomilla	4
<b>Asteraceae</b>	Matricaria	recutita	4
<b>Asteraceae</b>	Mikania	glomerata	8
<b>Asteraceae</b>	Piptocarpha	macropoda	1
<b>Asteraceae</b>	Solidago	chilenis	2
<b>Balsaminaceae</b>	Ompatiens	wallerana	2
<b>Bignoniaceae</b>	Arrabidaea	sp.	8
<b>Bignoniaceae</b>	Arrabidaea	bahiensis	2
<b>Bignoniaceae</b>	Pyrostegia	venusta	2
<b>Bignoniaceae</b>	Tabebuia	heptaphylla	4



<b>Bignoniaceae</b>	Tabebuia	serratifolia	4
<b>Bignoniaceae</b>	Tabebuia	impetianosa	2
<b>Bignoniaceae</b>	Tabebuia	roseo-alva	2
<b>Boraginaceae</b>	Cordia	eucalyculata	1
<b>Boraginaceae</b>	Cordia	sellowiana	5
<b>Boraginaceae</b>	Cordia	sp	2
<b>Boraginaceae</b>	Cordia	trichotoma	2
<b>Boraginaceae</b>	Symphitum	officinale	2
<b>Burseraceae</b>	Protium	rucemum	2
<b>Burseraceae</b>	Protirim	spruceanum	15
<b>Cannabaceae</b>	Altis	brasilvansis	2
<b>Celastraceae</b>	Maytemus	fluribenta	2
<b>Celastraceae</b>	Maytemus	robusta	2
<b>Celastraceae</b>	Maytenus	glosiviana	1
<b>Cluseaceae</b>	Garcinea	brasiliensis	3
<b>Combretaceae</b>	Cilsois	flouberdus	2
<b>Combretaceae</b>	Combretium	sp	3
<b>Crassulaceae</b>	Sedum	dendroideum	4
<b>Cypocinaceae</b>	Tapirica	ceianensis	1
<b>Elaeocarpaceae</b>	Sloanea	monosperma	1
<b>Erythroxylaceae</b>	Erythroxyllum	citrijolium	2
<b>Erythroxylaceae</b>	Erythroxyllum	melloteriarum	2
<b>Erythroxylaceae</b>	Erythroxyllum	pelleterianum	8
<b>Erythroxylaceae</b>	Erythroxyllum	poletorium	4
<b>Erythroxylaceae</b>	Erythroxyllum	sp.	8
<b>Euphorbiaceae</b>	Actinostemon	concdor	2
<b>Euphorbiaceae</b>	Actinostemon	klotzchii	7
<b>Euphorbiaceae</b>	Aparisthium	cordatum	2
<b>Euphorbiaceae</b>	Croton	sp.	2
<b>Euphorbiaceae</b>	Croton	floribundus	11
<b>Euphorbiaceae</b>	Gymnanthes	klotzkii	2
<b>Euphorbiaceae</b>	Mabea	Poblana	6
<b>Euphorbiaceae</b>	Mabea	fustilifera	2
<b>Euphorbiaceae</b>	Maprounea	guianensis	6
<b>Euphorbiaceae</b>	Pera	globrata	6
<b>Euphorbiaceae</b>	Sebastiania	brasiliensis	3
<b>Euphorbiaceae</b>	Sebastiania	klotzschiana	1
<b>Euphorbiaceae</b>	Sebastiania	commersoniana	3



<b>Euphorbiaceae</b>	Stillingia	sp	4
<b>Fabaceae</b>	Acacia	polyphyla	4
<b>Fabaceae</b>	Acacia	glamerosa	2
<b>Fabaceae</b>	Baurinia	longifolia	2
<b>Fabaceae</b>	Baurinia	acuruana	2
<b>Fabaceae</b>	Copaifera	cangsdorffii	4
<b>Fabaceae</b>	Copaifera	langsдорffii	5
<b>Fabaceae</b>	Copaifera	Martii	2
<b>Fabaceae</b>	Dalbergia	Villosa	2
<b>Fabaceae</b>	Deguelia	nitidula	2
<b>Fabaceae</b>	Enterolobium	contortociliquum	6
<b>Fabaceae</b>	Holocalyx	balansae	1
<b>Fabaceae</b>	Hymenaea	courbaril	2
<b>Fabaceae</b>	Inga	sp.	2
<b>Fabaceae</b>	Inga	marginata	6
<b>Fabaceae</b>	Inga	Cf Vera	2
<b>Fabaceae</b>	Machaerium	fimorphondrae	2
<b>Fabaceae</b>	Machaerium	histum	2
<b>Fabaceae</b>	Machaerium	dimorphandrum	5
<b>Fabaceae</b>	Machaerium	nyctitans	1
<b>Fabaceae</b>	Machaerium	stipitatum	1
<b>Fabaceae</b>	Myroxylon	perlipero	2
<b>Fabaceae</b>	Nchocorpus	serice	2
<b>Fabaceae</b>	Pethofo	dubium	2
<b>Fabaceae</b>	Platypodium	elegans	2
<b>Fabaceae</b>	Pogonophora	shabulkiana	1
<b>Fabaceae</b>	Senna	macronthera	2
<b>Fabaceae</b>	Senna	maeranthera	2
<b>Fabaceae</b>	Stryphnodendron	adstringens	2
<b>Fabaceae</b>	Sweetia	fruticosa	1
<b>Fabaceae</b>	Tachigali	roccosum	2
<b>Fabaceae</b>	Zollernia	Illicipolio	2
<b>Geraniaceae</b>	Pelargonium	hortorum	2
<b>Ginkgoaceae</b>	Ginkgo	biloba	2
<b>Hypericaceae</b>	Hipericum	perforatum	4
<b>Hypericaceae</b>	Vismia	brasiliensis	2
<b>Lacistemaceae</b>	Lacistema	hasslerianum	3
<b>Lamiaceae</b>	Hyptis	sp	5



<b>Lamiaceae</b>	Lavandula	officinalis	23
<b>Lamiaceae</b>	Melissa	mentha	8
<b>Lamiaceae</b>	Mentha	sp	20
<b>Lamiaceae</b>	Mentha	pullegium	4
<b>Lamiaceae</b>	Mentha	piperita	1
<b>Lamiaceae</b>	Ocimum	basilicum	10
<b>Lamiaceae</b>	Origanum	mangerona	14
<b>Lamiaceae</b>	Plectranthus	ornatus cold	2
<b>Lamiaceae</b>	Plectranthus	barbatus	4
<b>Lamiaceae</b>	Rosmarinus	officinalis	12
<b>Lamiaceae</b>	Salvia	splendens	2
<b>Lamiaceae</b>	Vitex	polygama	2
<b>Lauraceae</b>	Cinnamomum	camphora	2
<b>Lauraceae</b>	Cinnamomum	triplinerve	2
<b>Lauraceae</b>	Cryptocarya	aschersoniana	1
<b>Lauraceae</b>	Endlicheria	paniculata	8
<b>Lauraceae</b>	Nectandra	membranocea	2
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	larafoia	2
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	corymbosa	14
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	odorifera	12
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	puchelta	2
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	acyphyla	4
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	diospyrifolia	1
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	divaricata	1
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	sp	4
<b>Loranthaceae</b>	Struthanthus	vulgaris	2
<b>Loranthaceae</b>	Tripodanthus	ocutifolius	2
<b>Malpighiaceae</b>	Heteropterys	sp.	1
<b>Malvaceae</b>	Abutilon	sp	2
<b>Malvaceae</b>	Helicteres	ovata	1
<b>Melastomataceae</b>	Miconia	ibaguenis	1
<b>Melastomataceae</b>	Miconia	urophyla	1
<b>Melastomataceae</b>	Miconia	cinnamomifolia	2
<b>Melastomataceae</b>	Tibouchina	fissinerira	4
<b>Meliaceae</b>	Trichilia	claussemi	2
<b>Meliaceae</b>	Guarea	kunthiana	2
<b>Meliaceae</b>	Trichilia	marginata	1
<b>Meliaceae</b>	Trichilia	elegans	2



<b>Mimosaceae</b>	Mimosa	caesalpineafolia	1
<b>Monimiaceae</b>	Mollinedia	argyrogyna	1
<b>Moraceae</b>	Maclura	tinctoria	1
<b>Myrsinaceae</b>	Cybianthus	arineifolius	1
<b>Myrsinaceae</b>	Myrsine	umbellata	1
<b>Myrtaceae</b>	Compomanesia	sessiliglosa	1
<b>Myrtaceae</b>	Eugenia	leitonii	1
<b>Myrtaceae</b>	Eugenia	sandeliana	1
<b>Myrtaceae</b>	Campomanesia	adamantium	2
<b>Myrtaceae</b>	Calyptranthes	brasiliensis	2
<b>Myrtaceae</b>	Camponesia	sp	5
<b>Nyctaginaceae</b>	Guapira	hirsuta	6
<b>Nyctaginaceae</b>	Guapira	oppositifolia	5
<b>Nyctaginaceae</b>	Guapira	sp.	8
<b>Papaveraceae</b>	Argemone	mexicana	2
<b>Papaveraceae</b>	Papaver	bracteatum	2
<b>Phytolaccaceae</b>	Petiveria	alliaceae	2
<b>Piperaceae</b>	Piper	sp	7
<b>Piperaceae</b>	Piper	amalorge	2
<b>Piperaceae</b>	Piper	arbóreo	2
<b>Piperaceae</b>	Piper	umbellata	2
<b>Piperaceae</b>	Piper	amalago	7
<b>Piperaceae</b>	Piper	aduncum	12
<b>Plantaginaceae</b>	Plantago	sp	10
<b>Piperaceae</b>	Ottonia	sp	2
<b>Piperaceae</b>	Peperomia	sp	2
<b>Piperaceae</b>	Piper	aduncun	1
<b>Poaceae</b>	Cymbopogan	citratu	56
<b>Poaceae</b>	Cenchrus	echinatus	4
<b>Poaceae</b>	Bambusa	sp	4
<b>Proteaceae</b>	Roupala	sp	2
<b>Proteaceae</b>	Roupala	montana	2
<b>Rubiaceae</b>	Rudgea	jasmniflora	4
<b>Rubiaceae</b>	Psychotria	sp	1
<b>Rubiaceae</b>	Psychotria	hastipetalia	2
<b>Rubiaceae</b>	Psychotria	cefallonta	2
<b>Rubiaceae</b>	Amaioua	guianensis	1
<b>Rubiaceae</b>	Coutarea	sp	1



<b>Rubiaceae</b>	Cordia	myrciifolia	1
<b>Rubiaceae</b>	Chomelia	sericea	1
<b>Rubiaceae</b>	Psychotria	sp	3
<b>Rubiaceae</b>	Ixora	brevifolia	1
<b>Rubiceae</b>	Ostia	arborica	1
<b>Rutaceae</b>	Galipea	jasminiflora	16
<b>Rutaceae</b>	Metrodorea	stipularis	27
<b>Rutaceae</b>	Metrodorea	nigra	3
<b>Rutaceae</b>	Ruta	graveolens	20
<b>Rutaceae</b>	Trichilia	polida	1
<b>Rutaceae</b>	Zanthoxylum	camobium	4
<b>Rutaceae</b>	Zanthoxylum	riedelianum	1
<b>Rutaceae</b>	Zanthoxylum	caribenum	4
<b>Rutaceae</b>	Zanthoxylum	monoginum	4
<b>Rutaceae</b>	Zanthoxylum	petiolare	8
<b>Rutaceae</b>	Zanthoxylum	rhoifolium	8
<b>Salicaceae</b>	Casearia	decandra	2
<b>Salicaceae</b>	Casearia	lasyophylla	1
<b>Salicaceae</b>	Casearia	arborea	1
<b>Sapindaceae</b>	Allophylus	edulis	3
<b>Sapindaceae</b>	Allophylus	recemosus	2
<b>Sapindaceae</b>	Matayba	guianensis	2
<b>Sapindaceae</b>	Matayba	sp	1
<b>Sapotaceae</b>	Chrysophyllum	gonocarpum	1
<b>Siparunaceae</b>	Siparuna	guianensis	35
<b>Solanaceae</b>	Solanum	lycocarpum	2
<b>Solanaceae</b>	Cestrum	sp	5
<b>Urticaceae</b>	Urera	baccifera	2
<b>Total</b>			917

Tabela 3- Materiais coletados no Município de Guaxupé e depositados no herbário da Unifal-MG

<b>Famílias</b>	<b>Gêneros</b>	<b>Espécies</b>	<b>Quantidades</b>
<b>Celastraceae</b>	Maytenus	glosiviana	1
<b>Euphorbiaceae</b>	Sebastiania	commersoniana	2
<b>Euphorbiaceae</b>	Croton	floribundus	1
<b>Euphorbiaceae</b>	Sebastiania	commersoniana	1



<b>Lauraceae</b>	Cryptocarya	aschersoniana	1
<b>Lauraceae</b>	Endlicheria	paniculata	1
<b>Lauraceae</b>	Ocotea	diospyrifolia	1
<b>Meliaceae</b>	Trichilia	elegans	1
<b>Myrsinaceae</b>	Myrsine	umbellata	1
<b>Rubiaceae</b>	Rudgea	jasminoides	2
<b>Rubiaceae</b>	Ixora	brevifolia	1
<b>Rutaceae</b>	Metrodorea	stipularis	2
<b>Urticaceae</b>	Urera	baccifera	2
<b>Total</b>			17

Tabela 4- Materiais coletados no Município de Lambari e depositados no herbário da Unifal-MG

<b>Famílias</b>	<b>Gêneros</b>	<b>Espécies</b>	<b>Quantidades</b>
<b>Arecaceae</b>	Dypsis	lutescens	2
<b>Asteraceae</b>	Baccharis	Dracunculifolia	1
<b>Asteraceae</b>	Lourteigia	ballatifolia	1
<b>Asteraceae</b>	Matricaria	recutita	1
<b>Asteraceae</b>	Baccharis	dracunculifolia	1
<b>Asteraceae</b>	Lourteigia	ballatifolia	1
<b>Asteraceae</b>	Matricaria	recutita	1
<b>Euphorbiaceae</b>	Croton	floribundus	2
<b>Fabaceae</b>	Inga	Marginata Willd	2
<b>Piperaceae</b>	Piper	sp	4
<b>Piperaceae</b>	Peperomia	sp	2
<b>Poaceae</b>	Cenchrus	echinatus	2
<b>Poaceae</b>	Bambusa	sp	4
<b>Poaceae</b>	Cenchrus	echinatus	2
<b>Total</b>			26

Tabela 5- Materiais coletados no Município de Monte Belo e depositados no herbário da Unifal-MG

<b>Famílias</b>	<b>Gêneros</b>	<b>Espécies</b>	<b>Quantidades</b>
<b>Fabaceae</b>	Holocalyx	balansae	1
<b>Lauraceae</b>	N.I.		2
<b>Moraceae</b>	Maclura	tinctoria	1
<b>Rutaceae</b>	Metrodorea	nigra	2



Sapotaceae	Chrysophyllum	gonocaropum	1
Total			7

Tabela 6- Materiais coletados no Município de Poços de Caldas e depositados no herbário da Unifal-MG

Famílias	Gêneros	Espécies	Quantidades
Anacardiaceae	Tapirira	guianensis	1
Elaeocarpaceae	Sloanea	monosperma	1
Lauraceae	Ocotea	divaricata	1
Melastomataceae	Miconia	cinnamomifolia	1
Total			4

Tabela 7- Materiais coletados no Município de São Gonçalo do Sapucaí e depositados no herbário da Unifal-MG

Famílias	Gêneros	Espécies	Quantidades
Asteraceae	Piptocarpha	macropoda	1
Clusiaceae	Garcinia	brasiliensis	1
Fabaceae	Machaerium	nyctitans	1
Fabaceae	Machaerium	stipitatum	1
Melastomataceae	Tibouchina	fissinerira	4
Melastomataceae	Miconia	cinnamomifolia	1
Total			9



## Referências

BACKES, P. & IRGANG, B. Mata Atlântica: as árvores e a paisagem. Instituto Souza Cruz, Editora Paisagem do Sul, 2004.

FERREIRA, G. C. Diretrizes para coleta e identificação de material botânico. Belém-PA: Embrapa, 2006.

INSTITUTO DE BOTÂNICA (São Paulo). Técnicas de Coleta, Preservação e Herborização de Material Botânico. 1984. 61p. (Manual No 4).

FERRI, M. G., MENEZES, N. L. de. & MONTEIRO, W. R. Glossário ilustrado de botânica. São Paulo: Nobel, 1992. 197 p.

MARTINS-DA-SILVA, R. C. V. Coleta e identificação de espécimes botânicos. Belém-PA: Embrapa (Série Documentos, 143), 2002.

MODESTO, Z. M. M., SIQUEIRA, N. J. B. Botânica. 7. ed. São Paulo: EPU, 1981.



## COLEÇÕES BIOLÓGICAS E MEMÓRIA NO CONTEXTO DO PROGRAMA BIOTA MINAS: Patrimônio Genético da Herpetofauna do sul de Minas Gerais<sup>1</sup>

Vanessa Roma Moreno-Cotulio\*

Tereza Cristina Orlando\*\*

Vinícius Xavier da Silva\*\*\*

\*Laboratório de Cultura de Células – \*\*Laboratório de Biologia Molecular Aplicada à Biodiversidade – \*\*\* Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace.

Instituto de Ciências da Natureza – Universidade Federal de Alfenas – Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro – CEP 37130-000, Alfenas-MG.

### RESUMO

A Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG começou quando essa instituição entrou no Programa Biota Minas em 2009 e conta hoje com 901 amostras, 96.2% provenientes de anfíbios e répteis, parcela importante da diversidade genética brasileira. As amostras de tecido estão armazenadas em tubos contendo etanol 95% em *freezer* a -20°C. DNA genômico das amostras foi extraído e realizada quantificação desse material em gel de agarose. Algumas análises moleculares usando DNA mitocondrial estão sendo realizadas com *Scinax fuscovarius*, *Dendropsophus minutus*, *Rhinella ornata* e *R. schneideri* (anfíbios), e *Enyalius perditus* (lagarto) para estudos populacionais

**Palavras-chave:** Coleção de tecidos. Diversidade genética. DNA.

### ABSTRACT

The Collection of Tissue-MG UNIFAL began when that institution went into the Biota Mines in 2009 and now has 901 samples, 96.2% from amphibians and reptiles, significant portion of genetic diversity in Brazil. The tissue samples are stored in tubes containing 95% ethanol at -20°C. Genomic DNA was extracted from samples and quantification of each material was performed in agarose gel. Some molecular analysis using mitochondrial DNA are being held with *Scinax fuscovarius*, *Dendropsophus minutus*, *Rhinella ornata* and *R. schneideri* (amphibians) and *Enyalius perditus* (lizard) for population studies.

**Keywords:** Tissue collection. Genetic diversity. DNA.

---

<sup>1</sup>Agradecimentos: à UNIFAL-MG pelo apoio logístico, infra-estrutura e veículos, à FAPEMIG (Processo No. APQ-03549-09) pelas bolsas de apoio técnico e auxílio financeiro, a Érica Hasui pela elaboração da Figura 1, a Diogo Borges Provete pelo auxílio em uma das saídas de campo e a Mario Antonio Sacramento Silva, por ceder a fotografia da Figura 2, pelo apoio técnico em todas as saídas de campo e pela organização da coleção.



## Introdução

O Brasil possui a maior diversidade biológica do planeta, com alto índice de espécies endêmicas, sendo considerado o país da megadiversidade. Esta diversidade biológica é muito expressiva tanto em relação ao número de espécies e de ecossistemas como em relação às potencialidades genéticas. O potencial genético, contudo, foi o aspecto que nos últimos anos mais tem suscitado o interesse de pesquisadores (SANTOS *et al.*, 2009).

Vários museus de história natural e parques zoobotânicos de países do primeiro mundo contam com uma coleção de amostras de tecidos (banco de DNA) de espécies animais e vegetais, tanto autóctones quanto exóticas. No Brasil, 47 instituições fiéis depositárias junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) foram listadas por Torres e Dergam (2005, p. 7-9), distribuídas em todas as regiões. No Estado de Minas Gerais, os mesmos autores apresentam apenas 5 instituições como fiéis depositárias de material genético. Dados de 2009 apresentam 37 Grupos de Pesquisa do CNPq em Minas Gerais que estudam genética, mas o número de Coleções de Tecidos de Metazoários e Plantas no estado subiu apenas de 5 para 7. Existem mais coleções com material mineiro fora (12) que dentro do estado (SANTOS *et al.*, 2009, p. 392-396).

Como a pesquisa genética de nossa biodiversidade ainda é incipiente e muito pouco se sabe sobre genomas nativos, tem havido grandes estímulos para incluir, como parte dos estudos, análises genéticas para preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida (SANTOS *et al.*, 2002, p. 94). Desse modo, a criação de bancos de DNA a partir de inventários de fauna de regiões prioritárias para conservação e/ou investigação científica deve ser uma iniciativa estimulada. Esses bancos de tecidos e/ou DNA visam “preservar genomas artificialmente, para permitir aplicações em genética da conservação, sistemática e evolução, genômica comparada, bioprospecção e desenvolvimento sustentável” (SANTOS *et al.*, 2002, p. 94).

Esse foi o objetivo geral do projeto “Inventário e Estabelecimento de Coleções da Biodiversidade Aquática e Terrestre do Sul de Minas Gerais” dentro do Programa Biota Minas, organizado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Este Programa foi lançado pelo Edital FAPEMIG 14/2009 com o intuito de promover a busca do conhecimento sobre a biodiversidade mineira com a ajuda de diversas instituições e especialistas do estado.

Quando a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) obteve a aprovação desse Projeto dentro do programa, teve início a Coleção de Tecidos dessa Instituição. Dentro do contexto do programa, os objetivos específicos dessa Coleção foram: i) testemunhar a diversidade genética de anfíbios e répteis (herpetofauna) da região Sul de Minas Gerais; ii)



preservar este patrimônio e torná-lo acessível à comunidade científica; iii) incluir todos os dados do acervo na plataforma Rede Biota Minas, gerenciada pela Fundação Biodiversitas e iv) produzir conhecimento científico e disponibilizá-lo à população através de estratégias educativas e de divulgação científica por meio do Museu de História Natural da UNIFAL-MG. Sendo alcançados tais objetivos, a Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG passa a representar importante referencial na preservação da memória genética de parte da biodiversidade animal do Sul de Minas Gerais.

## **I. Material e métodos**

### **1.1 Área de estudo**

O edital do Programa Biota Minas definiu que as primeiras coletas deveriam ocorrer em localidades associadas às regiões consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade em Minas Gerais (mapa-síntese de DRUMMOND *et al.*, 2005) (Figura 1). Associadas a cinco dessas regiões prioritárias para o Sul de Minas, foram selecionadas 16 localidades, distribuídas da seguintes forma: Região de Guaxupé (1 localidade), Região de Monte Belo (1), Região do Planalto de Poços de Caldas (1), Região das Várzeas do Rio Sapucaí (1) e Região da Serra da Mantiqueira (12) (Figura 1). A Região da Serra da Mantiqueira incluiu mais localidades (12) devido à sua maior área. Cada uma das 16 localidades foi visitada durante dois dias por dois especialistas em herpetofauna, que coletaram os anfíbios e répteis encontrados de acordo com a autorização da Licença IBAMA nº 10.704-1.

### **1.2 Coleta dos dados**

Exemplares de várias espécies de anfíbios e algumas de répteis de cada localidade foram amostrados por meio de coleta ativa (CALLEFFO, 2002, p. 54), que consiste na procura e captura manual dos exemplares no ambiente, principalmente no período noturno. As excursões de coleta ocorreram ao longo dos meses quentes e úmidos do verão, entre dezembro e fevereiro dos anos de 2010 e 2011. Os animais capturados foram identificados e tiveram seus dados registrados (peso, comprimento rostro-cloacal, local, hora da captura e atividade que executavam quando encontrados). Posteriormente foram sacrificados segundo os princípios éticos e legais (CALLEFFO, 2002, p. 65; FRANCO; SALOMÃO, 2002, p. 89).

Foram coletadas amostras de tecidos (em sua maioria constituinte do fígado), de 2 a 3 mm, de cada indivíduo capturado nas áreas de estudo. Essas amostras foram, então, colocadas em tubos criogênicos contendo etanol 95%. Todo o material utilizado na retirada das amostras de tecido foi devidamente limpo entre o processamento de um indivíduo e



outro. Esses tubos foram armazenados em *freezer* a  $-20^{\circ}\text{C}$  (DESSAUER *et al.*, 1996, p. 33) no mesmo espaço físico da Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace.

Os tubos com amostras foram numerados com o acrônimo da Coleção de Tecidos (CT) seguido das iniciais minúsculas do grupo de vertebrados representado (an = anfíbio, m = mamífero, r = répteis) e a numeração crescente. Para facilitar a manutenção do acervo e a obtenção das amostras para os procedimentos de extração de DNA, os tubos foram reunidos por grupo de vertebrado em bandejas com células individualizadas por combinação binária letra/número em diferentes prateleiras do *freezer* (Figura 2). A documentação das amostras foi cuidadosamente realizada, já que consistiu numa fase crítica do trabalho e representa a informação básica armazenada (qual a espécie e a localidade de cada amostra guardada). Para tanto, os tubos foram etiquetados com caneta permanente e os respectivos dados foram anotados em um livro de registro por escrito e também em um banco de dados digitalizado.

Para a extração de DNA dos tecidos foi utilizado o método descrito por Fetzner (1999, p. 1054), que incluiu digestão com proteinase K, tratamento com acetato de amônio, precipitação com álcool isopropílico e resuspensão do DNA em TE (pH 7,5).

A verificação da quantidade e qualidade do DNA extraído foi feita através da eletroforese em gel de agarose corado com brometo de etídio, utilizando-se marcadores moleculares de concentração conhecida.

## II. Resultados

A Coleção de Tecidos conta atualmente com 901 amostras provenientes de 29 municípios diferentes, a grande maioria do estado de Minas Gerais (Figura 3). Dessas 901 amostras, 673 são de anfíbios (74.7%), 194 de répteis (21.5%) e 34 de mamíferos (3.8%) (Figura 4). Porém, nem todo esse material foi coletado durante as campanhas do Programa Biota Minas. Exclusivamente das campanhas nos 16 municípios do Sul de Minas Gerais são as amostras de 455 anfíbios (97.4%) e 12 répteis (2.6%) (Figura 5). Portanto, o material proveniente do Biota Minas corresponde a 51.8% de todo o acervo. Dessas amostras do Biota Minas, entre os anfíbios estão representadas seis famílias, 16 gêneros e 43 espécies e entre os répteis, três famílias com sete gêneros e sete espécies.

## III. Discussão e Conclusões

Embora a Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG represente importante parcela da diversidade genética brasileira, principalmente no que diz respeito à herpetofauna da região



Sul de Minas, ela ainda é muito incipiente. Do número estimado de espécies de anfíbios (NASCIMENTO *et al.*, 2009, p. 227) e répteis (BÉRNILS *et al.*, 2009, p. 255) para o estado de Minas Gerais, esta coleção possui no momento 28.7 e 7.8% respectivamente dessa riqueza. Embora seja pouco, é preciso enfatizar a pouca idade da coleção (com início em 2009) e o fato da maioria de suas amostras ser proveniente da região Sul de Minas, o que torna menos provável a obtenção de amostras, ou mesmo espécies, de outras regiões do Estado. Além disso, essa porcentagem é sobre o número estimado de espécies. Em outras palavras, ainda temos uma baixa riqueza (nº de espécies), mas com alta abundância de amostras de cada espécie. Isso é fundamental para parte dos objetivos de uma coleção de tecidos que compreende os estudos populacionais (filogeográficos e de diversidade genética), para os quais amostras mínimas de 20 indivíduos diferentes da mesma espécie são desejáveis.

O estabelecimento dessa coleção coincide com o recente e ainda modesto crescimento de grupos de pesquisa sobre diversidade genética da herpetofauna mineira. Nos dados de Santos e colaboradores (2009, p. 392-396) havia referência a apenas um grupo (UFV). Hoje existem, além desse, pelo menos mais três grupos (PUC/BH, UFMG/BH e UNIFAL/Alfenas) trabalhando nesse assunto. O número de Coleções de Tecidos também já aumentou em relação aos dados de Santos e colaboradores (2009, p. 392-396). Especificamente para anfíbios e répteis, houve o acréscimo de no mínimo duas coleções (PUC/BH e UNIFAL/Alfenas). Nesses grupos, entretanto, maior ênfase tem sido dada aos trabalhos com anfíbios, talvez por sua maior abundância e facilidade de encontro na natureza. Isso é perceptível também na Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG, aonde 77.6% dos tecidos de herpetofauna são de anfíbios.

Apesar do recente crescimento, o número de grupos de pesquisa e/ou coleções trabalhando com tecidos de anfíbios e répteis em Minas Gerais ainda é muito reduzido diante da riqueza de espécies mineiras, aproximadamente 150 espécies de anfíbios (NASCIMENTO *et al.*, 2009, p. 227) e 221 de répteis (BÉRNILS *et al.*, 2009, p. 255). Além disso, comparados a outros grupos de vertebrados, anfíbios e répteis ainda são negligenciados em relação a peixes, aves e mamíferos em estudos sobre diversidade genética (SANTOS *et al.*, 2009, p. 403-404). Entretanto, não basta ampliar o número de pesquisadores e/ou estudos sobre diversidade de anfíbios e répteis mineiros. São necessários também “grandes investimentos em infraestrutura e recursos humanos para inventários e coletas de material, e nas coleções científicas em museus e outras instituições para coleta, armazenamento e catalogação de material biológico para esta finalidade” (SANTOS *et al.*, 2009, p. 404).



Entre os exemplos de estudos que utilizam a base de dados armazenada em uma coleção de tecidos podemos citar mais diretamente a detecção de variabilidade genética intra e interespecífica, permitindo: i) entender melhor a dinâmica de populações e seu grau de estruturação geográfica, ii) níveis de diversidade genética e endogamia, e iii) estudos filogenéticos e filogeográficos (AVISE *et al.*, 1995, p.183-244). A longo prazo, esses estudos possibilitam elaboração de estratégias de preservação e/ou manejo, de reintrodução de espécies, reprodução em cativeiro, quantificação temporal do impacto antrópico e ambiental para espécies e populações até a preservação de biomas (SANTOS *et al.*, 2002, p.95)

Somente com o material coletado até o momento pelo Projeto da UNIFAL no Biota Minas, alguns estudos sobre diversidade genética de anfíbios e répteis já estão em andamento na Instituição. Para as espécies de anfíbios *Scinax fuscovarius*, *Dendropsophus minutus*, *Rhinella ornata* e *R. schneideri* já estão sendo realizados estudos com a região controladora do DNA mitocondrial e microssatélites. No caso dos répteis, a espécie de lagarto *Enyalius perditus*, com maior número de amostras no banco, tem possibilitado a análise de sequências do DNA mitocondrial para estudos populacionais.



## Referências

- AVISE John C.; HAIG Susan M.; RYDER Olyver A.; LYNCH Michael & GEYER Charles J. Descriptive genetic studies: applications in population management and conservation biology. In: Ballou, J.D. & Fose, T.J. (Ed.) *Population management for survival and recovery*. Columbia University Press, New York. 1995. p. 183- 244.
- BÉRNILS, Renato S.; NOGUEIRA, Cristiano C.; XAVIER-DA-SILVA, Vinícius. Répteis. In: DRUMMOND, Gláucia M.; MARTINS, Cássio S.; GRECO, Magda B.; VIEIRA, Fábio (Eds.). *Biota Minas: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no Estado de Minas Gerais – subsídio para o Programa Biota Minas*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 2009. p. 251-278.
- CALLEFFO, Myriam E. V. Anfíbios In: AURICCHIO, Paulo; SALOMÃO, Maria G. (Eds). *Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos*. São Paulo: Arujá: Instituto Pau-Brasil de História Natural. 2002. p. 45-73.
- DESSAUER, Herbert C.; COLE, Charles J.; HAFNER Mark S. Collection and Storage of Tissues. In: HILLIS, D. M.; MORITZ, C.; MABLE, B.K. (Eds). *Molecular Systematics*. 2<sup>nd</sup> ed. Massachusets, USA: Sinauer Inc. 1996. 655p.
- DRUMMOND, Gláucia M.; MARTINS, Cássio S.; MACHADO, Angelo B. M.; SEBAIO, Fabiane A.; ANTONINI, Yasmine (Orgs.). *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. 2<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 2005. 222p.
- FETZNER, James W. JR. Extracting High-Quality DNA from Shed Reptile Skins: A Simplified Method. *BioTechniques*, v.26, n. 6, Jul.1999.
- FRANCO, Francisco L.; SALOMÃO, Maria G. Répteis. In: AURICCHIO, Paulo; SALOMÃO, Maria G. (Eds.). *Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos*. São Paulo: Arujá: Instituto Pau-Brasil de História Natural. 2002. p. 77-115.
- NASCIMENTO, Luciana B.; LEITE, Felipe S. F.; ETEROVICK, Paula C.; FEIO, Renato N. Anfíbios. In: DRUMMOND, Gláucia M.; MARTINS, Cássio S.; GRECO, Magda B.; VIEIRA, Fábio. (Eds.). *Biota Minas: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no Estado de Minas Gerais – subsídio para o Programa Biota Minas*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009. p. 221-248.
- SANTOS, Fabrício R.; GUIMARÃES, Pedro E. M.; REDONDO, Rodrigo A. F. Bancos de DNA: coleções estratégicas para estudos da Biodiversidade. *Lundiana*, v. 3, n. 2, p. 93-98. 2002.
- SANTOS, Fabrício R.; LACERDA, Daniela R.; REDONDO, Rodrigo A.; NASCIMENTO, Andréa M. A.; CHARTONE-SOUZA, Edmar; BORBA, Eduardo L.; RIBEIRO, Renata A.; LOVATO, Maria B. Diversidade genética. In: DRUMMOND, Gláucia M.; MARTINS, Cássio. S.; GRECO, Magda B.; VIEIRA, Fábio (Eds.). *Biota Minas: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no Estado de Minas Gerais – subsídio para o Programa Biota Minas*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009. p. 389-410.
- TORRES, Rodrigo A.; DERGAM, Jorge A. Coleções de tecidos – o banco de DNA da biodiversidade brasileira. Nota técnica. *Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Ciência, Tecnologia e Informação*. Curitiba-PR. 2005. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=1748>>. Acesso em: 11 abr. 2011.



### LEGENDAS DAS FIGURAS:

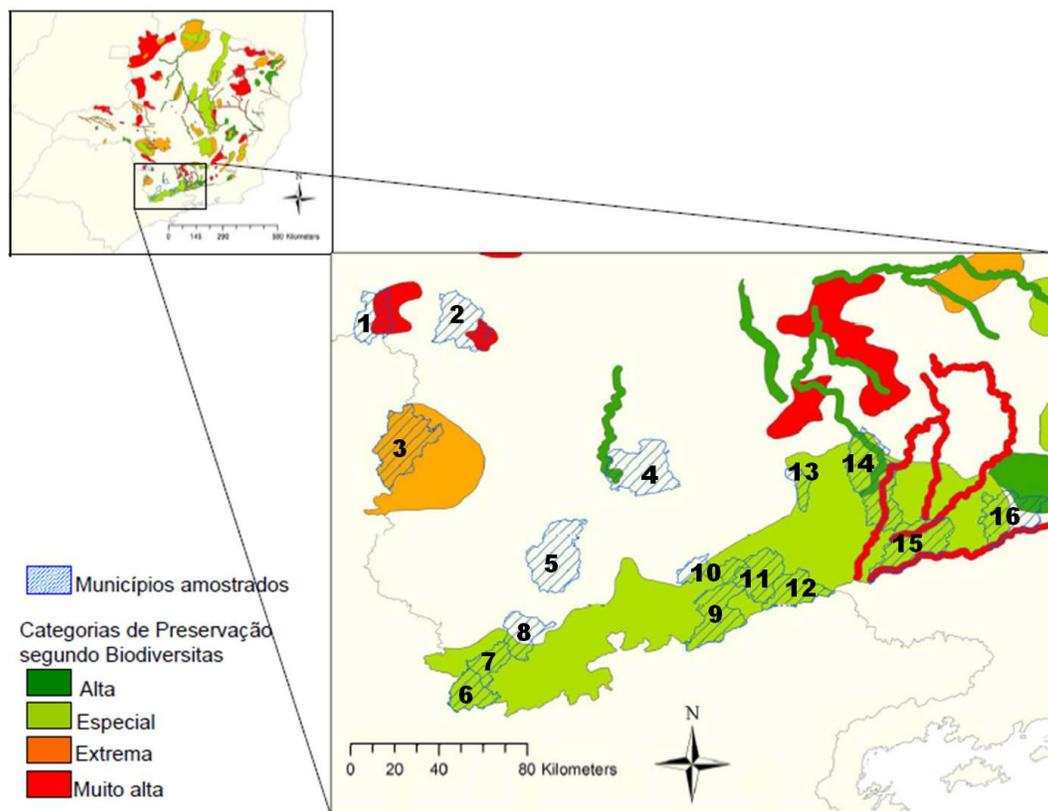
Figura 1: Mapa com a localização da área de estudo no Sul de Minas Gerais, dentro do contexto das regiões consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade mineira (Drummond *et al.*, 2005). Regiões prioritárias: Guaxupé (localidade 1-Guaxupé), Monte Belo (localidade 2-Fazenda lagoa), Planalto de Poços de Caldas (localidade 3-Morro do Ferro), Várzeas do Rio Sapucaí (localidade 4-São Gonçalo do Sapucaí), Serra da Mantiqueira (localidades 5-Pouso Alegre, 6-Extrema, 7-Camanducaia, 8-Cambuí, 9-Delfim Moreira, 10-Maria da Fé, 11-Virgínia, 12-Passa Quatro, 13-Caxambu, 14-Aiuruoca, 15-Bocaina de Minas, 16-Santa Rita do Jacutinga. Autoria: Érica Hasui (2011).

Figura 2: Tubos criogênicos com amostras de tecido em bandeja separada por grupo de vertebrado. Autoria: Mario Antonio Sacramento Silva (2011).

Figura 3: Gráfico com a distribuição de freqüências relativas (%) dos estados de origem das amostras de todo o acervo da Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG. Autoria: Vinícius Xavier da Silva (2011).

Figura 4: Gráfico com a distribuição de freqüências relativas (%) dos grupos de vertebrados representados por amostras de todo o acervo da Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG. Autoria: Vinícius Xavier da Silva (2011).

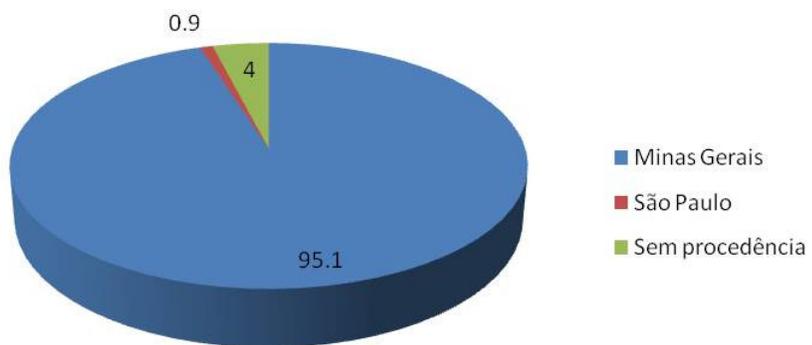
Figura 5: Gráfico com a distribuição de freqüências relativas (%) dos grupos de vertebrados representados por amostras da Coleção de Tecidos da UNIFAL-MG referentes apenas ao material coletado durante o Programa Biota Minas. Autoria: Vinícius Xavier da Silva (2011).



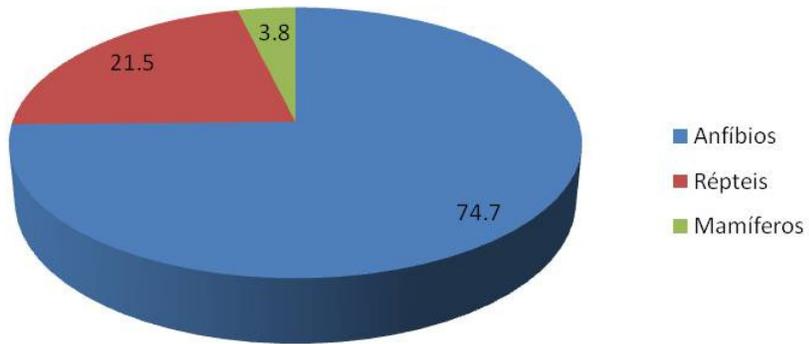
(Figura 1)



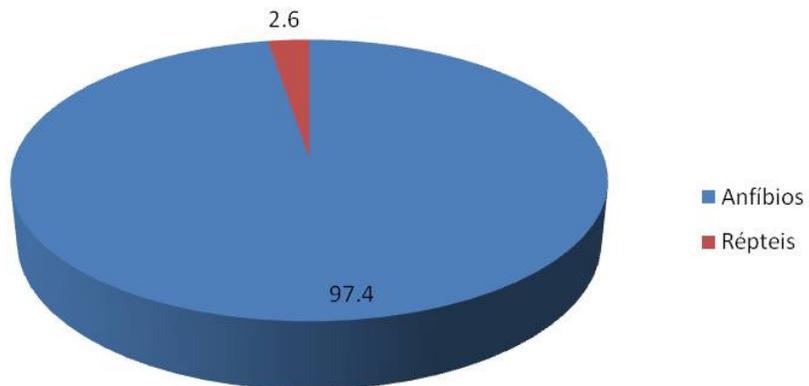
(Figura 2)



(Figura 3)



(Figura 4)



(Figura 5)



## **IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE NO CONTEXTO DO PROGRAMA BIOTA MINAS: COLEÇÃO HERPETOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS<sup>1</sup>**

**Vinicius Xavier da Silva**

**Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace (CHARW) - Instituto de Ciências da Natureza (ICN) – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) – Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro – CEP 37130-000, Alfenas-MG**

### **RESUMO**

A Coleção Herpetológica da UNIFAL-MG cresceu 21.5% após o ingresso no Programa Biota Minas em 2009. Com material predominantemente do Sul de Minas, o acervo é agora ainda mais representativo dessa região, totalizando 2.417 espécimes.

**Palavras-chave:** Coleção. Herpetologia. Biodiversidade. Sul de Minas.

### **ABSTRACT**

The UNIFAL-MG Herpetological Collection grew 21.5% after the entrance in the Biota Minas Program in 2009. With material predominantly from South of Minas Gerais State, the heap is more yet representative of this region, totalizing 2,417 specimens.

**Keywords:** Collection. Herpetology. Biodiversity. South of Minas Gerais State.

---

<sup>1</sup> Agradecimentos: à Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) pelo apoio logístico, infra-estrutura e veículos, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG, Processo No. APQ-03549-09) pelas bolsas de apoio técnico e auxílio financeiro, a Érica Hasui pela elaboração da Figura 1, a Diogo Borges Provete pelo auxílio em uma das saídas de campo e a Mario Antonio Sacramento Silva, por ceder as fotografias da Figura 2, pelo apoio técnico em todas as saídas de campo e pela organização da coleção.



## Introdução

Coleções biológicas (segundo SUAREZ; TSUTSUI, 2004) ou taxonômicas (segundo MARTINS, 1994) são reuniões ordenadas de espécimes mortos ou partes deles, devidamente preservados para estudos. Se o objetivo do acervo é o ensino, essas coleções são também chamadas didáticas; se o objetivo for a pesquisa, são chamadas científicas (FRANCO, 2002; MARTINS, 1994). Esse texto versará mais sobre esse último tipo de coleção, que pode incluir desde exemplares inteiros até linhagens celulares e amostras de DNA (SUAREZ; TSUTSUI, 2004).

Coleções biológicas científicas podem contribuir para a sociedade de inúmeras maneiras e em áreas tão diversas quanto segurança e saúde públicas, conhecimento ecológico, monitoramento ambiental e os tradicionais estudos taxonômicos e sistemáticos. A partir de coleções desse tipo é possível traçar a história de doenças infecciosas e suas origens e reservatórios. Existem, por exemplo, coleções de vírus e bactérias que servem para comparar com infecções emergentes (gripes aviária e suína, recentemente) e até atos terroristas (como os que usaram antrax nos Estados Unidos). Coleções de peixes já foram usadas para estimar concentrações históricas de mercúrio nos tecidos desses animais para verificar em períodos recentes contaminações por este metal pesado muito acima dessa média histórica. Na agricultura uma aplicação óbvia é o uso de coleções de insetos para se identificar quando e onde determinadas pragas começaram a agir nos campos cultivados, o que é fundamental para o planejamento e a estratégia de controle que melhor se aplicam a cada situação. A perda (fragmentação florestal) e a degradação ambientais, que estão entre as principais causas da perda de biodiversidade mundial, também podem ser detectadas e monitoradas através de espécimes de museus (PERGAMS; NYBERG, 2001). Se é possível usar tais acervos para comprovar o desaparecimento de certas espécies associadas a determinados ambientes, o mesmo é válido para o surgimento de novas e nocivas espécies, justamente o caso das chamadas espécies exóticas ou invasoras. Como muitas coleções possuem material coletado durante centenas e até milhões de anos (no caso de fósseis) também é possível verificar efeitos de fenômenos de duração geológica, como o aquecimento global (SUAREZ; TSUTSUI, 2004).

Vários exemplos de aplicações de coleções biológicas em estudos ecológicos são discutidas por Pike e Ehrlich (2010). Entre vários exemplos, esses autores mostram que as coleções são ricas em informação sobre atributos individuais (morfologia, composição química, por exemplo) em relação a variáveis ambientais e sobre distribuição das espécies. Dados que poderiam ser úteis para testar associações de habitats e tamanhos populacionais são ainda pouco explorados.



Uma das formas das coleções crescerem e adquirirem material representativo de determinada região são as expedições de coleta ou inventários (Zaher; Young, 2003). Adicionalmente, essas expedições de coleta representam uma das iniciativas importantes para se conhecer, qualificar, recuperar se necessário e monitorar os ecossistemas de determinada região. Alguns grupos de vertebrados em especial são excelentes bioindicadores nesse contexto. Os anfíbios são um deles por diversos motivos: (i) ciclo de vida bifásico na água e na terra, com exigências alimentares e de hábitat diferentes entre larvas e adultos, (ii) grande diversidade local de modos reprodutivos, (iii) sua pele permeável os torna sensíveis a mudanças físicas e químicas tanto em ambientes terrestres quanto aquáticos e (iv) apresentam baixa vagilidade e forte filopatria (BLAUSTEIN *et al.*, 1994; CRUMP, 1974; LIPS, 1998; WAKE, 1991; WYMAN, 1990). Além disso, os anfíbios exploram muito a interface, ou ecótono, entre os ambientes aquático e terrestre, participando, inclusive do fluxo de energia entre esses dois hábitats. Esse fluxo, que geralmente ocorre no sentido da terra para água, já que a maioria dos nutrientes é carregada para a água, no caso dos anfíbios é inverso, uma vez que adquirem biomassa na forma de larvas aquáticas, mas após a metamorfose, trazem parte desses nutrientes de volta para a terra.

Outra vantagem em se estudar anfíbios é a abundância relativamente alta de várias espécies e a facilidade de encontrá-los em aglomerações próximas a corpos d'água e, muitas vezes, identificá-los apenas pela acústica, já que os cantos dos machos são específicos para cada espécie. Entretanto, não possuem uma taxonomia muito estabelecida, ainda mais após as recentes e ainda controversas mudanças nas classificações e filogenias (CROTHER, 2009; FROST *et al.*, 2006, 2007, 2009; PAULY *et al.*, 2009; WIENS, 2007). Grupos taxonomicamente complexos como este possuem uma justificativa adicional para ampliar os inventários e as respectivas coleções: a necessidade de mais material e estudos básicos para ampliar o pouco entendimento que ainda temos sobre quantas, quais e onde estão suas espécies.

Comparados aos anfíbios, os répteis não são tão facilmente encontrados na natureza, nem são tão abundantes, mas sua taxonomia é bem mais resolvida. Mas apesar do Brasil ser um país megadiverso para este grupo, a maioria dos estudos é restrita à taxonomia alfa e muitas espécies estão desaparecendo juntamente com seus hábitats. São necessários mais inventários, uma base eletrônica de dados de todas as coleções herpetológicas, além de estudos filogeográficos baseados em técnicas de genética molecular. Só assim será possível traçar estratégias efetivas de conservação para preservar o potencial evolutivo das linhagens existentes. São imprescindíveis também mais estudos autoecológicos, de populações e de comunidades, visando principalmente monitorar os



efeitos da degradação, fragmentação e perda crescentes dos ambientes naturais do país (RODRIGUES, 2005).

Um sinal de que tanto anfíbios<sup>2</sup> quanto répteis<sup>2</sup> são sensíveis aos impactos ambientais, e portanto, seriam bons bioindicadores da qualidade dos ecossistemas, são os declínios populacionais de ambos os grupos em vários lugares diferentes do mundo (GIBBONS *et al.*, 2000), inclusive no Brasil, país com maior número de espécies de anfíbios, particularmente em áreas de altitude do Cerrado mineiro. Entre as medidas necessárias para se esclarecer o que vem ocorrendo mais uma vez são sugeridos estudos de campo a curto e longo prazo e a manutenção e expansão de coleções herpetológicas (ETEROVICK *et al.*, 2005).

Em períodos mais recentes, esforços governamentais e/ou institucionais, como o PPBio<sup>3</sup>, PROBIO<sup>4</sup> e o BIOTA/FAPESP<sup>5</sup>, têm investido em conhecer nossa biodiversidade como subsídio para o estabelecimento de políticas públicas de conservação ou mesmo para fins comerciais (bioprospecção). De qualquer modo, sempre que se menciona biodiversidade, principalmente nos países do Terceiro Mundo, aonde se encontra boa parte dessa diversidade (VANZOLINI, 1992), a importância das coleções biológicas, bem como sua modernização e integração dos sistemas de informação são sempre enfatizadas (KURY *et al.*, 2006, PEIXOTO, 2003).

A Coleção Herpetológica da Universidade Federal de Alfenas teve início quando ingressei nessa Instituição em 2002, sob o nome genérico de Laboratório e Museu de Zoologia. Reunindo material próprio e com doações de terceiros, logo o acervo já precisava de mais espaço para acomodar os espécimes. Em 2009, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) lançou o Programa Biota Minas, pelo Edital FAPEMIG 14/2009, com o intuito de promover a busca do conhecimento sobre a biodiversidade mineira, dando apoio a inventários de biodiversidade no campo e também estímulo para o estabelecimento e consolidação das coleções biológicas geralmente associadas a instituições de ensino e pesquisa. Desde então, e como forma de prestar uma homenagem, a Coleção Herpetológica da UNIFAL-MG passou a ser conhecida como Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace<sup>6</sup> (CHARW).

---

<sup>2</sup> Esses dois grupos são tratados conjuntamente como herpetofauna.

<sup>3</sup> Programa de Pesquisa em Biodiversidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

<sup>4</sup> Projeto de Conservação e Utilização sustentável da Diversidade Biológica pelo Ministério do Meio Ambiente.

<sup>5</sup> Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>6</sup> Biogeógrafo britânico (1813-1923) que, embora geralmente esquecido, dividiu com Charles Darwin o anúncio dos princípios gerais da Teoria da Seleção Natural na Sociedade Lineana de Londres, em 1858. Em 1859, Darwin detalhou a teoria na sua obra-solo "A Origem das Espécies".



Essa Coleção recebeu seu primeiro apoio financeiro quando a UNIFAL-MG teve o Projeto “Inventário e Estabelecimento de Coleções da Biodiversidade Aquática e Terrestre do Sul de Minas Gerais” aprovado dentro do Programa Biota Minas. Dentro do contexto do Programa, os objetivos específicos dessa Coleção foram: i) testemunhar a diversidade biológica de anfíbios e répteis da região Sul de Minas Gerais; ii) preservar este patrimônio e torná-lo acessível à comunidade científica; iii) incluir todos os dados do acervo na plataforma Rede Biota Minas, gerenciada pela Fundação Biodiversitas e iv) produzir conhecimento científico e disponibilizá-lo à população através de estratégias educativas e de divulgação científica por meio do Museu de História Natural da UNIFAL-MG.

## **I. Material e métodos**

### **1. Área de estudo**

O edital do Programa Biota Minas definiu que as primeiras coletas deveriam ocorrer em localidades associadas às regiões consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade em Minas Gerais (mapa-síntese de DRUMMOND *et al.*, 2005) (Figura 1). Associadas a cinco dessas regiões prioritárias para o Sul de Minas, foram selecionadas 16 localidades, distribuídas da seguintes forma: Região de Guaxupé (1 localidade), Região de Monte Belo (1), Região do Planalto de Poços de Caldas (1), Região das Várzeas do Rio Sapucaí (1) e Região da Serra da Mantiqueira (12) (Figura 1). A Região da Serra da Mantiqueira incluiu mais localidades (12) por possuir a maior área. Cada uma das 16 localidades foi visitada durante dois dias por dois especialistas em herpetofauna, que coletaram os anfíbios e répteis encontrados de acordo com a autorização da Licença IBAMA nº 10.704-1.

### **1.2. Coleta dos dados**

Exemplares de várias espécies de anfíbios e algumas de répteis de cada localidade foram amostrados por meio de coleta ativa (CALLEFFO, 2002), que consiste na procura e captura manual dos exemplares no ambiente, principalmente no período noturno. As excursões de coleta ocorreram ao longo dos meses quentes e úmidos do verão, entre dezembro e fevereiro dos anos de 2010 e 2011. O esforço total de coleta somou 512 horas.homem. Os animais capturados foram identificados e tiveram seus dados registrados (peso, comprimento rostro-cloacal, local, hora da captura e atividade que executavam quando encontrados). Posteriormente foram sacrificados segundo os princípios éticos e legais (CALLEFFO, 2002; FRANCO; SALOMÃO, 2002). Antes deste material ser fixado em formol 10% e conservado em álcool 70% para ser tombado na CHARW (Figura 2), foram procedidas retiradas das amostras de tecidos. Esse material consiste no acervo da Coleção



de Tecidos da UNIFAL-MG e ficou acondicionado em freezer a  $-20^{\circ}\text{C}$  no mesmo espaço físico da CHARW. A fixação e conservação dos girinos é ligeiramente diferente, ambas ocorrendo em formol 5%.

No mínimo um exemplar de cada espécie foi fotografado em vida, preferencialmente no ambiente natural, visando a formação de um banco de imagens que também podem ser associadas aos demais dados de coleta dos respectivos exemplares na coleção e/ou em programas de divulgação científica no Museu de História Natural da UNIFAL-MG. Além disso, encontra-se em fase de preparação um guia com fotos e informações sobre as espécies de anfíbios e répteis registradas no Sul de Minas Gerais.

No ato do tombamento, cada indivíduo tem sua etiqueta ROTEX® com número de campo substituída pela etiqueta com número de tombamento (CHARW) definitivo. Os dados de coleta de cada indivíduo (espécie, data, peso, comprimento, outras observações) mas principalmente os locais de origem georreferenciados são registrados tanto em livro-tombo quanto digitalizados (FRANCO, 2002).

## 2. Resultados

A Coleção Herpetológica conta atualmente com 2.417 exemplares distribuídos da seguinte forma: 1.647 anfíbios, 463 serpentes, 293 lagartos, 8 quelônios e 6 anfisbenas provenientes de 104 municípios diferentes, a grande maioria do Estado de Minas Gerais (Figura 3). Desses 2.417 exemplares, 519 (21.5%) são provenientes exclusivamente das campanhas do Programa Biota Minas. Desses, 505 são anfíbios (97.3%) e 14 são répteis (2.7%). A Tabela 1 a seguir apresenta a contribuição em número de espécies e de indivíduos de anfíbios e répteis nas 16 localidades amostradas durante o Programa Biota Minas. As localidades situadas na Região da Serra da Mantiqueira em geral apresentaram maiores contribuições em número de espécies. Esses números são ainda preliminares, pois não foram analisadas as composições de espécies de cada localidade. Em outras palavras, número alto de espécies não é necessariamente positivo se a maioria delas for de espécies generalistas ou oportunistas, que exploram justamente ambientes alterados ou periantrópicos.

**Tabela 1:** Contribuição em número de indivíduos (I) e espécies (E) de anfíbios e répteis coletados nas 16 localidades do Programa Biota Minas. As localidades são apresentadas em ordem decrescente de riqueza de espécies.

LOCALIDADES		ANFÍBIOS	RÉPTEIS	TOTAIS
<b>Santa Rita do Jacutinga</b>	I	51	2	53
	E	11	2	13
<b>Delfim Moreira</b>	I	68	0	68
	E	12	0	12



<b>Aiuruoca</b>	I	23	2	25
	E	8	2	10
<b>Bocaina de Minas</b>	I	40	2	42
	E	9	1	10
<b>Caxambu</b>	I	18	0	18
	E	9	0	9
<b>Extrema</b>	I	74	0	74
	E	9	0	9
<b>Fazenda Lagoa</b>	I	16	3	19
	E	8	1	9
<b>Passa Quatro</b>	I	37	0	37
	E	9	0	9
<b>Camanducaia</b>	I	49	0	49
	E	8	0	8
<b>Virgínia</b>	I	23	1	24
	E	7	1	8
<b>Cambuí</b>	I	10	0	10
	E	7	0	7
<b>Guaxupé</b>	I	13	0	13
	E	7	0	7
<b>Maria da Fé</b>	I	15	0	15
	E	7	0	7
<b>Poços de Caldas</b>	I	9	0	9
	E	7	0	7
<b>Pouso Alegre</b>	I	9	0	9
	E	5	0	5
<b>São Gonçalo do Sapucaí</b>	I	4	2	6
	E	3	2	5
<b>TOTAIS</b>		<b>505</b>	<b>14</b>	<b>519</b>

## Discussão e Conclusões

Coleções biológicas são de fundamental interesse para a sociedade. Nelas são baseados muitos conhecimentos sobre a natureza produzidos por pesquisadores, além de fornecimento e armazenamento de material para a procura de soluções de problemas sociais (DUCKWORTH *et al.*, 1993; GENOWAYS, 1999; NAVARRO-SIGÜENZA; LLORENTE-BOUSQUETS, 1997). Um exemplo prático são os trabalhos de revisão taxonômica. Silva e Rodrigues (2008) revisaram um grupo de jararacas largamente distribuído pela América do Sul. O gênero *Bothrops*, que incluía todas as espécies de jararacas brasileiras, é responsável em média por 90.5% dos acidentes ofídicos no país<sup>7</sup>, com 0.3% de letalidade (ARAÚJO *et al.*, 2003). Conhecer melhor a taxonomia de um grupo de serpentes peçonhentas é imprescindível para a produção e uso mais eficientes de soros antiofídicos (WÜSTER *et al.*, 1998), portanto há interesses óbvios da saúde pública em estudos como esse. Silva e Rodrigues (2008) examinaram 1.759 exemplares de 360 localidades depositados em sete coleções diferentes. Entretanto, mais de 80% do material

<sup>7</sup> O gênero *Bothrops* no Brasil foi recentemente desmembrado em cinco gêneros, *Bothriopsis*, *Bothrocophias*, *Bothropoides*, *Bothrops* e *Rhinocerophis* (Bérnils, 2010), mas esses novos gêneros em conjunto continuam responsáveis pela esmagadora maioria dos acidentes ofídicos brasileiros.



examinado era proveniente da Coleção de Serpentes do Instituto Butantan, a maior do mundo. Infelizmente, um incêndio destruiu praticamente todo esse acervo de modo irreparável (REYNOL, 2010). Se o estudo de Silva e Rodrigues (2008) não tivesse sido realizado, seria impossível fazê-lo agora. Da mesma forma, se não houvesse essa coleção na época do estudo, ele seria inviável. Seria impossível acumular tanto material de tantas localidades para depois analisá-lo mesmo durante uma vida inteira dos pesquisadores (o Butantan possuía material guardado desde o fim do século XIX), o que ilustra bem o tamanho da perda desse acervo. De certa forma, a destruição quase completa da coleção do Butantan aumentou em muito a importância dos demais acervos espalhados pelo Brasil (REYNOL, 2010), como a CHARW da UNIFAL-MG.

A CHARW guarda importante material testemunho da diversidade biológica principalmente da herpetofauna do Sul de Minas Gerais, embora possua também exemplares de outros seis Estados. Existem outras sete coleções de vertebrados em Minas Gerais para as quais há dados disponíveis sobre quantidade de material no acervo apenas para três delas. Uma dessas três coleções pertence à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujo acervo herpetológico é menor que o da UNIFAL-MG. As outras duas coleções, Museu de Zoologia João Moojen de Oliveira (MZJM) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) superam bastante em número a coleção de Alfenas (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2009), mas essa comparação serve para mostrar como há poucas coleções zoológicas no Estado e que, até por conta disso, a CHARW, mesmo sendo pequena e de caráter regional (FRANCO, 2002), encontra-se entre os três maiores acervos herpetológicos de Minas Gerais. Sua importância pode ser ainda maior, pela sua representatividade regional, já que material do Sul de Minas deve ser escasso nas outras grandes coleções mineiras.

Além de aumentar a responsabilidade sobre a manutenção e organização desse acervo, esses dados precisam estimular a ampliação desses números. Neste sentido, o Programa Biota Minas foi um excelente exemplo de que quando se investe na busca do conhecimento sobre a nossa biodiversidade, o retorno é garantido. Com um esforço relativamente pequeno de pouco mais de 500 horas de coleta a um custo baixíssimo, a Coleção Herpetológica da UNIFAL-MG apresentou um crescimento superior a 20%.

Mais Programas como esse desenvolveriam muito o nosso conhecimento sobre a biodiversidade brasileira, ampliariam nossas coleções biológicas e abririam portas para várias outras possibilidades, como: descoberta de novas espécies, novos medicamentos em potencial, modelagens sobre efeitos do aquecimento global, fragmentação florestal e outros impactos ambientais, estabelecimento de prioridades de conservação com base em mais critérios, capacitação de recursos humanos em gestão ambiental, entre outros aspectos



Para tanto o desenvolvimento de novas coleções taxonômicas é fundamental, mas é preciso também estimular a recuperação e a resolução dos problemas crônicos da maioria dos acervos já existentes: i) melhoria e ampliação da infraestrutura das coleções, ii) suporte à contratação de pessoal técnico qualificado, iii) suporte à fixação de novos sistematas/taxonomistas associados às coleções, iv) suporte ao intercâmbio com pesquisadores de outras instituições e v) formação de pessoal (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2009; PEIXOTO, 2003; PRUDENTE, 2003, 2005). Só assim alcançaremos uma posição de liderança e responsabilidade efetiva pela megadiversidade que nosso país abriga.



## Referências

- ARAÚJO, Francisco A. A.; SANTALÚCIA, Marcelo; CABRAL, Renata Fernandes. Epidemiologia dos Acidentes por Animais Peçonhentos. In: CARDOSO, João, L. C.; FRANÇA, Francisco O. S.; WEN, Fan H.; MÁLAQUE, Ceila M. S.; HADDAD Jr., Vidal. *Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes*. São Paulo: Sarvier. 2003. p. 6-12.
- BÉRNILS, Renato S. (Org.). *Brazilian reptiles – List of species*. Sociedade Brasileira de Herpetologia. 2010. Disponível em: <<http://www.sbherpetologia.org.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- BLAUSTEIN, A. R.; WAKE, D. B.; SOUSA, W. P. 1994. Amphibians declines: judging stability, persistence, and susceptibility of populations to local and global extinctions. *Conservation Biology*, v. 8, p. 60-71, 1994.
- CALLEFFO, Myriam E. V. Anfíbios In: AURICCHIO, Paulo; SALOMÃO, Maria G. (Eds). *Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos*. São Paulo: Arujá: Instituto Pau-Brasil de História Natural. 2002. p. 45-73.
- CROTHER, B. J. Are standard names lists taxonomic straightjackets? *Herpetologica*, v. 65, n. 2, p. 129-135, 2009.
- CRUMP, M. L. Reproductive strategies in a tropical anuran community. *Miscellaneous Publications of the Museum of Natural History of the University of Kansas*, v. 61, p. 1-68, 1974.
- DRUMMOND, Gláucia M.; MARTINS, Cássio S.; MACHADO, Angelo B. M.; SEBAIO, Fabiane A.; ANTONINI, Yasmine (Orgs.). *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. 2<sup>ed</sup>. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 2005. 222p.
- DUCKWORTH, W. D.; GENOWAYS, H. H.; ROSE, C. L. *Preserving Natural Science Collections: Chronicle of Our Environmental Heritage*. National Institute for the Conservation of Cultural Property and National Science Foundation Grant. 1993. 140 p.
- ETEROVICK, Paula C.; CARNAVAL, A. C. O. Q.; BORGES-NOJOSA, Diva M.; SILVANO, D L.; SEGALLA, Magno V.; SAZIMA, Ivan. Amphibian declines in Brazil: an overview. *Biotropica*, v. 37, n. 2, p. 166-179, 2005.
- FRANCO, Francisco L. Coleções Zoológicas. In: AURICCHIO, Paulo; SALOMÃO, Maria G. (Eds.). *Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos*. São Paulo: Arujá: Instituto Pau-Brasil de História Natural. 2002. p. 283-318.
- FRANCO, Francisco L.; SALOMÃO, Maria G. Répteis. In: AURICCHIO, Paulo; SALOMÃO, Maria G. (Eds.). *Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos*. São Paulo: Arujá: Instituto Pau-Brasil de História Natural. 2002. p. 77-115.
- FROST, Darren R. *et al.* The amphibian tree of life. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, v. 297, p. 1-370, 2006.
- FROST, Darren R. *et al.* Is the Amphibian Tree of Life really fatally flawed? *Cladistics*, v. 23, p. 1-11, 2007.
- FROST, Darren R.; McDIARMID, R. W.; MENDELSON III, J. R. Response to the *point of view* of Gregory B. Pauly, David M. Hillis, and David C. Cannatella, by the anuran subcommittee of the SSAR/HL/ASIH scientific and standard English names list. *Herpetologica*, 65(2):136-153, 2009.
- GENOWAYS, H. H. Challenges for directors of university natural sciences museums. *Curator*, v. 42, n. 2, p. 216-230. 1999.
- GIBBONS, J. W.; SCOTT, D. E.; RYAN, T. J.; BUHLMANN, K. A.; TUBERVILLE, T. D.; METTS, B. S.; GREENE, J. L.; MILLS T.; LEIDEN Y.; POPPY, S.; WINNE, C. The Global Decline of Reptiles, Déjà Vu Amphibians. *Bioscience*, v. 50, p. 653-666, 2000.
- KURY, A. B. *et al.* *Diretrizes e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2006. 324p.
- LIPS, K. R. Decline of a tropical montane amphibian fauna. *Conservation Biology*, v. 12, p. 106-117, 1998.



- MARTINS, Ubirajara R. A Coleção Taxonômica. In: PAPAVERO, Nelson (Org.). *Fundamentos práticos de taxonomia zoológica*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, Fapesp. 1994. p. 19-43.
- NASCIMENTO, Luciana B.; SILVEIRA, Fernando A. Coleções Zoológicas. In: DRUMMOND, Gláucia. M.; MARTINS, Cássio S.; GRECO, Magda B.; VIEIRA, Fábio (Eds.). *Biota Minas: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no Estado de Minas Gerais – subsídio para o Programa Biota Minas*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 2009. p. 469-484.
- NAVARRO-SINGÜENZA, A.; LLORENTE-BOUSQUETS, J. Museos y La conservación de La biodiversidad. In: OSÓRIO, P. K. (Ed.) *Introducción a las Bases de Datos em La Biología Comparada Contemporánea*. Concepción, Chile. 1997. p. 279-307.
- PAULY, G. B.; HILLIS, D. M.; CANNATELLA, D. C. Taxonomic freedom and the role of official lists of species names. *Herpetologica*, v. 65, n. 2, p. 115-128, 2009.
- PEIXOTO, Oswaldo L. Anfíbios em coleções científicas no Brasil: uma aproximação. In: PEIXOTO, Ariane L. (Org.). *Coleções biológicas de apoio ao inventário, uso sustentável e conservação da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2003. p. 169-181.
- PERGAMS, O. R. W.; NYBERG, D. 2001. Museum collections of mammals corroborate the exceptional decline of prairie habitat in the Chicago region. *Journal of Mammalogy* v. 82, p. 984–992, 2011.
- PIKE, Graham H.; EHRLICH, Paul R. Biological collections and ecological/environmental research: a review, some observations and a look to the future. *Biological Reviews*, Cambridge Philosophical Society, v. 85, p. 247-266, 2010.
- PRUDENTE, Ana L. C. Diagnóstico das coleções brasileiras de répteis. In: PEIXOTO, Ariane L. (Org.). *Coleções biológicas de apoio ao inventário, uso sustentável e conservação da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2003. p. 183-198.
- PRUDENTE, Ana L. C. (coord.) *Coleções brasileiras de vertebrados: estado-da-arte e perspectivas para os próximos dez anos*. 2005. Disponível em: <<http://www.cria.org.br/cgee/documentos/CAIFO123.doc>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- REYNOL, Fabio. *Acervos protegidos*. 2010. Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/materia/12559/especiais/acervos-protectidos.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.
- RODRIGUES, Miguel T. The Conservation of Brazilian Reptiles: Challenges for a Megadiverse Country. *Conservation Biology*, v. 19, p. 659–664, 2005.
- SILVA, Vinícius X.; RODRIGUES, Miguel T. Taxonomic revision of the *Bothrops neuwiedi* complex (Serpentes, Viperidae) with description of a new species. *Phyllomedusa*, Piracicaba Esalq-USP, v. 7, n. 1, p. 45-90. 2008.
- SUAREZ, A. V.; TSUTSUI, N. D. The value of museum collections for research and society. *Bioscience*, v. 54, p. 66-74. 2004.
- VANZOLINI, Paulo E. Third World and Biodiversity. In: ELDREDGE, N. (Ed.). *Systematics, Ecology, and Biodiversity Crisis*. New York: Columbia University Press. 1992. p. 185-198.
- WAKE, D. B. Declining amphibian populations. *Science*, v. 253, p. 860. 1991.
- WIENS, J. J. Book review: The amphibian tree of life. *Q. Rev. Biol.*, v. 82, p. 55-56. 2007.
- WYMAN, R. L. What's happening to the amphibians? *Conservation Biology*, v. 4, p. 350-352. 1990.
- WÜSTER, Wolfgang; GOLAY, P.; WARRELL, D. A. Synopsis of recent developments in venomous snake systematic, no. 2. *Toxicon*, v. 36, p. 299-307. 1998.
- ZAHER, Hussam; YOUNG, Paulo S. As coleções zoológicas brasileiras: panorama e desafios. *Ciência e Cultura*, v. 55, n. 3, p. 24-26. 2003.

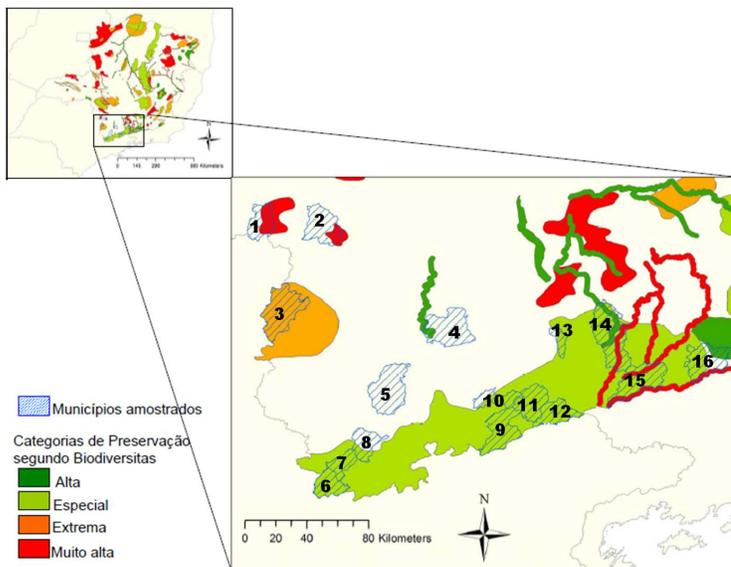


## LEGENDAS DAS FIGURAS

**Figura 1:** Mapa com a localização da área de estudo no Sul de Minas Gerais, dentro do contexto das regiões consideradas prioritárias para conservação da biodiversidade mineira (Drummond *et al.*, 2005). Regiões prioritárias: Guaxupé (localidade 1-Guaxupé), Monte Belo (localidade 2-Fazenda Lagoa), Planalto de Poços de Caldas (localidade 3-Morro do Ferro), Várzeas do Rio Sapucaí (localidade 4-São Gonçalo do Sapucaí), Serra da Mantiqueira (localidades 5-Pouso Alegre, 6-Extrema, 7-Camanduçaia, 8-Cambuí, 9-Delfim Moreira, 10-Maria da Fé, 11-Virgínia, 12-Passa Quatro, 13-Caxambu, 14-Aiuruoca, 15-Bocaina de Minas, 16-Santa Rita do Jacutinga. Autoria: Érica Hasui (2011).

**Figura 2:** Coleção Herpetológica da UNIFAL-MG. A e B) Vistas diferentes de parte das prateleiras. C) Exemplares de lagartos fixados sendo examinados sob estereomicroscópio. Autoria: Mario Antonio Sacramento Silva (2011).

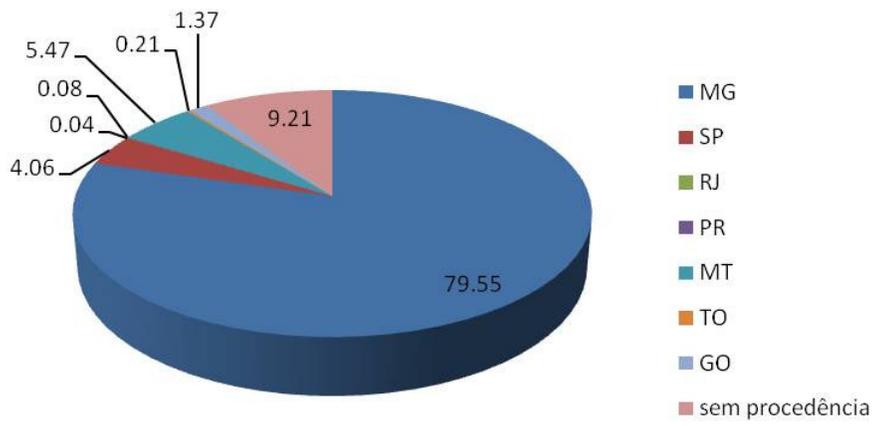
**Figura 3:** Gráfico com a distribuição de freqüências relativas (%) dos Estados de origem das amostras de todo o acervo da Coleção Herpetológica da UNIFAL-MG. Autoria: Vinícius Xavier da Silva (2011).



(Figura 01)



(Figura 02)



(Figura 03)



III Semana Nacional de Museus na Unifal-MG  
IX Semana Nacional de Museus

Museu e Memória

De 16 a 18 de maio de 2011

## REALIZAÇÃO

**ibram**  
instituto brasileiro de museus

  
**Unifal**MG  
Universidade Federal de Alfenas

  
**PRÓ-REITORIA  
DE EXTENSÃO**

## APOIO

  
PREFEITURA DE  
**ALFENAS**  
*Perto de Você*  
Secretaria Municipal de  
Educação e Cultura

  
**FACEPE**  
Fundação de Apoio à Universidade Federal de Alfenas

Universidade Aberta à Terceira Idade  
  
**UNATI**  
*Uma vida Feliz e Saudável!*  
Unifal  
Universidade Federal de Alfenas

## PATROCÍNIOS

  
**LH**  
Idioma  
Espanhol  
Alfenas – MG  
(35) 3292.6260

